

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Título: A Trajetória dos Quadros Guineenses Formados e em Formação no Brasil, na Visão de Estudantes e Profissionais de 3º Grau.**

Autora: Cristina Mandau Ocuni Cá

Orientadora: Profª. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Cristina Mandau Ocuni Cá e aprovada pela Comissão Julgadora.

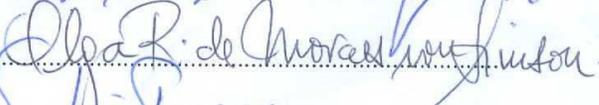
Data: 28/07/2009

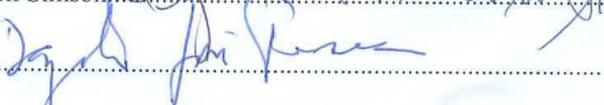
Assinatura: 

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Profª. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão 

Profª. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson 

Prof. Dr. Dagoberto José da Fonseca 

2009

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

C11t Cá, Cristina Mandau Ocuni.  
A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil na visão de estudantes e profissionais de 3º. grau / Cristina Mandau Ocuni Cá. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador : Neusa Maria Mendes de Gusmão.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Estudantes – Guiné Bissau. 2. Ensino superior. 3. Política educacional. 4. Cultura. I. Gusmão, Neusa Maria Mendes de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-197/BFE

**Titulo em inglês :** The trajectory of guinean staffs, who were educated and arte in education in Brazil, in the view of students and professional of 3º. grade

**Keywords:** Students – Guine Bissau ; Higher education; Educational policy ; Culture

**Área de concentração:** Ciências Sociais na Educação

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:** Profª. Drª. Neusa Maria Mendes de Gusão (Orientadora)

Profª. Drª. Olga Rodrigues Moraes von Simson

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Profª. Drª. Aparecida Neri de Souza

Profª. Drª. Senildes Alcântara Guanaes

**Data da defesa:** 28/07/2009

**Programa de pós-graduação :** Educação

**e-mail :** [cristina.mandau@hotmail.com](mailto:cristina.mandau@hotmail.com)

## **RESUMO**

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil na visão de estudantes e profissionais de 3º grau.** Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas 2009.

Este trabalho analisa a trajetória dos jovens guineenses que vieram ao Brasil, especificamente para as cidades de São Paulo e Campinas, em busca de formação universitária, a fim de compreender: os mecanismos dessa escolha, as condições de inserção nas universidades brasileiras e as razões pelas quais alguns desses estudantes acabam não retornando para o país de origem e permanecem no Brasil. A pesquisa contou com diferentes técnicas para a geração de dados, tais como: levantamentos e análises bibliográficas, documentos e entrevistas, sempre buscando compreender os depoimentos dos sujeitos entrevistados de modo que pudessem construir, conjuntamente, os percursos históricos e pessoais vividos por eles, com relação ao país de origem e ao país de acolhimento. Nesse sentido, a presença dos depoentes guineenses não retornados se torna significativa, posto que aqueles com mais idade não apenas lembram o período colonial na Guiné-Bissau, como nele viveram sua iniciação educacional, quando esta foi possível. Já os depoentes mais novos, e ainda em processo de formação, complementam o contexto aqui tratado por estarem vivendo a condição de estudantes num país que não é o de origem. Com esses dados, foi possível fazer a comparação de discursos, fatos e informações concretas entre os dois grupos (não retornados e estudantes) e relacioná-los ao contexto histórico da Guiné no passado e no presente.

**Palavras Chaves:** Estudantes - Guiné Bissau, Ensino Superior, Política Educacional e Cultura.

## **ABSTRACT**

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **The trajectory of Guinean staffs, who were educated and are in education in Brazil, in the view of students and professionals of 3<sup>rd</sup>. grade.** Dissertation (Master of Education) Faculty of Education, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas 2009.

This paper analyzes the trajectory of young Guineans, who came to Brazil, specifically in the cities São Paulo and Campinas, searching a university education to understand: the mechanisms of this choice, the conditions for the inclusion in Brazilian universities and the reasons why some of these students do not return to the origin country and also they remain in Brazil. The research utilized different techniques for data generation, such as: surveys and bibliographic analyses, documents and interviews, always trying to understand the statements of interviewed individuals, in the way, it could build, in conjunction, the historical and personal journeys lived by them, in relation to the origin country and the host country. Accordingly, the presence of Guinean deponents, who did not return to Guinea, is significant, since those older not only remember the colonial period in Guinea-Bissau, as they lived the educational initiation, when it was possible. The younger deponents and still in formation process, complement the context here treated, as they has been living as students in a country, where is not their origin country. With these data, it was possible to compare concrete speeches, facts and information between both groups (not returned and students) and relate them to the historical context of Guinea in the past and in the present.

**Keywords:** Guinean students, higher education, politics and culture.

## **RESUMO<sup>1</sup>**

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **Trajectoria de Quadrus Guineensis Formadus i quilis qui na Forma na Brasil na sê manera di oja di Estudantis i quilis qui cabaja di Estuda.** Dissertação (di Mestrado na Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas 2009.

Es trabalho analisa trajetória di jovens guineensis que bin pa Brasil, na bardadi pa cidadis di São Paulo cu Campinas na busca formaçon di universidadi, na tenta intendi: cal mecanismu qui pui elis ê cuji es cidadis, cal condiçoins quê stá nel na es univverdadis quê qui bin estudanelis e pabia de quê qui utrus cata riba pa terra quê padido nel i ê tá fica na Brasil. Impulma-impulma conta qui manera differenti di injuja trabalho suma: busca e analisa quê qui jintis escribibaja, documentus i puntajintis també, sempre na tenta intindi quê qui ê jintis na conta impulmadur des trabalho di maneira pa i pudi trabaja cuma quê ê sai di Guiné-Bissau tok ê jiga na es terra qui gacija elis. Pa es trabalho, quilis qui fica na Brasil ê teneja história di Guiné-Bissau desdi tempu colonial pabia estudabaja naquil tempu. Quilis qui sta inda na estuda ê conta també cuma quê na estudali, na terra qui ca disselis. Cu es trabalho, impulmadur consgui fassi comparaçon cu quê qui quilis que terminaja estuda papia, cu quilis inda qui ca caba di estuda papia també, dipus dono des trabalho relaciona contextu historico di Guiné-Bissau de aonti cu di aós.

**Palabras di balur:** Estudantis, Guiné-Bissau Ensinu Superior, Política Educacional i Cultura.

---

<sup>1</sup> Traduzido pelo Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá, (Português para Crioulo da Guiné-Bissau).

Dedico este trabalho à memória do meu pai Mandau Tchuda e a todos os estudantes guineenses que não puderam cumprir seu objetivo aqui no Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi possível graças à colaboração de muitas pessoas. Em primeiro lugar agradeço à minha família (meu marido Lourenço Ocuni Cá) pelo incentivo, apoio, paciência nos momentos mais delicados da nossa vida e por tudo que aprendi ao seu lado ao longo desses anos. Pois sem ele, eu não teria recursos suficientes para fazer essa pesquisa. Ao meu filho Hioly Mandau Ocuni Cá, que acompanhou tudo de perto e que em alguns momentos não teve toda atenção que precisava.

À minha orientadora Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, que acreditou em mim e no meu projeto. Eu a agradeço muito, (pois além de ter sido a minha orientadora, ela foi também uma amiga nos momentos mais difíceis). Por esta razão agradeço a sua paciência, seu incentivo e por estar sempre perto, acompanhando passo a passo, esta dissertação. Meus agradecimentos também para a professora Dra. Olga R. M von Simson, ao professor. Dr. José Dagoberto, pelas contribuições fundamentais na banca de qualificação. o que me incentivou ainda mais a aprofundar este trabalho.

Ao meu ex-orientador prof. Dr. Luís Enrique Aguilar. Aos professores (as) da Faculdade de Educação e aos funcionários (as) de modo geral por fazerem parte da minha formação.

À amiga da orientação, Janaína Damaceno, que sempre deu o maior apoio, à Márcia Anacleto, Eva da Silva, Diva e Fernanda. Aos colegas do Núcleo de Estudos Negros da UNICAMP.

Agradeço aos meus entrevistados por acreditarem neste trabalho, aos meus afilhados que estão na Guiné e aos que estão aqui no Brasil, Júlio Nandenha e Anízio Indami pelo apoio, à Hondina Cabral e à Mirela Gouveia.

À equipe do Itamaraty, senhora Almerinda A. de Freitas Carvalho, ao senhor Ricardo Alves Argenta e à senhora Sonia Costa. Agradeço muito a ajuda dessas pessoas pela confiança e pelos dados que foram fundamentais nessa pesquisa. À CAPES, pelo apoio através do Programa de

Estudantes do Convênio de Graduação - (PEC-G), que me possibilitou estudar no Brasil e ao PEC-PG que garantiu meu acesso à Pós-Graduação.

Aos meus conterrâneos de Campinas e aos que se encontram em diferentes partes do Brasil.

Ao pessoal da Escola do Sítio, diretoras, professores (as), funcionários e às crianças de modo geral. À Diretora Maria Helena de Sá e à Renata Sieiro, que no começo leram o meu trabalho e deram as suas sugestões. Aos meus amigos (as): Aneta Candete, Isabel Sanca, Ana Paula Gomes, Maria Mendes Sanha, Domingas Tapy, Helena Leal, Rosa Gomes (mana Fanta), Janaína, Eliana Pereira, Mara, Sebastião, Tcharo, Atcho, Nino Júlio.

Meus agradecimentos à Silvino Santos Cabi, Inaida António Peres e Beniamino Gomes Pinto Alves, pela ajuda e pela amizade.

À minha mãe Sadja Quadé, ao meu irmão Domingos Martinho Mandau pela contribuição na pesquisa, à Maria Isabel Mandau por tudo que me ensinou; aos meus primos (as) José Pereira Quibna e Domingos Quibna, aos meus tios (as), aos meus sobrinhos (as), ao professor Arnaldo Lima e ao Padre Henrique.

## **LISTA DE SIGLAS**

Assembleia Nacional Popular - (ANP).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (CAPES)

Centro de Formação Administrativa - (CENFA).

Centro Hidráulico - (CTH).

Ciclo Preparatório de Ensino Secundário - (CIPES).

Comunidade Económica dos Estados da África - (CEDEAO).

Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas - (CONCP).

Conselho Nacional de Pesquisa - (CNPq).

Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM).

Forças Armadas Revolucionárias do Povo - (FARP).

Frente de Libertação de Moçambique - (FRELIMO).

Instituições de Ensino Superior - (IES).

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – (IFCH).

Juventude Africana Amílcar Cabral - (JAAC).

Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Ministério de Educação e Cultura - (MEC).

Movimento Popular de Libertação de Angola - (MPLA).

Movimento de Libertação de São Tomé Príncipe – (MLSTP).

Organização da Unidade Africana - (OUA).

Organização das Nações Unidas - (ONU).

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - (FAO).

Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura - (UNICEF).

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - (PALOP).

Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde - (PAIGC).

Partido de Renovação Social - (PRS).

Polícia Internacional Defesa de Estado - (PIDE).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - (PNUD).

Programa de Estudantes Convênio de Graduação - (PEC-G).

Programa de Estudantes Convênio de Pós – Graduação - (PEC-PG).

União Econômica e Monetária do Oeste Africano - (UEMOA).

Universidade Amílcar Cabral - (UAC).

Universidade de Colinas de Boé - (UCB).

Universidade de Lourenço Marques – (ULM).

Universidade de São Paulo - (USP).

Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Universidade Estadual de Campinas - (UNICAMP).

Universidade Estadual de Rio de Janeiro - (UERJ).

Universidade Lusófona da Guiné – (ULG).

## **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO</b> -----	1
Percurso metodológico-----	10
Minibiografia/ entrevistados-----	13
Estudantes guineenses conveniados – 1986/2009-----	23
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: PERÍODO COLONIAL</b> -----	35
1.1 Política de educação colonial-----	42
1.2 Política de educação nas Zonas Libertadas-----	54
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: APÓS A INDEPENDÊNCIA</b> -----	65
2.1 Uma educação nova-----	68
2.2 A Formação do homem novo-----	77
2.3 Política de Formação de Quadros-----	82
2.4 Estudantes guineenses no exterior: o caso do Brasil-----	84
2.5 Processo de bolsa de estudo no exterior-----	86
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>EXPERIÊNCIA E COTIDIANO DE ESTUDANTES GUINEENSES NO BRASIL</b> ---	95
3.1 Quadros não retornados: viver no Brasil-----	100
3.2 Estudantes guineenses em processo de formação (formados): -----	108
3.3 Quadros guineenses (formados e formandos) como negro nas universidades e na sociedade brasileira-----	118

## **CAPÍTULO IV**

<b>A FORMAÇÃO “FORA DO LUGAR” E O DESAFIO DO RETORNO</b> -----	141
4.1 Universidade Amílcar Cabral – UAC e o futuro-----	146
4.2 Estar no Brasil e olhar para a África: o desafio do retorno-----	149
4.3 Programa de retorno dos quadros guineenses pós-formação-----	155
<b>Considerações Finais</b> -----	165
<b>BIBLIOGRAFIA</b> -----	169
Outras Fontes-----	175
Anexos-----	177



A Guiné-Bissau é um país com uma superfície de 36.125 km<sup>2</sup>, fica situada na costa ocidental da África, faz divisa ao sul com Republica da Guiné-Conakry e, ao norte, com a República do Senegal, ambos os países (Guiné-Conakry e Senegal) foram colonizados pela França.

## República da Guiné-Bissau



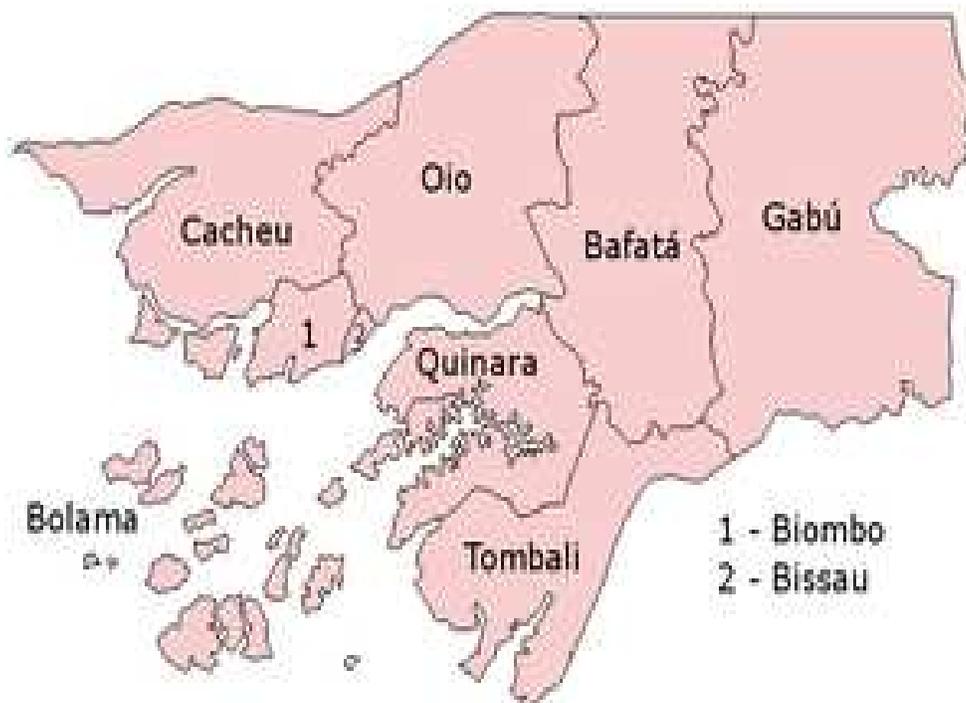
Bandeira Nacional



Brasão de Armas da Guiné-Bissau

Lema: “Unidade, Luta, Progresso”

### Mapa II – Guiné-Bissau. Divisões Regionais<sup>3</sup>



<sup>3</sup> Artigo Wikipédia a inciclopédia livre. Disponível - [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es\\_da\\_Guin%C3%A9-Bissau](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es_da_Guin%C3%A9-Bissau). Acesso (10/06/2009).

<b>REGIÃO</b>	<b>CAPITAL</b>
Bafatá	Bafatá
Biombo	Quinhamel
Tombali	Catió
Bolama	Bolama
Cacheu	Cacheu
Gabu	Gabu
Oio	Farim
Quinara	Buba
<b>SETOR AUTÓNOMO</b>	<b>CAPITAL</b>
Bissau	Bissau

A Guiné-Bissau é constituída por 08 regiões (estados) e mais o setor autônomo de Bissau, capital do país, e tem trinta e sete (37) setores (municípios). A população do país é de um milhão e quinhentos e três mil e cento e oitenta e dois habitantes (1.503.182, julho de 2008)<sup>4</sup>, divididos em 30 grupos étnicos aproximadamente, entre eles: Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Pepeis, Beafadas, Bijagos, Mancanhas, Felupes, Nalus, entre outros. A maioria dessas etnias vive no interior da Guiné-Bissau e mantêm suas tradições, suas crenças, suas línguas, praticam suas culturas no dia a dia, no respeito à tradição. Não podemos negar que, de vez em quando, possa existir uma pequena gozação entre amigos, entre vizinhos, entre marido e esposa de etnias diferentes.

Além das línguas nativas faladas por cada grupo, existe também o crioulo que é uma língua que surgiu nos primeiros contatos entre o colonizador e o nativo. Essa língua vem facilitando a comunicação entre diferentes grupos étnicos, tanto os que vivem nos grandes centros das cidades como também nas suas próprias aldeias. Hoje, em qualquer aldeia da Guiné-Bissau, sempre que alguém chega, tem uma ou mais pessoas que falam ou entendem o crioulo,

<sup>4</sup> Artigo Index Mundi. Disponível - <http://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/populacao.html>. Acesso (10/06/2009).

diferentemente do português, que é considerado língua oficial, mas que, na prática, só é falado nas escolas, ou melhor, nas “salas de aula”, em alguns “departamentos” e também é utilizada na comunicação com estrangeiros que se encontram no país. Devido à falta da prática do português, muitos jovens, principalmente os da nova geração, estão cada vez mais com maior dificuldade de falar a língua. No dia a dia, a língua portuguesa é substituída pelo crioulo.

Em 1446, o país foi descoberto pelo navegador português Nuno Tristão<sup>5</sup>, passando a ser conhecido como Guiné Portuguesa<sup>6</sup>. Desde então, os nativos guineenses (africanos) não tiveram mais sossego com a presença dos europeus e, em razão dessa presença, aos poucos alternam-se as culturas africanas, através da evangelização feita por jesuítas e do comércio praticado naquela época, com elementos da cultura portuguesa.

Com o decorrer do tempo, o comércio entre europeus e africanos deixou de ser entre produtos e passou a ter por base o tráfico de escravos para a América. O fato incentivou, mais ainda, a permanência desses estrangeiros na Guiné Portuguesa. No final do século XIX, “os navios ingleses patrulhavam a região para proibir o comércio dos escravos”<sup>7</sup> (escravizados) e, depois dessa proibição, ocorreu a exploração colonial que, na Guiné Portuguesa, passava pelo comércio agrícola. Contudo, os portugueses nunca ocuparam terras, pois a exploração fazia-se pelos preços praticados, inferiores ao valor real das mercadorias compradas na colônia. Os camponeses continuaram donos das terras e as cultivavam de acordo com as tradições. A única modificação do contexto produtivo passava, então, pelo processo de comercialização: os camponeses eram obrigados a desenvolver a monocultura dos produtos que interessavam aos portugueses, porém esses produtos eram industrializados em Portugal e retornavam à Guiné Portuguesa para serem vendidos aos nativos guineenses por um valor mais elevado.

Nesse período, os portugueses não só exploravam os pequenos agricultores como também instalaram-se em algumas regiões da Guiné Portuguesa e, com isso, houve a resistência dos nativos que já não estavam gostando muito da permanência deles. Essa resistência durou por muito tempo. Apesar de os portugueses estarem armados, eles tiveram que montar base nas Ilhas

---

<sup>5</sup> Segundo Castro (1980): “os portugueses chegaram a esta região [Guiné] em 1446. Nuno Tristão, que dirigia a expedição, foi morto pelos habitantes [da Guiné-Portuguesa], que têm sempre dado largas provas do seu amor à liberdade e à independência” (P. 335).

<sup>6</sup> Guiné Portuguesa era o nome dado a atual Guiné-Bissau durante a colonização portuguesa.

<sup>7</sup> Artigo Guia da Guiné-Bissau. Disponível - <http://www.guine-bissau.net/ue/pt/historia.htm>. Acesso (03/06/2008).

de Cabo Verde para poder enfrentar os nativos. Por isso, até 1915, o território da Guiné Portuguesa não foi dominado totalmente. A dominação só foi possível em 1936, através de uma campanha de pacificação lançada pelos portugueses. Essa campanha, tinha na verdade por trás outros objetivos, ou seja, manipular os africanos.

Esse contexto de exploração e de resistência gerou pobreza, perda de vidas e dificuldades que chegaram ao século XX, fazendo da Guiné-Bissau um país pobre, com alto índice de analfabetismo e ausência de escolas. No quadro que antecede esse momento, antes da chegada dos ocidentais, portanto, na “sociedade africana tradicional” (Guiné-Portuguesa), não havia o processo de educação formal<sup>8</sup> tal como existe hoje. Porém, os jovens e as crianças de um determinado grupo adquiriam o conhecimento através das práticas e experiências apresentadas pelos mais velhos no dia a dia. Segundo Cá, (...), “não havia pessoas que ensinavam na sociedade tradicional um ensino formalizado, como na sociedade ocidental (...). Cada adulto era, de certa forma, um professor”. (2007, p. 43-44).

Portanto, a ausência de instituições escolares nessa sociedade não significava a inexistência de ensino-aprendizagem, pois se tratava de uma cultura oral, que veio a ser sobreposta pela cultura escrita européia. Obviamente, ao impor um destino preestabelecido de escravatura aos africanos, o colonialismo foi o grande fator externo de ruptura e deslocamento do equilíbrio da sociedade africana. Ainda no período colonial, as escolas criadas pelo colonizador ficavam nos centros das cidades, o que não garantia a aproximação dos alunos com a realidade africana. Por outro lado, o método de ensino era mais voltado às metrópoles e nem todos tinham acesso à escola.

---

<sup>8</sup> (...) “educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não-fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (AFONSO,1989, p.78 apud SIMSON et al, 2001, p.9). Também o mesmo tema foi discutido por Park e Fernandes (2007). Segundo autoras: (...) educação informal é toda gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes), e que acontece sem que haja um planejamento específico e, muitas vezes, sem que nos demos conta (...). Acontece ao longo da vida, constitui um processo permanente e contínuo e não previamente organizado. (p. 127).

Em 1963, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) liderado por Amílcar Cabral<sup>9</sup>, que estava insatisfeito com os abusos dos colonizadores, declarou guerra contra o colonizador português. A guerra durou dez anos e só teve fim depois que Amílcar Cabral, líder do PAIGC, foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973. No mesmo ano, o PAIGC proclamou a independência da Guiné unilateralmente. A independência do país só teve o reconhecimento oficial, por parte de Portugal, no dia 24 de Setembro de 1974; a independência de Cabo Verde só foi reconhecida em 1975. Os dois países (Guiné-Bissau e Cabo Verde) continuavam unidos no único partido PAIGC.

Essa unidade surgiu durante o processo de luta pela libertação nacional contra o mesmo inimigo (colonizador português). Foi traçada por Amílcar Cabral através do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Por esta razão ele é considerado um herói muito querido pelos dois países. Hoje, na história da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, podemos dizer que há algo em comum, apesar de não estarem mais unidos politicamente. Essa unidade foi “preconizada” no passado, mas ainda existe a união através do mesmo herói: Amílcar Cabral, que jamais será apagado da memória dos guineenses e dos caboverdianos. A separação entre os dois países começou na década de 1980, como mostra essa citação:

O 13 de Novembro de 1980, a Assembléia Nacional adotava uma nova Constituição a qual reforçava os poderes do Presidente [Luís de Almeida Cabral] da República e a política de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Imediatamente depois, e em reação à esta decisão, o Primeiro-Ministro, João Bernardo Vieira (dito Nino), antigo comandante em chefe das forças armadas durante a luta de libertação, derrotou o regime de Cabral [Luís Almeida Cabral], e instalou à cabeça do Estado um conselho de Revolução (constituído de 7 oficiais e 2 civis) e pôs também termo aos planos da eventual unidade dos dois países. Nino Vieira, inicialmente, continuara seguir a linha socialista, mas incentivava também a neutralidade política. No ano seguinte, após eleições, é eleito Presidente do Conselho de Estado que só foi dissolvido após eleições presidenciais de 1994. No entanto, a vida continuava a ser muito dura para população e o novo presidente, após uma tentativa de golpe de Estado em 1985, distanciava-se sensivelmente do marxista e voltava-se mais para o Ocidente. Em fevereiro de 1989 remodelações ministeriais tiveram lugar e foram seguidas por eleições legislativas e presidenciais das quais Nino Vieira foi eleito por unanimidade (seja ao nível da Assembléia Nacional Popular, seja ao nível do Conselho de Estado). Embora o regime de Nino Vieira tivesse sido caracterizado por acusações de alegada eliminação dos oponentes políticos e dissidentes, introduzia também reformas no

---

<sup>9</sup> Amílcar Cabral foi o fundador do Partido juntamente com outros cinco companheiros.

âmbito da saúde e medidas para o aumento da produção agrícola e a diversificação da economia<sup>10</sup>.

Para além disso, entre 1980 a 2009, deve-se ter em consideração a realidade histórica e contemporânea da sociedade guineense, cuja cronologia e acontecimentos em termos da história política da Guiné-Bissau, revela um campo de tensão permanente.

Em 14 de novembro de 1980 - primeiro golpe de estado na Guiné-Bissau presidido pelo então General João Bernardo Vieira (Nino) que derrubou o governo do primeiro presidente da Guiné-Bissau, Luís Almeida Cabral e também foram assassinados os elementos mais próximos do presidente. Em 17 de outubro de 1985 - atentado de golpe de estado (que falhou) contra o então presidente João Bernardo Vieira (Nino), algumas pessoas foram presas e outras assassinadas.

Com a implantação do processo democrático em 1994, pela primeira vez houve eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau, nas quais João Bernardo Vieira (Nino) foi eleito democraticamente como presidente da República da Guiné-Bissau. Em junho de 1998, houve um levante militar liderado pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Brigadeiro Ansumane Mané que derrubou o governo de João Bernardo Vieira (Nino); tal levante durou onze meses e só teve fim em agosto de 1999, com a queda do governo de Nino. Depois disso, em 2000, houve outra eleição na qual Kumbá Iala, líder de Partido de Renovação Social (PRS), foi eleito presidente da República da Guiné-Bissau. Nesse mesmo ano houve outro alegada tentativa de golpe liderado pelo ex-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas Brigadeiro Ansumane Mané, na qual ele foi assassinado com algumas pessoas da sua confiança.

Em 2003, houve outro golpe de estado liderado pelo ex-Chefe de Estado Maior das forças Armadas, General Veríssimo Correia Seabra, que derrubou o governo de Kumbá Iala. Em 2004, o General Veríssimo Correia Seabra e Coronel Domingos de Barros foram assassinados em uma suposta reivindicação corporativa: aumento salarial, melhores condições nas casernas militares. No mesmo ano de 2004, teve início outra eleição, na qual o ex-presidente João Bernardo Vieira (Nino), que estava asilado em Portugal, foi eleito mais uma vez como presidente da República da Guiné-Bissau.

---

<sup>10</sup> Artigo Guia da Guiné-Bissau. Disponível - <http://www.guine-bissau.net/ue/pt/historia.htm>. Acesso (03/06/2008).

Em 2008, outro atentado de golpe liderado pelo Capitão de Mar e Guerra, José Américo Bobo Na Tchuto, que logo depois se refugiou na República de Gâmbia e algumas pessoas envolvidas na intentona foram presas.

Em março de 2009, houve assassinatos do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, General Tagme Na Waie no dia 1º de março 2009 e do presidente João Bernardo Vieira (Nino) em 02 de Março de 2009 por um desconhecido<sup>11</sup>. Em maio do mesmo ano de 2009, os ex-ministros da defesa, Helder Proença e da Administração Interna, Baciro Dabó do governo do ex-presidente João Bernardo Vieira (Nino) foram assassinados.

Neste contexto, dá para perceber que há muita instabilidade social e política na sociedade que emerge do colonialismo, o que acarreta uma população pobre, analfabeta, que não pode suprir o país de profissionais capacitados e atuantes em vários campos, de modo a consolidar a nação. Assim, o processo de formação de quadros guineenses no exterior se torna cada vez mais necessário.

A razão foi que, a partir do momento em que a Guiné-Bissau ficou independente, em 1974, depois de uma guerra contra Portugal que durou praticamente 11 anos, os novos dirigentes viram-se jogados à frente da máquina administrativa com muitas funções e sem quadros técnicos para desempenhá-las. Os dirigentes do PAIGC (partido político no poder) sentiram-se obrigados a mandar muitos jovens em busca de conhecimento técnico e superior no exterior.

Em 1975, Guiné-Bissau foi considerada como um dos países africanos com maior número de população nas escolas: “um total de cerca de 95.000 pessoas, entre crianças e adultos, representando aproximadamente 13% da população global” (PEREIRA, 1977, p. 103). Na época, a educação despertava maior atenção e mobilização, com vistas a superar a ignorância, o analfabetismo, e a falta de quadros técnicos, condições indispensáveis para garantir a reconstrução nacional.

O decreto nº 15/1976, publicado em Abril de 1976, no Boletim Oficial, número 17, permitiu à Guiné-Bissau fazer acordos bilaterais com alguns países, a fim de enviar mais jovens guineenses para o exterior. É nesse período que o Brasil e a Guiné-Bissau fizeram acordos

---

<sup>11</sup> O acontecimento por ser muito recente não tem ainda informações maiores a respeito, quer dos assassinatos, quer dos desdobramentos políticos no país.

bilaterais para cooperação cultural e científica, responsável pela presença de estudantes guineenses em escolas brasileiras, em particular por meio de Programa de Estudantes Convênio, o PEC-G.

De acordo com o manual do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC/ G) e Programa de Estudantes de Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), ano 2000 o programa constitui um dos instrumentos de cooperação educacional que o governo brasileiro oferece a outros países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina. Desde o final da década de 1920 até o ano de 1967, o programa foi administrado exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE/ Itamaraty). O PEC-G é desenvolvido, desde então, com base na assinatura de protocolos conjuntos com prazos indeterminados entre dois Ministérios: o da Educação e Cultura (MEC), com participação das instituições de Ensino Superior (IES) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com a participação de missões diplomáticas e repartições consulares. A meta principal do programa é permitir aos estudantes conveniados a integralização do curso nos prazos estabelecidos e seu retorno para o país de origem, para que possam contribuir com o desenvolvimento local após a formação adquirida no Brasil. Para isso, são feitas periodicamente avaliações em função dos resultados apresentados pelo desempenho dos estudantes, encaminhadas pelas IES participantes do PEC-G.

No caso da Guiné-Bissau, os primeiros estudantes no Brasil chegaram depois que o país ficou independente, em 1974, do domínio colonial português e, desde então, ano a ano, estes chegam em número cada vez maior.

Neste trabalho, pretendo analisar a trajetória de jovens guineenses que vieram ao Brasil, especificamente para as cidades de São Paulo e Campinas, como afirmei no início desta apresentação. Durante a pesquisa, foram entrevistados alunos guineenses de universidades públicas e privadas dessas duas cidades (São Paulo e Campinas). Pretendo compreender os mecanismos dessa escolha, as condições de inserção nas universidades brasileiras e as razões pelas quais alguns desses estudantes acabam não retornando para o país de origem e permanecem no Brasil.

### *Percurso metodológico*

Na ausência de dados confiáveis e de literatura específica, optei por trazer as falas dos sujeitos entrevistados de modo a construir, conjuntamente, os percursos históricos e os percursos pessoais vividos por eles no processo de emigrar em busca de formação educacional e profissional. Nesse sentido, a presença dos depoentes guineenses não retornados se torna significativa, posto que aqueles com mais idade não apenas lembram o período colonial, como nele viveram sua iniciação educacional, quando esta foi possível. Os depoentes mais novos, e ainda em processo de formação, complementam o contexto aqui tratado por estarem vivendo a condição de estudante num país que não o de origem. Assim, cada depoimento citado no corpo do texto será identificado pelo nome criado pela pesquisadora, seguido da localidade em que moram os entrevistados – Estado de São Paulo e a informação de **não retornados formados** (os mais velhos), e **estudantes em formação**. Dispensa-se aqui o designativo guineense posto que todos os entrevistados são de nacionalidade guineense.

Também para facilitar a leitura deste texto, sempre que a citação corresponder a um depoimento estará em itálico de modo a diferenciar as citações que são seguidas da fonte bibliográfica e documental, conforme normas vigentes.

Neste âmbito, as entrevistas<sup>12</sup> foram feitas com quadros guineenses (formados e formandos) em duas cidades: São Paulo e Campinas. Em São Paulo, entrevistei cinco pessoas: dois entrevistados são formados não retornados e outros três estão em processo de formação. Na cidade de Campinas, fiz três entrevistas: dois são formados não retornados e um está em processo de formação. No total, foram oito entrevistados divididos em dois grupos não retornados e estudantes.

O primeiro grupo caracterizado por não retornados é formado por estudantes guineenses formados no Brasil e que, após a formação, não retornaram ao país de origem por diferentes razões. No segundo grupo, estão estudantes guineenses em processo de formação ainda no Brasil. No primeiro grupo, todos fazem parte das primeiras gerações com curso superior no interior de

---

<sup>12</sup> Ver o modelo de questionário da entrevista no anexo I e modelo de formulário no anexo II.

suas famílias. Esses estudantes não retornados nasceram entre as décadas de 1950 e 1960; nessa época, alguns países da África ainda estavam sob domínio dos colonizadores, inclusive a Guiné Portuguesa, atual Guiné-Bissau<sup>13</sup>. Já no segundo grupo dos quatro estudantes em processo de formação entrevistados, três são de segunda geração da família com curso superior e apenas um dos entrevistados se manifestou como sendo da primeira geração com curso superior na família. Esses estudantes nasceram nas décadas de 1970 e 1980, período em que a Guiné-Bissau já era independente.

Assim, durante a pesquisa, trabalhei com diferentes técnicas de coleta de dados: levantamentos de documentos, de dados estatísticos, análises bibliográficas; entrevistas abertas e questionários de identificação. A investigação empírica privilegiou estudantes que cumpriram sua formação no Brasil e teve por contraponto a trajetória de sujeitos que ainda estão em processo de formação. Com esses dados foi possível fazer a comparação de discursos, fatos e informações concretas entre os dois grupos (não retornados e estudantes) e o contexto histórico da Guiné-Bissau no passado e no presente.

Os questionários foram limitados aos dados de identificação dos pesquisados contendo nome, idade, origem, escolaridade, origem familiar, escolaridade dos pais. Já as entrevistas foram pensadas a partir de um roteiro de questões necessárias, porém abertas, para que os entrevistados pudessem se manifestar além delas. O procedimento em campo envolveu o teste de uma primeira entrevista, de modo a garantir, após ouvi-la muitas vezes, que o roteiro tivesse o alcance esperado. Ao seguir essa orientação, descobri que o primeiro depoente, era uma pessoa muito experiente e não ficou preso ao meu questionário. O fato permitiu trazer outros argumentos riquíssimos o que me estimulou a pensar em trabalhar com a história da Guiné-Bissau no passado e no presente, o que não tinha sido previsto na proposta da pesquisa. Portanto, o trabalho de campo possibilitou aprender a aproveitar o máximo possível os depoimentos dos entrevistados para explorar com os próximos depoentes, elementos novos que futuramente viriam a ganhar expressão com outros levantamentos bibliográficos. Assim, logo depois de escutar e analisar o depoimento do primeiro depoente: passei a usar os vocabulários novos que não estavam no

---

<sup>13</sup> Devido à colonização portuguesa que durou quase cinco séculos, o território guineense ficou conhecida como Guiné ou Guiné Portuguesa. Quando o PAIGC proclamou a independente unilateral, em 24 de setembro de 1973, passou a ser chamado de Guiné-Bissau, cuja capital é Bissau, tal como era já chamada na época da Guiné ou Guiné Portuguesa.

roteiro para os próximos entrevistados, inclusive com os depoentes da mesma faixa etária dos não retornados. Portanto, com toda essa riqueza, o trabalho acabou ganhando um complemento muito interessante, mas sem abandonar a idéia principal. Hoje pode-se dizer que, com essa experiência de campo, o trabalho acabou por se estruturar em condições melhores do que as inicialmente consideradas.

Por outro lado, como estudante guineense de PEC-G, hoje no Mestrado pelo PEC-PG e realizando a presente pesquisa, descobri que, o fato de ser guineense, não significou que o trabalho de campo tenha sido fácil de realizar. Primeiro, porque não conhecia os estudantes entrevistados e porque cheguei aos meus conterrâneos através da indicação dos outros guineenses já conhecidos. Com a ajuda desses conhecidos, alguns estudantes até aceitaram participar da entrevista, porém outros não. Muitas vezes, na última hora, algumas pessoas com quem eu tinha entrado em contato desistiram, tal como confirma o seguinte fato: marquei para fazer uma entrevista em São Paulo. Um dia antes, liguei para confirmar. Depois da confirmação, no dia seguinte, viajei a São Paulo e, quando ia começar a entrevista, a pessoa desistiu alegando que ligaria para mim assim que estivesse preparada para ser entrevistada. Até hoje o retorno não aconteceu. Bom, apesar de ter havido essa desistência de última hora, posso dizer, que nem todos desistiram na última hora. Um outro caso foi bem explicado. Um quadro formado não retornado, do sexo feminino, quando do contato através do e-mail, ela foi muito franca comigo, explicando que dada a sua ocupação e ausência temporária fora do Brasil, não poderia participar da pesquisa e sugeriu colocar uma outra pessoa para não prejudicar o trabalho. Das desistências que tive ao longo da minha pesquisa, a grande maioria foi de pessoas do sexo feminino. Sete pessoas ao todo: são cinco (5) mulheres (uma mestra, uma doutora, três graduandas) e dois (2) homens (um doutor e um graduando) que desistiram da entrevista. Por essa razão, acabei entrevistando duas jovens e uma delas, por ser formada retornou à Guiné-Bissau, de modo que não incorporei sua entrevista ao conjunto de dados aqui analisados. Outro, por ser estudante de universidade particular, fora do programa de convênio, acabei por deixá-lo fora da pesquisa

### ***Minibiografia dos entrevistados.***

A apresentação de uma minibiografia tem por intuito trazer para o contexto do presente trabalho, uma idéia geral a respeito de quem são os sujeitos aqui entrevistados. Os biografados<sup>14</sup> constituem o universo considerado e, por razões já expostas acima, são na maioria indivíduos do sexo masculino, compreendidos entre duas situações: a de ser um não retornando ou ser estudante no Brasil. São todos guineenses, cujas vidas se constroem em relação ao domínio português na Guiné Portuguesa ou ao período pós-colonial na, agora, Guiné-Bissau.

---

<sup>14</sup> Deve-se observar que os nomes não correspondem aos nomes reais dos entrevistados, sendo um recurso de preservação de suas identidades, tal como se acordou junto aos pesquisados.

**Nome: Thiago da Silva Baldé (51 anos)**

Nasceu em 1956 na cidade de Bolama, antiga capital da Guiné Portuguesa – (atual Guiné-Bissau)

Nacionalidade dos Pais:

Pai: guineense

Mãe: guineense

Escolaridade dos pais:

Pai fez primário (período colonial)

Profissão: comerciante

Mãe: fez primário (período colonial)

Profissão: prendas do lar (dona de casa).

Em 1965 Thiago iniciou seus estudos primários na escola da missão católica em Bolama na cidade onde nasceu e depois deu continuidade aos seus estudos em Bissau, atual capital da Guiné-Bissau.

Em 1968 ele terminou primário e nesse mesmo ano uma mudança no sistema educacional permitiu que o aluno que terminasse o primário entrasse automaticamente no ciclo preparatório que atendia alunos das 5ª e 6ª classes/ séries). Depois dos dois anos do ciclo preparatório, Thiago entrou no Liceu Nacional Honório Barreto (atual Liceu Nacional Kwame Nkrumah) para fazer a 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª séries. Mas Thiago da Silva Baldé só fez dois anos de liceu (7ª e 8ª), depois fugiu para se juntar aos militantes do PAIGC nas zonas libertadas, onde recebeu treinamento de dois meses. Depois do treinamento ganhou uma bolsa de estudo para dar continuidade aos seus estudos na Alemanha Oriental onde fez um curso técnico e só voltou para a Guiné Bissau depois da independência em 1975. Na Guiné-Bissau, trabalhou como técnico da Rádio Nacional.

Chegou ao Brasil em 1981, para fazer curso superior na área de Engenharia Elétrica, o qual concluiu em 1987. Assim que terminou o curso de Engenharia Elétrica foi convidado para trabalhar em uma empresa, mas resolveu fazer um curso de Pós-Graduação em uma universidade particular para poder trabalhar nessa empresa brasileira. Lá ele trabalhou de 1989 até 2001. Hoje mudou de emprego, mas continua morando no Estado São Paulo, é casado com uma brasileira e pai de dois filhos.

Data da entrevista: 31/10/2007.

Duração: 1h: 02 minutos.

**Nome: Marcelo Francisco Barbosa (47 anos)**

Nasceu na Guiné Portuguesa – (atual Guiné-Bissau)

Nacionalidade dos pais

Pai: guineense

Mãe: guineense

Escolaridade dos pais:

Pai fez primário completo (4ª classe) período colonial.

Profissão: militar e combatente do PAIGC.

Mãe fez primário incompleto (período colonial)

Profissão: militar e combatente do PAIGC.

Aos quatro anos de idade, Marcelo foi para o Lar Infantil (Jardim Infantil) em Guiné-Conakry, país vizinho à Guiné Portuguesa, em razão da participação dos pais na guerra da independência contra o colonialismo português. Na Guiné Conakry além do Lar Infantil (Jardim Infantil), tinha também a Escola Piloto. Ambas as escolas foram criadas pelo PAIGC durante a guerra da libertação nacional com objetivo de atender as crianças órfãs da guerra e filhos de combatentes da liberdade da pátria. No Lar Infantil, Marcelo fez o jardim para depois entrar na Escola Piloto (Escola de Ensino Fundamental). Depois, surgiu oportunidade de ir para a Alemanha, onde estudou até a segunda classe (série). Na terceira classe, Marcelo ficava na escola de segunda-feira à sexta-feira, mas de sexta-feira até domingo não havia guarda e educadora. Este foi então transferido para a Rússia, para a cidade de Ivanovo onde iniciou a terceira classe (3ª classe) até concluir o ensino médio em 1979. Posteriormente entrou no instituto de energia de Moscovo. Segundo Marcelo, a Rússia tinha por política, que ao completar 16 anos automaticamente você é naturalizado, independentemente de ter nascido lá ou não. Foi o que aconteceu com Marcelo. Em 1979, ele entrou na Faculdade de Engenharia Elétrica e a concluiu em 1984. Iniciou o curso para o Mestrado junto com a graduação e, em 1985, concluiu também o Mestrado. Voltou para Guiné, trabalhou no Ministério de Minas e Energia, onde foi responsável, ou seja, Coordenador de Projeto de Saltinho e Chefe de Departamento de Planejamento Energético. Além desses cargos, Marcelo cuidava da parte industrial onde estava incluída a fábrica de “Serapta” de Bafatá, Cumeré e fábrica plástica. Ao mesmo tempo, fazia serviços para a Central Elétrica de Bandim. Em 1985 veio ao Brasil através do projeto Saltinho que era financiado pelo PNUD e Banco Mundial na época, para fazer um curso de curta duração. Voltou para Guiné. Saiu de lá definitivamente em razão da perseguição política contra ele e contra a família. Em 1986 veio

definitivamente para o Brasil, fez outro Mestrado e depois Doutorado e hoje é Professor universitário no Estado de São Paulo.

Data da entrevista: 03/11/2007.

Duração da entrevista: 1h: 14 minutos.

**Nome: Otávio Correia Soares (48 anos)**

Nasceu em 1959 na Guiné Portuguesa – (atual Guiné-Bissau).

Nacionalidade dos pais

Pai: guineense

Mãe: guineense

Escolaridade dos pais:

Pai fez primário completo (4ª classe) período colonial.

Profissão: pedreiro e mestre de obra.

Mãe não estudou

Profissão: prendas do lar (dona de casa).

Otávio Correia Soares teve uma parte de sua educação no período colonial. Iniciou seus estudos primários na escola de Capela que era da missão católica e nela fez a primeira classe. No ano seguinte abriu uma nova escola do Estado português chamado Gabo Coutinho, hoje, escola pública em Bissau chamada Cinco de Julho onde deu continuidade aos seus estudos. Em 1978, com o 5º ano correspondente ao 9º ano de escolaridade no Brasil, entrou na brigada pedagógica dando aulas para o ciclo preparatório (5ª e 6ª classes). A Brigada Pedagógica era uma política criada na época pelo PAIGC, que governava o país. Foi professor de Química de 1978 a 1980 no ciclo preparatório enquanto fazia segundo grau. Em 1980, terminou a 11ª classe do liceu (correspondente ao segundo grau no Brasil) e de 1980 a 1983 trabalhou no Liceu Nacional Kwame Nkrumah como Coordenador, Professor de Química e Membro de Conselho Diretivo.

Em 1983, veio ao Brasil para fazer um curso de Arquitetura como estudante convênio PEC-G, mas depois mudou de curso e fez Geologia. Em 1989 se formou em Geologia.

Hoje é Professor Universitário mora no Estado de São Paulo, solteiro, é pai de duas filhas.

Data da Entrevista: 03/11/2007.

Duração: 1h: 33 minutos.

**Nome: Antonio Mendes Pereira (47 anos)**

Nasceu no sul da Guiné Portuguesa – (atual Guiné-Bissau)

Região (Estado): Tombali; Cidade: Catió.

Nacionalidade dos pais

Pai: descendente de portugueses e caboverdiano.

Mãe: guineense.

Escolaridade dos pais:

Pai fez ensino médio completo (período colonial).

Profissão: Contabilista e financeiro.

A mãe fez o primário (período colonial).

Profissão: prendas do lar (dona de casa).

António passou toda a sua infância e adolescência na capital do país, Bissau. Ele teve acesso à escola com sete anos de idade e sempre estudou na escola pública oficial (escola do Estado português). Mas concluiu o ensino secundário depois que o país ficou independente de Portugal. Ao concluir o ensino secundário, foi estudar na escola do partido PAIGC, ainda em Bissau e depois trabalhou no Ministério de Educação da Guiné como Professor de formação militante no Liceu.

Em 1983 veio ao Brasil para fazer Medicina no Estado de São Paulo e em 2001 terminou o Doutorado. Hoje é casado com uma brasileira e é pai de um filho.

Data da entrevista: 06/03/08.

Duração: 1 hora: 54 minutos.

**Nome: Dionísio Soares Djaló (25 anos):**

Nasceu na Ucrânia, no município de Indonesky.

Nacionalidade dos pais

Pai: guineense

Mãe: é mistura de ucraniana e russa

Escolaridade dos pais:

Pai: superior (Doutorado)

Profissão economista

Mãe: superior (Doutorado)

Profissão: economista

Enquanto os pais estudavam, Dionísio Soares Djaló morou com a avó materna, até quatro anos de idade e depois foi morar com os pais na cidade de Moscovo.

Em 1988 com seis anos de idade ele e a família foram para Guiné-Bissau onde ele iniciou os estudos primários em uma escola particular de ensino fundamental chamada Luís Taborda na cidade de Bissau. Fez o ensino médio em uma outra escola particular conhecida como Escola Portuguesa. Em 1998 devido ao conflito armado entre o governo e a junta militar, Dionísio e a irmã retornaram à Ucrânia para morar com avó materna e lá acabou fazendo o décimo segundo (12º) ano/série e só voltou para Guiné-Bissau quando terminou o conflito.

Em 2007 veio ao Brasil como aluno de PEC-G para fazer um curso de Publicidade e Propaganda. Insatisfeito com o curso acabou mudando para o Estado de São Paulo para fazer um curso de Produção Musical numa universidade particular paga pelos pais. Hoje é casado com uma brasileira, não tem filhos.

Data da entrevista: 03/11/2007.

Duração da entrevista: 51 minutos.

**Nome: Adriano Lopes Mendes Barbosa (26 anos)**

Nasceu na cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau.

Nacionalidade dos pais

Pai: guineense

Mãe: guineense

Escolaridade dos pais:

Pai fez curso superior (Mestrado).

Profissão: Comerciante.

Mãe fez ensino médio completo.

Profissão: Secretária Administrativa.

Adriano estudou na escola pública desde a 1ª classe até a 5ª classe. Quando começou a greve dos professores na rede pública, Adriano foi fazer a 6ª, 7ª, 8ª, e 9ª classes na escola particular Luís Taborda. Com o fim da greve, voltou a estudar no Liceu Nacional Kwame Nkrumah, onde cursou a 10ª e a 11ª classes. Em 2003 veio ao Brasil para fazer Ciência de Computação no Estado de São Paulo e hoje está cursando Mestrado na mesma universidade. É solteiro.

Data da entrevista: 04/11/07.

Duração: 47 minutos.

**Nome: Márcia de Paula Fortes Cardoso (29 anos)**

Nasceu na cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau.

Nacionalidade dos pais

Pai: guineense

Mãe: guineense

Escolaridade dos pais:

Pai fez curso superior (Graduação)

Profissão: Mecânico de avião

Mãe fez ensino médio

Profissão: Secretária

Aos quatro anos de idade Márcia de Paula Fortes Cardoso foi para o Jardim Infantil que era público. Depois do Jardim ela fez ensino fundamental em uma escola pública, chamada Justado Vieira e o ensino médio ela cursou na escola privada João XXIII, administrada por padres católicos.

Em 2003 veio ao Brasil para fazer um curso de Letras e descobriu que estava grávida. Cancelou o curso e só retomou aos estudos em 2004. Hoje ela mora no Estado de São Paulo e é mãe de uma filha. Solteira, está cursando Letras.

Data da entrevista: 04/11/07.

Duração: 47 minutos.

**Nome: Sergio Sabino Cabral (28 anos):**

Nasceu na cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau.

Nacionalidade dos pais

Pai: guineense

Mãe: guineense

Escolaridade dos pais:

Pai fez ensino médio

Profissão: Ex-policial.

Mãe fez ensino fundamental completo

Profissão: Prendas do lar (dona de casa).

Sergio Sabino Cabral fez ensino fundamental e ensino médio na escola pública em Bissau. Em 2005 veio ao Brasil como aluno de PEC-G para fazer o curso de Engenharia Civil no Estado de São Paulo. Hoje mora no Estado de São Paulo e é solteiro.

Data da entrevista: 03/11/2008.

Duração: 38 minutos.

### ***Estudantes guineenses conveniados – 1986/2009***

Os fluxos de estudantes de convênio pelo programa de PEC-G e PEC-PG entre 1986/2009, consiste em uma tentativa de delimitar quantitativa e qualitativamente o movimento de estudantes guineenses no Brasil por se ter em mente um contexto no qual os sujeitos aqui considerados se inserem. Busco avaliar as áreas escolhidas para formação, para delimitar se existe ou não um projeto de formação com relação à reconstrução nacional da Guiné-Bissau. Compreender os muitos significados da mobilidade desses jovens guineenses especificamente daqueles que vieram para o Estado de São Paulo (cidades de São Paulo e Campinas) em busca de formação universitária.

Nesse sentido, com a finalidade de situar o contexto de guineenses que chegaram e chegam ao Brasil tendo-se em vista o processo de formação educacional em nível de graduação e pós-graduação, opera-se aqui, com dados provenientes da listagem dos estudantes dos convênios selecionados para PEC-G desde 1986 até 2009, obtidos junto ao Itamaraty. Importa perceber que dos selecionados a cada ano, nem todos vieram para o Brasil e outros, após aqui chegarem, muitas vezes, trocaram de cidade, de curso e até mesmo de universidade. Assim, a listagem constitui uma aproximação dos movimentos de guineenses em direção ao Brasil, a partir dos processos seletivos do PEC-G realizados ainda na Guiné-Bissau. Portanto, não constam dados de estudantes de PEC-PG que se encontram no Brasil e muito menos dos estudantes que vêm ao Brasil fora da seleção feita na Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Um exemplo: estudantes que vêm através dos convênios das Igrejas e outros que entram em contato direto com as universidades particulares do Brasil, não constam da listagem do Itamaraty. Também, não constam os dados dos estudantes de PEC-G desde o momento em que a Guiné-Bissau ficou independente de 1974 até 1985. Por esta razão, os dados aqui considerados estão limitados em função do documento que a equipe do Itamaraty forneceu.

**TABELA 1 – Estudantes guineenses selecionados por área<sup>15</sup> e sexo**

PERÍODO DE 1986 a 1990							TOTAL
ÁREAS	BIOLÓGICAS		HUMANAS		EXATAS		
SEXO ANO	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
1986	0	0	1	0	0	0	1
1987	0	0	0	0	0	0	0
1988	0	0	2	1	0	0	3
1989	1	0	0	0	1	0	2
1990	1	0	0	0	1	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

Fonte: Divisões de Temas Educacionais/MRE. 07 de maio de 2009.

**Na tabela 1:** Estudantes de convênio do ano de 1986 a 1990. Ao todo oito (8) estudantes selecionados: sete (7) homens e uma (1) mulher, sendo a área de Humanas a de maior concentração. Não há casos de desistentes ou de desligados.

<sup>15</sup> As áreas correspondem à classificação que faz a Universidade de São Paulo com respeito aos seus cursos e pode não ser o modelo padrão para outras universidades brasileiras.

**TABELA 2 – Distribuição dos estudantes guineenses por área, sexo e regiões do Brasil.**

PERÍODO DE 1986 a 1990							TOTAL
ÁREAS SEXO REGIÕES	BIOLÓGICAS		HUMANAS		EXATAS		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
SUDESTE	1	0	2	1	0	0	4
NORDESTE	1	0	0	0	1	0	2
CENTRO-OESTE	0	0	1	0	0	0	1
SUL	0	0	0	0	1	0	1
NORTE	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

Fonte: Divisões de Temas Educacionais/MRE. 07 de maio de 2009.

**Tabela 2:** Estudantes de convênio do ano de 1986 a 1990 no total oito (8) estudantes. Quatro (4) selecionados para a Região de Sudeste, região que é referência para o presente estudo. Percebe-se a predominância de indivíduos do sexo masculino, fato que se repete entre os aqui entrevistados. Predomina, ainda, a área de Humanas.

**TABELA 3 – Estudantes guineenses selecionados por área e sexo**

PERÍODO DE 1991 a 2000							TOTAL
SEXO ANO	BIOLÓGICAS		HUMANAS		EXATAS		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
1991	0	0	1	1	1	0	3
1992	0	2	0	1	1	0	4
1993	0	0	4	0	1	0	5
1994	0	0	7	5	0	0	12
1995	1	1	11	5	3	0	21
1996	2	0	7	7	3	1	20
1997	1	0	4	4	0	0	9
1998	0	1	8	7	1	0	17
1999	2	0	1	1	0	0	4
2000	0	1	8	13	3	0	25
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>51</b>	<b>44</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>120</b>

Fonte: Divisões de Temas Educacionais/MRE. 07 de maio de 2009.

**Tabela 3:** Estudantes de convênio de 1991 a 2000. Ao todo são cento e vinte (120) estudantes selecionados: setenta (70) são homens e cinquenta (50) são mulheres. Das cinquenta estudantes mulheres (50) apenas uma foi desligada, sendo que não aparecem dados de desistência nesse período. Importa registrar o aumento do fluxo de estudantes guineenses a partir de 1994, com pequena retração em 1997 e 1999.

**TABELA 4 – Distribuição dos estudantes guineenses por área, sexo e regiões do Brasil.**

PERÍODO DE 1991 a 2000								TOTAL
ÁREAS SEXO REGIÕES	BIOLÓGICAS		HUMANAS		EXATAS			
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino		
SUDESTE	4	2	26	23	8	0	<b>63</b>	
NORDESTE	3	0	8	7	0	1	<b>19</b>	
CENTRO-OESTE	0	2	10	9	1	0	<b>22</b>	
SUL	0	0	5	4	4	0	<b>13</b>	
NORTE	0	0	2	1	0	0	<b>3</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>51</b>	<b>44</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>120</b>	

Fonte: Divisões de Temas Educacionais/MRE. 07 de maio de 2009.

**Tabela 4:** Estudantes de convênio de 1991 a 2000. Grande leva de selecionados na Região de Sudeste e Centro-Oeste, com predominância do Sudeste. Dado significativo é a concentração de 95 sujeitos nos cursos das Áreas Humanas.

**TABELA 5 - Estudantes guineenses selecionados por área e sexo**

PERIODO DE 2001 a 2009							
SEXO ANO	BIOLÓGICAS		HUMANAS		EXATAS		TOTAL
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
<b>2001</b>	2	5	22	19	10	1	<b>59</b>
<b>2002</b>	11	4	47	18	9	0	<b>89</b>
<b>2003</b>	15	10	104	58	25	1	<b>213</b>
<b>2004</b>	5	4	38	19	6	3	<b>75</b>
<b>2005</b>	11	15	53	65	14	4	<b>162</b>
<b>2006</b>	7	16	71	45	5	3	<b>147</b>
<b>2007</b>	3	0	7	3	4	0	<b>17</b>
<b>2008</b>	12	7	38	43	25	8	<b>133</b>
<b>2009</b>	9	13	57	49	47	15	<b>190</b>
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>74</b>	<b>437</b>	<b>319</b>	<b>145</b>	<b>35</b>	<b>1085</b>

Fonte: Divisões de Temas Educacionais/MRE. 07 de maio de 2009.

**Tabela 5:** Estudantes de convênio de 2001 a 2009. Ao todo são mil e oitenta e cinco (1085) estudantes selecionados: seiscentos e cinquenta e sete (657) são homens e quatrocentos e vinte e oito (428) são mulheres. Nesse período há casos de desistentes e de desligados. Dos seiscentos e cinquenta e sete (657) homens selecionados, vinte e oito (28) desistiram e vinte cinco (25) foram desligados. Dentre as mulheres, de quatrocentos e vinte e oito (428) no total, vinte e seis (26) desistiram e vinte (20) foram desligadas, perfazendo um total de trezentos e oitenta e duas (382) mulheres e seiscentos e quatro (604) homens que permanecem no programa de PEC-G.

Significativo é o dado de que no período entre 2000 e 2009 começou o maior fluxo de estudantes da Guiné-Bissau para o Brasil. Por exemplo: 2003 foi o ano em que se selecionou um número maior de estudantes. Ao todo foram duzentos e treze (213) estudantes. Já no ano de 2007 poucos estudantes foram selecionados, dezessete (17) apenas. Alguns estudantes desse período informaram que, com a criação de uma nova universidade na Guiné-Bissau, o governo reduziu o número dos selecionados para o Brasil, alegando que só poderiam vir ao Brasil os estudantes selecionados nos cursos que não existissem na universidade da Guiné-Bissau. Há, portanto, um redutor externo aos sujeitos que cria barreiras àqueles que dependem de ajuda governamental e/ou bolsa para se deslocar para o exterior, em particular para o Brasil.

**TABELA 6 - Distribuição dos estudantes guineenses por área, sexo e regiões do Brasil.**

PERÍODO DE 2001 a 2009							TOTAL
ÁREAS SEXO REGIÕES	BIOLÓGICAS		HUMANAS		EXATAS		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
SUDESTE	36	33	162	128	55	23	<b>437</b>
NORDESTE	25	17	115	81	48	9	<b>295</b>
CENTRO-OESTE	7	5	67	50	15	2	<b>146</b>
SUL	7	14	68	50	24	0	<b>163</b>
NORTE	1	4	24	10	5	0	<b>44</b>
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>73</b>	<b>436</b>	<b>319</b>	<b>147</b>	<b>34</b>	<b>1085</b>

Fonte: Divisões de Temas Educacionais/MRE. 07 de maio de 2009.

**Tabela 6:** Estudantes de convênio de 2001 a 2009. Dos mil e oitenta e cinco (1085) selecionados, quatrocentos e trinta e sete (437) foram para a Região Sudeste, confirmando a região como pólo de acolhimento de estudantes guineenses. Percebe-se, também, a concentração nas Áreas das Humanas, em termos de homens e mulheres.

Nesse período, o que se sabe é que a interferência do governo da Guiné-Bissau na seleção feita na Embaixada do Brasil, ainda na Guiné-Bissau, cria barreiras para a saída de estudantes para áreas existentes no país ou já saturadas por formação anterior durante a primeira fase da Independência. O fato é responsável pela vinda dessa maioria para os cursos das Áreas Humanas e também para os cursos que ainda não existem nas duas universidades da Guiné-Bissau – uma pública e outra particular. Contudo, ambas são pagas, no valor de quinze mil Francos CFA (15.000 Francos CFA) atual moeda da Guiné-Bissau, por ano e se torna proibitiva para estudantes de baixa renda.

Ao analisar a listagem dos estudantes do convênio fornecido pelo Itamaraty, percebe-se que nem todos os estudantes selecionados conseguem vir e ocupar as vagas oferecidas devido às dificuldades financeiras. Importa registrar que a partir do período de 2000 a 2009, estudantes do convênio passaram a vir por conta própria, ou seja, sem ajuda financeira do governo da Guiné-Bissau. Por essa razão, muitos dos selecionados não chegam a sair da Guiné-Bissau em razão das dificuldades que teriam para se manter no Brasil ou mesmo para deixar a Guiné-Bissau. Como exemplo, da lista dos estudantes do convênio fornecida pela Itamaraty, consta que em 2003 foi selecionada uma estudante de sexo feminino para fazer curso de Ciências Sociais na UNICAMP<sup>16</sup> e essa estudante não veio. O fato é do conhecimento dos estudantes que aqui estão que, devido ao pequeno número de estudantes guineenses na UNICAMP, facilita saber se chegou algum estudante de convênio da Guiné-Bissau ou não. Na lista do Itamaraty, todavia, por falta de controle por parte daquele órgão, permanece o nome da estudante como ingressante na UNICAMP.

No presente ano de 2009 foram selecionados três (3) estudantes, dos quais dois (2) estudantes foram selecionados para o curso de Letras na UNICAMP e um (a) o para curso de Telecomunicações também na UNICAMP. Até o momento, um jovem e uma jovem do curso de

---

<sup>16</sup> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) segundo Gomes J. D (2008): foi criada em 1966, num contexto de expansão do número de universidades para interior do Brasil e de um projeto desenvolvimentista e de modernização do País iniciado nos anos de 1950. Surge também da reivindicação da elite campineira, enriquecida pelas plantações de cana e café, de sediar uma universidade que atendesse à demanda do recente desenvolvimento industrial da região, onde faltava mão-de-obra especializada. (...). (GOMES J. D. 2008. p. 53)

Embora a UNICAMP congregue as atividades de ensino e pesquisa, é notório o seu reconhecimento por sua produção científica. Para o seu criador, Professor Zeferino Vaz, a pesquisa era a sua vocação, tanto que a instituição nasce como centro de pós-graduação e depois começa a incorporar os cursos de graduação. Isso é tão marcado que hoje é a universidade com a maior porcentagem de estudantes de pós-graduação em seus quadros: 48% e produz sozinho 12% das teses de mestrado e doutorado do Brasil. (idem, ibidem).

Letras efetivamente chegaram. Outra jovem do curso de Telecomunicações ainda não chegou para ocupar a vaga oferecida. Além desses estudantes selecionados, que não conseguiram vir para estudar na UNICAMP, existem outros casos, porque durante análise do documento do Itamaraty, outros nomes da lista de 2003 de algumas pessoas conhecidas aparecem como estando no Brasil mas elas ainda estão na Guiné. O fato leva a compreender que nem todos os estudantes selecionados ainda na Guiné conseguem vir para ocupar as vagas conquistadas no processo seletivo. Com a confusão que a fragilidade dos dados aponta, permanece uma indagação, já que alguns selecionados de 2003 aparecem na listagem como desistentes, enquanto que outros não o são. A incerteza dos dados impede uma análise mais profunda.

Faz parte dessa mesma dificuldade de análise o fato de que consta na lista, quarenta e cinco (45) estudantes com dados incompletos. Vinte cinco (25) são de sexo masculino e vinte (20) são de sexo feminino. Eu própria, como pesquisadora e estudante de convênio também, da UNICAMP, apareço como tendo concluído meus estudos, mas faltam dados como por exemplo, ano de chegada ao Brasil, curso, ano de conclusão, região, por suposto da graduação<sup>17</sup>. O cenário - assim construído - se reflete nos limites da própria pesquisa aqui exposta, situa os sujeitos aqui pesquisados e os coloca em um contexto ainda por ser desvendado, o que por si só legitima os esforços aqui despendidos e diz da originalidade com que se aborda a presença de estudantes de convênio de origem guineense no Brasil em processo de formação (estudantes) e não retornados.

Assim, o presente trabalho estrutura-se em quatro capítulos, seguidos de considerações finais que compreendem, sumariamente, os seguintes conteúdos:

**Capítulo 1** está voltado para o processo histórico ligado ao período colonial e de luta pela libertação nacional na Guiné. Tal contexto foi consequência do fato de que, iniciada a pesquisa, evidenciou-se a trajetória dos depoentes mais velhos (os não retornados) como tendo início no período colonial. Além dos mesmos terem nascido nesse período, eles foram também educados em escolas coloniais. Portanto, com a participação deles na pesquisa, foi necessário reconstruir a política de educação desenvolvida, tanto nas escolas coloniais, como nas escolas das zonas

---

<sup>17</sup> Entre outros, em razão de dados incompletos, estudantes com siglas de universidade como: UNIVALI; MONTES BELOS; INB; INATEL e GRANDE não foram aqui considerados.

libertadas<sup>18</sup>, no intuito de mostrar quem tinha acesso à escola e como foi desenvolvido o processo de educação na Guiné colônia.

No **Capítulo 2**, demonstro as principais mudanças que ocorreram no processo de educação após a independência. Lembrando que, assim que o país ficou independente, o governo do PAIGC implementou um novo sistema de ensino, pelo qual todas as crianças guineenses passaram a ter direito à escola, sem discriminação de qualquer tipo (origem, etnia). Também após a independência, os três modelos de escola que existiam durante o período colonial (escola da missão católica, escola central e escola da zona libertada) foram substituídos por um único modelo de escola, com conteúdos programáticos voltados à realidade africana (guineense). Esse novo sistema de educação era controlado pelo Estado e dirigido pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC. Ainda nesse mesmo capítulo pretendo mostrar a política de formação de quadros no exterior.

Já no **Capítulo 3**, a discussão está focada na experiência e no cotidiano de estudantes guineenses no Brasil em dois momentos: no primeiro momento, com estudantes guineenses formados não retornados que chegaram ao Brasil na década de 1980; no segundo momento, com estudantes guineenses em processo de formação que chegaram ao Brasil a partir do ano 2000, mostrando as práticas vividas por eles durante o processo de formação superior. Para finalizar o capítulo, tento trazer o olhar e a vivência dos estudantes negros estrangeiros na sociedade brasileira com relação ao preconceito.

No **Capítulo 4**, pretendo apresentar as principais razões que levam os estudantes guineenses a não retornarem para o país de origem (Guiné-Bissau). Lembrando que esses estudantes vieram ao Brasil por um programa de convênio (PEC-G; PEC-PG) assinado entre os dois países (Guiné-Bissau e Brasil) com o objetivo de formar técnicos superiores que poderiam contribuir no país de origem em diferentes áreas. Em seguida, pretendo mostrar o motivo principal que obriga os jovens africanos (guineenses) a emigrar forçosamente para o exterior em busca de formação superior e, nem sempre, regressar à Guiné.

---

<sup>18</sup> “Chamamos zona libertada a uma área em que temos controle quotidiano, em que apenas excepcionalmente temos de usar o nosso exército para neutralizar uma possível sortida portuguesa a partir de uma dessas guarnições e em que a população está mobilizada para o nosso lado, tanto no sentido político como no sentido militar da palavra” (DAVIDSON, 1975, p. 71).

Para finalizar, nas Considerações Finais lembro a todos que neste trabalho, algumas questões apresentadas, ainda quedam por serem resolvidas. Também deve ser considerada a realidade histórica e contemporânea, cuja dimensão de conflito e tensão, reflete na sociedade guineense, e impõe limites aos que momentaneamente se encontram longe de casa e dos seus.

## CAPÍTULO I

### EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: PERÍODO COLONIAL

Neste capítulo pretende-se tratar do processo de educação na Guiné-Bissau em três momentos: antes da dominação colonial, durante a dominação colonial e no contexto de luta pela libertação da Guiné Portuguesa. Antes da chegada do colonizador, não havia educação formal. Isso não quer dizer, que o processo de ensino e aprendizagem deixava de acontecer nesse lugar, porém, o conhecimento era transmitido através das práticas culturais (danças, músicas, culinárias etc.) praticadas no dia a dia por esses povos. Portanto, o ensino e aprendizagem aconteciam de uma maneira informal. Com a chegada dos europeus nos territórios africanos e, também, na Guiné Portuguesa, as culturas africanas sofreram alterações significativas. Os europeus traziam com eles o que eles mesmos consideravam superior: a sua cultura em comparação com as culturas já existentes na África e, assim que se instalaram no território africano, começaram a criar novas leis que determinavam um outro modo de vida para os povos locais.

Segundo Cabral (1978), a nação portuguesa é constituída por todos os cidadãos portugueses segundo a constituição política de Portugal. Essa condição implica que naquele momento de expansão, a quase totalidade dos africanos da Guiné Portuguesa não faziam parte da nação portuguesa, mais ainda: não gozavam dos direitos e das garantias do cidadão português, consagrados na referida constituição. Para Cabral (1978), a idéia de que a condição do homem, no pleno gozo dos seus direitos, deve coincidir com a de cidadão, fazia com que Portugal fosse visto como um país de homens e a Guiné Portuguesa, devido à força das leis portuguesas, fosse vista como um país de indígenas, tal como define o artigo 2º do Estatuto da Guiné Portuguesa. Diz o artigo,

(...) esse “indivíduo de raça negra ou seu descendente”, que não possui ainda “a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” - e que representa 99% da população do país – não é um homem. Constitui a nova espécie sociopolítica criada pelas necessidades da colonização portuguesa – o indígena.

Tanto na vida pública como na vida privada; no direito ao ensino como no direito a dispor da sua pessoa; na escolha dos seus dirigentes (mesmo daqueles que exercem funções mínimas) como na atividade política; em liberdade como na

prisão; nas suas relações familiares como no trabalho; no seu direito à propriedade como no direito de dispor do fruto da sua produção – o indígena não goza dos direitos comuns aos homens e é obrigado a “gozar” de um estatuto especial de acordo com a Constituição Portuguesa, a Lei Orgânica do Ultramar e o referido Estatuto, em cuja elaboração não participou (artigo 1º do Estatuto da Guiné “Portuguesa”): a) é lhe destinado um ensino especial (artigo 6º do Estatuto; Concordata e Acordo Missionário de 7 de maio de 1940; Estatuto Missionário aprovado pelo decreto 71.207, de 5 de abril de 1941 e 40.708 e 40.709 de 31 de junho de 1956); b) para mudar de residência, no interior da mesma circunscrição, necessita da autorização da entidade administrativa local; a mudança para regedoria situada noutra circunscrição depende de autorização “dos administradores interessados” (art. 9. único, ibidem); c) não pode eleger, investir, depor nem reintegrar os chefes tradicionais sem a aprovação da entidade administrativa (art. 11 e 14, ibidem); d) não lhe são concedido direitos políticos em relação às instituições não indígenas que decidem da sua vida económica, política, social e cultural (art. 23, ibidem); e) não tem liberdade de seguir os seus usos e costumes, se estes forem considerados como incompatíveis com “o livre exercício da soberania portuguesa” (art. 138 da Constituição Portuguesa) (...) (CABRAL, 1978, p.86-87).

Também além dessas leis citadas por Cabral, havia outro processo que podia transformar o nativo guineense em um homem “civilizado”. Segundo Mendy (apud CÁ, 2007):

Os africanos por toda parte podiam ser nativos, mas a assimilação podia emancipá-los. Assimilação era o meio pelo qual o incivilizado, isto é, o nativo ou indígena, podia juntar-se às fileiras dos oficialmente classificados como civilizados. Os critérios para se chegar à civilização eram os seguintes: falar português; ter rendimento suficiente para sustentar o candidato e sua família; ter bom caráter e posse daquelas qualidades necessárias para o exercício dos direitos privados e públicos do cidadão português; cumprimento do serviço militar; e pelo menos ter dezoito anos de idade. Qualquer africano que satisfizesse a estes requisitos podia usufruir os direitos severamente reservados aos portugueses. A existência de critérios de bom caráter tornava evidente que, em qualquer caso determinado, a assimilação dependia da aceitação da administração colonial. O que determinava, contudo, na escolha e/ou seleção formal de assimilação era o nível educacional a que a população africana estava submetida.

Na Guiné, os não-civilizados eram, em 1950, 502.457 contra uma população civilizada de 1.498 que representava 0,29%. Segundo Cá, esses números eram exagerados, considerando-se que as mulheres e filhos dos assimilados (caboverdianos e guineenses) podiam requerer assimilação semi-automaticamente, sem satisfazer os requisitos educacionais e outros exigidos ao marido. Para ele, a estatística precisa do número de assimilados era de 500 para a Guiné, apenas 0,1%.

Apesar de a base legal para dividir a população das possessões africanas, em civilizados e não-civilizados ter sido formulada em 1917, a questão da assimilação continuava confusa. Na Guiné, o diploma legislativo nº 1.346, de 7 de outubro de 1946, conhecido como ‘Diploma dos Cidadãos’, foi sancionado pelo governador Sarmiento Rodrigues para esclarecer qualquer mal entendido relativo às condições que deviam caracterizar os indivíduos naturais das colônias para serem considerados assimilados a europeu. Para Mendy, esta legislação foi não somente

precursora como também inspiradora do Estatuto de Indigenato Portugueses da província da Guiné [Guiné Portuguesa], entre outras, em 1954. As condições estipuladas para a cidadania portuguesa, que efetivamente definiam civilizados e não-civilizados, tornaram-se as condições para o estado de assimilado (MENDY, 1994 apud CÁ, 2007, p.53-54).

Cá afirma ainda que, conforme o artigo 56º do estatuto de indígenas, a qualquer nativo ou indígena maior de dezoito anos de idade poderia ser dada a possibilidade de estudar, falar português fluentemente e uma profissão ou arte. Mesmo assim, esses indígenas tinham que mostrar bom comportamento e não poderiam se recusar a participar do serviço militar ou desertar quando eram convocados. Apesar de o requisito de que não deveriam praticar usos e costumes comuns do seu grupo social (etnia) estivesse omitido no documento oficial, evidentemente continuava a ser uma condição fundamental, tendo em vista a essência da política de assimilação que era a *aculturação*<sup>19</sup> do africano, cuja cultura era tida como inferior. De modo geral, para o africano ser considerado civilizado, ele tinha que negar totalmente a sua herança cultural, a sua tradição e aceitar a cultura portuguesa (européia). Essas condições tinham em vista garantir que apenas um número muito pequeno de guineenses tivesse acesso à categoria de assimilado “civilizado”.

Outrossim, eram as implicações racistas evidentes na política de assimilação que não escamotearam, portanto, a importância do seu aspecto econômico. Esta política legitimou e facilitou enormemente a exploração implacável dos indígenas não-civilizados, os gentios. O valor econômico dos ricos territórios sob o domínio português, fornecedores de matérias-primas baratas, era bem evidente para as autoridades de Lisboa. A realização de divisas estrangeiras era de extrema importância para fazer face ao crônico balanço negativo da exportação que, ao longo de décadas antes da implantação da ditadura do Estado Novo, fora um dos problemas econômicos de Portugal (MENDY, 1994 apud CÁ, 2007, p.54).

Também, durante a colonização, muitos caboverdianos foram enviados para assumir cargos de chefes de postos de segundo escalão na Guiné Portuguesa, por ser considerado um lugar muito perigoso, onde os nativos guineenses atacavam com muita violência os estrangeiros. Os portugueses, para não correrem risco de vida, enviavam os caboverdianos assimilados e de confiança para assumirem esses cargos. Portanto, não era qualquer caboverdiano que servia aos

---

<sup>19</sup> Aculturação (...), “significa essencialmente que, na situação de contato entre portadores de culturas diferentes, elas influenciam-se reciprocamente, o que sem dúvida as modifica, se o tempo for suficiente” (MUNANGA, 1986, p. 80). Munanga faz ainda “uma severa crítica ao conceito, mostrando que na situação colonial, caracterizada por uma relação de forças onde há mais imposição de uma cultura do que reciprocidade, a aculturação quase não existe, mas sim o que ele chama de *déculturation* (desculturação)” (MUNANGA, 1986, p.80).

colonizadores nessa função, mas sim, caboverdianos assimilados (mulatos e negros) e de confiança “aptos e confiáveis” para o colonizador, porque eram preparados para atuarem nas outras colônias portuguesas.

Segundo Mourão (2006), as Ilhas de Cabo Verde foram ocupadas pelos portugueses em 1446. No início da colonização, essas ilhas eram usadas como uma espécie de entreposto<sup>20</sup> de escravos. Os escravizados eram trazidos do continente africano para arquipélago de onde eram distribuídos mais tarde para o continente americano.

Desse processo de interposição de escravizados em Cabo Verde surgiu também a população de Cabo Verde, através do cruzamento racial entre o homem branco e a escravizada e que resulta hoje, na mestiçagem do povo caboverdiano. Conforme Mourão (2006)

Cabo Verde foi um entreposto importante para os portugueses no chamado tráfico negreiro. Os escravos [escravizados] eram capturados e levados para o arquipélago de onde seguiam mais tarde para trabalhar nas produções de cana-de-açúcar, café e algodão no Brasil e nas Antilhas (...). A população [de Cabo Verde] é de 400 mil habitantes distribuídos entre dez ilhas. O país não tem etnias (...). (p. 21).

A mesma história de Cabo Verde foi confirmada no depoimento de Thiago da Silva Baldé, um estudante não retornado:

*No caso de Cabo Verde é seguinte: Cabo Verde era conjunto de ilhas não habitadas e na época também era uma espécie de entreposto de escravos [escravizados]. Então, os escravos [escravizados] eram trazidos do continente [continente africano] e eram amontoados lá nas ilhas de Cabo Verde e daí, eram distribuídos para a América. Então nesse processo de interpostagem de escravos ali se deu também, o cruzamento racial entre o homem branco e a escrava que deu hoje nessa mestiçagem que a gente conhece na ilha de Cabo Verde como povo caboverdiano. Então realmente Cabo Verde não tinha população própria. Foi uma povoação dos europeus com os negros (nativos) que eles traziam do continente que formou o que é o povo de Cabo Verde hoje.*

De acordo com o depoimento do Thiago, tudo indica que o Cabo Verde não tinha população própria e as ilhas eram usadas como grandes depósitos para amontoar escravos que eram trazidos do continente africano para depois serem distribuídos para diferentes países da América. Conforme os relatos trazidos por Mourão (2006):

---

<sup>20</sup> Entreposto - vasto depósito de mercadoria. Armazém onde só se guardam ou vendem mercadorias de um estado ou duma companhia.

‘O que aconteceu aqui é que tanto os caboverdianos como os escravos [escravizados] africanos morriam de fome por causa da seca. Os portugueses tiveram que libertar os escravos [escravizados], porque não tinham como alimentá-los. Se atracasse um barco holandês ou outros, eles vendiam os escravos [escravizados] em troca de um saco de arroz: ‘30 [escravizados] escravos você me dá um saco de arroz’. Então os colonos aqui eram extremamente pobres, pois foram esquecidos pelo reino português e tiveram que se virar aqui. Com os africanos ocorria o mesmo, tiveram que se virar aqui com os colonos portugueses, perdendo a sua identidade de lá do continente. Por isso nós [caboverdianos] perdemos essa identidade africana’ (p.60).

(...)‘Nessa época da expansão portuguesa houve muita mestiçagem em Cabo Verde. O fato de sermos arquipélago e não estarmos dentro do continente africano e ainda não ter nativos antes dos portugueses chegarem, fez com que houvesse muita mistura. Aqui não havia mulheres portuguesas, havia homens majoritariamente. Então eles eram quase que forçados a se misturar com as negras. A partir daí vieram a surgir os mestiços, o povo cabo-verdiano. Na altura, do, século XVIII, os mestiços já eram até donos de escravos [escravizados] eles foram ascendendo socialmente até serem donos de escravos [escravizados]. Com isso, em termos de classes sociais foram estabelecidas hierarquias raciais. Classificaram 17 tipos de mestiços, havia essa distinção, não posso dizer nem que eram classes sociais, mas era mesmo racial, do mais negro ao mais branco havia essa distinção hierárquica’ (MOURÃO, 2006, p.60).

Portanto, o controle que o colonizador tinha nessas ilhas caboverdianas, nos leva acreditar que a dominação em Cabo Verde foi um pouco diferente da das outras colônias portuguesas. Segundo Mourão (2006), os seus entrevistados caboverdianos afirmaram: (...) ”que a forma de ocupação e as estratégias usadas pelos portugueses no período colonial os distanciaram de suas ‘raízes africanas’ e os aproximaram mais da cultura européia (...)” (p.59). O distanciamento do povo caboverdiano das suas origens os leva a acreditar que são superiores em relação aos negros do continente africano. Conforme Mourão (2006):

(...) os caboverdianos foram considerados superiores por terem perdido os laços com os negros do continente [africano] que, para o pensamento evolucionista vigente, eram considerados inferiores. No entanto, o que percebo é que os caboverdianos continuavam sendo indivíduos considerados pelos portugueses ainda de segunda categoria, embora, como disseram as entrevistadas, o colonizador os levasse a crer que eram superiores ou melhores que os africanos do continente, porque estavam mais dispostos a essa fusão étnica, cultural e religiosa (p.62).

Ainda é Mourão (2006), que confirma que a educação formal possibilitou outros desdobramentos desses fatos, porque contribuiu para a formação de funcionários, indivíduos aptos e ideologicamente preparados para preencher postos de segundo escalão do funcionalismo público em outras colônias portuguesas, como por exemplo, na Guiné Portuguesa, onde “entre

1920 e 1940 cerca de 70% dos oficiais da administração pública eram assimilados caboverdianos ou seus descendentes” (p.65).

Para o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Existem várias razões que contribuíram para o atraso da Guiné [ou Guiné Portuguesa] com relação às outras colônias. Um dos aspectos é o seguinte: a Guiné até não me lembro exatamente o ano, mas eu acho que até 1882 a Guiné era uma espécie de distrito de Cabo Verde que era uma colônia. Então o quê que acontecia? Os portugueses tiveram domínio mais cedo em Cabo Verde ali se instalaram e primeiras escolas foram criadas, liceus etc. por essa razão os caboverdianos logo saíram na frente. Ao contrário dos guineenses que não tinham uma dominação total dos portugueses porque na época a Guiné não era uma colônia independente, era uma espécie de colônia da colônia de Cabo Verde. Então a Guiné e Cabo Verde tornaram se uma colônia efetivamente separada da outra em 18 de Março de 1879. Quer dizer, a separação só se deu por uma questão administrativa. Então até 1915 os portugueses tiveram um grande trabalho de conseguir dominar totalmente a Guiné. Por isso, eles lançaram uma grande campanha chamada de pacificação, que na verdade era para dominar os nativos guineenses que não aceitavam a dominação estrangeira. Então foi só depois de 1915 que os portugueses começaram a ter um controle efetivo da Guiné ou de algumas partes da Guiné. Não tinham dominação total, mas havia convivência pacífica entre o colonizador com alguns nativos guineenses. Então a partir de 1936 não havia mais a campanha de pacificação porque todos os focos de resistência foram dominados, mas mesmo assim, havia alguma insubordinação em alguns lugares contra a dominação colonial. Então, a Guiné passou a viver em paz de fato, de 1936 até 1963 que se iniciou a luta de libertação nacional e nesse espaço de tempo, praticamente os portugueses tiveram tempo de olhar para a Guiné, de pôr mais escolas na Guiné por isso que o liceu só chegou a Guiné, eu acho, em 1958.*

Neste depoimento, o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) mostra as razões que contribuíram para o atraso dos guineenses em termos da educação formal quando comparada com outras colônias portuguesas como, por exemplo, Cabo Verde, Angola, Moçambique etc. Primeiro o depoente afirma que, “a Guiné (Guiné Portuguesa) até não me lembro exatamente o ano, mas eu acho que até 1882, a Guiné (Guiné Portuguesa) era uma espécie de distrito de Cabo Verde que era uma colônia”. Lembrando que nesse período, as ilhas de Cabo Verde já estavam sob controle dos colonizadores e também já estavam abastecidas de escravizados trazidos de diferentes lugares da África. Já na Guiné Portuguesa houve muita resistência dos nativos e isso dificultou aos portugueses, dominar totalmente a Guiné Portuguesa. Segundo o depoente, só depois que “(...) lançaram uma grande

*campanha chamada de pacificação*” em 1915, que na verdade era uma estratégia criada pelos portugueses para facilitar a dominação, o que lhes permitiu controlar algumas partes do país. Com a resistência de nativos nas ilhas da Guiné Portuguesa, só foi possível aos portugueses o domínio de todo o território já em 1936, conforme mostra o relato de depoente Thiago. A Guiné Portuguesa só teve paz a partir de 1936 até 1963 e logo, nesse mesmo ano deu-se início à luta de libertação nacional contra o colonizador português. Portanto, nesse espaço de tempo de 1936 a 1963 é que os portugueses tiveram tempo de olhar para a Guiné Portuguesa, de montar mais escolas e por isso, o liceu só chegou à Guiné Portuguesa segundo Mendy (1994), “em março de 1958” (P. 319). O que havia até então, na Guiné Portuguesa era só a educação básica (ensino primário). O autor ainda faz a comparação da porcentagem de pessoas que tinham acesso à escola na Guiné Portuguesa e nas Ilhas de Cabo-Verde:

(...) número total de jovens a receber educação na Guiné Portuguesa em 1959, 1,7 % tiveram acesso à educação secundária e 7 % ao treino profissional. É interessante notar que, durante o mesmo ano, dos 13.329 jovens estudando em Cabo Verde, 7,7 % tiveram acesso ao ensino secundário (oferecido por dois liceus) e 7,4 % freqüentaram o treino profissional. Ao mesmo tempo, 11.000 crianças freqüentavam 170 escolas primárias normais – não existiam escolas rudimentares<sup>21</sup> em parte alguma do arquipélago. Esta maior proporção de indivíduos com acesso à educação de “qualidade superior” permitiu aos caboverdianos preencher os escalões médios e inferior dos serviços coloniais na Guiné Portuguesa.

No entanto, também é necessário salientar que, embora o arquipélago tenha gozado da vantagem de educação de “superior qualidade”, a vasta maioria dos seus habitantes estava impedida de mandar os seus filhos para a escola por causa da pobreza e falta de escolas. Em 1950, nada menos que 78 % da população continuava analfabeta. Tal como em todas as outras “possessões” africanas portuguesas, não existia em Cabo Verde uma única universidade. (MENDY, 1994, p. 320-321).

Como podemos perceber embora os caboverdianos tenham gozado da vantagem de educação de “superior qualidade” nem por isso eram poupados, como declara Cabral (1978): os caboverdianos passavam por muitas humilhações perante o colonizado. Também os assimilados locais “da Guiné Portuguesa” tinham ciúmes desses assimilados caboverdianos que vinham de fora e assumiam a maioria dos postos de segundo escalão.

---

<sup>21</sup> O ensino para indígenas faz-se em escolas de ensino primário rudimentar e compreende as matérias dos programas adoptados pelo Conselho de Introdução Pública da Colônia. Nestas escolas, o ensino tem feição intuitiva e prática, tendendo à valorização moral e económica do indígena, pela aprendizagem e aperfeiçoamento da técnica de produção e integração no espírito da civilização portuguesa. (FREIRE, GUIMARÃES, 2003, p. 171)

(...) A contradição que havia, ou que pode parecer que havia, era a seguinte: muitos funcionários e empregados coloniais, vários chefes de postos [subprefeitos] na Guiné [Portuguesa] são cabo-verdianos e, dado que, em Cabo Verde, a instrução foi mais desenvolvida, mais possibilidades existem para os cabo-verdianos conseguirem emprego do que para os próprios filhos da Guiné. Isso pode parecer que eles (os cabo-verdianos) é que estão a tomar nas suas mãos os interesses do povo da Guiné. Eles é que ganhavam. Mas se virmos bem, também há filhos da Guiné que estão nas mesmas condições dos cabo-verdianos e que nunca houve contradição entre essa gente que está nas cidades e a nossa gente do mato. Na cidade é que havia contradição. Contradição entre quem? Entre descendentes [mestiços] da Guiné, que queriam ter a vida que tinham os cabo-verdianos (como chefe de posto, que são agentes dos colonialistas), contra o nosso povo. Enquanto, em Cabo Verde, o povo é também explorado, como é explorado na Guiné. E nalguns aspectos muito mais duramente, com fome e com exportação de homens como trabalhadores contratados para São Tomé e para Angola, como animais, praticamente. Então a contradição que podia existir entre guineenses e caboverdianos é a contradição para a busca de emprego, de bons lugares. Por exemplo, um indivíduo que tem o 2º grau ou 3º ano do liceu na Guiné, vê um cabo-verdiano que vem e toma um lugar de chefe de posto, que come galinha, cabrito, a quem tiram o chapéu, etc. e ele não conseguiu isso ainda. Nasce um certo ressentimento nele. Mas se estudarmos bem o problema, vemos que a tendência geral dessa pequena burguesia guineense é a de viver bem com a pequena burguesia cabo-verdiana. A tendência geral é de se entenderem, ao lado dos tugas<sup>22</sup> [portugueses]. (CABRAL, 1978, p.127).

Tudo indica que em Cabo Verde, como a instrução foi mais desenvolvida, existia maior possibilidade para alguns caboverdianos desempenharem ou exercerem essas funções de chefes de posto de segundo escalão nas outras colônias como, por exemplo, na Guiné “Portuguesa”, em Angola, em Moçambique etc. Mas, isso não quer dizer que qualquer caboverdiano poderia exercer essas funções. Em Cabo Verde, o povo também sofria humilhações e explorações assim como na Guiné. Em alguns momentos a situação era pior, porque esses caboverdianos passavam fome e eram exportados como trabalhadores contratados para outras colônias portuguesas. Portanto, não cabe pensar que o povo caboverdiano era privilegiado.

### ***1.1 Política de educação colonial***

Nas sociedades africanas (Guiné Portuguesa), antes da dominação colonial, não havia instituição escolar tal como existe hoje, mas isso não queria dizer inexistência de ensino-aprendizagem, porque se tratava de uma cultura na qual existia uma influência muito grande da

---

<sup>22</sup> Tuga é o nome usado pelos nativos guineenses ao se referirem ao colonizador português. Tem por sentido “homem branco”, hoje usado a qualquer estrangeiro branco.

oralidade, que veio a ser sobreposta pela cultura escrita européia. Todavia, a educação consistia em aquisição de certos conhecimentos e normas de comportamento próprios dessas sociedades (africanas). No entanto, as práticas apresentadas pelos grupos no dia a dia ajudava na aprendizagem. Por exemplo: “as pessoas aprendiam pela participação na vida do grupo familiar e da comunidade integrando-se nos trabalhos do campo, escutando histórias dos velhos (anciões) e assistindo às cerimônias conjuntas” (CÁ, 2005, p. 46). A educação informal era então parte das realidades africanas e de uma tradição que segundo Simson (2003):

Nas sociedades de memória, que existiram no passado e ainda subsistem em locais isolados da África, da Oceania e da América do Sul, e nas quais o volume de informação é consideravelmente muito mais restrito, a memória é organizada e retida pelo conjunto de seus membros, os quais se incumbem também de transmiti-la às novas gerações, cabendo aos mais velhos, devido a sua maior experiência e vivência, o importante papel social de guardiões da memória. Cabe a eles [aos mais velhos] a função de transmitir às novas gerações de seu grupo social os fatos e vivências que foram retidos como fundamentais para a sobrevivência do grupo.

Esse papel social dos idosos foi sendo gradativamente perdido ao longo da história das sociedades ocidentais, mas, muito mais intensamente, na contemporaneidade, quando cada vez mais se diversificam e se sofisticam os suportes para o registro e manutenção da memória (documentos escritos, imprensa, fotografia, vídeo, discos, CDs, DVDs, disquetes etc.). Esse enorme volume de informações fez surgir, nessas novas sociedades do esquecimento, instituições especialmente voltadas ao trabalho de coleta, seleção, organização, guarda, manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais ou da sociedade em geral nessas novas sociedades do esquecimento.

Essas instituições realizam, portanto, hoje, de forma profissional, uma tarefa social anteriormente exercida pelos idosos. São elas os museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória que, segundo critérios previamente estabelecidos, realizam o trabalho de coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social, memória essa retida em suportes materiais diversos (SIMSON, 2003, p.16 in GUZZO, 2003).

O enorme volume de informação fez surgir nessas novas sociedades de esquecimento, instituições especialmente voltadas ao trabalho de coleta, seleção, organização, guarda manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais ou da sociedade em geral. Entre estas, a escola.

Por outro lado, esse sistema de educação informal ainda é muito presente nas zonas rurais da Guiné-Bissau ocupada por diferentes etnias. Devido ao desenvolvimento muito lento do país, a

maioria da população, ainda hoje, pratica ou aprende através da educação informal. Muitos, por falta de acesso à educação formal. A maioria das aldeias de diferentes etnias guineenses não possui escolas que possam oferecer outro tipo de conhecimento diferente desse que as pessoas já estão acostumadas pela tradição. Outras razões existem e contribuem para a permanência muito grande de educação informal na Guiné-Bissau de agora. Como por exemplo, as práticas culturais, as tradições são ainda muito usadas e valorizadas (cerimônias, práticas agrícolas, medicina tradicionais etc.), oferecendo tal conhecimento aos membros de cada grupo, pelos costumes, pelos exemplos.

Ainda no período colonial, quando da dominação do colonizador português na Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) implantou-se uma cultura escrita européia trazida pelos próprios europeus. Mesmo assim, o fato não impediu o alto índice de analfabetismo no país, antes e depois da colonização. Durante a colonização, o analfabetismo no país era de 99%, devido às normas que determinavam certos impedimentos à população de ter acesso à escola. Mesmo que houvesse educação, esta era destinada a atender aos interesses do colonizador e a maioria das escolas ficava nos centros das cidades e não nas aldeias.

Durante a colonização portuguesa a educação das crianças africanas (e dizemos crianças porque não havia qualquer tipo de educação para adultos) tinha dois objetivos fundamentais: arrancá-las da comunidade a que pertenciam e formar elementos submissos aos dominadores, que pudessem servir como intermediários entre o Estado colonial e as massas. Por acréscimo, as escolas destinavam-se ainda a formar aqueles quadros nacionais que eram absolutamente indispensáveis ao bom funcionamento do aparelho colonial e a dar, para o exterior, a idéia da “missão civilizadora” dos portugueses (PEREIRA 1976, p. 107).

Os indivíduos submissos que os colonizadores formavam serviam-lhes como intermediários entre o Estado colonial e a população local e eram considerados “assimilados”.

Para o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Assimilados. Na verdade, era uma política portuguesa porque você sabe que a dominação colonial, isso não é só dominação colonial portuguesa, tanto a dominação francesa como a inglesa eles carregaram uma bandeira em que eles diziam: por que era necessário dominar outros povos? Por quê? Porque os outros povos eram primitivos, menos desenvolvidos, eram povos atrasados. Então os europeus vieram para trazer a civilização européia, a religião cristã e esse tipo, tudo política. Então o quê que acontecia? Como os negros, ou índios ou os povos que foram dominados não estavam enquadrados na cultura de modo de vida ocidental. Então, aí eles criaram uma espécie de estatuto de indigenato que*

*significa: quando a pessoa ou um nativo depois de convivência com os brancos colonialistas consegue certo nível de instrução e consegue praticar certos hábitos iguais aos dos brancos da metrópole, então a pessoa ganharia o estatuto de uma pessoa civilizada. Então, foi esse o motivo de criação do estatuto de indigenato, mas esse estatuto foi revogado em 1961, porque já não fazia mais sentido.*

De acordo com o depoimento acima citado, o “estatuto foi revogado em 1961”, porque em 1959 em Bissau houve uma greve dos trabalhadores dos Cais de Pindjiguiti. Além da greve, alguns países da África já estavam independentes das suas colônias, como é o caso de Guiné Conakry em 1958 e Senegal em 1960, que são vizinhos da Guiné Portuguesa. Portanto, para evitar qualquer revolta dos nativos guineenses, o colonizador tinha que fazer alguma coisa, contudo, este recusou-se a fazer negociação com o PAIGC, como fizeram outros colonizadores (franceses e ingleses) com as suas colônias e, por isso, em 1963, teve início a luta armada no sul da Guiné Portuguesa contra o colonizador português.

De tudo isso, percebe-se que os colonizadores europeus não respeitavam a cultura dos africanos (nativos guineenses) e substituíam essa cultura pela cultura europeia. Portanto, quem não assimilasse a cultura europeia era considerado indígena como mostra Cá: (2007):

Embora haja várias fontes explicando as condições de se chegar à categoria de assimilado na Guiné, a definição do nativo era explícita e inequivocamente racista, destinada a pessoas de raça negra. Não havia nativos na Guiné de raça branca, nenhum colono tinha de provar que era de bom caráter para ascender à cidadania portuguesa ou passar por critério educacional, já que havia colonos analfabetos. Sendo analfabeto e/ou semi-alfabetizado, o colono branco simbolizava a civilização, daí, portanto, o tratamento diferenciado em relação ao indígena em igual situação (p.55).

Ainda no período colonial, só tinham acesso à escola, os filhos dos altos funcionários coloniais europeus que serviam na Guiné Portuguesa e os filhos dos assimilados caboverdianos e guineenses que serviam os colonizadores. Segundo Pereira (1976), na ‘província’ da Guiné Portuguesa, antes do início da luta armada em 1963, apenas freqüentavam as escolas pouco mais de 1000 alunos, ensinados por 30 professores. “É verdade que o desenrolar da guerra obrigou os colonialistas, nomeadamente sob o governo spínolista, a um demagógico esforço de escolarização” (p.107). Contudo, a maioria dos alunos das escolas secundárias durante a colonização portuguesa eram filhos de colonizadores e de militares em serviço.

De acordo com depoente Antônio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado):

*(...) o ensino na colônia ou ensino na Guiné [Guiné Portuguesa] até onde a minha análise consegue voltar, o que eu percebo é assim: havia bem claro uma estratificação social, uma divisão social bem clara. Quem é indígena e quem não é indígena, ou seja, quem é português que veio de Portugal ou quem nasceu na Guiné [Guiné Portuguesa] era guineense de origem fora de uma estratificação intermediária entre esses dois grupos, que era a miscigenação. Então a miscigenação e as diferentes camadas eram muito vistas em termos de cor de pele. Isso havia e era a classe que, digamos, ficaria no meio desses dois extremos português que veio de Portugal e guineense de origem. Então, o resto da política era dirigido a isso. Os guineenses não podiam fazer uma série de coisas. É isso que eu considero racismo. É lei, não pode, porque é indígena etc. ou não é indígena, mas porque era de origem e os outros que tinham direito e acesso [a tudo]. Então, o ensino não estava longe disso não. A escola, algumas pessoas e famílias que os filhos tinham direitos porque havia poucas escolas. Na verdade na capital e o restante não tinha aí, acesso, mas muito limitado. Então a quantidade de classes [salas de aula] de cadeiras, de tudo, de professores era muito restrita talvez em função disso também, o acesso à educação era muito restrito e a seleção remete a racismo, essas coisas. Porque a seleção era “vitoriosamente” focada acima da questão racial. O negro não tinha acesso e o branco tinha total acesso a qualquer instituição, a qualquer meio social basicamente. Isso é puro racismo legal, racismo de governo mesmo [governo português] não discriminação do dia a dia.*

Segundo Freire e Guimarães (2003),

Digamos que a escola, no período colonial, era uma escola extremamente seletiva. Pouca gente tinha acesso à escola. Tive acesso porque, sendo o meu pai funcionário público, era natural que eu fosse à escola. E, como eu, outros filhos de gente com uma certa posição social, foram. Mas a grande maioria dos meus contemporâneos, das crianças com quem brincávamos, ou não tinham acesso à escola ou tinham-no em circunstâncias extremamente difíceis (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p.171).

Por isso, era uma escola que começava já por ser seletiva, porque uma grande parte da população não tinha acesso. Depois quando entrassem para a escola, poucos chegariam ao fim. Portanto, o sistema piramidal formava-se de início. Eu fui dos poucos, eventualmente, que chegou ao antigo sétimo ano do liceu, para poder ter esperanças de candidatar-me a uma bolsa de estudos, o que me conduziu a Portugal. Eram muito poucos os que chegavam a essa situação.

A escola era muito seletiva, efetivamente: quando chegávamos ao liceu, grande parte dos estudantes eram os filhos dos funcionários coloniais europeus que estavam aqui. Podemos dizer também que havia muitos caboverdianos, filhos dos originários de Cabo Verde que estavam também na administração. E os poucos guineenses que aí chegavam tinham passado por um sistema de filtragem muito rigoroso, (...) (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p.172).

Para Freire e Guimarães (2003), essas escolas do período colonial eram pouco democráticas porque, o espírito de dar e receber era quase inexistente. Os métodos de ensino eram muito rígidos. Porém, os professores obrigavam os alunos a memorizar as matérias, “como

dizia Paulo Freire, a comer, a mastigar esse conhecimento, que tinha pouco de inspirador, pouco de participativo” (p.173).

Durante a colonização portuguesa havia dois tipos de escolas na Guiné Portuguesa: a escola central (Estado português) e a escola de missão católica<sup>23</sup>. Ambas as escolas eram públicas e gratuitas. Nas escolas das missões católicas estudavam as crianças indígenas. Segundo Cabral (1978),

As Missões católicas detêm o monopólio da educação dos pretendidos “não-civilizados”. Segundo os acordos concluídos entre Portugal e o Vaticano, esta educação deve estar “conforme aos princípios doutrinários da Constituição portuguesa e seguir a linha dos projetos e dos programas emanados do governo”. O que significa que 99,7% da população africana fica impedida de frequentar as escolas laicas. Por causa deste monopólio católico, a influência de outras missões cristãs na educação é fraca (CABRAL, 1978, p.64).

As escolas laicas são as escolas centrais ou as escolas dirigidas pelo Estado português. Isso mostra que nenhuma família indígena tinha condições de colocar o filho nessas escolas e para resumir, essas famílias só podiam colocar seus filhos para estudar nas escolas das missões católicas. O depoente Antônio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) relata o seguinte:

*Havia várias diferenças: a principal era a questão religiosa. Então, as escolas católicas tinham o enfoque principal com a religião católica e as escolas não católicas ou oficiais (Escolas Centrais) não tinham muito vínculo com o catolicismo em si. Por exemplo, havia catequese, havia muitas atividades religiosas diretas nas escolas católicas e tinha muito vínculo em relação ao ensino de música, cantos religiosos e nas escolas oficiais (Escolas Centrais). Não havia muito essa pressão religiosa, não, e apesar de que nas escolas oficiais (Escolas Centrais), a base também era religiosa da religião católica.*

Conforme o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Elétrico não retornado):

---

<sup>23</sup> No bairro onde eu morava na Guiné-Bissau (Santa Luzia) até na década de 1990, havia uma escola chamada Escola de Capela, era uma das escolas do período colonial. Nessa Escola de Capela, só tinha duas salas de aula, um banheiro e uma outra salinha bem pequena do tamanho de um banheiro para guardar alguns materiais ou documento (um pequeno almoxarifado). Outra escola onde fiz a primeira série, já no período pós independência, Escola 1º de Maio, era do mesmo modelo da Escola de Capela. Ambas pelo pequeno espaço físico não podiam atender muitas crianças. Por outro lado, as escolas do período colonial estavam situadas apenas na capital Bissau e nos centros das cidades dirigidas pelos colonizadores portugueses.

(...). *A escola central era escola que o governo português colonial cuidava. E a escola de missão católica era escola cuidada pela Igreja (católica). (...) ambas as escolas são escolas públicas, não eram escolas pagas. Mas só que uma era da igreja e outra do Estado português. Nessa escola central (Estado) o que acontecia: as condições que eles colocavam para ingresso dos estudantes nessa escola. Eram as condições dos alunos que eram alfabetizados dentro daquele período normal estabelecido pela lei da educação. Com sete anos de idade, a pessoa tinha compromisso com início da alfabetização e tinha que terminar com onze anos o primário. (...) então por isso que muitos guineenses mesmo, são muitos guineenses que não conseguiam ter o filho dentro desse calendário. Então a opção seria realmente a escola de missão católica que não fazia essa exigência. Por exemplo, eu quando fazia 4ª classe (série) tinha 11, 12, ou 13 anos, eu estudava com alguém que tinha 15 anos, o que não acontecia na escola central. Então como isso não acontecia na escola central, quem tinha condições de estar dentro desse cronograma? São normalmente aquelas famílias que tinham mais posse, mais condições de pôr o filho mais cedo na escola, de acompanhar durante esse processo. Então por isso mesmo até que se criou uma imagem de que ali era de elite (escola central) e outra era de pobre (escola de missão católica).*

Para o depoente Antônio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado):

*Havia escola central, havia escola católica e escola privada. A questão é que o governo colonial não reconhecia escolas privadas, porque eram professores que de certa maneira não concordavam com metodologia que na época incluía castigos duros e até envolvia palmatórias e alguns professores já eram contra esse tipo de didática e que já tinham idéias mais avançadas quanto à alfabetização, quanto à técnica de memorização e tinham propostas de ensino diferentes. Então esses professores se desligavam das escolas oficiais (escola do Estado português) para montar uma escola pequena particular e alguns pais que concordavam também enviavam os filhos para lá, mas tinham que pagar um ensino que nas escolas oficiais (escola de Estado português) ou públicas era gratuito.*

De acordo com o depoimento do Antonio Mendes Pereira, dá para perceber que além das escolas centrais e escolas de missão católica, que eram vistas como dois modelos escolares na época colonial, havia também as escolas particulares que eram muito diferentes da rede particular oficial conhecida hoje na Guiné-Bissau. Essas escolas particulares que o depoente menciona eram chamadas a partir de 1975 de escolas de explicações<sup>24</sup>. Escolas desse tipo se estendem até as casas dos vizinhos do professor. Essas escolas de explicação eram pagas pela família das crianças e, durante a colonização, o conteúdo dado nessas escolas era o mesmo dado também nas escolas oficiais do período colonial (escolas centrais e das missões católicas). A única diferença, é que nessas escolas particulares (escolas de explicações), o professor adiantava três matérias à frente

---

<sup>24</sup> Tais escolas são particulares e montadas nas casas dos professores, na maioria das vezes, na frente da casa, na varanda, no quintal da casa.

das escolas oficiais e também ajudava o aluno a superar as dificuldades encontradas na gramática, na matemática etc. Essas escolas particulares ajudavam muitos alunos na compreensão das matérias das escolas oficiais onde havia muita concorrência.

Também, no período colonial o método de ensino era mais rígido em comparação como o método de ensino atual, de acordo com análise dos documentos e o depoimento dos entrevistados. Freire e Guimarães (2003) comentam:

O método era o “magister dixit”. Aí não havia diálogo. O professor era o homem que sabia tudo e que ensinava tudo, os alunos só tinham que aprender. E tinham que aprender, porque se não aprendessem apanhavam de palmatória. Eu ainda fui do tempo da palmatória, da vara. Felizmente não apanhei, talvez porque... não digo que fosse um estudante brilhante, mas, das turmas por onde passei, muitas vezes eu era como que um auxiliar do professor, para fazer perguntas, fazer as lições dos meus colegas (p.172-173).

A escola com esse estilo define o relacionamento entre o professor e o aluno de modo muito hierarquizado. Para lembrar: embora existisse escola central, escola de missão católica e escola “particular”, os conteúdos ensinados nessas escolas eram totalmente voltados mais à realidade portuguesa, como mostra Pereira (1976):

Os conteúdos do ensino traduziam a mais aberrante forma de colonização cultural, pois os programas escolares eram obrigatoriamente iguais aos da “metrópole” e toda a transmissão de conhecimento visava mostrar a realidade portuguesa – a sua história, a sua geografia, a sua cultura – como a melhor, a mais agradável e a mais heróica. Aos alunos era apresentado um mundo estranho com o qual eles tinham de se identificar, levados a desprezar a sua comunidade e afinal a desprezarem-se a si próprios para imitar o branco – senhor (PEREIRA, 1976, p.108).

O relato do depoente Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) que foi aluno da escola central nesse período, comprova que esses conteúdos eram dados assim:

*(...) o conteúdo ensinado na época era voltado à realidade portuguesa. Eu digo escola portuguesa porque a educação de todas as escolas era portuguesa. O regime era português então você estudava lá, história de Portugal: Dom Afonso Henriques, aos rios de Portugal até agora eu decoro assim de algumas coisas impressionantes. Tejo, Rio Minho. Minho nasce nos montes Cantábricos da Espanha, passa por Melgaço, montanha Valença e deságua no mar junto Caminha. As províncias de Portugal: Minho Trás-os-montes, Alto D’ouro, D’ouro Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Ribeira Litorais, Tejo, Algarve. Os poemas de Camões: orgulho-me de ser português tenho a honra de pertencer essa exitosa pátria que dominou os condáculos, transformado-as numa terra imensa,*

*espalhado pelo mundo inteiro, talhado a golpe de lanças, com os olhos fixo na cruz cresceu e fez-se gigante, grande entre etc. então essa era a minha escola, uma escola portuguesa com esse conteúdo.*

Do mesmo modo, Antônio Mendes Pereira (Estado São Paulo/ Médico não retornado) continua no relato dele afirmando que essas escolas coloniais, tanto as escolas centrais como também as escolas das missões católicas, eram programadas para deixar as crianças africanas (indígenas e assimilados) alienadas como mostra o depoente:

*(...) basicamente se programava para você ficar alienado. Para você não ter consciência de quem você era e de onde que você era (...). (...) Agora isso pode parecer um assunto pequeno, de pouca importância, mas não é. Na realidade isso é a chave da permanência de Portugal há muito tempo na Guiné. Pelo menos depois do surgimento do início da guerra, essa estratégia de manter a zona mais importante da Guiné sob domínio de um domínio cultural, isso era muito importante para manter a gente cega das informações, dos acontecimentos. Não havia realmente informação, você não sabia se havia guerra ou não (...).*

Segundo Pereira (1978), nessas escolas coloniais na Guiné Portuguesa os professores eram quase sempre as mulheres dos oficiais portugueses que, praticamente não tinham qualquer formação adequada para assegurar o ensino. Por outro lado, o conjunto das escolas funcionava sem apoio pedagógico porque não tinha material didático. No entanto, essa metodologia ou tipo de ensino era utilizado só para dominar culturalmente a nova geração da África (Guiné Portuguesa).

Além das dificuldades que as crianças indígenas guineenses “não civilizadas” enfrentavam para ter acesso à escola no período colonial, era preciso uma escola que lhes permitisse ter acesso a um dos critérios de assimilação, pois tais critérios as obrigavam a negar as suas realidades, suas raízes, suas culturas, suas línguas étnicas etc. O objetivo do colonizador era formar certo número de africanos que pudesse auxiliar na administração colonial portuguesa. Caso a maioria dos africanos tivesse a formação e assimilasse a cultura e as técnicas européias com demasiado sucesso, isto poderia constituir-se como uma ameaça à dominação colonialista. Com essa preocupação, o colonizador não poderia deixar a maioria dos africanos dominarem as técnicas e a cultura européias. Amílcar Cabral era exemplo dessa minoria de assimilados que conseguiu ter acesso à educação colonial. Filho de um assimilado caboverdiano, ele teve acesso à escola durante a colonização e conseguiu fazer os estudos primários na Guiné, já que não havia níveis de ensino secundário na colônia, seguiu para fazê-los em Cabo Verde. Em seguida foi

contemplado com uma bolsa de estudos para Portugal (em 1948) devido à sua brilhante inteligência. Como mostra o relato do Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*(...) o Cabral [Amílcar Cabral] não foi beneficiado quem fala isso está totalmente errado. O que aconteceu na realidade? Amílcar Cabral depois de sair de Bafatá (cidade natal na Guiné) fez primário e foi terminar o liceu em Cabo Verde. Portugal já precisava de quadros com pouco nível não sei se você sabe da história? Nesse período na geração de Amílcar Cabral só podia estudar até 4ª classe (4ª série) inclusive tinha quem? Tinha Victor Freira Monteiro que era dessa época. Depois que a França criou a Universidade no Senegal é que os portugueses começaram a selecionar os jovens mais destacados do liceu para procederem aos cursos superiores no exterior. (...) então Portugal começou a preparar para essa fase não foram beneficiados de mão beijada, já estava surgindo um momento político em que Portugal tinha que fazer alguma coisa na Guiné-Portuguesa. Isso, os primeiros guineenses que saíram foi justamente esse grupo foi Amílcar Cabral, Victor Freira Monteiro e Madeira etc. Eram jovens mais destacados e nesse período nem a Guiné tinha Liceu, então todos eram encaminhados para Cabo Verde para terminar o Liceu e em Cabo Verde, se o aluno continuasse se destacando poderia ser selecionado para fazer curso superior em Portugal.*

Portanto, na Guiné Portuguesa além da falta de acesso à escola para crianças guineenses, tinha também as limitações que impediam o avanço dessas crianças para outros níveis. Antes essas crianças só podiam estudar até a 4ª classe (série), depois com o tempo, o colonizador começou a encaminhar algumas crianças mais destacadas para dar continuidade aos seus estudos em Cabo Verde. Foi nesse grupo que Amílcar Cabral conseguiu sair da Guiné Portuguesa para as ilhas de Cabo Verde e lá, ele continuou se destacando e foi enviado para se formar como engenheiro agrônomo em Portugal. Por isso tudo, a escola colonial era considerada seletiva e o aluno tinha que provar que era muito bom em relação aos demais colegas. Segundo Cá (1999):

Em 1948, três dos estudantes africanos que na altura freqüentavam a Casa dos Estudantes Africanos do Império, em Lisboa, decidiram formar, se lhes fosse possível, um Centro de Estudos Africanos para estudar as línguas africanas. Esses estudantes que eram Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade foram bem sucedidos em seu empreendimento. Desta forma, lograram adquirir, simultaneamente, as condições necessárias de se reunir, ainda que oficiosamente, para se “reafricanizarem”, aprendendo as línguas dos povos de onde eram originários. Foi por este meio que Amílcar Cabral formou-se como engenheiro agrônomo. Assim, Cabral começou a examinar a estrutura colonial e, pouco a pouco, chegou à conclusão de que não seria possível fazer qualquer progresso viável dentro da estrutura organizacional que os colonialistas portugueses tinham montado. Qualquer avanço real teria necessariamente de passar por um processo

de diálogo que desvendasse todos os aspectos decisivos da vida, desde a instrução primária até ao nível da direção política (CÁ, 1999, p.26).

Amílcar Cabral, um dos quadros formado pelo colonizador português, ao terminar o curso de Engenharia Agrônomo, em Portugal retornou para a Guiné Portuguesa como mostra Ignatiev (1975), “em 1951 houve dois acontecimentos importantes na vida de Amílcar Cabral: terminou o curso e casou-se”. (p. 55). Afirma o autor:

A 22 de Dezembro de 1952 realizou-se em Lisboa o casamento civil de Amílcar Lopes Cabral com Maria Helena Ataíde Vilhena Rodrigues<sup>25</sup>. Foram testemunhas do registro o doutor Telmo Monteiro e a sua mulher (...). No início de 1953 Amílcar ia de vez para Bissau trabalhar. Maria Helena ficava para receber o diploma em fevereiro e em seguida juntar-se-ia ao marido.

Não havia especialistas com instrução superior que manifestassem o desejo de ir para a Guiné Portuguesa. No departamento de agronomia do Ministério do Ultramar [em Portugal], como o governador salazarista passou a chamar as suas colônias ultramarinas, despacharam logo, com muito prazer, o pedido de Amílcar Lopes Cabral para ser colocado em Bissau, na estação agrária experimental de Pessubé onde devia ocupar o cargo de engenheiro agrônomo de 2ª classe.

Depois que Amílcar Cabral começou a trabalhar na Estação Agrária Experimental de Pessubé, recebeu outra proposta do comendador Melo Alvino, governador da Guiné Portuguesa à altura, para ser responsável pela realização do recenseamento agrícola em toda província da Guiné Portuguesa. Amílcar Cabral, antes de aceitar a proposta do comendador Melo Alvino, governador da Guiné Portuguesa diz o seguinte: “Permita que me aconselhe com a minha mulher antes de tomar uma decisão. Amanhã mesmo poderei dar-lhe a resposta (...) - disse Amílcar. Pois claro. Espero que a D. Maria Helena não discorde. (IGNATIEV, 1975, p. 71). Ainda segundo Ignatiev:.

Maria Helena caiu em êxtase quando Amílcar a informou da proposta recebida. Pois claro – disse ela – aceita, onde está a dúvida? Em primeiro lugar, não vamos sair de casa de seis em seis meses; a algumas regiões poderás ir sem mim. Penso que a avó não se negará a ficar com Iva, e as tuas irmãs também a ajudarão. Vai ter com o governador amanhã mesmo. Tu próprio disseste-me muitas vezes que querias viajar pelo país para ficares a conhecer mais de perto as pessoas, as condições de vida, pois isso será de uma utilidade inestimável na tua futura atividade, para a causa a que decidiste dedicar a tua vida. (...) E assim, dois dias após esta conversa, a chancelaria do governador emitia uma ordem, nomeando Amílcar Lopes Cabral, engenheiro agrônomo, como responsável pela realização

---

<sup>25</sup> Amílcar Cabral e Maria Helena se conhecem no Instituto de agronomia em Lisboa. Maria Helena, portuguesa, era companheira de curso de Amílcar, preparando-se para ser engenheira silvicultura. Nos últimos tempos via-se frequentemente Amílcar com Maria Helena, em festas de estudantes, reuniões na casa dos Estudantes do Império [Lisboa]. (IGNATIEV, 1975. P. 35).

do recenseamento agrícola na província da Guiné [Guiné Portuguesa] e Maria Helena de Ataíde Vilhena Rodrigues, engenheira silvicultura, como vice-responsável pelo recenseamento. Esta ordem era datada de 22 de setembro de 1953. (p. 71).

Contudo, segundo Cá (1999):

Em 1953, o fato de ‘falar contra a administração portuguesa’ lhe começara a criar dificuldades com as autoridades coloniais. Mas, Cabral teve sorte, considerando que o governador dessa época era um homem de visão mais ou menos liberal (segundo Davidson), chamou Cabral à sua presença e disse-lhe: “Tenha tento e deixe lá as minhas opiniões. Se me arranjar sarilhos, meto-o na cadeia. Cala-se ou abandona o país” (p.26-27).

Por outro lado, Ignatiev (1975), mostra como foi a reação do governador, comendador Melo Alvino e a decisão que ele tomou:

O governador aproximou-se da mesa e pegou numa folha de papel: - Escrevi aqui um despacho em que há dois pontos. Primeiro: pela violação dos princípios de funcionário público o senhor é afastado das suas funções na estação agrária experimental de Pessubé. Segundo: o senhor está proibido de viver em território da Guiné Portuguesa. (...) Amílcar decidiu partir, assim que acabasse de transmitir as suas tarefas na estação de Pessubé, mas no dia seguinte à sua conversa com o comendador Melo Alvino, adoeceu gravemente, com um novo ataque de paludismo. O médico que examinou Amílcar recomendou que o transportassem imediatamente, no primeiro avião, para um hospital de Lisboa. Maria Helena pegou o marido doente e partiu de um dia para o outro para Portugal. Pouco depois partiram também para lá Iva<sup>26</sup> com a avó. (p. 79).

Mas, segundo o depoimento do Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*(...) Amílcar Cabral foi o tipo de homem que não esqueceu o passado e ele sempre dizia o seguinte: quem esquece o passado não tem presente, quem não tem presente não tem o futuro. O passado constrói o presente e o presente que vai construir o futuro, mas outra influência que ele teve independentemente desse espírito que ele já tinha como jovem com visão tinha problema com o fim da segunda guerra mundial. Onde o colonialismo começou a ser contra o Estado fortemente já havia essa turma de Kwame Nkrumah de “Mabaku Lumali” de Guiné Conakry, o vô do Sekou Thoure, Samory Thouré depois ele (Amílcar Cabral) se enquadrou ao processo, o “Fet Buanhé”, Júlio Nyerere e o Senghor. A colônia que era mais forte era França então quando eles se reuniram puseram à França o seguinte: olha queremos a independência, o homem lá da Argélia, o Bamadieh, eles conseguiram colocar a França contra a parede, a França decidiu dar a independência só que a França falou assim: vamos criar tipo um calendário cada coisa por sua vez alguns aceitaram alguns não aceitaram inclusive quem não aceitou inicialmente foi o Fet Buanhé, Sekou Thouré. Só que Fet Buanhé depois sai por trás e deixou o Sekou*

---

<sup>26</sup> A filha de Amílcar com Maria Helena.

*Thouré sozinho. (...) como tudo era programado então por final Sekou Thouré acabou ficando sozinho mas ele conseguiu levar as coisas até o final que realmente admiro. (...) então todos esses fatores influenciaram também o processo nas decisões de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane etc. Neste período quem estava junto Marcelino Santos Amílcar Cabral, Vasco Cabral, Eduardo Mondlane estava nos Estados Unidos, mas ele tinha esse contato dessa idéia do novo nacionalismo de libertar os países de colônia portuguesa. Por que é que os países de colônia francesa estão se libertando nós (colônia portuguesa) não podemos exigir a nossa independência também, grande motivação foi isso.*

Como mostra a análise documental e alguns relatos, Amílcar Cabral realmente foi um homem que amou seu povo e amou a sua realidade. Além de conquistar tudo na vida num período muito difícil, ele mostrou aos povos guineense e caboverdiano que era simples, não egoísta. Apesar de tudo que conquistou no período colonial, nunca esqueceu o seu passado, o seu povo e acabou se juntando a outros grandes líderes africanos das colônias francesas e portuguesas com a idéia de exigir a independência das suas colônias. Portanto, Amílcar Cabral e todos os outros combatentes da liberdade da pátria tornaram-se dignos do maior respeito, da maior admiração de todos os guineenses.

### ***1.2 Política de Educação nas Zonas Libertadas***

A resistência do povo da Guiné Portuguesa, vivenciada pela força das armas, entre 1963 a 1973, nunca cessou de se manifestar: revoltas, resistências passivas ou não, emigrações maciças para os territórios vizinhos. Entretanto, o povo guineense alcançou grandes vitórias contra a superioridade técnica das armas portuguesas. O povo guineense bateu-se corajosamente, até ao limite das suas forças, contra as tropas colonialistas.

Na Guiné [Guiné Portuguesa] depois do massacre de Pidjiguiti (Bissau, 3 de agosto de 1959), durante o qual os militares e os civis portugueses abateram [mataram] dezenas de trabalhadores guineenses em greve, uma vaga de repressão e de terror, planeada [planejada] e comandada pela [polícia política] PIDE<sup>27</sup>, tornou ainda mais dura a vida e a luta do povo da Guiné [Guiné Portuguesa]. Simultaneamente, a administração colonial conseguiu criar uma nova arma de opressão, com o aumento da exportação do arroz e à custa de grande parte do povo guineense: a fome. Não contente com essas medidas, cuja evidente finalidade é tentar quebrar a firme determinação do povo guineense de se libertar do domínio colonial, o governo português preparou-se febrilmente para afogar em sangue qualquer tentativa de insurreição, por parte desse povo (CABRAL, 1978, p.74).

---

<sup>27</sup>PIDE - Polícia Internacional Defesa de Estado.

Como se pode perceber, o massacre de Pidjiguiti além de criar mais revolta dos guineenses contra o colonizador, contribuiu muito para a mobilização e união desse povo com melhor estratégia para lutar contra o invasor português. Segundo Ignatiev (1975):

Amílcar compreendia toda a necessidade de modificar os métodos de luta. Era preciso desistir das manifestações nas cidades, das greves e dos outros atos que, realizados sem uma preparação suficiente, podiam causar mais danos do que traduzir-se em proveito. Se se repetissem os acontecimentos de 3 de agosto [de 1959], o partido não só perderia os seus quadros, como aconteceria algo ainda pior: o povo perderia a confiança na possibilidade da luta. Era preciso ativar o trabalho nas localidades rurais, pois, nas condições específicas da Guiné Portuguesa, estas revestiam-se de maior importância do que as cidades que praticamente não existiam na Guiné Portuguesa.(p. 103).

Amílcar Cabral chegou à firme conclusão de que era necessário transformar a resistência para, preparando e esclarecendo o povo, ter a possibilidade de criar um movimento de libertação para a luta armada pela independência, contra os colonialistas. (idem e bidem).

Por esta razão, o grupo se reuniu mais rápido possível como mostra o Davidson (1975),

(...). Nesse mesmo mês de Setembro, no dia 19 [de 1959], sábado, os dirigentes do (PAIGC) encontravam-se secretamente nos arredores de Bissau e declaravam-se pela luta contra Portugal, ‘por todos os meios possíveis, incluindo a guerra’. Entre os que estiveram presentes nessa reunião contam-se Rafael Barbosa, Aristides Pereira, Luís Cabral [Luís Almeida Cabral]<sup>28</sup> e Fernando Fortes, com Amílcar Cabral<sup>29</sup> na presidência, então, como depois, o chefe geralmente reconhecido (p.30-31).

---

<sup>28</sup> Luís Almeida Cabral é irmão de Amílcar Cabral por parte de pai. Ele foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau assim que o país ficou independente de Portugal. E morreu em Portugal no dia 30/05/2009 onde foi asilado depois que o governo dele foi derrubado com o golpe de estado do presidente João Bernardo Vieira (Nino) no dia 14/11/1980.

<sup>29</sup> Depois dessa reunião segundo Ignatiev (1975): “De Bissau, Amílcar foi para Lisboa onde esteve pouco mais de dois meses. Partiu depois de Portugal para nunca mais voltar a este país. Para a família de Cabral, principalmente para Maria Helena, este foi um período muito difícil. Somente no segundo semestre de 1960 Maria Helena [esposa] e Iva [a filha] conseguiram ir para junto de Amílcar, em Conakry” (p. 113). O autor afirma que Amílcar Cabral chegou à capital da República da Guiné Conakry no dia 5 de Maio de 1960. A esposa e a filha só chegaram depois a Conakry. Nos primeiros tempos a família de Cabral morava perto da casa arrendada por Marcelino dos Santos. “Mais tarde as autoridades guineenses puseram à disposição de Cabral uma casa com três quartos. Num dos quartos vivia a família de Amílcar e num dos outros a família de Luís [Luís Almeida Cabral]. Depois chegaram mais alguns companheiros e foi preciso apertarem-se mais ainda. Mas viviam todos em harmonia, por assim dizer, em comuna. Uma semana Maria Helena cozinhava para todos, na seguinte era a vez de Lusset (esposa de Luís Almeida Cabral). De manhã todos iam para o trabalho e à noite Maria Helena punha-se a copiar mapas da Guiné Portuguesa, Lusset datilografava documentos do partido (PAIGC) e Amílcar e Luís permaneciam até altas horas da noite no “lar”. (IGNATIEV, 1975, P. 126). Em maio [de 1961] chegou a Conakry Aristides Pereira com a sua mulher Carolina. Vinham de Bissau onde Aristides dirigiu até ao último dia o recrutamento e o envio de jovens para a República da Guiné. (...) Aristides e Carolina ficaram a morar na mesma casa em que viviam a família de Amílcar e Luís. Pouco depois, Amílcar enviou Maria Helena e Ivã para Rabat (Capital de Marrocos). A família esperava o nascimento de

Ignatiev fala da reunião clandestina do dia 19 de setembro de 1959, na qual foi aprovado o seguinte programa de ação futura:

1º o partido passa à ilegalidade e renuncia às manifestações públicas, procurando ao mesmo tempo reforçar as suas organizações nas zonas urbanas; 2º o partido inicia a mobilização urgente e a organização das massas rurais que na Guiné Portuguesa são actualmente a força principal na luta pela libertação nacional; 3º o partido trabalha no sentido de unir os africanos de todos os grupos étnicos, de todas as nacionalidades e camadas sociais; 4º o partido dedicará particular atenção à preparação do maior número possível de quadros tanto no interior do país como no estrangeiro para o exercício da direção política, organização e desenvolvimento da luta; 5º o partido deve dar grande importância ao fortalecimento da cooperação com as organizações nacionalistas das outras colonias portuguesas, com os países africanos, sobretudo os independentes, e com as forças democráticas e progressistas do mundo, inclusive do Portugal. Isso exige o empreendimento de ações positivas no palco internacional; 6º o partido colaborará para a criação de organizações do movimento de libertação nacional no estrangeiro, principalmente entre os emigrantes que vivem nos territórios vizinhos da Guiné e de Cabo Verde, para a libertação dos seus povos e em prol do seu futuro; 7º o partido fortalecerá e ampliará constantemente a sua organização preparando os quadros indispensáveis e recolhendo meios necessários ao êxito da sua luta; 8º o partido preparará pessoal técnico de todos os níveis e, na medida do possível, estudará e planejará medidas para assegurar o rápido progresso económico da Guiné e das ilhas de Cabo Verde. (IGNATIEV, 1975, P. 105).

Portanto, como podemos perceber, o objetivo dessa reunião era mudar a estratégia da luta para libertar/mudar uma sociedade de forma a renová-la dentro da sua própria história. Construir uma sociedade nova (formar um homem novo)<sup>30</sup> que se adequasse à realidade do seu povo. Dado que todos os guineenses eram explorados brutalmente pelo colonizador português, isso possibilitou a união das etnias para combater o mesmo inimigo comum. Segundo Lopes (1982):

A conscientização não era uma tarefa fácil. Era necessário demonstrar os desequilíbrios, sobretudo ao nível social, provocados pelo colonialismo. Era necessário explorar as contradições sociais tais como os trabalhos forçados, a obrigação do pagamento de impostos, o tratamento racista, a utilização sexual das mulheres, etc. E ao mesmo tempo era necessário pôr perguntas directas que provocassem a reflexão: quem constrói as estradas? A quem beneficia? (p. 24).

---

mais um filho e Amílcar queria que Maria Helena fosse assistida por médicos que ele conhecia em Rabat (IGNATIEV, 1975, P. 140).

<sup>30</sup> Homem Novo segundo André (2004), (...) “surge como necessidade de demonstrar ao leitor o tipo de homem novo retratado nos documentos do governo de Angola. Ressaltando que no momento em que esta proposta foi lançada como meta de ação, o país saía de um longo período de colonização e o partido protagonista desta nova definição seguia a orientação marxista, e sob esta influência, muitos preferem considerar a proposta educacional de formação como algo capaz de constituir o ‘homem novo revolucionário’” (p.88).

Ao mesmo tempo em que se desenrolava a fase da mobilização nos campos, [zonas rurais], desencadeava-se uma ofensiva ao nível diplomático<sup>31</sup>. Entre as diferentes ações realizadas pelo PAIGC é necessário sublinhar a elaboração de um relatório sobre o colonialismo português apresentado ao Comitê das Nações Unidas para os territórios administrados por Portugal, em junho de 1962 (p.25).

O primeiro ataque armado teve lugar em 23 de janeiro de 1963 contra a caserna militar portuguesa de Tite. O comando guerrilheiro dispunha de apenas meia dúzia de pistolas e outras armas de fogo e catanas<sup>32</sup>. Começava assim, uma nova etapa para o povo guineense. Um ano mais tarde, os portugueses sofreram a maior derrota militar imposta pelo PAIGC, na batalha da ilha de Como, no sudoeste do país. Este ataque durou cerca de três meses e saldou-se pela morte de 650 homens. Foi a mais importante batalha da luta armada guineense. Tratava-se de uma região que já havia sido libertada e que os colonialistas pretendiam recuperar, mas o seu fracasso foi total. Paralelamente a este combate, o PAIGC celebrava o seu primeiro congresso, em Cassacá, de 13 a 17 de fevereiro de 1964 (LOPES, 1982, p.25).

Para Lopes (1982), a luta armada na Guiné Portuguesa era a mais avançada em relação às outras colônias portuguesas, como por exemplo: dos outros movimentos de libertação: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Angola; Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), de Moçambique e, mais tarde, o Movimento de Libertação São Tomé Príncipe (MLSTP), de São Tomé e Príncipe, no quadro da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). “Cabral foi o primeiro secretário-geral da

---

<sup>31</sup> No ano seguinte (1966) na plena luta Armada contra o colonizador português, foi registrado o casamento de um dos elementos importante do PAIGC como mostra Ignatiev (1975): “Em 1966 registrou-se um acontecimento importante na vida pessoal de Amílcar Cabral. Num dos dias de junho, o advogado José Araújo registrou na sede da secretária do partido o [segundo] casamento de Amílcar Cabral com Ana Maria Filumeno de Sá. À cerimônia estiveram presentes Vasco Cabral e Luís Cabral. Esse foi o primeiro casamento realizado no partido. Deve-se esclarecer aqui quem é esta mulher que foi a companheira de Amílcar durante os últimos sete anos da sua vida. (...) E para ser o mais exato possível na descrição da sua biografia, (...). A sua mãe e o seu pai nasceram na Guiné Portuguesa. O pai em Bolama [antiga capital da Guiné Portuguesa] e a mãe em Farim [Capital de Região de Oio]. O pai chamava-se Raul Filumeno de Sá. Em comparação com os seus conterrâneos, Raul Filumeno de Sá teve muita sorte. Descendente de uma família abastada, conseguiu obter instrução e terminar em Lisboa o curso de medicina. Depois de receber o diploma, foi trabalhar em Angola onde viveu oito anos, praticando a medicina nas regiões interiores do país [Angola]. Raul de Sá tinha quatro filhos. Duas raparigas e dois rapazes. Ana Maria era a terceira. (...). Em 1955 mudou-se de Angola para Lisboa a família do médico assassinado. A viúva com quatro filhos. As crianças foram para escola e uma das meninas foi matriculada no liceu. Nesse liceu ela era a única aluna de pele escura. Essa menina chamava-se Ana Maria (P. 176-177). Ainda segundo Ignatiev (1975), em 1961 diz Ana Maria: “eu e a minha mãe fomos obrigadas a deixar Portugal e ir para a Suécia. De lá escrevi uma carta a Luís Cabral, pedindo que me admitissem no PAIGC. Pouco depois Luís enviou a resposta em que aprovava a minha integração. Comecei a receber regularmente material informativo de partido. Depois, a direção do PAIGC propôs-me ir estudar para a Checoslováquia. (...). Na Checoslováquia Ana Maria viu pela primeira vez Amílcar Cabral quando ele chegou a Praga e teve um encontro com jovens da Guiné Portuguesa que estudavam em estabelecimentos de ensino checoslovacos”. (p. 178). Em 1965, alguns meses após a inauguração do internato do PAIGC em Bonfin, Ana Maria chega a Conakry e começa a lecionar. Quando cheguei a Conakry, Amílcar já se tinha separado da sua primeira mulher [Maria Helena]. (...). Só posso dizer que a primeira mulher de Amílcar ajudou muito o partido e todos continuam a ter um respeito muito grande por ela. Mas, pelo vistos, as circunstanciais levaram Maria Helena e Amílcar à decisão de separarem os seus destinos (IGNATIEV, 1975, P. 178-179).

<sup>31</sup> Caixeiro – 1. Balconista. 2. Entregador.

<sup>32</sup> Catana é um instrumento cortante (um pouco maior que facão) que se usa para podar árvores, cortar capim etc.

Confederação, que tinha como principais objetivos a concertação das diferentes posições ao nível internacional, a troca de experiências e a coordenação das táticas de luta a aplicar” (LOPES, 1982, p. 26).

Para compreender este problema Amílcar Cabral, líder do partido PAIGC, afirmou: “A luta de libertação é, acima de tudo, um ato de cultura. Só um povo que preserva a sua cultura é capaz de se mobilizar para a luta e esta, por sua vez, torna-se um fator de cultura a partir do novo dinamismo social que se desencadeia” (PEREIRA, 1976, p.104). É nessa ordem de idéia que se deve situar o fato de o PAIGC ter dado o melhor empenho às tarefas educacionais depois que foram libertadas as primeiras regiões do país. Durante a luta armada na Guiné Portuguesa, a educação estava integrada em todas as atividades restantes e era sentida como um aspecto da luta. Segundo Pereira (1976): “Nos momentos da luta, um professor que conseguisse fazer [montar] uma escola ficava muito contente porque a escola era um aspecto da luta. O professor era um combatente como qualquer outro combatente das forças armadas” (p.104).

(...). Nas zonas libertadas do país [Guiné Portuguesa], uma escola nova florescia, onde as primeiras lições eram aprender a reconhecer o barulho dos aviões e fugir a tempo dos bombardeios mortíferos do inimigo. As primeiras lições consistiam em reconhecimento da presença do agressor e demonstravam que a maioria dos integrantes do movimento era iletrada. Um povo quase completamente analfabeto conseguiu transformar-se em uma organização política e militar bem integrada, apesar de existirem diferentes etnias. (...) (CÁ, 2005, p.51).

Segundo Ignatiev (1975), com o intuito de formação do homem novo, em meados de 1964, um grupo de camaradas do PAIGC do qual faziam parte Luís Cabral, Domingos Brito e Fidélis Almada, terminaram a elaboração do primeiro material para as escolas das zonas libertadas. O material chamava-se o “Meu primeiro livro de leitura”. Esse livro era manuscrito e foi enviado para a República Democrática Alemã onde o imprimiram, e em dezembro, chegou a Conakry, capital da República da Guiné Conakry.

No princípio de 1965, o Governo da República da Guiné [Guiné Conakry] concedeu à direção do PAIGC uma área com alguns edifícios na região de Bonfin, perto de Conacri. Amílcar Cabral decidiu organizar ali uma escola modelo — um internato para os filhos dos militares do exército do PAIGC<sup>33</sup>. Domingos Brito foi

---

<sup>33</sup>No ano seguinte (1966) na plena luta Armada contra o colonizador português, foi registrado o casamento de um dos elementos importante do PAIGC como mostra Ignatiev (1975): “Em 1966 registrou-se um acontecimento importante na vida pessoal de Amílcar Cabral. Num dos dias de junho, o advogado José Araújo registrou na sede da secretária do partido o [segundo] casamento de Amílcar Cabral com Ana Maria Filumeno de Sá. À cerimônia estiveram presentes Vasco Cabral e Luís Cabral. Esse foi o primeiro casamento realizado no partido. Deve-se esclarecer aqui

nomeado diretor dessa escola. Brito não tinha experiência pedagógica, tinha trabalhado toda a vida como taberneiro e caixeiro<sup>34</sup> e agora tinha de recapitular o que estudara para poder ensinar não só as crianças, mas também os seus companheiros designados para professores do internato (IGNATIEV, 1975, p.173).

Para Cá (2007), após o Congresso de Cassacá, em 1964, a escola montada em Conakry pelo PAIGC, para formação de quadros políticos e cursos elementares de instrução primária, começava a receber os filhos dos responsáveis do Partido. “No dia 23 de janeiro de 1965, aquele que viria a ser o presidente do Conselho de Estado (presidente da Guiné-Bissau), Luís Cabral, fundava em Rotoma a Escola Piloto, na periferia de Conakry” (p. 68).

Conforme o depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*(...) desde que iniciou a luta armada, logo que foi disparado o primeiro tiro, uma das maiores preocupação de Amílcar Cabral foi estrutural. A educação e a saúde, mas para isso tinha que formar os quadros. Aí começou a criar internatos quase em toda zona libertada (quer dizer áreas controladas na época pelo PAIGC): internato de Mores, internato do sul, internato do norte etc. e as escolas primárias. Toda aldeia durante a luta armada tinha sua escola e era tipo concurso se o aluno chegar a terceira classe (série) ou quarta classe (série) vai para internato, de internato para outra fase vai para Guiné Conakry (país vizinho) e de Conakry o aluno era enviado para Alemanha, Cuba, Rússia etc. E todos aqueles adultos que já tinham 4ª classe (série) na época colonial e que aderiram ao PAIGC, Amílcar Cabral enviou essa turma da 4ª classe (série) para terminarem o colegial e depois para se formarem em cursos técnicos e superiores de imediato. Negociou isso com países tipo Cuba, Rússia, Bulgária, República*

---

quem é esta mulher que foi a companheira de Amílcar durante os últimos sete anos da sua vida. (...) E para ser o mais exato possível na descrição da sua biografia, (...). A sua mãe e o seu pai nasceram na Guiné Portuguesa. O pai em Bolama [antiga capital da Guiné Portuguesa] e a mãe em Farim [Capital de Região de Oio]. O pai chamava-se Raul Filumeno de Sá. Em comparação com os seus conterrâneos, Raul Filumeno de Sá teve muita sorte. Descendente de uma família abastada, conseguiu obter instrução e terminar em Lisboa o curso de medicina. Depois de receber o diploma, foi trabalhar em Angola onde viveu oito anos, praticando a medicina nas regiões interiores do país [Angola]. Raul de Sá tinha quatro filhos. Duas raparigas e dois rapazes. Ana Maria era a terceira. (...). Em 1955 mudou-se de Angola para Lisboa a família do médico assassinado. A viúva com quatro filhos. As crianças foram para escola e uma das meninas foi matriculada no liceu. Nesse liceu ela era a única aluna de pele escura. Essa menina chamava-se Ana Maria (P. 176-177). Ainda segundo Ignatiev (1975), em 1961 diz Ana Maria: “eu e a minha mãe fomos obrigadas a deixar Portugal e ir para a Suécia. De lá escrevi uma carta a Luís Cabral, pedindo que me admitissem no PAIGC. Pouco depois Luís enviou a resposta em que aprovava a minha integração. Comecei a receber regularmente material informativo de partido. Depois, a direção do PAIGC propôs-me ir estudar para a Checoslováquia. (...). Na Checoslováquia Ana Maria viu pela primeira vez Amílcar Cabral quando ele chegou a Praga e teve um encontro com jovens da Guiné Portuguesa que estudavam em estabelecimentos de ensino checoslovacos”. (p. 178). Em 1965, alguns meses após a inauguração do internato do PAIGC em Bonfin, Ana Maria chega a Conakry e começa a lecionar. Quando cheguei a Conakry, Amílcar já se tinha separado da sua primeira mulher [Maria Helena]. (...). Só posso dizer que a primeira mulher de Amílcar ajudou muito o partido e todos continuam a ter um respeito muito grande por ela. Mas, pelo vistos, as circunstâncias levaram Maria Helena e Amílcar à decisão de separarem os seus destinos (IGNATIEV, 1975, P. 178-179).

<sup>34</sup> Caixeiro – 1. Balconista. 2. Entregador.

*Democrata de Alemanha etc. Então no período de cinco anos superou tudo, era saída em massa e Amílcar Cabral dizia: nós vamos ganhar a luta com os servos, não com quem sabe só atirar.*

Este relato mostra que quando iniciou a guerra em 1963 contra o colonialismo português, a grande preocupação de Cabral era montar a educação e saúde nas zonas libertadas, só que para isso ele precisava ter quadros técnicos para cuidar das escolas que eram criadas nas aldeias, dos internatos e de postos de saúde montados nas zonas libertadas durante a luta armada. Portanto, essa era uma das grandes preocupações do líder do PAIGC. Tal como o depoente Marcelo que acompanhou essa realidade de perto na zona libertada (área fora do controle do colonizador), também Pereira (1976) recorda o fato com expressão de Amílcar Cabral.

Numa palavra, durante o tempo da luta a escola nas regiões libertadas era um componente essencial da luta de libertação, onde jovens e adultos, alunos e professores, combatentes e trabalhadores estavam lado a lado em uma causa comum, vencendo os obstáculos da ignorância e da pobreza, contando com as próprias forças (p. 106).

Este trabalho educativo no interior do país obteve resultados importantes, escolarizando grande número de crianças a partir dos 10 anos. Posteriormente os melhores alunos eram selecionados para freqüentarem os internatos do Partido, instalados nos países limítrofes [República da Guiné Conakry e república do Senegal], (...). Além disso, o PAIGC, tendo em conta as exigências da reconstrução nacional e não obstante as contradições de luta armada que obrigava a dedicar muitos jovens à preparação militar, cuidou particularmente da formação de quadros em nível médio e superior. Para isso contou com apoio de países amigos, de tal maneira que, durante os anos de luta, um número muito maior de guineenses atingiu os cursos superiores, em comparação com o período da ocupação portuguesa. Em 10 anos o PAIGC formou muito mais quadros do que o colonialismo em 5 séculos (PEREIRA, 1976, P.106-107).

Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) afirma o seguinte:

*(...) em Conakry havia uma escola (colégio) que eles chamavam Escola Piloto. Tinha uma formação que não sei hoje, como fazer uma equiparação em termos de níveis, mas era uma formação condensada. As pessoas que saíam da Escola Piloto algumas já iam direto para fazer um curso médio, outros faziam curso superior dependendo da formação que eles tinham. Então, não era assim uma formação que eu já conhecia do ensino colonial, que seguia todos aqueles passos, era uma espécie de uma formação sequencial digamos assim, uma formação de curta duração eles tentavam no máximo preparar os alunos com algumas matérias bem básicas para poder fazer determinados cursos nos países comunistas, eram países do leste que nos davam bolsa de estudo.*

Só para lembrar, a maioria das crianças que nasceram no interior da Guiné durante a colonização portuguesa, só teve acesso à escola quando o PAIGC teve domínio dessas áreas, ou seja, no período pós 1963. Como mostram alguns depoentes, essas crianças do interior da Guiné Portuguesa, tidos como “filhos de indígenas”, em sua grande maioria foram educadas nas escolas das zonas libertadas junto com os filhos de combatentes pela liberdade da pátria. Nesses lugares não havia escolas durante a colonização portuguesa, as escolas coloniais só existiam nos centros das cidades, mas, também tinha escolas isoladas que ficavam em alguns lugares de acesso ao colonizador. Segundo Lopes (1982), “Não havia escolas no interior do país e as de Bissau eram reservadas à população assimilada (culturalmente, claro está!) que se elevava a alguns milhares incluindo os mestiços” (p. 22)

O depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado), um dos entrevistados, educado nessas escolas da zona libertada, descreve como que era:

*(...) aos quatro anos fui para jardim infantil em Guiné-Conakry que fica na capital da Guiné-Conakry. Ali tinha além da escola piloto tinha o chamada Lar Infantil<sup>35</sup> na época criado pelo Amílcar Cabral. Aí fiz lá primeiro ano para entrar na escola Piloto e depois surgiu oportunidade de eu ir para Alemanha. Então fui para Alemanha fiquei lá até a segunda série, então quando passei para terceira série devido às condições que existiam na escola onde eu ficava de segunda á sexta até domingo. Então quase ficava eu, o guarda e a educadora, então daí resolveram me transferir para a Rússia. Então fui para Ivanovo, foi desde terceira classe até terminar o colegial e depois entrei no Instituto de Energia de Moscou (...).*

O mesmo assunto foi discutido por Cá (2007):

*(...) a escola piloto era de extrema importância, um sistema fundamental de educação e de instrução cuja base assentava-se nas escolas de aldeias, disseminadas nas regiões libertadas. Este sistema de educação aportava algumas particularidades em relação à metodologia aplicada nas escolas clássicas [escolas coloniais] da época: aparecia como uma resistência, aliás, como um processo, um meio de transformação e um instrumento de criação. Na sua primeira fase, estava representada pelas escolas do campo, onde se encontravam as crianças esquecidas e rejeitadas pela educação colonial. Ensinava-se-lhes a ler, escrever e a contar, sem se preocupar, naquele momento, com questões de ordem pedagógica, pois os professores não possuíam uma formação abrangente nessa área de ensino-aprendizagem. No entanto, foram implementadas algumas alternativas: estes professores davam cursos de formação militante, noções de política que abriam*

---

<sup>35</sup> Lar Infantil equivalente a Jardim Infantil.

horizontes de reflexão sobre as razões da luta do país, da África e do mundo (p. 69-70).

Devido às dificuldades econômicas que os revolucionários enfrentavam nas zonas libertadas, as escolas que ficavam nessas áreas eram mantidas pela própria comunidade. Como mostra Pereira (1976).

A escola era assumida pela população que a sustentava da mesma maneira que sustentava os guerrilheiros. Os alunos não eram retirados do seu ambiente nem separados da comunidade, mas trabalhavam e viviam, lutavam e sofriam, em conjunto com todo povo. O tempo de escola não era uma paragem ou uma evasão, nem uma qualquer “preparação para a vida” que retirasse crianças e jovens do seu duro quotidiano. O professor, como vimos, era mais um combatente e a educação fazia-se em pleno “teatro de operações”, em plena guerra (p. 105).

Os recursos para este combatente eram extremamente limitados, tanto do ponto de vista material como humano, mas nem por isso se deixou de leccionar nas escolas do PAIGC dezenas de milhar de crianças. Onde faltavam meios por não haverem edifícios, nem livros, nem material didático, a determinação e a criatividade das pessoas levavam a superar essas dificuldades, fazendo com as próprias mãos tudo que era necessário a partir do pouco de que se dispunha. Na maior parte, os professores primários eram jovens e só tinham a 4ª classe (4ª série), mas não foi isso que impediu a realização de trabalho notável, só possível porque justamente se confiou na juventude e nas suas capacidades; eles poderiam ignorar muitos conhecimentos sofisticados, mas sabiam transmitir aquilo que certamente é mais importante: o amor à terra, a razão da luta, a linha política do Partido (...) (PEREIRA, 1976, p. 105-106).

Nas escolas das zonas libertadas, os professores não tinham formação, mas não foi por isso que deixaram de realizar seu trabalho educativo. Segundo Pereira (1976):

(...). Dantes um professor era avisado que tinha de abrir uma escola em Morés, por exemplo, ou em Canchungo. Ele imediatamente carregava a sua mochila, chegava à região, matriculava os alunos e deslocava uma missão para as fronteiras a fim de ir buscar os livros e outros materiais escolares. Dessa missão faziam parte crianças e adultos. Eram construídas as escolas em barracas, as carteiras eram de tara ou palmeira. Assim ficavam prontas as escolas sem problemas. O professor passava a comer juntamente com os combatentes e fazia o seu trabalho com toda a dedicação (PEREIRA, 1976, p. 104-105).

Para o depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Referindo assim à sua<sup>36</sup> área (educação), uma das políticas muito sérias que Amílcar Cabral levou a sério e acabou dando realmente resultado ótimo na Guiné, foi na área da educação. Por exemplo, no início da luta armada*

---

<sup>36</sup> Área da pesquisadora (educação).

*praticamente temos quase 99% da população analfabeta. O quê que Amílcar Cabral fez? Quem tinha 4ª classe (série) normalmente alunos de internato eram obrigados a contribuir de seguinte forma: dar aula para 1ª classe (série) foi assim que começou. Porque o PAIGC no começo não tinha professores qualificados que podiam assumir esses cargos pedagógicos. Então no lugar desses professores que estavam em falta, davam aula os adultos que tinham 4ª classe na época colonial para algumas classes e os alunos da 4ª classe de internatos que davam cobertura para as turmas da 1ª classe. Pois o PAIGC não tinha todos esses professores para começar a ensinar, todo mundo que precisava aprender 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe (série). Novos quadros foram se destacando nesse processo, começaram a ser preparados nos seminários de educação em Conakry ou no próprio interior do país. Então juntavam em toda região da Guiné esses quadros destacados nesse processo, iam fazer um curso de superação durante dois meses em Conakry e voltavam só que não voltavam mais para dar aula naquelas escolas. Eles eram responsabilizados para preparar núcleos de professores em cada região ou aldeias. Os que se destacam novamente nesse processo, próximo ano vão ser preparados fazer em Conakry, para fazer esse curso de superação e foi assim até que conseguiram, formando quadros na Europa, Cuba, países socialistas, principalmente para virem substituir pouco a pouco para substituir aqueles que já deram as suas contribuições para saírem também para estudar. Era assim esse troca-troca. Então devido a esse estímulo de contribuição e depois ganha bolsa para fazer curso técnico ou superior deu certo e fez com que os jovens se dedicassem na contribuição. Todo mundo que participava desse processo levava isso muito a sério, dava a sua vida para fazer isso.*

Dada a carência dos profissionais de educação nas zonas libertadas segundo o depoente Marcelo, “*davam aula os adultos que tinham 4ª classe na época colonial para algumas classes e os alunos da 4ª classe de internatos que davam cobertura para as turmas da 1ª classe (série)*”. A famosa frase de Cabral “*os que sabem devem ensinar aos que não sabem*”, acabou por trazer mais contribuições dos jovens conforme o depoente Marcelo “*devido a esse estímulo de contribuição e depois ganha bolsa para fazer curso técnico ou superior deu certo e fez com que os jovens se dedicassem na contribuição*”, na preparação dos mais novos e foi assim que começou a formação de quadros do PAIGC nas zonas libertadas para o exterior (Guiné Conakry, Cuba, Alemanha, Rússia etc.).

Apesar dessas escolas do PAIGC serem montadas em Conakry que era um país de colonização francesa, isso não significava que a educação fosse voltada ao sistema da educação da Guiné Conakry. Segundo dizem os depoentes, os professores que lecionavam nessas escolas do PAIGC em Conakry eram todos guineenses.

De acordo com o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Os professores eram todos guineenses e até no meu caso, inclusive, alguns colegas meus que fugiram de Bissau para Conakry em 72[1972] foram recrutados para dar aula na Escola Piloto. Então essa foi a minha curta trajetória em Conakry e de Conakry fui para Alemanha onde eu fiz o curso técnico de rádio e televisão e terminei o ensino secundário lá na Alemanha. Então fiquei três anos lá na Alemanha, de 72 a 75[1972 a 1975] depois que eu voltei da Alemanha, já voltei direto para Guiné-Bissau independente.*

Com essas escolas nas zonas libertadas, o PAIGC obteve resultados importantes, porque escolarizou grande número de crianças a partir dos 10 anos (devido às condições de guerra, era esta a idade com que as crianças iniciavam a instrução primária). Segundo Pereira (1976):

Em 10 anos, de 1963 a 1973, foram formados os seguintes quadros do PAIGC: 36 com curso superior, 46 com curso técnico médio, 241 com cursos profissionalizantes e de especialização e 174 quadros políticos e sindicais. Em contrapartida, desde 1471 até 1961, apenas se formaram 14 guineenses com curso superior e 11 ao nível do ensino técnico (p. 107).

Conforme o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*PAIGC, como um partido de esquerda, então ele formou os militantes dele no tempo da luta armada, num pensamento mais social, na solidariedade, na base de construir um país onde todo mundo tem a mesma oportunidade. Então é realmente aquele pensamento, aquela política de ideologia marxista. Então a gente foi educada nisso, no sentido de que o país é nosso, todos somos iguais, vamos construir as mesmas oportunidades para todo mundo e com isso desenvolvimento vai ser rápido e tudo. Então, isso realmente foi a ideologia do PAIGC. E isso não é só o PAIGC, como os outros movimentos de libertação das antigas colônias que é o caso de Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em Angola e Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique. E o PAIGC já cuidava dessa ideologia, desde formação de jardim, primário e liceu (...).*

Considerando-se o depoimento, vê-se claramente que o PAIGC teve, no processo de luta de libertação, uma diretriz bem definida com relação à formação de quadros e, portanto, muito antes da independência que iria acontecer em 1974. Logo após a independência deu-se a continuidade de formação de quadros com guineenses em busca de qualificação no exterior, como se verá no decorrer deste trabalho.

## CAPÍTULO II

### A EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: APÓS A INDEPENDÊNCIA

Neste capítulo vou tratar da transformação educacional herdada do colonialismo português e a implementação do novo sistema educativo pelo movimento de libertação nacional, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Para tanto, torna-se necessário tratarmos da transformação educacional, abordando os acontecimentos que antecederam a independência.

Às vésperas da independência, entre os anos de 1972 a 1973, os guineenses que viviam nas zonas controladas pelo colonizador e que há muito tempo enfrentavam a separação de classe social imposta - português, assimilado e indígena - estavam num momento de euforia. A maioria estava convencida de que chegara a hora da independência, alguns até fugiam da capital para aderir ao movimento de libertação nacional (PAIGC). Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) presente naquele momento diz:

*Em 72[1972] ingressei na fileira do PAIGC, cheguei [nas zonas libertadas] logo nos primeiros meses e mandaram-me para receber preparação militar de dois meses. Depois voltei para Conakry (República da Guiné-Conakry) onde eu trabalhei um pouco na radio difusão, mais dois meses depois consegui uma bolsa para terminar meus estudos de técnico lá na Alemanha Oriental. Então, eu saí de Bissau, abandonei meus estudos no liceu, cheguei a Conakry mês de março logo em agosto desse mesmo ano, eu já estava na Alemanha para continuar meus estudos.*

Outro depoente Antônio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Medico não retornado):

*(...) eu de alguma maneira entrei na vida política porque todos os jovens depois que a gente sentiu o calor da luta que o PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde) de alguma maneira chegaria a Bissau e a gente já tinha algumas notícias. Até havia rádios clandestino isso era um perigo porque quem era pego com radio clandestino de ondas curtas ia para cadeia e a gente já tinha acesso disso, então a gente já tinha bastante informações. Na época eu acho que a gente tinha em torno de 10, 12 anos e tinha muitos colegas que fugiam de Bissau para ir para luta. Então isso foi a fase mais marcante que você já tem conhecimento de que havia uma luta para independência, já tinha essa informação e você tinha que participar.*

No país havia manifestações de todo tipo: através de panfletos nas escolas, reuniões nos clubes de esportes, reuniões nas bandas musicais etc. sabia-se, também, de muitos jovens maltratados e presos. O colonizador perdia gradativamente o controle das pessoas ou da população. Sob qualquer desconfiança prendiam-se pessoas para serem interrogadas e durante tal processo aconteciam torturas que obrigavam os tidos como suspeitos, a acusar ou caluniar outras pessoas para se livrarem da cadeia.

Antônio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) conta que:

*Então quando a gente chegou ao liceu, primeiro ano do liceu, a gente estudava à tarde e aí a coisa já começou ficar mais clara, porque o assunto [a independência] era tratado entre colegas. Aí você ficava sabendo e todo mundo falava em crioulo e os portugueses ficavam meio perdidos. A gente começou a entender, a gente ia a algumas reuniões, não me lembro, eu fui a duas ou três reuniões naquela época e nesse período estava começando a história dos panfletos, vira e mexe apareciam conflitos dentro do CIPES<sup>37</sup>. No Liceu quem ficava perto era preso porque vem a policia cercava tudo, quem estava lá dentro vai preso e prendiam monte de jovens, só que nunca descobriram e nunca sabiam. Eu me lembro um pouco de um cara agora não me lembro nome dele, ele morava perto do CIPES, bem naquela curva tipo república, perto da bomba de gasolina, tinha uma casa lá onde morava um amigo nosso e eu sei que a gente saía do CIPES, vira e mexe a gente entrava lá. Tinha uns caras que tocavam violão, mas no fundo era reunião de partido que acontecia lá. Então parecia zona de rastafari, aqueles cabelos grandes tudo, mas era reunião do partido. Então isso confundia muito os portugueses. Naquela época eu acho que eles não tinham como diferenciar música, cultura de atividade política. Então foi muito usado clubes de futebol, clubes de esporte, conjuntos musicais como forma de driblar a polícia portuguesa e era uma maneira de veicular os conceitos e a filosofia do partido.*

A distribuição de panfletos a favor do movimento de libertação nacional (PAIGC) em Bissau era uma revolta dos jovens guineenses, tidos como “elites” ou “assimilados” nas escolas, às vésperas da independência da Guiné-Bissau. Essa atividade, além de ser clandestina, era também, considerada perigosa, pois a pessoa que participava corria risco de ser preso, como mostram vários depoimentos.

Para Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado),

*Era um trabalho de clandestinidade, eu tive sorte porque eu era uma criança, mas eu tinha consciência do que estava passando no meu país, porque quase todo*

---

<sup>37</sup> Ciclo Preparatório de Ensino Secundário (CIPES) correspondente hoje a 2º ciclo, atende crianças de 5ª e 6ª classe (séries) de Ensino Básico Complementar na Guiné-Bissau.

*mundo da minha família foi preso pela Polícia-PIDE (Polícia Internacional Defesa do Estado). Então praticamente eu cresci de uma família em que poucos adultos escapavam de prisão e na minha casa todos sabiam o que estava acontecendo. A minha militância realmente começou quando eu entrei no liceu porque ali conversando com outros colegas também, que tinham a mesma história de família foi aí que começamos esse serviço de fazer trabalho de clandestinidade.*

Para Cabral (1978), um povo que se liberta do domínio estrangeiro não seria culturalmente livre a não ser que, retome os caminhos ascendentes da sua cultura, da sua realidade, do seu meio social e negue as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras. “Vemos assim que, se o domínio imperialista tem como necessidade vital de praticar a opressão cultural, a libertação nacional é necessariamente, um ato de cultura” (p.225).

Nesse sentido, Antônio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) afirma o seguinte:

*(...) os panfletos nas escolas isso já foi uma fase um pouco mais próximo da independência. Essa fase a coisa já estava muito declarada, quer dizer, não havia mais como impedir as coisas de acontecerem. Na época, a gente já tinha 14, 15 anos e já havia muita coisa declarada em Bissau. Então primeiro porque não havia mais espaço para prender ninguém, então se prendia levava dois dias têm que soltar porque não tem espaço. E meu irmão mais velho foi preso e ele contava que havia tortura e era pesada. Você tinha que falar qualquer coisa, denunciar pessoa, seu amigo ou seu pai você tinha que denunciar. A primeira tortura que o meu irmão contou até hoje a gente não esqueceu, queimadura de cigarro. O cara puxava cigarro e queimava você, tira a roupa e queimava o saco, são coisas horríveis o cara tira alicate, então você tinha que mentir, olha é o Lourenço ou é a minha esposa, qualquer um naquela hora do sufoco. É crítico e o meu irmão disse que sofreu muito e o motivo dele ir para prisão foi muito banal, porque ele justificava, mas na verdade foi preso como preso político, às vezes te criava algum problema e aí, você se envolvia em qualquer coisa, você ia preso sem motivo e você é torturado para ver se você sabia alguma coisa.*

O movimento de libertação pode ser considerado como expressão política organizada da cultura do povo em luta. Diz Cabral (1978): “A direção desse movimento deve assim ter uma noção clara do valor da cultura no âmbito da luta e conhecer profundamente a cultura do seu povo, seja qual for o nível do seu desenvolvimento econômico” (CABRAL, 1978, p.225).

## ***2.1 Uma educação nova***

Depois da independência, não havia mais escola central, escola da missão católica e escola de zona libertada. A proposta educacional tinha, agora por base, um único modelo de escola para todos os guineenses. Esse modelo de escola era controlado pelo Estado da Guiné-Bissau através do governo do PAIGC, partido que levou o país à independência em 1973. Com a independência, todas as crianças guineenses passaram a ter direito à escola, sem discriminação nenhuma. Essa escola era pública e gratuita, com o conteúdo programático voltado à realidade dos guineenses. A escola atendia às famílias desde os filhos de altos funcionários até as classes populares. Segundo Pereira (1976), “Rompendo com o passado, a Guiné-Bissau lança as bases de uma nova educação empreendimento decisivo para a própria reconstrução nacional” (p. 112). Um dos depoimentos trazidos por Pereira afirma que:

Não podemos esperar uma definição completa e acabada das linhas políticas em materiais de educação e de ensino. Muita coisa ainda está apenas no começo, o peso da cultura colonialista faz-se sentir duramente e, de resto, a definição de uma política educativa não se pode isolar da concepção política global que só pouco a pouco se vai delineando. O rumo para educação também será forçosamente escolhido em função do modelo de sociedade que se pretende construir, mas reciprocamente o tipo de escola que se criar e o tipo de quadros que se formarem condicionarão poderosamente essa mesma sociedade do futuro (PEREIRA, 1976, p.112-113).

Segundo o autor, os dirigentes do Comissariado de Estado da Educação (Ministério de Estado da Educação), tinham consciência clara acerca desse problema e eles próprios diziam que a formulação e implementação progressiva da política educativa seria uma tarefa a ser assumida pelas diversas estruturas do Partido e do Estado, com particular importância para o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Planificação. Não apenas se tratava de planejar o ensino, “sabendo, por exemplo, quantos técnicos são precisos para esta ou aquela atividade prevista, como, sobretudo, porque a política econômico-social determina as necessidades escolares e as próprias opções pedagógicas” (PEREIRA, 1976, p.113).

Conforme Freire (1978), o comissário de Educação (ministro da Educação) Mário Cabral dizia o seguinte:

‘O objetivo real do novo sistema, afirma enfaticamente Mário Cabral, é eliminar o que resta do sistema colonial para que possamos realizar os objetivos traçados

pelo PAIGC: criar um homem novo, um trabalhador consciente de suas responsabilidades históricas e da sua participação efetiva e criadora nas transformações sociais. Esperamos concretizar este desejo através do conhecimento cada vez mais real das necessidades concretas do país, da definição de nosso projeto de desenvolvimento e do próprio trabalho realizado a nível das instituições escolares, através de discussões nos órgãos coletivos. Discussões não só quanto a aspectos técnicos, mas também no que se referia às próximas necessidades da vida' (FREIRE, 1978, p.49).

Para Pereira (1976), o Comissariado de Estado da Educação e Cultura propôs um intenso esforço na organização da educação na Guiné-Bissau em 1976, fazendo deste, o seu “Ano I da Organização”, cujos resultados eram já sensíveis. Mas como não se tinha condições de alterar todo programa do sistema de ensino do país de um ano para outro, fecharam muitas escolas para mais tarde recomeçar a partir de novas bases. Por outro lado, o Comissariado de Estado da Educação e Cultura, optou por manter algumas das que existiam introduzindo gradualmente as reformas indispensáveis, à medida que houvesse gente preparada e que fossem reformulados os novos programas e métodos. Assim, a fase de transição se fazia com todas as contradições que lhe eram próprias e com as inevitáveis dificuldades do momento, “(...) desde a falta de materiais até a impreparação dos professores, agravada pela sua dispersão pelo interior onde o isolamento e a carência de transportes dificulta um apoio eficaz” (PEREIRA, 1976, p. 110).

No começo da independência, diz o autor, as antigas ocupações militares foram aproveitadas: inúmeros quartelamentos, instalações militares por toda parte. Muitos desses quartéis foram transformados em escolas, aproveitados, sobretudo para os grandes internatos que se espalhavam por todo o país. E foi nesse período, que o internato de Cói tinha acabado de entrar em funcionamento e ali se instalavam 30 professores que tinham lecionado a instrução primária nas zonas libertadas durante a luta armada e que agora freqüentavam um curso de aperfeiçoamento com um programa para três anos. “Valorizar os quadros do tempo de luta – os mais experientes, os mais politizados – é uma orientação constantemente seguida nesta fase pelo PAIGC” (PEREIRA, 1976, p. 116).

Ainda segundo Pereira (1976), com a criação dessa nova escola, o Comissariado da Educação e Cultura (Ministério da Educação e Cultura) se preocupou em acabar com a separação entre trabalho intelectual e manual, no sentido de ligar a escola à produção do campo. Com esse novo método de ensino em algumas escolas, os próprios alunos cultivavam alguns produtos de consumo como, por exemplo: batata doce; amendoim; mandioca; tomate; alface etc. com

orientação dos professores dessa área. Num dos internatos do Instituto Amizade “desenvolviavam-se ainda outras atividades em pequenas oficinas onde os alunos se iniciavam em técnicas simples nos domínios da eletricidade, da alfaiataria e mesmo do artesanato local, apoiados por artífices e profissionais” (p.117). Mas, nesse trabalho produtivo, a ausência tinha o mesmo peso da falta em uma aula em sala de aula, de modo que as atividades manuais apareciam dignificadas e foram sentidas com igual grau de responsabilidade.

Com a política do PAIGC, o Comissariado da Educação e Cultura promoveu a descentralização regional dos serviços educacionais, para cada Região (Estado) e Setor (Município). Também, enviou um responsável para cada região com o objetivo de coordenar as diversas atividades pedagógicas e administrativas. Ao mesmo tempo, criar ou organizar um grupo de estudo “Comissões de Estudo”, no qual que os professores se organizavam para trabalharem em grupo na preparação dos cursos, com a finalidade de superar as dificuldades e resolver os problemas que a prática os obrigava a enfrentar.

A formação dos professores é justamente uma das principais preocupações, uma vez que entre os 1900 docentes na instrução primária apenas 102 são diplomados e que uma grande parte dos professores do ensino secundário locais apenas têm o curso dos liceus, pelo que foi preciso recorrer a cooperantes estrangeiros (PEREIRA, 1976, p.110-111).

De acordo com Pereira, depois da independência, a Guiné-Bissau estava precisando muito dos profissionais na área de educação. Foi preciso fazer a contratação dos cooperantes estrangeiros e foi nessa fase também que Portugal enviou professores para ajudar, pois o governo de Salazar, que apoiou a colonização na Guiné, já não estava mais no poder<sup>38</sup>.

Essa fase de transição foi muito marcante para quem estava acostumado com a educação do colonialista português, segundo os depoimentos colhidos.

Para o depoente Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado):

*Não, era momento de euforia porque como africano eu digo momento de euforia, porque depois nós passamos a estudar a história da África, a geografia da África quer dizer uma coisa que todo mundo esperava e todo mundo ficou completamente eufórico de poder estar na África e estudar o conteúdo africano. A*

---

<sup>38</sup> 25 de Abril data da queda do fascismo (governo de Salazar) em Portugal, cuja situação interna se deteriorara com as guerras coloniais. Segundo Lopes (1982), “O próprio Salazar, antes de ser primeiro – ministro do Estado Novo fascista, foi ministro das Colónias” (p.66).

*transição para independência, isso mais ou menos em 1974, eu estava com 13 a 14 anos e assisti ou acompanhei a transição, que mudou todo o foco da educação no país. Por exemplo: mudou o conteúdo que era ensinado na época colonial, (geografia de Portugal, história de Portugal, literatura portuguesa e tudo mais) para a realidade africana e a gente passou aprender a realidade da Guiné-Bissau, a luta de libertação, a história da África etc. Esse momento coincidiu com a minha ruptura com a Igreja Católica, porque o meu irmão mais velho foi um combatente da liberdade da pátria, aliás, é um combatente de PAIGC, porque combatente nunca deixa de ser. Na bagagem que ele trouxe da guerra, eu achei um livro chamado Economia Política Marxista e a realidade africana. Nesse livro que eu fui ler, eu comecei a conhecer a história da participação da Igreja Católica, do Vaticano no processo de escravatura e no processo de colonização. Esse livro mostrava que a Igreja Católica foi uma agente do colonialismo e agente da escravatura na África. Isso de uma forma cortou a minha fé, toda aquela imagem que eu tive da Igreja Católica ruiu e até agora eu vou à Igreja nos casamentos, mas deixei de ser um católico praticante, porque aquele ali, naquela fase da minha vida foi uma grande decepção ver a igreja que eu tanto tinha fé, acreditava, participou de uma ideologia que afirmava que o negro não tinha alma, precisava ser batizado e após batizado ele podia ser usado como escravo, isso aí me chocou sabe. Então hoje, eu diria que não tenho religião, porque bom não “comungo mais de preceitos, de todos os preceitos da Igreja Católica” apesar de, se me convidam, eu vou à missa, assisto cerimônias, mas a vocação não tenho mais.*

Para outro depoente Antônio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado):

*Olha é a época de glória, arrepiado cabelo você viver a independência é uma coisa muito boa. A transformação, como é que as coisas aconteceram, você fica eufórico, as perspectivas ampliaram muito. Então a questão do acesso à educação, modificou totalmente. É uma pena que essas coisas se perdem em função dos próprios militantes e dos próprios dirigentes que não souberam dar o devido valor a isso. Então vale a mesma crítica para o Partido dos Trabalhadores - Brasil (PT) que depois de muita luta chega ao governo e mais uma vez não dá 8 anos de governo para se perder. Então eu acho que na Guiné-Bissau se perderam ou nós nos perdemos.*

De acordo com o depoimento de Otavio e do Antonio, dá para perceber que a fase de transição foi muito significativa para esses jovens que eram das “elites” ou “assimilados”. Uma nova vida, nova liberdade que nunca tiveram no período colonial. Como diz o depoente Otávio “era momento de euforia” porque foi nesse momento que o ensino na Guiné começou a sofrer mudanças. Apesar de esses jovens serem assimilados, terem acesso à educação que muitos não possuíam, isso não queria dizer que eles estavam “felizes”. Porque, querendo ou não, o estar no seu país e ter liberdade é muito diferente de estar no seu país e ser dominado por um invasor, mesmo tendo certas regalias. Já para o depoente Antonio, este compara a fase da independência

com uma glória e afirma que as perspectivas se ampliaram, porque com a independência o acesso à escola mudou bastante, porque muitas pessoas passaram a ter acesso à educação.

Também segundo Cá (2007),

Enquanto o ensino pré-primário estava ainda no começo, concentrado em dois grandes jardins de infância que funcionavam como internatos para órfãos de guerra, o ensino primário expandia-se por todo o país e o nível secundário localizava-se nas principais cidades. Existiam três liceus: Bissau; Bafatá e Canchungo, mas só o primeiro lecionava até a 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> séries [classe]; uma escola técnica e cinco escolas do ciclo preparatório. Da mesma maneira se intensificava a educação de adultos que abrangia mais de 10.000 pessoas. Nesse contexto, uma das mais interessantes instituições escolares era o célebre Instituto Amizade, que agrupava um conjunto de 10 internatos, incluindo os dois jardins-pilotos (...), uma escola agrícola no Boé, no leste do país e a Escola Piloto de Bolama, cuja fundação remontava ao tempo da luta: os internatos foram criados pelo PAIGC tanto nas regiões libertadas como nos países vizinhos para educar os filhos dos combatentes e formar os futuros quadros (p. 95).

Outro depoente, Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação):

*Eu tive acesso à escola graças a Deus com sete anos de idade como a maioria das pessoas que nasceu na década de 80 [1980]. Eu acho, porque os pais já têm aquele conhecimento, já sabem a utilidade da escola, já sabem o valor da escola e eu graças a Deus eu tive a felicidade de ingressar na escola com sete anos, que era o normal, na época, lá na Guiné-Bissau.*

Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/estudante de graduação em Letras) diz: (...) *eu tive acesso à escola com seis anos de idade depois sai da escolinha e fui para escola primária com sete anos de idade.*

Esses depoimentos mostram que com a independência, todas as crianças da Guiné-Bissau passaram a ter direito à escola, sem discriminação, contrariamente ao que vimos nos depoimentos das pessoas que nasceram nos anos de 1950 a 1960. Durante esses anos sob o domínio colonial, o acesso à escola era muito difícil devido ao processo seletivo e à discriminação de classe (assimilado e indígena) que era feita pelo sistema educacional colonial. Embora os direitos das crianças guineenses de terem acesso à escola fossem garantidos com a independência, havia outras partes da Guiné-Bissau (no interior onde havia isolamento e carência de escolas e professores) em que as crianças ficavam fora das escolas. Por vezes, acontecia ter falta de vagas e, outras vezes, uma menor importância dos pais na questão da educação dos filhos, pois, muitos

desses pais foram afetados pela política do indigenato que o colonizador português impôs naquela época visando que os indígenas não tivessem acesso à escola ou à cultura européia. Para Mazula (1995), a política do colonialista português era a seguinte:

‘O ensino indígena obedecerá à orientação doutrinária estabelecida pela Constituição Política (...). Aqueles planos e programas terão em vista a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas e a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais. Compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais’. (p. 85).

O mesmo artigo 68 restringia o ensino indígena ao ‘saber ler, escrever, contar e falar a língua portuguesa’, ao ensino ‘essencialmente nacionalista, prático e conducente ao indígena poder auferir meios para o seu sustento e de sua família’, tendo em conta ‘o estado social e a psicologia das populações a que se destinava’. (MAZULA, 1995, p.85).

Assim, na Guiné-Bissau pós-independência, as escolas eram públicas, com metodologia de ensino mais voltada à realidade dos guineenses, com exceção das escolas católicas João XXIII e José de Sousa e da Escola Portuguesa<sup>39</sup> que ainda funcionam na Guiné-Bissau e que funcionavam já nos primeiros anos da independência. Esses últimos eram particulares, tal como, a escola João XXIII, cujo objetivo é dar formação para os futuros padres e freiras, que depois seguem a continuidade dessa formação em outros países. Mas, mesmo com esse princípio, essa escola atendia a outras crianças sem compromisso de ser padre ou freira, desde que a família pudesse pagar os estudos do filho. O mesmo aconteceu com a Escola Portuguesa onde, ainda hoje, estuda a maioria dos filhos do corpo diplomático creditado na Guiné-Bissau e outros estrangeiros que aí residem. Também essa escola não é restrita a filhos desse corpo diplomático e estrangeiro de modo geral, mas também atende a crianças guineenses desde que seus pais possam pagar.

Segundo Cá (2007), com o liberalismo econômico na Guiné-Bissau, houve mudança na formulação e implementação de uma política educacional já nos anos de 1986, pois nessa década teve início no país a política educativa proposta pelo Banco Mundial e por outras instituições financeiras. Essas instituições condicionavam o novo perfil do sistema educacional, em razão das necessidades econômicas imediatas da Guiné-Bissau.

---

<sup>39</sup> Trata-se de nome de escola que não tem a ver com as escolas portuguesas coloniais.

No que tange ao setor da educação, são organizações internacionais ou as agências estrangeiras que estão liderando na elaboração de programas, livros e financiando operações sobre programas destinados a minorar a deterioração de serviços sociais causada por programas de ajuste estrutural. Quanto a isso (deterioração de serviços sociais causada por programas de ajuste estrutural), a intervenção do governo no setor educacional, de acordo com Friedman, pode ser interpretada de duas maneiras: efeitos laterais, isto é, circunstâncias sob as quais a ação do indivíduo impõe custos significativos a outros indivíduos; o interesse paternalista pelas crianças e outros indivíduos irresponsáveis. Para ele, o governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada, dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho, a ser utilizada em serviços educacionais aprovados. Os pais poderiam usar esta soma na compra de serviços educacionais em uma instituição aprovada de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas, operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos de qualidade (CÁ, 2007, p.191-192).

Entretanto, na Guiné-Bissau não foi concedida a soma máxima por filho que os pais poderiam usar na compra dos serviços educacionais em instituição aprovada de sua escolha. O governo guineense alegou que a privatização educacional foi fruto de voto de uma vontade expressa pela população. Obviamente, ao ouvir falar do setor privado, concluiu que já era altura dos outros serem envolvidos na compartilhamento dos serviços educacionais, deixando de lado a divisão do financiamento recebido pelos doadores internacionais. O setor privado estava sem recursos para implementar novas estruturas de ensino, as suas instalações escolares não possuíam condições mínimas para o funcionamento, a maioria das escolas era feita de barracas, sem nenhuma condição de aprendizagem, falta de enquadramento pedagógico, conteúdo curricular, metodologia que não tinham supervisão do Ministério da Educação. Mesmo assim, os pais eram “obrigados” a pagar mensalidades, pois o setor privado encontrava na educação um meio de resolver seus problemas econômicos (CÁ, 2007, p.192).

Ainda para Cá (2007), toda essa abertura ocorreu em 1986. A partir de então, o governo da Guiné-Bissau efetivou mudanças na direção da política econômica, assim como na formulação e implantação da política educacional que a equipe do presidente Luís Cabral tinha planejado para a área de educação logo depois da independência. Portanto, com o apoio do Banco Mundial e de outras instituições financeiras, a educação passou a ser analisada com critérios próprios de mercado e a escola passou a ser comparada a uma empresa. Neste caso, o ensino é visto como um conjunto de insumos que intervêm na sala de aula, sendo o professor apenas mais um desses insumos e a aprendizagem é o resultado de tudo isso. A visão economicista ocupa o cenário educativo, a tal ponto que as relações do processo educativo como um todo, as relações dos processos de ensino-aprendizagem em sala de aula e da educação como tal – seus profissionais - professores, pedagogos, especialistas em educação, administradores e supervisores educacionais entre outros são colocados em segundo plano. Essa decadência, também invadiu todos os setores

da Guiné-Bissau e o sistema educacional foi o mais atingido. Por essa razão, as condições escolares começaram a piorar cada vez mais, as instalações tornaram-se precárias juntamente com professores mal preparados que ofereciam um ensino equivalente aos seus salários.

Para o depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado), com o liberalismo,

*Foi aí, que piorou, foi triste. Há quem critique Luís Cabral [ex-presidente da Guiné-Bissau] até então de que no período tinha fome, tinha não sei o quê etc. Sim, só que o quê que Luís Cabral incentivava? Luís Cabral incentivava a produção econômica, a situação da Guiné-Bissau tornou-se catastrófica: da Guiné. Para você ver Fábrica de Cumeré, somos únicos na África que tinha isso. A Guiné produzia automóveis montadora Nhae. Nós já estávamos em frente do Senegal. Já tínhamos fábricas de transformações de produtos agrícolas Titina Sila em Bolama; tínhamos produção de leite etc. E de repente veio 14 de Novembro (de 1980): não, tudo isso é inviável. De que forma é inviável? Eu até hoje, eu quero ver algum economista que me argumente isso seriamente. Não tem. Foi inviável o que vocês fizeram de viável até hoje? Então 14 de Novembro veio simplesmente para confirmar aquela grande afirmação de Amílcar Cabral que talvez até resultou na morte dele. Eu estava lá de férias quando ele pronunciou isso na passagem do ano de 1972 para 1973. “Nem toda gente é do PAIGC”, para o povo guineense ficar de olhos abertos em relação a isso, é verdade. Nós tínhamos que aceitar até oportunistas na fileira do PAIGC para podermos conquistar a independência, mas depois da independência, cada um: se você é pedreiro, vai continuar, vai voltar para fazer o seu serviço de pedreiro. Se você é eletricista vai continuar fazer seu serviço de eletricista. Nem toda gente que não pensa que vai mandar, quero deixar isso bem claro aos camaradas”. Isso foi uma das grandes motivações, ou seja, que dinamizou o processo de assassinato dele, porque ele deixou bem claro toda proclamação da independência já tinha tudo isso pronto. Ele preparou tudo, algumas coisas foram mudadas depois da morte dele. Então 14 de Novembro para quem já vivia o problema quem já conhecia de perto o problema sabia claramente que o 14 de Novembro não ia trazer nada de benefício nenhum para Guiné [Guiné-Bissau]. Eu falei isso em Moscou numa reunião de estudantes. Hoje muitos vieram me dar abraços, você tinha razão. Eu não tinha segredo, bom para alguns, pode não ser óbvio o que estava acontecendo, mas eu convivi com toda essa gente desde pequeno, eu sei quem era quem. Quem era malandro, quem era safado, quem era sério. Eu conhecia um por um, desde pequeno. Então eu não tinha dúvida de que o 14 de Novembro não ia trazer nada para Guiné [Guiné-Bissau] e o resultado está aí: a liberalização da economia. Eu participei dessa reunião. Estávamos eu, João Correia, Agnelo Regala, Hugo Borges, Vasco Cabral, falecido Albino Indequê, Francisco Montes, nós que participamos dessa reunião. De como junto com a delegação da (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) FAO como que esse processo vai ser conduzido Quando fomos apresentados ao projeto do lado da FAO, nós contestamos. O quê que aconteceu nessa reunião? O presidente João Bernardo Nino Vieira simplesmente tirou a pistola, quem não assinar, já sabe, pegou a pistola jogou em cima da mesa: vai ter que ser. Só que nós não assinamos que*

*seja lá o que vier. Nós fomos embora. Isso foi uma das razões de Hugo Borges abandonar a Guiné. Agnelo Regala ficou, e ficou encantonado<sup>40</sup> há muito tempo em Guiné. Vasco Cabral abandonou, foi nesta data que Vasco Cabral abandonou o governo foi sentar na casa dele, eu estava lá. Foi assim uma coisa imposta à Guiné, não foi uma coisa projetada ou planejada e tudo mais. Porque o Presidente João Bernardo Nino Vieira via nesse processo que ele ia conseguir fazer a vida dele sem controle de ninguém.*

Cá (2007), afirma o seguinte:

A mudança na política econômica na Guiné-Bissau teve seus reflexos na população, principalmente em quem sentiu um dia em ter uma canoa a motor para a pesca e teve que voltar à canoa tradicional, devido à lei da livre concorrência imposta pelo programa de ajustamento estrutural, encetado em 1986 no país. Com a introdução de canoa a motor, os pescadores abandonaram a pesca artesanal e passaram a depender de novos bens importados — motores a bordo, combustíveis, acessórios, máquinas de fabricar gelo — do mecânico para reparar motores. No entanto, o aumento do preço do peixe ao consumidor não acompanhou o reajuste do preço do combustível, do motor, do gelo e da assistência mecânica. Os termos de troca que eram feitos pelo Estado durante os anos de 1978 a 1985, através do *Pescarte*, deixaram de existir com as medidas de liberalização econômica. Os pescadores, sem recursos, não podiam reproduzir os seus meios de produção — as canoas a motor — e muito menos fazer estoque de combustível para compensar os períodos de carência de fornecimento. Os pescadores, sendo jogados nessa situação, eram obrigados a trabalhar como assalariados das intermediárias de venda, essa intermediação que lhes fornecia o combustível e o dinheiro para o gelo, em troca do pescado fornecido. Uma grande parte do pescado passava para intermediárias, que por sua vez, não estavam interessadas em vender o peixe na região dos pescadores e sim na capital Bissau onde as chances de ter lucro eram maiores. Assim sendo, as condições econômico-financeiras e sanitárias dos pescadores começaram a piorar juntamente com as de seus familiares devido ao liberalismo econômico. Este é apenas um dos aspectos do impacto do liberalismo econômico (CÁ, 2007, p.182).

Segundo Freire e Guimarães (2003), devidos aos problemas sociais, econômicos e outros causados pelo liberalismo econômico, que a sociedade guineense começou a viver, passou-se a colocar as verbas do Estado em outros setores. A educação nunca foi muito privilegiada do ponto de vista orçamentário. “Mas quando os doadores vêm toda instabilidade que há no sistema educativo, a quem pedir responsabilidades?” (p. 185). E em função da instabilidade, muitas instituições desistiram de apoiar o país.

Para Lopes (1982), entretanto, os recursos não provinham unicamente da acumulação feita no próprio país (Guiné-Bissau), sendo os países estrangeiros os maiores fornecedores de uma grande

---

<sup>40</sup> Encantonado quer dizer escondido num canto.

parcela. Com relação a isso, diz autor, “não se pode esquecer que um Estado que, por diversas razões, depende em grande parte da ajuda externa, põe em perigo a sua soberania e a sua segurança interna” (p. 117).

A Guiné-Bissau realmente é um país que vive das ajudas externas, mas, como estas são utilizadas? Com a instabilidade do país com guerras e atentados ou golpes, muitos empresários estrangeiros ficam com medo de investir, para não correr risco de perder tudo. Neste caso o orçamento do Estado fica sobrecarregado por ser o único responsável por empregar a maioria dos trabalhadores do país. Portanto, para sair dessa dependência, o Estado da Guiné-Bissau deve estimular ou investir nos pequenos empresários guineenses e estrangeiros que possam vir a desafogar o orçamento do Estado ao dar emprego para alguns guineenses. Talvez, assim, o país possa vir a acumular ou gerar recursos próprios e ser mais independente.

## **2.2 A Formação do homem novo**

A política de formação do homem novo foi constituída para acabar com as intrigas implantadas pelo colonialismo português na então Guiné Portuguesa como forma de dividir as etnias que compõem o país e dominá-la. Assim sendo, criou-se a divisão social (branco, assimilado e indígena). Para fazer face a essa divisão étnica como forma de dividir para dominar, o PAIGC teve que fazer a conscientização dessas etnias em um denominador comum: a unidade nacional para assim, formular a política de formação do homem novo.

Segundo o depoente Antonio Pereira Mendes (Estado de São Paulo/ Médico não retornado):

*(...) havia a política de formação do homem novo. O quê que é esse tal de homem novo? O homem novo é aquele homem com formação militante e que tinha uma concepção diferente da do colonialista. Então a questão de formação era baseada também nos professores de formação militante e a formação militante ela não é apenas circunscrita ao que a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) fazia. Então os professores eram formados, vamos dizer por filósofos e sociólogos pelo menos, no meu ano específico, foram feitas pelos Alemães.*

E para realizar essa política de formação de homem novo, o PAIGC teve que criar uma ideologia. Segundo o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*PAIGC, como um partido de esquerda, então ele formou os militantes dele no tempo de luta armada, num pensamento mais social, na solidariedade, na base de construir um país onde todo mundo tem a mesma oportunidade. Então é realmente aquele pensamento, aquela política de ideologia marxista. Então a gente foi educada nisso no sentido de que o país é nosso, todos somos iguais,*

*vamos construir as mesmas oportunidades para todo mundo e com isso o desenvolvimento vai ser rápido e tudo. Então, isso realmente foi a ideologia do PAIGC. E isso não é só o PAIGC, como os outros movimentos de libertação das antigas colônias que é o caso de Movimento de Libertação de Angola (MPLA) em Angola e (Frente de Libertação de Moçambique) FRELIMO em Moçambique. E o PAIGC já cuidava dessa ideologia desde a formação de jardim, primário e liceu. Então, existia, porque hoje não existe mais. Existia até uma organização da Juventude chamada de JAAC (Juventude Africana Amílcar Cabral). O quê que era Juventude Africana Amílcar Cabral? Era uma organização política, para formar os jovens politicamente, até no liceu havia uma disciplina chamada formação militante. O quê que era formação militante? É uma formação que você recebia para conhecer a breve história do teu país, a história da luta de libertação e aqueles conceitos de socialismo, unidade etc. Então, todo mundo realmente recebia esse tipo de formação que infelizmente, hoje não existe, mas realmente foi muito importante na união dos guineenses. Porque isso conseguiu juntar todos os guineenses em torno do mesmo objetivo e foi durante muito tempo, realmente muito importante. Hoje infelizmente esse tipo de política não se faz mais, porque hoje é capitalismo, liberal, cada um por si. Então, as coisas mudaram muito e perdemos esse vestígio de solidariedade que a gente tinha.*

Também o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) traz a sua versão:

*(...) depois da independência eu fiz uma escola chamada Escola do Partido, não sei se você conhece, havia uma escola em que os professores vinham de Alemanha Oriental. Então a gente teve toda instrução do materialismo dialético, estudo sobre economia capitalista, aí vem os grandes teóricos e filósofos da esquerda como Marx, Engel etc. Mas a gente teve aulas, são aulas propriamente ditas de formação militante, que a gente chamava na época. Então foram formados vários professores militantes nesta época eu até fui convidado para ser coordenador da formação militante do país inteiro, então aí que eu me vinculei ao Ministério da Educação. Viajei várias vezes para Região de Bafatá, para Safim, para Gabú e nessas viagens dava aula, a gente discutia com os jovens. Eu era militante da JAAC (Juventude Africana Amílcar Cabral), fui um dos presidentes da JAAC e na época as pessoas que tinham mais força dentro do partido eram Hugo, Delfim diretor do Liceu, tinha Isac. São colegas que eram um pouquinho mais velhos do que eu e que eram espelhos nossos. Mas tinha vários políticos jovens, que eram de maior confiança dentro do partido, que eram militantes do partido e nós éramos apenas membros da JAAC, porque a gente era mais jovem e a gente não participava nada dessas atividades políticas partidárias é só da JAAC mesmo. Então eu estive envolvido com atividade juvenil apenas, até sair de Bissau.*

Ainda o mesmo depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) relata sobre o funcionamento do JAAC (Juventude Africana Amílcar Cabral) e seu objetivo na época:

*JAAC significa Juventude Africana Amílcar Cabral. No começo foi uma entidade juvenil muito forte e a gente desenvolveu muitas atividades agrícolas, mobilizações de jovens, fizemos uma série de coisas. Era muito interessante. Depois da independência já e acho que 4, 5 anos mais para frente a JAAC começou a distorcer o seu objetivo que era a associação juvenil e começou a funcionar como se fosse um organismo informativo que levava informação ao partido e ficou uma coisa um pouco distorcida. Ficou até um ambiente, desagradável para quem era membro sério da JAAC porque, você era mal visto, como se fosse um agente do partido. Por exemplo, eu converso com Lourenço e vou lá conto tudo para o João etc. isso ficou numa época muito ruim. Mas, antes disso a JAAC foi uma das organizações juvenis até muito respeitada, eu nunca viajei, por opção própria, mas pela JAAC sempre viajava para as conferências, foi uma época muito bonita depois da independência. Mas a independência que foi um sonho, eu acho que 10 anos depois dela, já não havia nada que a gente sonhara, com a independência.*

Também o depoente Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) afirma que os integrantes da JAAC, além da política de mobilização que praticavam, também faziam trabalhos sociais como mostra o depoimento:

*(...) fui um adolescente, um jovem que participou da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) era uma organização da juventude adepto, aliado ao Partido do PAIGC que fez a independência. Eu participei de toda essa política do movimento da JAAC, que além de ser político, era também social. Porque a gente fazia campanha de vacinação. Também o PAIGC, assim que controlou o país, a Guiné-Bissau, criou organizações de base nos bairros onde as pessoas participavam das atividades políticas e de mobilização. Então a minha fase da adolescência foi essa (...).*

Amílcar Cabral tinha em mente o problema dessa divisão étnica na Guiné Portuguesa como forma do colonialismo dividir para dominar. A formação do homem novo passou a fazer parte das idéias do PAIGC para evitar essa divisão no futuro. Segundo Cabral (1978):

*(...) dentro das possibilidades da luta concreta para nossa terra, na Guiné e Cabo Verde, qualquer pessoa que queria lutar a sério, como o PAIGC conseguiu lutar e podia está a luta, pode compreender uma coisa, pela análise, estudando o problema a fundo, que é o seguinte: não era possível a luta na Guiné, se não fosse em conjunto, unidos — PAIGC. Não era possível a luta em Cabo Verde, se não fosse em conjunto, unidos – PAIGC. Vocês sabem qual é a prova concreta disso? Por exemplo: não há movimento nenhum que tenha dito: - para nós, só filhos da Guiné - e que tenha avançado. Vocês conhecem algum? Não há movimento em Cabo Verde, só de filhos de Cabo Verde, que tenha avançado, não há nenhum. Isto quer dizer que a nossa análise foi certa, foi justa, sobre tudo se tivermos em vista as perspectivas como entidade econômica e política viável em África, capaz de fato de realizar uma vida nova. Claro que todos aqueles que lutam pela unidade africana, entendem que nós somos o único exemplo, com a Tanzânia, que resultou da união do Tanganica com Zanzibar, que luta de fato pela unidade africana. Mas*

não existe um problema verdadeiro de lutar pela unidade da Guiné e Cabo Verde, porque, por natureza, pela história, pela geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só. (...) (CABRAL, 1978, p.127-128).

Segundo Cabral (1978), os colonialistas portugueses sabiam isso muito bem. Entretanto, eles fingiam não saber para dividir os guineenses e as pessoas oriundas de Cabo Verde que se encontravam na Guiné. A esperança dos colonialistas era: “se Cabo Verde pega na luta, mobilizar os guineenses para combater os caboverdianos que não prestavam e, que estavam na Guiné Portuguesa, como chefes de posto” (p. 128). Também se os filhos da Guiné pegassem na luta, mobilizar os caboverdianos, tanto na Guiné Portuguesa como em Cabo Verde, seria necessário combater duro contra os filhos da Guiné, para não deixarem levantar e para não deixarem ser livres. Ora o PAIGC passou-lhes aquela rasteira (boló)<sup>41</sup>. Segundo Cabral (1978), durante a colonização, o colonizador sempre usava uma etnia para dominar outra, ou melhor, fazia com que essas etnias entrassem em choque e aproveitava essa guerra para atingir um grupo.

Assim como no começo da luta diziam: ‘fulas, com vocês é que vamos ganhar esta guerra, porque vocês é que são os melhores filhos da Guiné’ etc. Quando falam em manjaco, dizem o mesmo. Dizem que os pepéis é que fazem mal aos fulas, que os fulas é que fazem mal aos pepéis, para dividir. Mas já viram que isso não deu em nada. No nosso Partido ninguém se dividiu, pelo contrário, cada dia nos unimos mais. Aqui não há pepel, nem fula, nem mandinga, nem filhos de cabo-verdianos, nada disso. O que há é o PAIGC e vamos para diante. Os tugas [homens brancos] estão desesperados. Então, são eles mesmos, por exemplo, que hoje nas suas revistas, como esta, que se chama “Ultramár”, têm grandes artigos estudando a questão da Guiné e Cabo Verde, e escrevem: ‘A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde – A sua unidade histórica e populacional’ (CABRAL, 1978, p.128).

---

<sup>41</sup> Rasteiro ou golpe de surpresa.



lutarmos contra os colonialistas e luta para realizarmos a unidade, para construir a nossa terra como deve ser, afirmava Cabral (1978, p. 121).

Por outro lado, Cabral (1978) mostra o valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro pelo fato de ela ser uma manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. “Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade” (p. 223), assim como entre diferentes sociedades. A ignorância desse fato poderia mostrar o fracasso de diversas tentativas de domínio estrangeiro como o de alguns movimentos de libertação nacional.

Para Cabral era importante que cada negro (guineense e caboverdiano) tomasse consciência de sua posição no mundo. Com isso, dizia ele, “o estudante africano deve utilizar todas as suas capacidades para aproveitar ao máximo as raras oportunidades, que o regime colonial lhe oferece, para lutar pela libertação das massas africanas, pela sua própria libertação” (CABRAL, 1978, P. 32).

Este é uma das motivações que levou o PAIGC, a partir da declaração de luta contra o colonialismo em 1963, a criar as escolas para crianças e para os próprios combatentes da liberdade da pátria, nas zonas que começavam a ser libertadas.

### ***2.3 Política de formação de quadros no exterior***

A cooperação entre Guiné-Bissau e outros países para a formação de quadros teve sua definição com o processo de luta pela independência. Havia uma coexistência pacífica entre a Guiné-Bissau e os países capitalistas em geral, quanto às relações multilaterais, independentemente do regime social e político de cada nação. Essa tomada de atitude tinha sua base no trabalho realizado pelo PAIGC no processo de luta de libertação nacional (nas zonas libertadas), com a criação de escolas para formação inicial. Contudo, a nova realidade que nascia não contava com quadros capazes de gerir a nação e, assim, fazia-se necessário a cooperação para dinamizar desde a educação inicial até a educação superior.

Segundo o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) o PAIGC tinha a preocupação com a formação de quadros guineenses, desde a luta armada. Diz o depoente:

*(...) durante a luta de libertação esses estudantes foram para o exterior. Então mesmo durante a guerra o PAIGC sempre se preocupou com o ensino pelo menos através de fotos e de informações sempre havia escolas até de formas as mais inusitadas possíveis. As pessoas estudavam e quando você atingia um nível por que a guerra durou quanto tempo? 10 ou 11 anos de guerra e nessa época as pessoas que tinham 18, 19 e 20 anos foram enviados para o exterior, porque havia já uma previsão clara de que PAIGC ia chegar à independência e também a gente teve conhecimento de que PAIGC ia ter problema com a administração pública. Porque administração socialista era um tanto quanto diferente de outra administração que já havia na Guiné (Guiné Portuguesa) (...).*

Segundo Dowbor (1983), a partir do momento que o país (Guiné-Bissau) ficou independente, o governo analisou a situação e questionou: o que fazer? Mandar esses administradores que serviam os colonizadores embora e levar a desorganização administrativa ainda na fase de transição ao caos? Ou seria preciso conviver, porque os novos dirigentes do PAIGC tinham mais prática com o fuzil ou com a diplomacia do que com a organização do imposto e o Estado precisava de recursos, do controle da corrupção das bases administrativas de uma democracia real? Nesse caso, os novos ministros viram-se assim jogados à frente da máquina administrativa com funções, mas sem quadros novos para enquadrar na transformação das novas orientações do país. Em face dessa situação de transição, a Guiné-Bissau viu-se obrigada a mandar quase dois mil quadros políticos a adquirir conhecimento técnico nas duas Alemanhas, em Cuba, na França, em Portugal, na União Soviética, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar onde se ofereciam condições sérias de estudos.

O Estado, reconhecendo a necessidade da comunidade efetiva de formação de quadros no exterior, considerado fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico harmonioso, com planejamento adequado, de acordo com as exigências e a realidade do país, publicou um decreto que estabeleceu as medidas a observar-se na formação de quadros em curto, médio e longo prazo decreto número 15/1976 cf. Boletim oficial número 17 de Abril de 1976 (...) (CÁ, 2007, p.118).

Esse princípio foi reafirmado por diversas vezes:

(...) “Há países que durante a luta foram aliados do nosso inimigo, mas em relação aos quais temos hoje, como Estado, uma posição diferente. Temos relações com os Estados que nos aceitam como país independente e soberano, respeitam a

nossa política, não interferem nos nossos assuntos internos e tratam connoscos numa base de igualdade” (PEREIRA, 1976, p.149).

Foi após esse processo que os estudantes guineenses começaram a vir estudar no Brasil.

#### **2.4. Estudantes guineenses no exterior: o caso do Brasil.**

Com a independência de alguns países africanos em 1960, o Brasil passou a estabelecer relações diplomáticas com esses países. Conforme Gusmão (2008):

‘a instalação das primeiras embaixadas no continente africano, na década de 1960, permitiu que o Brasil estabelecesse acordos de cooperação cultural e técnica com alguns países da África Subsaariana. A partir daí se inicia a emigração estudantil para o Brasil. O primeiro grupo de estudantes africanos veio ao Brasil na década de 1960 e era constituído por 16 estudantes do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde<sup>43</sup>. Entretanto é com a implementação do PEC-G nos finais dos anos 70 que a presença dos estudantes africanos nas universidades brasileiras se tornou significativa. Trata-se de um período que a universidade e pesquisa se consolidam no Brasil e os PALOP conquistam suas independências nacionais.’ (MUNGOI, 2006, p.28 apud GUSMÃO, 2008, p.5-6).

Por sua vez, segundo informação do Consulado da Guiné-Bissau no Brasil, os primeiros estudantes guineenses chegaram ao Brasil, no ano de 1976<sup>44</sup>. De acordo com o documento do Itamaraty, de 1986 a 2009, têm-se um total de mil e duzentos e treze (1213) estudantes convênio (PEC-G) e a vinda desses estudantes para Brasil será maior a partir de 1991<sup>45</sup> com intensificação dos fluxos entre 2000 e 2009. Com relação ao retorno, o documento não informa quantos retornaram e quantos permanecem no Brasil, como também, não informa os dados de estudantes de PEC-G que vieram nos anos de 1976 a 1985 e dos estudantes de PEC-PG não temos dados de nenhum estudante. Nessa época:

Os casos da França e do Brasil são exemplos típicos, cada um à sua maneira, de contactos com países capitalistas. O Brasil alimenta desde há anos uma diplomacia dinâmica em relação à África, na sua busca por encontrar novos mercados para uma economia em expansão; não admira, pois que o sub-imperialismo brasileiro jogue em cheio na “conquista” das antigas colônias portuguesas, explorando a fundo a vantagem da língua comum. Pressentimentos que há, da parte do governo guineense, uma consciência clara da estratégia brasileira, o que leva a salvaguardar uma atitude de cautela, sem prejuízo de estar

---

<sup>43</sup> Cabo Verde, em 1960, estava sob domínio colonial português e só ficou independente em 1975.

<sup>44</sup> Informação fornecida pelo Cônsul Honorário da Guiné-Bissau no Brasil, em Campinas, Tchernó Indjai.

<sup>45</sup> Ver tabela de 3 a 6 dessa dissertação.

receptivo à cooperação até para compensar a insuficiência da cooperação portuguesa. (PEREIRA, 1976, p.149-150).

Também foi no mesmo período que Portugal passou ajudar a Guiné-Bissau. Segundo Pereira (1976),

Em setembro de 1975, o camarada Luís Cabral dizia-nos que consideravam Portugal o seu primeiro aliado; em Janeiro de 1976 o ambiente era bem diferente. A evolução interna portuguesa tinha sofrido profundas alterações a partir da grande recuperação das forças de direita iniciada em 25 de Novembro de 1975, gerando-se então crescentes dificuldades nas relações com as antigas colônias portuguesas: um imperdoável atraso no reconhecimento oficial da República Popular de Angola, um contencioso com Moçambique (ruptura do acordo aéreo, protestos portugueses acerca dos processos de nacionalização, etc.), e, quanto à Guiné-Bissau, o impasse nas negociações entre os dois governos que levaria as soluções unilaterais e litigiosas dos problemas do Banco e da emissão de nova moeda. Portugal deixava de ser “o primeiro aliado” e notava-se uma evidente perda de confiança no poder político e militar de Lisboa.

E, todavia o PAIGC havia exercido uma influencia na acção diplomática, no período subsequente ao derrube do regime fascista em 25 de Abril de 1974, no sentido de promover a aceitação das novas forças dirigentes portuguesas por parte dos países africanos. Com o avanço das correntes progressistas em Portugal foi-se consolidando o entendimento recíproco e lançaram-se as bases para a amizade e a cooperação entre os povos (PEREIRA, 1976, p. 150-151).

De acordo com o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado)

*(...) depois da independência, não havia mais colônia, não havia mais guerra contra Portugal. Próprio Portugal passou a dar bolsa para formação dos guineenses e foi nessa ordem que entrou o Brasil também. O Brasil não apoiou a Guiné durante o processo de luta de libertação. Por quê? Porque aqui no Brasil haviam governos militares ligados aos Estados Unidos, ligados ao mundo capitalista e que não podiam, de forma nenhuma, apoiar o movimento de guerrilha, movimento de libertação na África. Mas só que depois que a Guiné ficou independente, Angola, eles logo, para corrigir essa falta de apoio, então eles logo começaram a desenvolver vários acordos de cooperação. O Brasil até foi um dos primeiros países a instalar a embaixada na Guiné-Bissau e passou a fornecer bolsas de estudo para formação dos guineenses ainda no governo militar.*

Com o decreto nº 15/1976 (cf. Boletim Oficial, número 17, de abril de 1976), a Guiné-Bissau fez acordos bilaterais com alguns países a fim de enviar jovens guineenses para formar-se no exterior. É nesse período que o Brasil e Guiné-Bissau fizeram acordos bilaterais para

cooperações nos campos cultural e científico. Os estudantes guineenses começaram a vir estudar no Brasil e os primeiros estudantes guineenses chegaram ao Brasil, naquele mesmo ano.

De acordo com as declarações feitas pelo embaixador Arthur V. C. Mayer,

“A Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau existe desde 1975, sempre voltada para o fortalecimento e diversificação das relações entre os dois países, as quais sempre foram marcadas pela amizade e cooperação. Onde o então presidente do Brasil, General João Figueiredo visitou a Guiné-Bissau em 1984 e o então Presidente da Guiné-Bissau, General João Bernardo Viera, visitou o Brasil em 1997. As relações bilaterais [entre a Guiné-Bissau e o Brasil] são mais expressivas nos domínios da cooperação educacional, técnica e cultural. As relações econômicas (comércio e investimentos) ainda têm pouca densidade, embora apresentem potencial apreciável de crescimento. O fato de ser a Guiné-Bissau o único país lusófono da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) abre boas perspectivas para incremento das correntes de comércio com o Brasil”<sup>46</sup>.

“Cooperação Educacional Brasil Guiné-Bissau, o programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é o mais importante instrumento da cooperação bilateral no campo da educação. Por meio de PEC-G jovens da Guiné-Bissau estudam gratuitamente em numerosas universidades, com dispensa de exames de admissão. Ademais, parcela significativa desses estudantes recebe ainda auxílio financeiro emergencial do Governo brasileiro. Estima-se que, em meados de 2004, o número total de estudantes bissau-guineenses no Brasil ao abrigo do PEC-G chegue a quase 400. O número total de cidadãos da Guiné-Bissau que hajam feito estudos universitários no Brasil desde a implementação do PEC-G sob e a várias centenas”<sup>47</sup>.

Segundo o manual do Programa de Estudantes Convênios de Graduação (PEC-G) (2000), este programa “constitui um dos instrumentos de cooperação educacional que o governo brasileiro oferece a outros países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina” (2000, p. 9), dele se beneficiando muitos guineenses ainda hoje.

### ***2.5 Processo de bolsa de estudo no exterior***

A Guiné-Bissau antes de ficar independente era controlada pelo colonizador português com a sua equipe e com alguns “assimilados caboverdianos e guineenses” cujo privilégio e condição de vida eram similares à vida que se levava na metrópole, como mostra Dowbor (1983):

(...). O único esforço de urbanização deu-se na capital, Bissau, onde os portugueses, com ajuda de caboverdianos, se instalaram para manter o sistema colonial. Ali há luz elétrica, há os cinemas, há as piscinas, os clubes, as quadras de

<sup>46</sup> A Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Disponível - <http://www.guine.org/consular.html>. Acesso (07/05/2007).

<sup>47</sup> A Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Disponível - <http://www.guine.org/cultural.html>. Acesso (27/07/2007).

tênis, as esplanadas sombreadas dos restaurantes. Há água canalizada, chuveiros que funcionam, hospitais e médicos para o momento difícil ou trágico (p. 9).

No interior não há nada disso. Há a madrugada na roça, a imensa dificuldade da água, o desespero resignado da criança que morre de causa ridícula. Ali não se come chocolate Nestlé, e não há sequer esperanças a se vislumbrar.

Com todo o seu ardor revolucionário, os combatentes, enquanto estavam no campo e o inimigo colonialista ocupava a capital, tinham de se identificar com a causa camponesa, porque desta identificação dependia a sua sobrevivência (DOWBOR, 1983, p.9-10).

A partir de momento que a Guiné-Bissau ficou independente em 1973, a capital guineense passou a ser ocupada pela população guineense de baixa renda, para usufruir de todo o “conforto” que aí se encontrava. Diz Dowbor (1983):

Com a independência, no entanto, os indivíduos que representavam o “povo no poder” ocuparam as casas, os hotéis, as escolas, os clubes, as esplanadas. E o que há de comum entre um homem de origem e tradição revolucionários, mas que está instalado num escritório com carpete e ar condicionado, e o camponês que ontem o ajudou? (DOWBOR, 1983, p. 10).

Ocupando uma estrutura de vida e de trabalho elitista, criada para uma elite colonial, a que ponto o novo poder, com outros homens, africanos e revolucionários, deixaria de se tornar elite?

Tão conscientes estavam deste perigo os novos dirigentes que em 24 de setembro de 1974 tomavam o poder na república da Guiné-Bissau, que a primeira proposta era de se criar um [uma] nova capital no interior, em Madina do Boé, numa das regiões mais pobres e miseráveis do mundo rural guineense. Para manter o vínculo. O compromisso.

Quanto tempo duraria o compromisso? Problemas práticos, reais, se colocavam, roendo no dia-a-dia das tarefas imediatas, os compromissos históricos e morais contraídos durante a luta (DOWBOR, 1983, p. 10).

Com a independência, os portugueses foram embora levando consigo todos os técnicos da administração colonial e só ficavam na Guiné-Bissau os funcionários guineenses que não tinham grandes posições na administração. Segundo Dowbor (op. cit):

Problema prático: os portugueses da administração superior tinham-se ido embora, voltando para o conforto da metrópole. Mas ficavam os funcionários subalternos, em geral os mais submissos, indicados por sua confiabilidade colonial, muitos inocentes do processo, mas no seu conjunto formados para uma tarefa de administração de privilégios que mantém o povo à distância, e raramente capazes de entender, ou querendo entender, a profundidade da mudança. (DOWBOR, 1983, p. 10-11).

Portanto, no começo da independência o governo guineense enfrentou muita dificuldade, devido à falta de técnicos para ocupar administração pública. Apesar do número de quadros técnicos ter aumentado com a política implementada pelo PAIGC de formar quadros técnicos durante a luta armada no exterior, mesmo assim, precisava ainda mais de técnicos em todas as áreas. Para o depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Bom, isso não era nada para admirar, porque as máquinas que os portugueses tinham deixado na Guiné [Atual Guiné-Bissau] eram simplesmente tecnologia que era para atender as necessidades militares que eles tinham na Guiné ou [Guiné Portuguesa] e de alguns elites portuguesas. E eram tecnologia totalmente atrasada e quem foi estudar nesse período na Europa, a tecnologia européia já estava em outro nível e sem dúvida esse recém formado precisava de um certo momento de adaptação. Isso aí é incontestável. Por exemplo: você pega mesmo central de Bandim, os motores que funcionam são motores de 1800, há pouco tempo que estavam colocando alguns grupos que foram fabricados em 1960, em 1970, aliás o mais recente que eu lembro foi de 1974, aquele grupo 4. Elas são máquinas velhas que já não tem até na indústria, não existe mais, então se não existe na indústria, você não vai encontrar isso na escola. Tem que centrar, estudar, ver os mapas que não tem na Guiné [Guiné-Bissau] nada é guardado. Então era natural isso acontecer, não pela falta de capacidade, mas pela falta de arquivo, a Guiné [Guiné-Bissau], não tem arquivo.*

Também o depoente Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) relata o seguinte:

*(...) Embora o PAIGC, partido que libertou a Guiné [ou Guiné Portuguesa] veio com seus quadros, mas eram quadros mais para administração porque era uma outra estrutura administrativa que estava se criando. Quando a Guiné [Guiné-Bissau] era colonizado pelos portugueses, administração não tinha complexidade que passou a ter com a independência, porque durante a colonização só um administrador colonial com alguns chefes de postos de controle eram suficientes para organizar o país administrativamente. Mas com a independência, administração do país exigia mais quadros, você tinha que ter um elenco que é de governo ministerial depois de ministros aí vem governadores de região e depois dos governadores de região, aí você tem outra estrutura que é tipo: governadores, chefes de sectores ou delegados, isso sem falar de corpo policial, militar, saúde etc. então realmente a coisa era muito mais complexa e a colonização portuguesa não deu aquela oportunidade igual, por exemplo, que deu a Cabo Verde ou a Angola para que os guineenses tivessem assim grande acesso no ensino. Então a Guiné [ou Guiné Portuguesa] estava realmente muito atrasada com relação às outras colônias e os quadros novos que o partido PAIGC trouxe depois da independência, também eram pessoas formadas numa formação tudo rápido sem nenhuma experiência, então a Guiné [Guiné-Bissau] realmente precisava mandar formar novos quadros para poder ocupar nova administração.*

Segundo Dowbor (1983), os novos ministros estavam à frente de máquinas administrativas muito antigas, quase com funções pré-existentes em relação às máquinas de década de 1960 a 1970 e, sem quadros técnicos novos para colocá-las em funcionamento. “O que fazer com um quadro confiável, revolucionário? Dar-lhe a chefia de um departamento, uma direção geral, ou mandá-lo para o exterior estudar?” (p. 11).

Segundo o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) antes da tomada da decisão, o governo guineense abriu uma discussão a respeito da formação de jovens guineenses no exterior:

*(...) na medida em que foi feito esse programa de formação no exterior estas coisas foram muito discutidas. Houve discussão de todo tipo e amplamente discutida em fóruns internos da JAAC e do partido falando dos mais jovens. O quê que significava isso? Então houve discussões séria. A Guiné-Bissau demorou a adotar uma política de informação, por exemplo, televisão o país não admitia ou o partido PAIGC não admitia televisão, foi muita discussão. Guiné-Bissau atrasou muito, muitas coisas, isso na educação também, a gente tinha discussão sérias no sentido de fazer uma Universidade no país ou não, mas havia muito medo, havia falta de dinheiro uma série de circunstâncias contribuía para não tomada de decisão do governo do partido para resolver esses problemas. Mas que havia discussão, havia. Argumentos a favor e contra havia, porque as discussões eram muito abertas. Agora, na medida em que foi iniciado programa de bolsa de estudo para fora do país, eu acho que essa é a parte que mais me interessa, a parte que eu acho mais importante. No meu ponto de vista quando este assunto foi discutido é claro que eu não estava na instância de tomada de decisões, mas pelo menos, até o que chegava à gente como jovens de 18, 19 anos e a gente sentia que a tomada de decisão já tinha acontecido há muito tempo, porque o partido PAIGC sempre se preocupou com formação. Então, na época na Guiné já estavam regressando alguns estudantes que estavam fora em países socialistas, já estavam chegando alguns estudantes que se formaram na Alemanha, na União Soviética, em Cuba e me parece que tinha gente estudando na China, então, vários países. Os países do leste europeu então, tinham vários países envolvidos nesse programa de formação de quadros para assumir a administração pública.*

Neste caso, o governo guineense, pensando no futuro do país, em vez de inserir os “quadros confiáveis, revolucionários” (sem nenhuma preparação técnica) no aparelho administrativo do Estado, dada a carência no momento, enviou para exterior esses jovens para adquirirem conhecimentos técnicos em vários países. De acordo com Gusmão (2007):

Os processos de formação de quadros de nível superior e de políticas entre países diversos colocam em mobilidade, jovens africanos de diferentes nacionalidades e origens que buscam formação acadêmica, qualificação profissional e se beneficiam dos acordos bilaterais entre países. No caso do Brasil e dos Palop, os

intercâmbios culturais e suas políticas têm definido a esses sujeitos genericamente como ‘estudantes convênios’ (GUSMÃO, 2007, p.1).

Nessa perspectiva, o processo de seleção dos estudantes guineenses da década 1970 a 1980 era feito no Ministério de Educação da Guiné-Bissau. Mas também outros ministérios podiam requisitar vagas para os seus funcionários como mostra o depoimento do Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Normalmente, uma boa parte das pessoas que saíam para estudar no exterior era selecionada no Ministério da Educação. Por quê? Porque muitos eram estudantes que terminavam 7º ano, quer dizer que concluíam ensino secundário, então logo se inscreviam para conseguir uma bolsa de estudo. Então, realmente essas pessoas como não tinham vínculo empregatício com outros ministérios, outros departamentos, então a seleção era feita realmente direto lá (no Ministério da Educação), mas só que os ministérios que tinham já pessoas que já haviam concluído o ensino secundário, mas ainda não foram fazer curso superior e trabalhavam em certos ministérios, os ministérios já requisitavam vaga para essas pessoas. Porque elas não eram mais estudantes liceais, porque não saíram do liceu naquela época, já tinham feito ensino secundário há muito tempo. Então, não tinha até sentido concorrer com estudantes que estavam terminando ensino secundário do liceu. Então, nesse caso, que você já tem aprovada a sua dedicação ao trabalho, a bolsa de estudo seria uma espécie de compensação para você ter um outro nível de formação e voltar e ocupar um cargo superior, em relação àquele que você estava já ocupando.*

Também o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) mostra como que era feito o processo de seleção de quadros guineenses para o exterior:

*O processo seletivo, o Ministério apresentava os candidatos que tinham condições para receber as bolsas e algumas embaixadas faziam provas como foi o caso da embaixada da China que tinha mais estudantes ou candidatos que a vaga querendo a mesma bolsa. Ai o embaixador submeteu a prova, não foi baseado só nas notas do certificado, eu acho que havia até certo equilíbrio (...). (...) Agora os critérios de bolsa já nessa época, no início houve muita influência do Ministério de Relação Exterior, vários ministérios, havia várias prioridades e isso tinha um pouco a ver com critérios específicos de nota. Então, primeiros estudantes que saíram foi em função de contingência pelo menos, na minha opinião, é quem tinha objetivos a cumprir com os ministérios específicos e sei lá, fora isso, talvez, tenha um QI [costa larga] no meio aí que indicam. Teve muitas influências nos primeiros anos de bolsa, depois que começou se falar de critérios, porque todo mundo quis uma oportunidade de saída, então teve que se estabelecer critérios de notas, de médias. Na minha época já começou a valer mais, não as notas, nos últimos anos valia mais o currículo todo, valia mais a média da média de todas as notas que você tirava durante o liceu. Então o histórico escolar já era muito importante, a gente corria atrás de histórico escolar.*

Segundo os depoimentos de Thiago e de Antônio (Estado de São Paulo/ não retornados), no começo da independência, o processo de seleção para o programa de bolsa para exterior na Guiné-Bissau era feito no Ministério de Educação e outros ministérios podiam requisitar as vagas para seus funcionários que haviam concluído o 7º ano (o segundo grau). De acordo com o depoimento do Antonio, nos primeiros anos da independência, o processo seletivo na Guiné-Bissau ocorria de uma maneira franca, pois nessa altura, o país estava preocupado em formar os quadros, mas, nos meados da década de 1980, isso começou a dar problema. Porque devido ao crescimento do número de jovens nas escolas, as vagas eram muito concorridas, além de mais, os dirigentes do nosso país já tinham interesse nessas vagas para os seus filhos e sobrinhos. Por conta disso, as coisas espremiavam cada vez mais, e, até hoje no Ministério da Educação, os jovens têm dificuldades de conseguir bolsa de estudo para exterior. Como mostra a pesquisadora portuguesa Ana Bénard da Costa (2008), numa pesquisa feita em Moçambique: “o Estado Português disponibiliza [vagas] ao Estado Moçambicano, cabendo a este último a responsabilidade da escolha dos bolseiros que envia para Portugal” (p. 9). O mesmo acontece também com as vagas que Portugal disponibiliza ao Estado da Guiné-Bissau.

Mas, para os quadros guineenses em processo de formação no Brasil (estudantes), o processo não foi o mesmo como mostram os depoentes. Porque além da bolsa que é oferecida pelo Ministério da Educação para alguns países como Brasil, Rússia, Portugal, França, Itália, Estados Unidos etc., no caso desses estudantes, o processo seletivo foi feito pela embaixada do Brasil e não no Ministério da Educação.

Em certo momento, em vez de se ter apenas bolsas de estudos para 4 a 20 estudantes, passou a se ter vagas para um número maior de estudantes guineenses para estudarem no Brasil, por conta própria (em princípio sem bolsa do governo brasileiro e muito menos do governo guineense). Entretanto, dada as dificuldades econômico-financeiras que esses estudantes enfrentam, eles acabam recebendo ajuda, como, por exemplo, bolsa moradia, alimentação, transporte etc. do governo brasileiro, independentemente de acordo assinado. Portanto, se hoje esses estudantes conseguiram se formar, em várias áreas, foi graças à ajuda que receberam, e não só das fontes oficiais, mas também da família e outros.

Para o depoente Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação) foi o seguinte:

*Então é assim: eu saí do país por causa de conflito armado, então não deu tempo de concorrer a bolsas de vários lugares. Simplesmente concorri à bolsa de Brasil, esse programa de PEC-G através da embaixada de Brasil e também concorri bolsa para Cuba para fazer medicina que infelizmente, depois houve uma confusão, aí não deu para as pessoas conseguirem a bolsa. Aí eu tive que me direcionar ao Brasil na embaixada do Brasil. Fiz todas as documentações necessárias.*

E já para o Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical):

*Bom, na verdade acho que não foi propriamente dita uma seleção. Digamos que eu escolhi. Foi assim: embaixadas tinham aberto inscrições tipo, algumas faziam provas, outras faziam pela média dos três últimos anos do 2º grau. Eu tinha me inscrito na Embaixada do Brasil, na Embaixada da França, também alguma outra, que eu não me lembro mais. Tinha aparecido a oportunidade para estudar em Portugal, mas só que eu não quis, porque todo mundo vai para Portugal. Eu falei vou para um lugar que eu não conheço, que eu quero ver como que é. Então a Embaixada do Brasil foi a primeira, assim a dar uma resposta e quando apareceu o meu nome dizendo que tinha vaga. Então, acabei vindo para cá.*

Para Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras) era o seguinte:

*Então, em Guiné eu passei no Ministério da Educação e eram muitos os candidatos. Aí eu consegui, resolvi me candidatar na Embaixada do Brasil. Fiz uma entrevista, fiz um teste e consegui passar, aí eu consegui vaga para estudar aqui no Brasil.*

Também depoente Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil) descreve o seguinte:

*Bom... bem, bem não sei te dizer. A candidatura que eu fiz para o Brasil foi na Embaixada do Brasil, na Guiné-Bissau. Antigamente não sei como era, porque é um convênio que já vem há muito tempo. Na minha época, o candidato devia apresentar alguns documentos. O pedido de bolsa para outros países era feito no Ministério da Educação; e para o Brasil, o pedido da bolsa era feito na Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau.*

Quanto à escolha do curso, segundo os depoentes, no começo os cursos eram oferecidos pelo Ministério da Educação da Guiné-Bissau de acordo com a necessidade do país. Depois mudou como mostra o depoimento de Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado):

*Eu acho que tinha no começo. Havia um planejamento das necessidades do país nas diversas áreas, mas eu vi que em algum momento o grupo que administrava o*

*setor de bolsa de estudo superior mudou muito porque o Ministro de Educação era trocado por muita gente que foi professor e tudo mais. Mas acontece que muita coisa mudou em função de uma política que levou talvez a Guiné-Bissau ao fracasso, que é de mudança de ministros a qualquer pequena crise. Então o governo mudava todos os ministros e às vezes o ministro que era mudado, levava toda uma equipe que dava conta de vagas, de programas que esse ministro estava tocando num determinado ministério. Porque o governo muda o ministro que leva três ou quatro diretores junto e, às vezes, nesses três ou quatro diretores tem muito programa na cabeça deles. Eu acho que, o Ministério da Educação na minha época foi dirigido por Mário Cabral. Na época do Mário Cabral havia um programa extenso para uma série de coisas. Mas Mário Cabral foi substituído no Ministério de Educação, eu acho que em função disso muita coisa mudou no caminho e o programa de formação começou a ter muita interferência. Eu lembro que a gente tinha interferência que havia de comitê ou de um grupo que reunia para selecionar as bolsas, de repente tinha um cara só, que começou a tocar esse programa todo. Era um cara muito bom, calmo muito simpático, nunca vi ele se exaltando com alguém, mas enfim, o que era um programa, deixou de ser programa e eu acho, o cara sozinho, de repente, não deu conta. Antes de eu viajar, antes de a gente sair para o Brasil esse cargo foi trocado duas vezes, porque esses fulanos que ficavam lá também pegavam bolsas para exterior, então, essa troca, eu acho que levou a um prejuízo grande por vários ministérios e na Guiné-Bissau. Eu acho que dentro do Ministério de Educação muitas coisas mudaram e na Educação na hora que você mudava uma pessoa, deixava de tocar o programa, deixava de fazer uma série de ações pontuais na área, que depois fazem faltas grandes para complementação de programa. Agora em relação aos cursos em si, depois dessa fase, os cursos, o programa dependia mais da bolsa que era oferecida, do que a necessidade que o país tinha dessas bolsas. Então, na minha época, embora a coisa já se “espremesse” muito eu fiquei preocupado, eu confesso, porque eu perdi minha vaga para China, depois não consegui entrar no programa da França e na hora que apareceu programa do Brasil eu não pensei duas vezes e tive de vir para Brasil (...).*

Para o Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil) é o seguinte:

*Na Embaixada do Brasil, na Guiné-Bissau, era o próprio candidato que escolhia o curso. Embora com pouco conhecimento das áreas oferecidas pela embaixada, por falta de informação. Eu acho que cada candidato chega, escolhe duas opções de curso de acordo com as normas da embaixada. Também o candidato tem duas opções das cidades, embora sem conhecimento da realidade das cidades brasileiras.*

Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de mestrado em Ciências de Computação) confirma: “*Então apesar de ter influências dos meus pais, quem escolheu meu curso fui eu*”. Do mesmo modo, Márcia de Paula Fortes Cardoso (São Paulo/estudante) diz de modo claro: “*Fui eu que escolhi*”.

Nestes relatos, os depoentes manifestam serem eles a escolher os cursos de acordo com as orientações recebidas na Embaixada do Brasil, na Guiné-Bissau. É na Embaixada que os candidatos recebem a orientação de que o curso Y não existe na universidade Z, mas que este ou outros cursos estão disponíveis na universidade A ou B. Diante das alternativas faz-se a escolha que, por vezes, não corresponde ao que se deseja.

Nesse sentido, nem todos escolhem o Brasil por destino. Boa parte dos estudantes sem alternativa pelo país desejado, busca pelas vagas e cursos onde eles estejam sendo ofertados. Dada a intensificação dos acordos Brasil/África, o Brasil se apresentava quase como uma contingência na escolha de país e de curso para se qualificar. É assim que, no passado (retornados e não retornados) e no presente (estudantes em fase de formação) migram para um outro país – o Brasil e constroem aqui a experiência de viver longe do país de origem e da família.

Portanto, o Brasil nem sempre foi a primeira opção. As razões desse fato têm a ver com a realidade de oferta educacional das instituições de ensino superior (IES) brasileiras, mas, por outro lado, resulta também, de uma escala valorativa entre países de primeiro mundo (EUA e Europa em geral) e países emergentes como o Brasil.

## CAPÍTULO III

### EXPERIÊNCIA E COTIDIANO DE ESTUDANTES GUINEENSES NO BRASIL

Neste capítulo, analisei os relatos dos estudantes guineenses no Brasil, já formados ou em formação, em termos das experiências vividas na diáspora na condição de formados não retornados, assim como na de estudantes. As informações colhidas durante a pesquisa mostram a experiência vivida por esses guineenses longe da sua terra natal, apontando para as vantagens e desvantagens de se viver fora dos contextos de origem.

Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) diz que viver no exterior,

*(...) é uma experiência muito positiva, porque a gente estudou num país que fala a mesma língua embora, com algumas variedades diferentes. Mas a gente acaba se enriquecendo aqui, português, porque o vocabulário brasileiro é muito mais rico do que vocabulário português. Porque o Brasil introduziu muita coisa na língua portuguesa que você não encontra em Portugal mesmo. Mas ao mesmo tempo é um produto que você tem na Guiné [Guiné-Bissau], que às vezes a gente não tinha, esse poder que o brasileiro teve de introduzir mesmo no vocabulário português. Então, isso realmente é um dos aspectos muito positivo. Porque a gente tem muita coisa que tem lá na Guiné [Guiné-Bissau], que tem aqui no Brasil. Mas só que num dicionário português que a gente estudava lá, certamente, você não encontraria palavra para atribuir essa coisa que aqui no Brasil já estava bem, até pelo fato de eles terem tomado a independência bem antes da Guiné-Bissau, então eles tiveram esse poder de influenciar também a língua portuguesa. Isso sem falar que o brasileiro ele é menos formalista. Então isso também ajuda aproximação de amizade quebra um pouquinho a inibição que é coisa ou característica do colonialista português. E aqui no Brasil, é um povo mais a-vontade, mais livre, então não tivemos nenhum problema.*

De acordo com o depoimento do Thiago, a grande vantagem é que ele estudou num país que fala a mesma língua, embora esta se apresente com algumas variedades. Apesar de ser o mesmo português herdado do colonizador português, o depoente Thiago admite no depoimento acima que o português falado no Brasil é “*muito mais rico do que vocabulário português*”. Porque segundo ele, “*o Brasil introduziu muita coisa na língua portuguesa que você não encontra em Portugal*” e que é o mesmo “*produto que você tem na Guiné [Guiné-Bissau], que às vezes a gente não tinha, esse poder que o brasileiro teve de introduzir (termos novos) no*

*vocabulário português*”. A mesma preocupação da língua foi focada também por outros entrevistados, pontuando, entretanto a importância da língua de base comum.

Para o depoente Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado), as vantagens e desvantagens de estudar no Brasil são os seguintes:

*(...) a vantagem de cara é a língua e a receptividade do povo brasileiro, certo? A desvantagem continua sendo a língua, entendeu, porque muda o padrão do nosso português e em Bissau [capital do país], as pessoas te olham assim. Menos agora porque, bom, com a introdução das novelas enfim, e é desvantagem porque a gente continua falando português. Eu deixei de aprender, desaprendi o francês que eu já falava e eu precisei pagar para aprender o inglês e até agora estou estudando inglês, porque para o meu curso, a minha área de formação é importante. Se eu fosse estudar na Rússia eu teria aprendido uma outra língua ou se eu fosse estudar nos Estados Unidos teria aprendido inglês. Na verdade, você se vê falante de português, apenas sai da Guiné cai no Brasil, fala português, desaprende francês. Em termos de conteúdo, de ser um profissional brasileiro, para mim é uma grande vantagem porque eu sei que na minha área pelo menos eu posso aplicar muito bem tudo que eu aprendi aqui, na África. Porque, a semelhança que tem entre o Brasil e alguns países africanos faz com que você possa transferir o conhecimento de uma forma quase direta. Isso é uma grande vantagem.*

Esse paradoxo ocorre, segundo o depoente, porque apesar das semelhanças existe uma diferença entre o português brasileiro e o guineense, mas existe também a impossibilidade de se tornar fluente em uma outra língua quando se opta por estudar no Brasil. Como podemos perceber o depoente afirma que a vantagem de estudar no Brasil é a semelhança da língua e a receptividade do povo brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, ele reconhece que a língua semelhante pode ser também uma desvantagem, “*porque muda o padrão do nosso português e em Bissau [capital do país], as pessoas te olham assim*” (meio torto) ao notar aquele sotaque diferente do português falado na Guiné. Ele ainda fala essa situação é “*menos [menor] agora porque, bom, com a introdução das novelas*” brasileiras, as pessoas podem obter facilmente a resposta de onde vem o português diferente.

Outra questão presente entre estudantes é a proximidade entre os países e seus indivíduos, tanto no aspecto lingüístico, quanto no cultural. No entanto, muitos vêem o fato como desvantagem, “*porque a gente continua falando português*”. Segundo aponta Otávio. A escolha do país, segundo a expectativa dos estudantes guineenses é para estudar nos países europeus e nos Estados Unidos, porque a pessoa pode aprender outra língua (francês, inglês, alemão, italiano

etc.) além do português que ele já aprende na Guiné. Otávio ainda diz: “*se eu fosse estudar na Rússia eu teria aprendido uma outra língua ou se eu fosse estudar nos Estados Unidos teria aprendido inglês*”.

O Brasil não se constitui na primeira alternativa para formação, os países europeus são a primeira opção para muitos, pela possibilidade de se aprender uma nova língua. A vantagem que os estudantes guineenses têm na Europa inclusive, para aqueles que estudam na Rússia, Alemanha, Itália, França, Inglaterra, União Soviética etc. está em adquirir uma língua estrangeira, cuja desvantagem está no enfrentamento de um longo período de adaptação para que possam conseguir encarar os estudos mais voltados para suas áreas de formação. No Brasil, o mesmo não acontece devido à similitude da língua. Agora, para aqueles estudantes guineenses que levam muito tempo para fazer licenciatura (graduação) em Portugal será que permanecer é questão de adaptação da língua? As universidades de Portugal não estipulam período mínimo de formação para esses estudantes como acontece no Brasil? Seria necessário outras pesquisas para entender a diferença entre estudantes guineenses em Portugal e no Brasil. O que é significativo e aponta para outros aspectos para além da língua, é o fato do interesse pela Europa manifestado por estudantes africanos de outras nacionalidades, quanto inquiridos sobre a possibilidade de estudos no exterior.

Gomes J. M. (2002) afirma:

‘(...) Eu sempre quis estudar fora, era coisa minha, desde pequena. Via minhas amigas saindo, cheguei inclusive a ganhar uma bolsa de estudos para Cuba. Só que, os meus pais não deixaram; você sabe, pais cristãos e com aquele regime cubano, eles ficaram preocupados; não sabiam onde é que ficava a questão da religião, principalmente, morar em república, sem ninguém e [eu] ainda era pequena. Mas eu não queria vir para o Brasil, não. Não era meu pensamento. Eu queria ir para um país que tivesse outra expressão de língua. Eu queria aprender outra língua, outra cultura, queria viver fora. (...)’ (p. 55-56).

“(…), para essa estudante, o Brasil, como país de língua oficial portuguesa, não estava entre os locais preferidos por ela para estudar, já que o seu interesse estava voltado também para o aprendizado de outras línguas”. (...) (p.56).

Já o depoente Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical) comenta outras preocupações como as burocracias enfrentadas pelos estudantes durante a formação no Brasil e, apesar de tudo, reconhece que as pessoas, de modo geral, aqui no Brasil, são muito receptivas. Diz ele:

*Bom, vamos começar com as desvantagens. Primeiras desvantagens são, acho, que existe, muita burocracia aqui. Eu ouvi que nenhum país é livre disso, mas aqui no Brasil, [é] muito. Existe muita burocracia assim tipo, você não se encaixa em alguns parâmetros, só porque você é estrangeiro, porque você não é daqui. Tipo para conseguir a bolsa ou para conseguir estágio, emprego, não sei o quê. Primeira coisa você é estrangeiro, já é primeira dificuldade. Outra por exemplo: locação. Para você alugar, para você morar. Tipo assim, as pessoas pedem avalista, pedem fiador. E onde que você vai conseguir fiador se você não tem parente aqui? Então, as pessoas te dificultam. Outros têm medo ah... o cara vai fugir, vai ficar te devendo meses de aluguel. As principais dificuldades são essas. Então, o fato de a gente estar dependendo dos nossos pais, na maioria, e através de convênio a gente não pode trabalhar, não pode fazer nada que dará dinheiro assim. Acho que tinha que ser ao contrário, porque a gente não está tirando emprego de ninguém, ao contrário que algumas pessoas pensam. A gente apenas quer ter uma formação sólida. Alguns pensam em ficar, lógico, outros pensam em voltar. Cada um tem concepção diferente. Então praticamente são essas as desvantagens. (...) mas vantagem acho que as pessoas no geral assim, tipo têm coisas negativas, mas as pessoas no geral são receptivas pelo menos nos lugares que eu morei, não tive esses problemas. Eu acho que as galeras são muito abertas, assim, para fazer novas amizades.*

Como o depoimento acima aponta a grande desvantagem são as exigências burocráticas que estudantes enfrentam no Brasil para a regularização de visto IV<sup>48</sup>, que tem que ser renovado anualmente. A não renovação do mesmo, pode colocar em risco a matrícula do aluno que pode ser cancelada e para resolver esse problema o aluno é obrigado a sair do país para pedir outro visto de entrada no Brasil. Sem isso, ele corre o risco de ser expulso do País. Dionísio ainda alega que, na maioria das vezes, essas exigências burocráticas deixam a pessoa fora de “alguns parâmetros só porque você é estrangeiro, porque você não é daqui” ou simplesmente porque você é portador do visto item IV, que não permite ao estrangeiro exercer nenhum tipo de trabalho remunerado ou de concorrer as bolsas do CNPq e da CAPES<sup>49</sup>. Por essa razão retomamos o depoimento quando Dionísio afirma: “*primeira coisa você é estrangeiro, já é primeira dificuldade*”. A segunda dificuldade apontada é com relação à locação de imóveis para moradia. Diz ele, “*para você alugar [uma casa ou apartamento] para você morar (...) as pessoas pedem avalista, pedem fiador. E de onde que você vai conseguir fiador, se você não tem parente aqui*”?

---

<sup>48</sup> Visto IV é o tipo de visto que estudantes de PEC-G e PEC-PG usam para poder estudar no Brasil. Visto de permanência é o visto que estrangeiros adquirem quando nascem filhos no Brasil, outra possibilidade é quando estrangeiro casa com brasileiro ou brasileira.

<sup>49</sup> Como pesquisadora, já passei uma cena assim: quando cheguei à UNICAMP fiz inscrição para bolsa de trabalho e consegui. Trabalhei dois meses ou três, depois o pessoal do SAE me chamou e me perguntaram qual era o meu visto? Na hora eu mostrei o tipo de visto que eu tinha e eles simplesmente me falaram “nós vamos cortar a sua bolsa porque com esse visto IV, você não pode exercer nenhum trabalho remunerado no Brasil”.

Neste caso as pessoas dificultam, com medo de que você possa fugir, sem pagar aluguel. As principais dificuldades são essas. Quanto à vantagem, o depoente Dionísio aponta a mesma receptividade do povo brasileiro, apontada por outros depoentes.

Sobre o mesmo tema o depoente Sérgio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil) com sua versão, comenta:

*Bom, vantagem é que vou ganhar uma formação. Eu tive sorte de entrar numa universidade muito boa do Brasil, então vou ganhar experiência e conhecimento acadêmico. A desvantagem, tem muita desvantagem: primeira coisa, estou vivendo fora do meu país, não conheço ninguém, tenho que me adaptar tudo de novo. Então [há] muita dificuldade, e além da dificuldade financeira, (custo de vida é alto,) então atrapalha muito. Acho que a maior desvantagem é viver longe da família. Saudade, não dá vontade nem de estudar!*

Nesses depoimentos, os quadros guineenses (formados/formandos) manifestam-se sobre as vantagens e desvantagens de estudar no Brasil, apontam como desvantagens: a burocracia vivida durante a formação e a questão da língua (português). Por exemplo: em vez de a pessoa aprender a falar outra língua como francês e inglês, alemão etc. como outros estudantes guineenses que se encontram noutros países, acabam tendo domínio só de português que é falado também na Guiné-Bissau, embora com sotaque diferente do Brasil. Com relação à burocracia, apontam problemas com a locação de uma casa na imobiliária ou com o proprietário que pede avalista, pede fiador e, uma vez que não se tem parentes aqui, não se tem como alugar um imóvel. A mesma preocupação também foi manifestada por um estudante moçambicano:

*'(...), os aluguéis são caros. E também tem um outro problema que é dos fiadores [...] porque para você alugar um apartamento tem que ter um fiador. Tem que ser uma pessoa de nacionalidade brasileira e que tenha uma série de bens pessoais que a legislação pede e nós, por sermos estrangeiros, geralmente não conhecemos brasileiros que reúnam essas condições. Chegar a um brasileiro desconhecido pedindo para que ele se torne seu fiador geralmente [ele] não aceita porque é uma questão de confiança, porque a responsabilidade toda depois recai sobre o fiador'*(SUBUHANA, 2005, p. 133).

Apesar dessa burocracia, muitos, porém, afirmam que não se arrependem de ter estudado ou de estar estudando no Brasil, porque se sentem satisfeitos por terem um conhecimento sólido que lhes permite serem reconhecidos como um profissional, tanto aqui no Brasil, como na Guiné-Bissau.

### **3.1 Quadros não-retornados: viver no Brasil**

Os depoimentos dos quadros não retornados com relação às suas chegadas aqui no Brasil, recepções, adaptações e dificuldades enfrentadas por eles durante todo processo de formação, indicam trajetórias semelhantes vividos por estudantes no estrangeiro.

O depoente Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) afirma:

*Os nossos primeiros contatos foram bons, como os brasileiros são muito hospitaleiros, não tivemos dificuldades assim de adaptação. Fazer amizade foi uma coisa muito fácil e por outro lado, a gente até despertava também grande curiosidade porque éramos negros. Os negros que você via na época dentro das universidades, sobretudo das principais universidades brasileiras que são a UNICAMP, USP eram praticamente todos negros de fora (estrangeiros). Os próprios negros daqui não tinham acesso, então, isso também é uma das coisas que até nos destacava. Então com esse destaque, você tanto podia fazer amizade facilmente, como podia provocar ciúmes de alguns brasileiros como no meu caso. Mas de uma maneira geral, não tivemos nenhum problema de adaptação.*

Conforme o depoente Thiago, ser negro na universidade na época (década de 1970 a 1980) chamava muita atenção dos brasileiros, alguns por admiração, outros por estranhamento de, pela primeira vez, estar estudando com negros na universidade. Porque além de serem negros, eram africanos portadores de outras culturas distantes da aquela do povo brasileiro, apesar da presença de negros na realidade brasileira no passado, como escravos. Com esse “destaque” de estudantes africanos, como diz Thiago “*você tanto podia fazer amizade facilmente como podia provocar ciúmes de alguns brasileiros*”.

Para o Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado):

*(...) em Fevereiro de 83 (1983), eu desembarquei no Aeroporto de Galeão no Rio de Janeiro. (...) nós chegamos já tinha um grupo que estava aqui, um grupo que chegou em 81(1981) e outro grupo de 82 (1982), então quando nós chegamos esses dois grupos se mobilizaram para nos receber, mobilizou o próprio Itamaraty que tinha uma sede no Rio de Janeiro para nos receber. Então fomos recebidos no Aeroporto, num Frescar ônibus com ar condicionado. Fomos lá para sede do Itamaraty e teve uma apresentação, palestras dos funcionários do Itamaraty e depois colocaram-nos no hotel quinze dias, graças ao trabalho dos colegas nossos que já estavam aqui. Então dificuldades que eu senti são normais de quando você não está na sua terra e sente a falta de muitas pessoas.*

Também para o depoente Antonio Mendes Pereira, (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) chegar ao Brasil foi o seguinte:

*(...) para mim a recepção no Brasil foi muito boa. Chegamos ao Rio de Janeiro fomos recepcionados num dos melhores hotéis do Rio. Ficamos uma semana no Rio e a gente almoçava e jantava no Itamaraty. Não sei se vocês passaram por isso, mas foi uma época muito boa, era um grupo 16 estudantes eu acho. Foi muito bom então, o Rio era tudo, uma recepção especial micro ônibus e os almoços no Itamaraty, era a melhor coisa do mundo o bandeirão deles e a gente ficou no Rio durante uma semana. Aí viemos para São Paulo ficamos na USP. Na USP também foi muito caloroso. Convivemos com africanos, teve muitas brincadeiras e ficamos também uma semana em São Paulo e brincando com isso eu cheguei quinze dias atrasado na faculdade de medicina na UNICAMP. Por isso que eu falo dessa coisa da discriminação, chegar quinze dias atrasado na faculdade de medicina tu estás perdido, porque acompanhar matéria, é muita matéria, muito problema, eu estudei muito e tomei bomba em duas disciplinas. Eu acho que foi estatística e não me lembro a outra disciplina agora. Aí tem pré-requisito, em função de pré-requisito eu perdi você vai em cadeado com isso e não conseguia formar com a minha turma no final do ano, você termina, mas faltam cadeiras e aí eu terminei, mas tive que formar no ano seguinte.*

De acordo com os depoimentos desses quadros, a recepção foi muito boa, porque os estudantes guineenses que já estavam no Brasil organizaram a recepção deles junto com o Itamaraty, por ter sido o primeiro ano que vieram 15 ou 16 estudantes da Guiné-Bissau para o Brasil. Era a década de 1980 e o grupo foi um primeiros a chegar. Por esta razão, a recepção do grupo foi especial e eles ficaram quinze dias no Rio e em São Paulo e depois foram para diferentes cidades do Brasil para iniciar as aulas, em suas respectivas universidades.

Com isso, em relação à adaptação, esses quadros pioneiros não retornados e hoje, os mais velhos, receberam um tratamento de recepção não presente para os mais jovens, como se poderá ver. Todos confirmam que foi um pouco mais longa e diferente suas adaptações pessoais posto que cada um tinha que se adaptar do seu jeito ou de acordo com a realidade ou lugar (cidade) em que se encontrava. Quanto à dificuldade, alguns desses entrevistados (não retornados), são unânimes em dizer que tiveram poucas dificuldades nas universidades brasileiras, devido à experiência já vivida como professores na Guiné-Bissau, antes de vir para o Brasil. Outros por terem formação técnica em outro país como Alemanha e Rússia, sentiram-se tranquilos. De certa forma, esses fatos ajudavam esses estudantes a terem uma experiência e a terem noção de responsabilidade diferente de um estudante que vinha direto de colégio com dezoito ou dezenove anos para uma universidade no exterior. Importa dizer que todos os não retornados tinham uma parte de sua formação realizada nas escolas coloniais. Um deles, mesmo tendo essa experiência, assumiu que tinha dificuldade sim, devido ao atraso de duas semanas no curso de medicina, o que exigiu estudar em dobro para recuperar as matérias perdidas. Nada, porém, de mais significativo

se destaca com relação aos mais velhos, sujeitos de uma trajetória diferenciada em relação aos mais novos, ainda estudantes e que chegaram já na década de 2000.

Segundo o depoente Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) ele próprio, além de ser uma pessoa que foi educada na educação portuguesa e que depois fugiu para zonas libertadas, controladas pelo PAIGC, chegou ao exterior enviado para fazer uma formação técnica na Alemanha, tendo vivido lá, o primeiro desafio de viver fora. Assim, quando veio para o Brasil já tinha experiência. Diz ele:

*(...) como já disse antes não tivemos problema de adaptação e com relação à questão acadêmica também não tivemos nenhum problema de acompanhar o curso, sem problema nenhum, até porque, a minha geração já tinha recebido uma boa formação de base. Uma parte colonial eu recebi, outra parte na Alemanha então, quando eu cheguei aqui não tive nenhum problema de fazer Engenharia. As coisas que algumas outras pessoas podiam sentir dificuldade em termos de cálculos, Física, Química e eram coisas assim que a gente já conhecia muito bem, então, foi muito tranquilo.*

Já o depoente Antonio Mendes Pereira, (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) declara no seu relato que apesar de ser negro, na época em que ele estudava na Unicamp, não tinha discriminação. Ser negro não era a identidade principal aqui na universidade, talvez africano venha antes de negro. O tratamento e a cobrança na sala de aula eram os mesmos recebidos pelos alunos brancos:

*Adaptação no Brasil para mim foi sem nenhuma dificuldade e adaptação à língua foi muito fácil, aí transferi rapidamente porque eu não gostava de português, da língua portuguesa falada. A Universidade de um modo geral no Brasil eu gostei, pelo menos da UNICAMP. Achei fantástico, achei que era uma Universidade muito séria e não vi nenhum tipo de discriminação em função de eu ser negro ou não. A cobrança era igual, se você ia bem você ia bem e se você não vai bem, você não vai bem. A medicina apesar de que era considerado um dos cursos de maior privilégio, os alunos eram muito bons estudantes de medicina. Eu realmente tiro o chapéu, eu acho que mereço deixar isso muito claro são estudantes muito bons e isso para mim serviu de estímulo, de que eu precisava estudar.*

Otávio Correia Soares, (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado), levantou a questão da idade. Segundo ele, estudantes guineenses vinham para estudar com uma idade um pouco mais elevada em relação aos estudantes brasileiros. Isso para ele era uma vantagem porque, além de vir com a experiência, a responsabilidade de terminar o curso pode pesar, como mostra seu relato:

*Eu tinha base, eram garotos (colegas de classe na universidade), eu vim com 23 anos, 24 fiz logo aqui e eles tinham 17, 18 anos. Essa é a vantagem da Guiné, você chegava aqui mais maduro, embora perdia tempo, mas chegava mais maduro e chegava com uma bagagem de já ter sido professor, capacidade de apresentar as coisas, de elaborar e pegar um trabalho de escola, de elaborar e apresentar, nada mais nada menos que dar aula.*

Quanto ao relacionamento, os sujeitos da pesquisa durante a entrevista manifestaram nos seus depoimentos, que havia um bom relacionamento com os professores nas universidades e também com os colegas. Fora da universidade havia também um relacionamento muito bom nas festas, no dia a dia. Por sua vez, na fala dos entrevistados percebe-se que havia um relacionamento muito bom entre os próprios estudantes guineenses. Apesar de esses estudantes serem do mesmo país (Guiné-Bissau), vinham de diferentes grupos étnicos que compõem a população da Guiné-Bissau. De acordo com os depoimentos desses quadros não retornados, havia um bom relacionamento sim, porque o liceu ou colégio (em que todos fizeram 2º grau ou ensino secundário) fica na capital da Guiné-Bissau. Então, a maioria desses estudantes que se encontravam no Brasil, se conheciam em Bissau, ou conheciam o irmão, o vizinho, o parente do outro. Aqui no Brasil alguns até viajavam de uma cidade a outra para visitar seus conterrâneos. Essa informação também aparece nas falas dos estudantes em processo de formação e eles ainda reforçaram que ajudam os colegas, quando as famílias atrasam no envio de dinheiro que garante a estada aqui. Além dessa união entre eles, de se preocuparem com os colegas do mesmo país de origem, da troca de informações e de ajuda, isso não quer dizer que não existam de vez em quando, pequenas brigas entre eles, o que é muito natural. Com outros africanos, o relacionamento sempre considerado como amigável e por vezes, organizavam festas e reuniões juntos para melhor se conhecerem. Quase sempre, tais ocasiões eram de comemoração de aniversários ou mesmo de datas nacionais. Como diz o Gomes J. M. (2002):

Em função do papel social dessas atividades festivas, elas são esperadas com muito entusiasmo por essa comunidade pois, nelas, as pessoas, além de poderem rever os amigos, conhecerem outros africanos, ouvir e dançar variados estilos de músicas africanas, podem também usar roupas típicas da África, com um pouco mais de tranquilidade, do que se o fizessem em outros espaços, onde teriam os olhares de admiração dos outros e isso, sem contar com as atitudes daquelas pessoas que são mais ousadas e que chegam ao ponto de tocar nas roupas e fazer perguntas, com aquela expressão de quem vê alguma coisa muito estranha, ou melhor, exótica (p.130).

Segundo o depoente Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*E quanto à questão de estudantes guineenses que vieram de diferentes etnias, na nossa época era diferente de hoje. Por exemplo, praticamente todo mundo passava por um processo único, quer dizer, vocês podem ser de diferentes cantos da Guiné-Bissau, mas até a minha geração, os guineenses podiam ser de diferentes origens possíveis, mas todos acabavam passando pelo mesmo lugar em Bissau. Então, de uma maneira ou outra, a gente acabava se conhecendo. Você podia vir de Bula, de Farim, de Camcalifar, de Cacine, de alguma maneira você ia passar por [um] liceu em Bissau, alguma coisa vai acabar cruzando com alguém que é mesmo de Bissau, de Bolama, de Bafatá em Bissau. Então a gente não teve problema, [isto é] grandes problemas, porque todo mundo se conhecia já. Hoje, não, você tem bastante guineenses fora, alguns saíram mais cedo da Guiné [Guiné-Bissau], fizeram ensino primário e secundário em Lisboa. Outros até nos países francófonos vizinhos e a família viveu muito pouco tempo na Guiné-Bissau e sai para vir estudar, por exemplo, aqui. Encontra com outros que passaram toda a vida só em Bissau, e outros, em Bolama, então possivelmente, isso pode tornar uma convivência um pouco mais difícil. Mas de uma maneira geral entre os guineenses, não existe esse bairrismo, a ponto de uma pessoa ser de tal lugar e se sentir isolada, escondida por essa razão. Mas no meu tempo era praticamente impossível, porque todo mundo já se conhecia em Bissau antes de sair de Bissau para estudar. Quer na Alemanha, quer na França, Estados Unidos ou Brasil, qualquer outro país.*

O relato do depoente Thiago da Silva Baldé mostra claramente que antes da vinda desses estudantes guineenses para o Brasil já havia um ponto de concentração desses jovens guineenses de diferentes etnias no Liceu Honório Barreto, que depois da independência do país, ganhou o nome de um dos grandes líderes africanos Liceu Nacional Kwame Nkrumah. Esse Liceu fica em Bissau, capital do país e até hoje existe. Por ser o único liceu do país naquela época, reunia a grande concentração dos futuros quadros guineenses. No entanto, o liceu podia ser visto como lugar de homogeneização das experiências e das etnias tanto para guineenses que foram estudar na Rússia, Alemanha, França etc. como para os que estudaram aqui no Brasil. E hoje é impossível reunir todos os jovens. Porque além de criarem outros grandes liceus em Bissau e nas regiões como diz o depoente Thiago, “*you have a lot of guineenses abroad, some left earlier from Guinea [Guinea-Bissau], they did primary and/or secondary in Lisbon*”. Por outro lado, você tem outros guineenses como demonstra este trecho de depoimento acima apresentado “*que passaram toda a vida só em Bissau, e outros, em Bolama, então possivelmente, isso pode tornar uma convivência um pouco mais difícil*”.

Também o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado), argumentou a respeito desse assunto:

*Bom para mim não havia problema nenhum. Entre africanos e guineenses nunca houve nenhum problema. (...) ninguém lembrava que você vinha de etnia sei lá, isso é assunto que saiu de lá e morreu. Nós somos irmãos aqui e a gente vivia em república, sempre juntos. Tinha cara que namorava minha irmã, a gente morava junto, imagina não havia nenhum problema não, mesmo em relação a conflitos étnicos isso a gente conversa, nem na Guiné-Bissau, teve poucos casos.*

Para Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado), não havia conflitos étnicos e muito menos de nacionalidade:

*Bom não tinha nem conflitos étnicos para você ver, nem conflitos de nacionalidade, porque os gabonenses e as caboverdianas iam passar férias na nossa casa, não nas casas dos caboverdianos que moravam do outro lado. Não tinha nem os conflitos, mas sim tinha gozações porque a gente gozava os santomenses que, como no início da independência eles não tinham tropas, foram os nossos guetos que foram lá libertá-los, mas era simples gozação.*

Ainda o mesmo depoente levanta uma questão muito importante que está sendo implantada por alguns políticos como mostra o relato:

*(...), o Nino Vieira, nós podemos falar tudo dele. É um assassino, é incompetente, é um bandido é tudo. Mas em termos de etnia, porque sendo, de etnia pepel, mas no governo dele não havia só pepéis no governo dele não. Agora Kumbá Iala foi descarado de colocar tantos balantas, quer dizer [de] todos os primeiros seis ministros, só último, Mário Pires é que não foi balanta e outros ministros assim tinham gente recém formado [só] porque era balanta, vai lá e vira ministro. E tinha todo discurso tribal essa coisa que eu acho que na Guiné não cabe e foi incentivado por Kumbá Iala, e que desapareça com Kumbá Iala mesmo. Enfim eu acho que essa questão étnica tem uma admiração menor, na Guiné. O Kumbá Iala incentivou isso para garantir a eleição dele. Em toda África, essa questão étnica não é nada para população, são coisas criadas e alimentadas por políticos, inescrupulosos que aproveitam dessa situação visando as eleições. Como Kumbá Iala, por exemplo, aproveitou.*

Quanto a essa abordagem, eu gostaria de lembrar que o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi fundado um pouco antes da luta de libertação e com objetivo de lutar contra o colonizador. E já o Partido de Renovação Social (PRS) é um partido fundado com a chegada da democracia.

Segundo Mourão (2006), um dos depoentes entrevistado por ela, também declara o seguinte, a respeito do tema:

“Isso não era assim antes, se era ou não, pelo menos não era tão visível como hoje. Hoje as pessoas se identificam mesmo, ‘eu voto no fulano porque ele é da minha etnia’ e não porque ele tem um bom projeto pra Guiné-Bissau, não por isso. Então, conseguiram mesmo mudar a cabeça das pessoas dessa etnia, mas nem todas as pessoas que são balantas entram nesse jogo, mas a maioria que é menos esclarecida caiu nesse jogo político. Eu, por exemplo, posso dizer que eu não tenho etnia. A minha avó é guineense, e o meu avô, já é cabo-verdiano, e meu pai é o quê? Nasceu na Guiné, já tem dois lados, e qual é a etnia dele? Não sei. Eu nasci em Angola, a minha mãe é angolana, ela é de uma etnia lá de Angola, fiote. Então, eu, juntando isso tudo, sou o quê? Eu sou um africano, guineense, e posso ser angolano também, aí qual é a minha etnia? Não tenho. E tem muita gente com essa situação, pode ser um fula, um balanta, pode ser um papel, um mancanha, se mistura, essa pessoa é o quê? Ele é guineense, [são os crioulos referidos ao final do relato de Cadijatu] pode puxar pra ali, pode puxar pro outro lado, mas é guineense, tem muita gente que não tem etnia” (MOURÃO, 2006, p. 113).

Realmente hoje esse assunto sobre etnias pode ser de grande preocupação. Num país de 1.503.182 (um milhão e quinhentos e três mil e cento e oitenta e dois habitantes em julho de 2008)<sup>50</sup>, com mais de vinte ou trinta grupos étnicos aproximadamente entre os quais se destacam: Balanta, Fula, Mandingas Manjacos, Pepel, Brames, Beafadas, Nalús, etc., talvez haja políticos que usem esses diferentes grupos nas eleições para conseguir votos. Essa referência aos grupos étnicos se acentua apenas no período eleitoral na Guiné-Bissau. Para resolver esse problema, a educação e conscientização seriam uma das soluções possíveis porque só por essa via, é que o povo guineense pode ser esclarecido para escapar da manipulação dos políticos que iludem a população menos esclarecida nas campanhas eleitorais e, também, é a educação que pode impulsionar o desenvolvimento. Se hoje muitos países estão tendo avanços é graças à escolarização do seu povo. Esperamos que esse momento chegue um dia na África ou na Guiné-Bissau. Em todo caso, alguns políticos guineenses têm curso superior, mas ignoram a ética e usam essas pessoas menos informadas, usam as etnias para seus benefícios próprios. O fato está ausente na relação entre guineenses imigrados em busca de formação, mas persiste latente em momentos de tensão.

Os quadros guineenses (não retornados) além da dedicação aos estudos, também aproveitavam outros momentos em que não estavam estudando para se divertirem. Embora o objetivo principal fosse estudar, mesmo assim, eles conseguiam se organizar para ter lazer nos

---

<sup>50</sup> Artigo Index Mundi. Disponível - <http://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/populacao.html>. Acesso (13/06/2009).

finais de semana, feriados etc. garantindo espaço para a sociabilidade de grupo e para matar as saudades do outro lado do Atlântico.

Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) afirma:

*Quando eu estudava a gente teve um grupo chamado África Gumbé, grupo musical/ banda musical tocava, chegou a fazer sucesso e a gente jogava bola também. Jogamos muita bola foi a época que eu mais joguei a bola. (...) Jogávamos no aterro do Flamengo e éramos convidados pelas empresas, os funcionários da Bayer. Africanos contra o pessoal do movimento negro, africanos contra associação dos garçons lá do aterro do Flamengo foi uma época muito boa. A gente jogava sábado às 6 horas da manhã, quer dizer na época, a gente ainda não tinha vícios de agora. Hoje acordar cedo de manhã para ir jogar bola no sábado é difícil.*

Nesse momento de lazer, os entrevistados declaram que tinham convivências com vários estudantes, entre eles: africanos, latinos, brasileiros e outros. Também nesses momentos de lazer, podiam ajudar aos conterrâneos a aproveitar mais os seus estudos como também podiam atrapalhar, caso a pessoa não soubesse organizar o seu tempo de estudo e o de lazer.

Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) confirma que a formação do grupo contava com “*guineenses, santomenses, tinham gabonenses, caboverdianos, não tinha angolano, no grupo dos africanos, a maioria era guineenses e gabonenses*”. Formavam assim, a “*comunidade*” de africanos e, como tal, para além de suas diferenças, estabeleciam suas relações com o lugar onde viviam.

As muitas reuniões que aconteciam nas residências e em outros lugares, não eram limitadas só aos africanos, delas também podiam participar os brasileiros e estudantes das outras nacionalidades. O mesmo também foi confirmado por pesquisador angolano. Segundo Gomes J. M (2002):

*(...), a festa que mais reúne africanos é a que se faz em virtude do dia 25 de Maio, em reverência a data da fundação da Organização da Unidade Africana - OUA, evento que já se tornou, por unanimidade, uma referência importante de lazer tanto para a comunidade africana, assim, como para alguns dos não africanos (...)* (GOMES J. M, 2002, p.130).

Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) confirma:

*(...). Então nessa época havia muitos latinos também, então um final de semana tinha festa de latinos e outro final de semana tinha festa dos africanos e era*

*concorrência de quem fazia a melhor festa. Era muito bom, juro que era muito bom, é uma época que dá saudade, mas eu participei ou participava de poucas convívências desse tipo. A gente tinha muitas provas, muitas matérias tinha que decorar muita coisa e eu recebia muitas críticas por causa disso, muitas críticas, porque eu não comparecia não ajudava. Aí algumas vezes eu não fui convidado para as festas, fiquei bravo e por causa disso passei a não ir às festas. Mas nada que compromettesse meu relacionamento com todo mundo, eu acho que todo mundo entendia que eu tinha que estudar e talvez por isso havia uma certo isolamento entre aspas, mas eu acho que em função do próprio dia-dia da universidade.*

Também Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) mostra como eram essas reuniões e em que lugares eram organizadas:

*Festa no apartamento e depois de abril lá no Bairro Fátima, onde a gente morava, na Casa de África, num restaurante lá. Foi nesse restaurante que começamos a tocar. O restaurante abriu na mesma rua que a gente morava e a gente freqüentava lá. Tocava um pessoal de samba lá, mas esse pessoal teve problema com o dono, enfim pararam de tocar. O Carlos já tocava e eu tocava também na Guiné [Guiné-Bissau]. Aí um dia fomos lá e falamos: olha esse cara aí toca. Toca. O cara ficou doido, estudante africano que toca e falou na hora para o colega, olha você pode tocar aqui cara. Aí o Carlos foi lá com o cara na tumbaidora, ele no violão, o pessoal gostou. Aí falamos para o Carlos. E aí cara, vamos montar banda? Montamos banda e a banda chegou a ter oito pessoas e fazia muito sucesso.*

Realmente estar longe de casa é o momento mais difícil tanto para jovens brasileiros como para os africanos que deixam família, parentes, amigos para estudar em um país ou em uma cidade estrangeira. Portanto, para que esses estudantes não se sentissem sozinhos foi preciso organizar reuniões e lazeres, de vez em quando. Nesses momentos, podiam esses estudantes fazer novas amizades e também distrair a solidão de estar tão distante dos seus.

### ***3.2 Estudantes guineenses em processo de formação (formandos):***

Estudantes guineenses em processo de formação no Brasil, falam da recepção e adaptação que ainda vivenciam no processo de formação e abordar uma época, mais recente, em relação à época estudantil dos não retornados que mostram ter sido um pouco diferente. Em primeiro lugar, porque esses estudantes formandos não foram selecionados no Ministério da Educação na Guiné-Bissau, e sim, pela embaixada brasileira na Guiné-Bissau. Em segundo lugar, são estudantes de PEC-G que só gozam de direito de vagas nas universidades brasileiras, em princípio, sem direito à bolsa. Por conta disso, cada um teve que pagar a sua passagem e manter seus estudos no Brasil por conta própria. Por essa razão a vinda ao Brasil depende totalmente da facilidade ou da

dificuldade que cada família teve para comprar a passagem que, em 2001, custava aproximadamente 1500 dólares. Esse pode ser um dos motivos que leva esses estudantes a não virem em grupo ou no mesmo vôo, tal como aconteceu com os formados não retornados que o governo da Guiné-Bissau enviou e pagou passagem para todos nos anos de 1980. Por contarem com esse subsídio, esses primeiros estudantes acabaram viajando no mesmo vôo e sem atrasos que pudessem prejudicar o início de seu ano escolar. Por outro lado, esses quadros não retornados além de passagem de graça, tinham uma bolsa no valor de 100 dólares mensal, pago pelo Itamaraty. Portanto, de acordo com as declarações dos depoentes, os estudantes guineenses, em processo de formação, não tiveram a mesma sorte dos formados não retornados, estabelecendo-se, assim, um divisor de águas entre os mais velhos e os novos estudantes de agora.

Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical) comenta:

*Recepção não posso dizer que foi uma das ótimas assim, porque eu tive que me virar sozinho. Ninguém me esperou. Nem o contato que eu tinha, o contato que eu tinha lá em Bissau que me falou vai assim, assim e assado. Acabei chegando aqui, o resto eu fui descobrindo por mim mesmo assim. Cheguei, fui à lista telefônica procurei a reitoria da universidade onde estava na época e... aí fui com as minhas malas, fiquei sentado na frente da reitoria esperando eles chegarem. (...) cheguei acho que 5 horas da manhã de uma segunda feira. Então fiquei com as minhas malas na frente lá esperando. Olha pessoal lá do Rio Grande também é tranqüilo. Me colocaram num prédio, lá em cima, só que é também é aquela coisa, colocaram temporariamente, depois falaram, oh.... tem que procurar lugar e se virar(...).*

Para o depoente Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de mestrado em Ciências de Computação) a situação foi a seguinte:

*Então graças a Deus eu já tinha conterrâneos no Brasil que outras pessoas conheciam e conversaram com eles para me receber e eles aceitaram. Quanto à adaptação, no começo não foi fácil. No primeiro semestre eu nem sabia que tinha bandeirão. No segundo semestre fiquei sabendo e isso me ajudou muito, porque eu morava fora da USP, não dava tempo de ir até lá onde eu morava, preparar a comida, almoçar e voltar.*

Para Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras) foi o seguinte: *Eu já tinha conterrâneos aqui no Brasil, peguei o endereço da universidade na Embaixada do Brasil e quando eu cheguei no Brasil fui recebida pelos meus*

*conterrâneos*. Além do depoimento de Márcia, uma estudante angolana, segundo Gomes J. M (2002), confirma um apoio semelhante.

(...) a pessoa que nos recebeu foi muito paciente. Nos recebeu bem do jeito angolano com aquela recepção, instalação, orientação para tratar os papéis junto à universidade, Polícia Federal, se mostrou aberto para qualquer coisa que nós precisássemos. Ficamos um mês em casa dele, por conta dele, e depois é que eu fui para uma pensão para meninas e o meu colega foi para um outro lugar. Sempre que possível ele está em contacto conosco para saber como é que nós estamos. Ele é quem foi, bem dizer, o meu salvador da pátria aqui (p. 81).

Para Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil), a recepção e adaptação foram as seguintes:

*Bom, a adaptação foi difícil ou muito difícil. A recepção eu tive sorte, encontrei um colega em Fortaleza, ele me recebeu, o meu irmão me recebeu em São Paulo e aqui em Campinas você e o Lourenço me receberam. Mas adaptação foi muito difícil.*

Dos quatro entrevistados (estudantes) só um não teve sorte com a recepção dos conterrâneos Dionísio Soares Djaló, quando chegou no Brasil, não conhecia ninguém. Outros três estudantes entre eles: Adriano Lopes, Márcia de Paula e Sergio Sabino, todos afirmaram que foram recebidos pelos seus conterrâneos. O mesmo também aconteceu com estudantes das outras nacionalidades. Alguns estudantes angolanos manifestaram que foram recebidos por compatriotas quando chegaram ao Brasil. Conforme os relatos trazidos por Gomes J. M. (2002):

‘(...) em função de certos compatriotas meus que estavam aqui que puderam me dar uma linha de orientação para que eu pudesse não me perder. Eu imagino os que tiveram aqui antes, acho que foi extremamente difícil. Se para mim foi difícil, para eles foi muito mais’ (p.80).

‘(...) a pessoa que me recebeu pela primeira vez, (...) fez companhia durante os primeiros dias em que a gente foi tratando dos problemas lá na Polícia Federal e lá na Universidade: ajudou muito porque nós [estudantes angolanos] chegamos, praticamente, ele [compatriota] é que nos encaminhou, nos primeiros dias, para nos mostrar os alojamentos – a pensão onde nós ficamos -, ele nos mostrou o Campus, aquela coisa toda...’ (p.81).

Alguns desses estudantes guineenses em processo de formação manifestaram as dificuldades que enfrentaram quando chegaram no Brasil e outros falaram que não tinham dificuldade nenhuma. Para situar o contexto, cabe lembrar que esses formandos (quadros em processo de formação) não têm a mesma experiência e a base apresentada pelos quadros formados e não retornados. A experiência desses mais velhos resulta de ter vivido a época

colonial com suas escolas; de terem tido formação no interior das escolas do PAIGC e, depois da independência, enviados a outros países pelo novo governo instaurado na Guiné-Bissau. Quando os mesmos redirecionam seus caminhos em direção ao Brasil, já não são inexperientes e nem muito jovens, como os atuais estudantes que aqui estão. Nesse sentido, a maioria desses estudantes em formação, estudou em uma época em que ensino da Guiné-Bissau estava em crise, por falta de pagamento, sendo que muitos professores entraram em greve, de forma que esses profissionais não estavam mais se dedicando 100% aos seus trabalhos. Alguns faziam bicos em outros serviços para sustentar a família. Portanto, com a crise na área de educação, com certeza o país oscilou em termos do risco de ter um ensino fraco ou não. Por outro lado, muitos desses estudantes de agora terminavam o colégio e ficavam longo tempo na tentativa de conseguir uma bolsa ou uma vaga no exterior para concluir sua formação. Muitos, quando saem para estudar, vivenciam um primeiro deslocamento físico, mas também psicológico e emocional.

Neste caso, os depoimentos dos quadros em processo de formação apontam as dificuldades enfrentadas por estes estudantes aqui no Brasil. Diz o depoente Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical):

*(...) tive grandes dificuldades porque no primeiro semestre tinha mais ou menos as disciplinas básicas. Acho que a maior... mas digamos que é dificuldade porque bati a cabeça assim, bati boca que eu estive com professor e... de língua portuguesa. Porque eu vinha com “represas” de português de Portugal e ele estava com as “represas” de português do Brasil. Então eu escrevia uma coisa, ele me falava que estava errada. Eu falo não professor, não é errado, eu escrevo assim.*

Quanto à questão da língua, o depoente Dionísio Soares Djaló manifestou que no primeiro semestre teve “bate boca” com professor de português que em alguns momentos considerava o texto dele errado. A mesma preocupação com a língua portuguesa também foi relatada pela pesquisadora caboverdiana Maria de Fátima Alves. De acordo com relatos:

*(...) há casos de professores que discriminam alunos pelo fato de ser africano. Eu mesma me senti discriminada agora no final do curso, por uma professora que me disse que eu não sabia escrever português e que eu escrevia em ‘Crioulo’. Ela me sugeriu que procurasse um curso de português para estrangeiro ou então procurasse ajuda de colegas brasileiros para me ensinar a escrever (...) (ALVES, 2005, p.55).*

Apesar da língua portuguesa falada nos países colonizado pelos portugueses ser a mesma, o jeito de expressar ou falar é diferente, porque cada um desses lugares ou países criou seus vocabulários e as

suas pronúncias. Por exemplo: os brasileiros falam português, mas a pronúncia é diferente do português de Portugal. Isso também acontece com os países africanos, devido às influências de outras línguas étnicas. Por exemplo: na Guiné-Bissau fala português, mas a pronúncia também é diferente da dos outros países como Angola, Cabo Verde, Moçambique etc. Segundo Alves (2005) “Embora a língua seja a mesma, existem variações lingüísticas entre os diferentes falantes da língua portuguesa no mundo, isso deve ser levado em consideração” ( p. 55-56).

Para Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras):

*(...) eu sofri no início, cheguei grávida também. Cheguei quase no final do 1º semestre. Eu estava grávida e não sabia, tive que trancar matrícula quase seis meses. Assim, quase dois semestres, porque ganhei nenê aqui, estou sozinha e é muito difícil.*

Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação Engenharia Civil) aponta as dificuldades no seu depoimento:

*Tive muita dificuldade. Cheguei à universidade, o método de ensino é diferente, o país é diferente, sem conhecer ninguém, passei muita dificuldade. (...) No começo não conhecia ninguém, então isso, em qualquer lugar acontece. Depois que eu comecei a conhecer as pessoas, fiz bastante amizades.*

Esses depoimentos mostram como foi a chegada e as dificuldades enfrentadas por esses quadros guineenses em processo de formação no Brasil. Por outro lado, os entrevistados manifestaram que além de dificuldades acadêmicas, eles também tinham enfrentado as dificuldades econômicas, devido ao convênio (PEC-G) que, em princípio, só lhes permitia a vaga nas universidades brasileiras e sem bolsa de estudo, tanto do governo da Guiné-Bissau, como do governo do Brasil. Então, na maioria das vezes, esses estudantes enfrentaram e enfrentam dificuldades, porque as famílias não conseguem enviar dinheiro a tempo para sua manutenção ou o que enviam, é insuficiente para lhes dar tranquilidade. Em alguns casos, às vezes, os pais desses estudantes que eram altos funcionários de governo guineense, de um momento para outro, perderam essas funções, devido às mudanças que de vez em quando acontece na política guineense e não tem mais poder aquisitivo para manter os filhos ou as filhas no Brasil. A mesma preocupação também foi levantada pelo pesquisador moçambicano Subuhana (2005). Segundo ele: (...) para os [estudantes] que recebem auxílio dos pais a desvantagem residiria no fato de que

se os pais entram numa crise financeira, por uma razão não prevista, a probabilidade de não conseguir acompanhar os estudos do filho são bem maiores (SUBUHANA, 2005, p.22).

Em todo caso, esses estudantes podem ainda, contar com ajuda do governo brasileiro. Por exemplo, a bolsa de alimentação e transporte é uma ajuda muito significativa que eles têm recebido nas universidades públicas brasileiras, como é o caso da USP e da UNICAMP. Essa ajuda é importante para garantir os estudos e sem ela, com certeza, muitos desses estudantes não terminariam seus estudos. Como mostram os depoimentos, fica muito difícil para os estudantes guineenses de agora, conseguirem fiadores para poder alugar imóveis, fica difícil também dispor de recursos suficientes diante da encarecimento da vida no Brasil. Mesmo para estudantes cabo-verdianos que recebem a bolsa do seu governo, a situação não foi fácil conforme demonstra Alves (2005):

“Os estudantes bolsistas do governo de Cabo Verde recebem 500.00 \$R, valor muito baixo para um estudante que vive fora do seu país de origem, levando em conta o nível de vida, que é muito alto, e a instabilidade financeira do país de destino dos estudantes. Porém, os que estudam por conta própria (financiada pela família ou empréstimo bancário) recebem entre setecentos a novecentos reais (700 a 900 R\$)” (p. 39).

Segundo Alves (2005), a maioria dos estudantes cabo-verdianos recebe “(bolsa reembolsável)” do governo cabo-verdiano, outros estudantes cabo-verdianos “são financiados pelos familiares e um pequeno número de estudantes é patrocinado através do empréstimo bancário feito em Cabo-Verde” (p. 62). Segundo a autora, a redução do valor da bolsa dos estudantes através do “governo [cabo-verdiano] em 2002 de quatrocentos dólares americanos (400 US\$) para quinhentos reais, moeda brasileira (500,00 R\$) trouxe o agravo das dificuldades” (ALVES, 2005, p.63) e isso fez com que os estudantes manifestassem seus descontentamentos em relação ao valor da bolsa pago hoje pelo governo de Cabo-Verde, alegando que não dá para cobrir os gastos.

Para o depoente Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil), “os selecionados para o Brasil vinham por conta própria, sim. 99% dos alunos da Guiné-Bissau que estão aqui da minha época (2005) estão sem bolsa, todos dependem da família”, o que resulta em grandes dificuldades no Brasil e, também, na Guiné. Por outro lado, a Guiné-Bissau é composta por mais de vinte ou trinta grupos étnicos diferentes e, com certeza,

esses quadros guineenses em processo de formação vieram de diferentes grupos étnicos. Por essa razão, esses estudantes que, neste momento se encontram no Brasil, podem ou não enfrentar alguns limites para se relacionarem com outros guineenses em terras brasileiras.

Para Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação), “*não existe afetos étnicos, por exemplo: [só porque] somos da mesma etnia, dar inferioridade ou tratos melhores para [pessoa de uma etnia] eu acho que não existe*”. O depoente Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical) afirma:

*Olha, em relação às etnias, a gente simplesmente, a gente ri, porque a gente está num lugar e são várias etnias misturadas, pepel, manjaco, mandinga. A gente simplesmente ri de cada etnia, assim e cada um fica contando assim, a história de uma etnia, a gente tem isso, isso assim, a gente dá risada. Porque no fundo todo mundo tem a mesma manha que é Bissau que é a África. Essa questão das etnias foi só, acho que a única diferença são os nomes, porque um foi para tal família e aquela família criou dialeto dele e foi isto, nasceu em tal parte é mais assim por questão de costume e a gente dá risada disso. Para mim isso é mínimo assim, nem dou bola para isso, conflito em relação a isso, não existe simplesmente aqui, pelo menos não tem. Isso é bobagem.*

Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras) confirma as falas anteriores. Diz ela:

*Então, aqui eu acho que não existe esse negócio de diferenças étnicas. Claro que tem. Tem Balantas, tem Fulas, tem não sei o quê. Mas aqui, todo mundo mete na cabeça que somos guineenses, então, para mim não existe e mesmo que tiver conflito a gente conversa, dá os mesmos conselhos para as pessoas porque são dois guineenses, dois irmãos assim. Não existe briga de etnia, de não sei o quê, não. Somos irmãos, somos guineenses, somos africanos e pronto acabou. Claro que é normal ter briga assim, mas isso se resolve com a conversa.*

Também para o Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudantes de graduação em Engenharia Civil) é o seguinte:

*Não tem conflito, não tem diferença alguma. Não tem esse problema de etnia, família não tem. Todo mundo é amigo, todo mundo conhece todo mundo, não tem problema, nem diferença nenhuma. (...) A pessoa que está com dificuldade, nem precisa falar a dificuldade. Basta o outro perceber que já vai procurar o jeito de ajudar.*

Os depoimentos desses guineenses formandos no Brasil, mostram que relacionamento entre eles é muito bom, independentemente de grupo étnico de cada estudante. Contudo, percebe-

se, pelo depoimento de Márcia, que uma vez ou outra, a diferença étnica pode gerar tensões. Uma saída, é fazer das diferenças a base para brincadeiras e galhofas, como mostra o depoente Dionísio. Outra é o diálogo, diante de uma situação tensa. O que é significativo é que a tendência nesse contexto de exílio, que o estudar fora representa, é que para além das singularidades étnicas, passam todos a se verem como guineenses e/ou africanos. Por outro lado, os mesmos estudantes afirmam que, de vez em quando, organizam reuniões para estar junto e fazer amizades, posto que a maioria não se conhece e vive situações semelhantes.

Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical) comenta esse processo de união:

*Bom, a galera geralmente costuma se reunir sim, eu tenho uma de anti-social. Porque acho que eu nunca fui a nenhuma festa da independência da Guiné ou fui de África ou não sei o quê. Eu simplesmente não vou nessas festas porque na maioria das festas sempre dá confusão, a galera acaba passando um pouquinho do ponto, aí já começa confusão, não sei o quê. Então, eu sou contra isso e eu não vou assim. Porque eu me dou bem com todo mundo. Faço festa, quando encontro a galera, assim só que festa específica de África, por exemplo, independência de Guiné-Bissau ou de Angola, eu não costumo ir nessas festas.*

Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras) percebe outros aspectos nas reuniões que são promovidas. Diz ela:

*A gente reúne numas festas assim, às vezes também a gente faz reuniões aqui para esclarecer algumas coisas ou mal entendido. Mas sempre que houver tempo no final de semana assim, a gente se reúne. (...), por exemplo: data da independência é lembrada, porque é um dia que eu costumo fazer comida típica da Guiné-Bissau e reunir algumas pessoas para pensar na data, nesse dia da nossa independência ouvindo músicas da época etc.*

Com forme o depoimento acima citado, há também relatos trazido por Subuhana (2005).

Segundo autor:

*‘(...) Eu acho esses convívios muito importantes para nós, porque nós juntamos e lembramos que somos de um país bonito, que temos algo em comum (...), encontramos-nos com a nossa cultura’ (p. 150).*

*‘As festas estão carregadas de simbolismo muito grande na medida em que a gente consegue abstrair-se por algumas horas (...). Em algumas horas agente entra em um contato profundo com Moçambique à medida que agente pode degustar a nossa comida, agente pode dançar a nossa música (...) e isso nos coloca em sintonia com Moçambique’ (p. 150).*

Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil) retrata do mesmo assunto:

*A gente costuma fazer reunião. Não é uma reunião formal assim: por exemplo, nas férias todo mundo encontra todo mundo. A gente viaja, faz visitas. Não precisa conhecer, basta saber que tem um africano aí não importa de que país que é, vai lá visita, diverte, vai na festa junta amizade boa.*

Para o Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação), são várias as formas de reunião entre africanos.

*Reunimos sim, em casa, em outros lugares. (...). A data da independência para mim hoje aquilo não passa de um fato histórico só. Eu não reservo só dia 24 de setembro (data da independência da Guiné-Bissau unilateral) para pensar, refletir sobre o meu país, todos os dias eu penso na Guiné-Bissau.*

As reuniões dos estudantes guineenses formandos no Brasil, acontecem em alguns momentos, nas próprias residências e em outros lugares também. Ainda segundo os depoentes, nessas festas acontecem muitas brincadeiras, como também podem acontecer discussões, como mostram os relatos.

Para o depoente Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil), as reuniões acontecem em, “*em várias cidades, em casas dos amigos, lugares de festas que a gente aluga para se divertir*”.

Assim, Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical) afirma que essas reuniões aconteciam também em outros lugares, além das residências estudantis, “*(...) no ano passado que eu estava aqui [em São Paulo] eles fizeram num lugar que eles chamaram de Oásis, acho que é na USP e lá em Porto Alegre, as pessoas se organizam nas repúblicas mesmo*” (...). Por outro lado, essas reuniões ou festas são muito importantes para esses estudantes que, nesse momento, se encontram fora das suas realidades. Segundo Subuhana (2005), é nas festas “*que temos a oportunidade de [nos] encontrarmos e de sabermos como é que cada um vai e é uma maneira de diminuir a saudade familiar porque a partir da altura em que vocês se encontram, sabendo que todos vêm do mesmo lugar, é como se fosse família*” (SUBUHANA, 2005, p.149). As festas servem, ainda, para ajudar esses estudantes africanos a matar saudades dos países de origem, das culturas, dos costumes etc. Diz Subuhana (op. cit): ‘Além do convívio, as festas amenizam a saudade que temos. Cada um tem um pouquinho de

saudade [...]. Se [de vez em quando] nos juntarmos, não fica aquela recordação de casa' (p. 150). Essas recordações podem transformar-se em saudades que às vezes interferem nos rendimentos escolares desses estudantes nos primeiros anos de estudo. Segundo Subuhana (2005), a saudade desses estudantes se acentua mais nos primeiros meses ou ano e só depois de alguns meses ou anos é que o estudante vai começar a superar e a saber lidar com essa saudade. Segundo autor: "Depois de alguns meses 'a ficha cai', a pessoa começa a aprender a tomar conta de si, a cuidar da casa, a lavar, cozinhar, entre outros afazeres domésticos e acadêmicos" (op. cit, p. 152).

Além das reuniões que acontecem nas residências e em outros lugares, os estudantes guineenses, também organizam seu tempo para o lazer, quando não estão estudando.

Para Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical):

*(...) a música é o meu trabalho, só que pra mim é o meu passa-tempo, ao mesmo tempo. Então, quando eu não estou estudando, estou fazendo a música, quando não estou trabalhando, quero fazer música, estou fazendo música também. (...). Aqui em São Paulo não, eu acho que os únicos lugares que eu fui foram os bares, porque os meus colegas de turma me arrastam e cinema se eu não me lembrar. Porque aqui no centro de São Paulo não conheço muitos lugares, eu não sou muito da noite. Até porque eu já fui mais boêmio assim, de fazer mais festas. Mas, hoje em dia, estou mais concentrado em trabalhar mesmo. Prefiro um pensamento velho, que diz ficar em casa, além de não gastar dinheiro, fazer dinheiro.*

Também Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil), manifesta o seguinte: *Eu sou fanático pelo futebol. Eu gosto de apreciar sempre novas informações, tentar explorar também informação do meu país. (...). Aqui para mim, opção que eu tenho é só ir ao Shopping. Não tenho mais outra opção ou assisto futebol.*

Os relatos mostram como cada estudante organiza seu tempo de lazer. Muitas das vezes evitam gastar muito com lazer para economizar. Os exemplos de Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical) e de Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil) que preferem passear no shopping ou passar tempo assistindo futebol são ilustrativos dessa atitude.

Os quadros guineenses em processo de formação (formandos) mostram como são seus relacionamentos com colegas, professores e funcionários nas universidades brasileiras. O que dizem:

Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em produção musical):

*É super legal, super tranqüila. Todo mundo e... principalmente no meu caso que é faculdade de produção musical é todo mundo músico. Então, a música aproxima as pessoas, então é mais fácil fazer amizade, as pessoas não têm muita frescura assim. No sentido de que ah.... eu sou isso, não sei o quê, sou melhor que você. Músicos não têm isso, até porque todos os músicos passam por situações similares de saber quando uma pessoa não dá valor a tua música e quando as pessoas não valorizam, quando você passa por isso etc. Então, todo mundo conhece isso e por isso que as pessoas pensam de uma forma parecida em relação à música.*

Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil),

*Eu faço amizade muito fácil com qualquer um. Tanto brasileiros, africanos, europeus eu faço amizade. (...). Graças a Deus estou tendo um relacionamento muito bom com meus colegas. Tanto na universidade como fora com outras pessoas, graças a Deus estou tendo essa sorte.*

Os depoentes manifestaram as facilidades em termos de relacionamento, tanto com africanos como com as pessoas de outras nacionalidades. Por outro lado, o depoimento de Dionísio Soares Djaló mostra as diferenças que podem ser encontradas em diferentes faculdades de uma mesma universidade. Ele descreve que na faculdade de produção musical onde todos se preparam para ser músicos a facilidade no relacionamento é muito grande porque segundo ele “a música aproxima as pessoas”. Nesse sentido, não dá para generalizar, pois cada faculdade, ou melhor, cada pessoa tem o seu jeito de se relacionar, de fazer amizade. Alguns têm facilidade, outros demonstram dificuldade.

### ***3.3 Quadros guineenses (formados e formandos) como negros nas universidades e na sociedade brasileira.***

O olhar e a vivência dos quadros guineenses no Brasil, como negros, trazem em alguns depoimentos, a informação de que já sofreram discriminação no Brasil; outros, manifestam-se perante a entrevista, dizendo que nunca sofreram discriminação direta, e que talvez isso aconteça de uma forma indireta e pouco percebida por eles. Os quadros guineenses, de formados e formandos (negro estrangeiro) podem não perceber as atitudes de preconceito ou discriminação por não conviver com isso desde infância, ao contrário de um negro (a) brasileiro (a). Lembrando

ainda que essa discriminação racial também aconteceu na Guiné-Bissau, quando o país ainda estava sob domínio do colonizador português e, que alguns dos não retornados, talvez não tivessem ainda nascidos. Caso tivessem nascido, pode ser que, por serem pequenos não percebessem ou não vivessem essa discriminação na época, ou ainda, por terem sido eles, filhos dos assimilados ou da “elite” na época da Guiné Portuguesa. Este contexto torna difícil aprofundar o assunto, antes de analisar depoimentos e alguns documentos existentes a respeito da Guiné-Colônia. Segundo Cabral (1978) havia discriminação sim, como mostra o seguinte comentário:

A ínfima minoria de africanos ditos ‘civilizados’ - que teoricamente são considerados como cidadãos portugueses - não gozavam dos privilégios reservados aos europeus. Alguns deles encontram-se numa situação de isolamento entre a massa da população africana e os colonos [brancos], e estes últimos rejeitam-nos através de uma discriminação declarada ou dissimulada.

A comunidade ‘multirracial’ portuguesa era um mito. A realidade que esta designação encobre é uma total segregação racial, exceção feita para as relações de trabalho, onde serve os desígnios do colonialismo. Salvo raras exceções - como também se podem encontrar na África do Sul - não há nenhum contato social entre as famílias africanas e europeias. Os únicos contatos diretos praticam-se nas escolas, ou noutros locais exteriores ao ambiente familiar, entre as crianças europeias e os raros alunos “assimilados”. As crianças misturam-se inocentemente, mas estas relações já estão imbuídas de preconceitos e complexos. Os cinemas, os cafés, os bares, os restaurantes etc. são quase exclusivamente freqüentados por europeus. Um africano suficientemente audacioso para penetrar num destes locais deve estar preparado para enfrentar a humilhação (...) (CABRAL, 1978, p.61-62).

De acordo com a constatação acima, dá para perceber que durante a dominação portuguesa, os guineenses enfrentaram a discriminação e o preconceito no próprio país, por parte do invasor português. Um preconceito que fazia os guineenses se sentirem inferiores, e incapazes em relação ao colonizador (homem branco) que era considerado “civilizado”. Além desse preconceito, havia também outro tipo de preconceito que o colonizador usava para discriminar os próprios guineenses, através das palavras “assimilado e indígena”. Também, no período da dominação colonial, o português criava intrigas entre as etnias para melhor poder dominar os diferentes grupos. Mas, com a independência muitas coisas foram superadas, como por exemplo: a palavra “assimilado e indígena” que tinha valor enquanto o país estava sob a dominação colonial, depois da independência, não se ouvia mais. Assim, a superioridade e a inferioridade de

um grupo étnico sobre outro deixaram de existir nos discursos oficiais e no cotidiano. Conforme Cá (2007):

De fato, o povo guineense superou as barreiras de etnicidade. Logo após a independência, aumentaram-se os números de casos de coabitação inter-étnica, quer por via de casamentos mistos (entre as diferentes etnias) quer por via de migração no país, quer ainda por via de intercâmbios culturais informais e de religião. A cúpula de alguns novos políticos supostamente letrados é que ainda não se apercebeu do valor da unidade nacional, da responsabilidade individual de titulares dos cargos públicos e de igualdade de oportunidades.

É importante lembrar que, todas as etnias da Guiné-Bissau, todos os cidadãos guineenses são sujeitos fundamentais do processo de desenvolvimento do país. Por conseguinte, deve-se encarar a multiétnicidade do país como um valor e uma valia (recursos humanos) no contexto social específico guineenses e no contexto africano em geral. (...) (CÁ, 2007, p.36-37.).

Portanto, como tratou esse autor, depois da independência muitas coisas foram superadas inclusive a discriminação que era o foco principal durante o processo de dominação colonial. Com a independência, todos os guineenses, independentemente de grupo étnico a que pertencem passaram a “usufruir” dos mesmos direitos formais garantidos pelo novo governo como por (exemplo: a matrícula na escola).

Assim, os estudantes mais velhos possuem lembranças da discriminação na Guiné e a forma pela qual ela permeava o contexto colonial. Com a independência prevalece a noção de cidadania e os esforços para garantir a igualdade, independentemente da origem étnica. Contudo, o fim da discriminação racial na Guiné-Bissau depois da independência, leva a que se questione o seguinte: será que a discriminação que havia durante a colonização portuguesa, entre (indígenas, caboverdianos e assimilados) foi superada tão rapidamente e não deixou resquícios do passado? A discriminação foi ultrapassada com a ajuda de uma política imposta pelo PAIGC durante a luta de libertação nacional; como mostra o discurso de líder Amílcar Cabral nas zonas libertadas? Cabral (1978) diz o seguinte: (...) “Se vocês repararem bem, podem ver que esses descendentes de guineenses ou de caboverdianos [assimilados] que estão bem na vida têm um único interesse comum: todos agarrados aos tucas (brancos), fingindo ser portugueses o máximo que podem, (...)” (p. 122). Portanto, esse é um dos discursos usado para conscientizar a população nas zonas libertadas, no entanto, não há como a população contrariar essa política ideológica do PAIGC. Outro exemplo de discurso, mostra o seguinte:

É claro que esta sociedade da cidade [zonas controladas pelos colonizadores] temos que vê-la em relação à luta, para fazermos a unidade. Porque nós, contra os colonialistas portugueses, aceitamos até mesmo gente desse grupo de brancos, para lutarem ao nosso lado, se eles quiserem. Porque entre brancos pode haver uns que são a favor do colonialismo e outros que são anticolonialistas. (...) O camarada Luís Cabral, por exemplo, se conseguiu fugir, foram brancos que o tiraram de Bissau, para passar em Ensalma e seguir para a fronteira. Dois brancos, todos vocês sabem. (...) (CABRAL, 1978. p. 122).

Será que, com esses discursos alguém teve coragem de jogar pedra contra o seu adversário no passado? Outra coisa, tendo sido o PAIGC como partido único no poder depois da independência talvez não fosse esse o momento ideal para manifestações de ordem racial ou étnica. A questão hoje é relevante para estudos comparativos do passado e do presente guineense, que estão por se fazer. Talvez o ontem tenha sido de grande preocupação para os dirigentes do PAIGC pela, ideologia socialista do primeiro momento pós-independência, mas não só. Amílcar Cabral como líder do PAIGC, além de ser ou pertencer a uma família dos assimilados, era também visto como filho de descendentes caboverdianos que no passado, eram mal vistos na Guiné devido ao papel que desempenavam. Assim, o PAIGC tinha que ter um discurso mais voltado para unir ambas as partes e talvez, coubesse aos dirigentes do PAIGC essa função, tanto para aqueles que eram caboverdianos ou descendentes de caboverdianos, como para os filhos da Guiné que eram assimilados e que lutavam ao lado desses caboverdianos. Segundo Pereira (1976), “o sentido da unidade nacional manifesta-se na preocupação de servir todo o povo sem distinções ou discriminações” (p. 25). Afirmava-se: “não se tratar de combater adversários, mas de conquistar hesitantes. (...)” (op. Cit., p. 25).

Por esta razão, a política de formação de homem novo fosse a melhor saída para acalmar os dois lados. Agora, resta saber se o passado foi esquecido totalmente. Até hoje na Guiné-Bissau, o mulato (filho de branco com preto) é chamado de cabriano<sup>51</sup>. Mesmo sendo filho de um italiano, francês, inglês etc. com guineense. De igual modo, em Cabo Verde, qualquer estrangeiro africano de cor preto é também chamado de manjaco [mandjaco]<sup>52</sup> não importa se é senegalês, nigeriano, ou de outra nacionalidade. Como afirma depoimento trazido por Mourão (2006):

‘Tem várias coisas em Cabo Verde que eles podem aproveitar, mas vêm tudo numa perspectiva pessimista e numa perspectiva de afastar o que é negro e o é africano completamente, tanto que aqui tem uma expressão que eles cultivaram,

---

<sup>51</sup> Cabriano em crioulo quer dizer Caboverdiano.

<sup>52</sup> Nome de um grupo étnico na Guiné-Bissau.

referindo-se aos africanos da Costa [Ocidental] que hoje migram pra Cabo Verde para vender artes, bijuteria, eles [caboverdianos] chamam esse pessoal de manjacos. Manjacos é uma tribo lá da Guiné-Bissau, o nigeriano não tem nada a ver com manjaco ou guineense, mas para o caboverdiano, na rua são todos iguais. Todos eles são manjaco, porque eles são de cor preta, mas nós também temos caboverdianos de cor preta, de cor mulata e de cor branca, são as mentalidades né, que tem que mudar. Eles sentem os africanos aqui [em Cabo-Verde] como uma ameaça (...)' (p. 83).

Por esta razão, a política do PAIGC se faz na tentativa de evitar as manifestações agressivas entre ambas as partes (guineenses e caboverdianos), mas, não apagou as lembranças marcantes no passado e seus possíveis ecos no presente.

Para assimilados e para alguns caboverdianos que aderiram ao PAIGC ou que contribuíram na luta de libertação nacional para independência da Guiné e Cabo Verde, a questão era conquistar a confiança do povo guineense. Por sua vez, os assimilados guineenses que não aderiram à luta de libertação nacional como seriam vistos pela maioria dos guineenses que no passado foram discriminados como indígenas? Do mesmo modo, no caso dos caboverdianos que aderiram ao PAIGC durante a luta de libertação nacional, qual a sua situação diante da maioria dos caboverdianos? Cabe lembrar que estes eram parte das elites caboverdianas que tinham garantido emprego com o colonizador português e que durante a luta de libertação estavam lutando ao lado dos colonizadores. Neste caso, a discriminação deixou de existir com uma determinação ideológica imposta pelo partido único PAIGC ou tem outra explicação? As perguntas permanecem como carentes de respostas mais concretas e demarcam um diferencial no processo de discriminação no interior da nação guineense no passado e presente e os processos de discriminação que estudantes guineenses enfrentam no Brasil.

No Brasil, estudantes e formados guineenses acabam por se defrontar com processos de discriminação, agora não mais pensado em termos étnicos, mas expressos a partir da cor da pele. Algo pouco conhecido por eles e comum à realidade do negro brasileiro. É com relação ao negro brasileiro que fazem suas observações.

Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Problema de negro aqui, é um dos problemas que eu não diria problemas. Mas uma das constatações que logo quando chegamos aqui, porque qualquer um de nós, até pela história, a gente tinha conhecimento um pouco da história do Brasil, porque sofremos a mesma colonização. Então, alguma coisa na história são*

*coisas que a gente já sabia, é um país que tem negro e branco. E só que para muita gente, até entre o nosso grupo praticamente, que veio 16 era pouco que podia falar que já sabia que a situação do negro [brasileiro] era assim. Porque a nossa primeira constatação é quando chegamos à universidade e não achamos negros locais na universidade (...).*

Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) fala sobre o negro brasileiro dentro da universidade:

*A questão do negro do Brasil [brasileiro] para mim é uma questão muito complexa e muito profunda. Eu acho que é um assunto muito extenso se a gente for discutir não vai acabar tão depressa, mas resumindo, eu acho que é mais fácil falar do negro na Universidade de Campinas, na UNICAMP (...).*

Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) relata sobre o mesmo assunto:

*Olha é difícil, aqui as coisas melhoraram bastante. Eu me lembro no primeiro momento que eu cheguei aqui [no Brasil]. Mas também vem muito da consciência do próprio negro. O sistema que te proporciona lutar contra isso sem muito barulho, mas eu não sei se devido ao processo de colonização e de escravidão e tudo mais, o negro [brasileiro] em si mesmo, abaixa muito a cabeça. Tem certas coisas que eles não poderiam permitir e eles aceitam. E nós que viemos de fora, como negros também, isso acaba refletindo em nós (...).*

Para esses estudantes formados e não retornados, falar do negro brasileiro é um assunto muito amplo e difícil. Por esta razão, alguns estudantes se limitaram a falar só do negro brasileiro na universidade. O depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) explica que as coisas têm melhorado muito, mas ele culpa os negros brasileiros por deixar de reagir em alguns momentos diante de preconceito. Segundo Souza (2006): “Desde a infância os conflitos raciais são silenciados para grande parte dos negros. Situações em que o racismo aparece nas falas, revelando o conflito racial intrínseco à sociedade brasileira, expõe a falsidade da democracia racial que deixa ‘vítima’ e ‘algozes’ sem ação” (p. 12)

Para o depoente Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação):

*Então não sei se a minha opinião é mais certa. Mas eu acho que negro é oprimido pela cultura ou pela história. Os negros vieram aqui como escravos, então trabalharam, fizeram maior sacrifício para ajudar a construir o Brasil, aí eu acho que: talvez eu esteja enganado, mas deveria existir oportunidade igual depois da era de escravidão para todo mundo. Porque isso atrasa o desenvolvimento do Brasil, não estou dizendo que uma raça é mais inteligente ou é mais capaz que a*

*outra. Mas tirando uma porção da sociedade está diminuindo o crescimento e a capacidade de desenvolvimento do país. Acho que isso é obvio, agora, a questão de excluir uma parte, dar prioridade a outra, isso é meio covardia.*

O depoente Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação), faz um relato explicando a participação dos negros na construção do Brasil durante a escravidão e ainda segundo o ponto de vista do depoente, esses negros mereciam oportunidades iguais à do cidadão brasileiro depois da era da escravidão.

Os depoimentos desses estudantes não retornados mostram que o negro que estudava nas universidades brasileiras quando eles aqui chegaram nas décadas de 1970 a 1980, eram estrangeiros e, muitos, africanos.

Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*(...) primeira constatação é quando chegamos à universidade e não achamos negros locais na universidade. Os negros que tinham na universidade eram negros africanos também ou africanos de língua portuguesa, ou africanos de língua inglesa ou africanos de língua francesa. Então, você não via negros brasileiros estudando juntamente com você. Então, isso realmente era uma coisa muito rara, é uma constatação que a gente logo de cara achou que tinha uma coisa que não estava dando certo. Por isso, que no meu caso particular, eu logo me interessei pela questão do negro no Brasil e comecei a participar dos movimentos negros vinculados à universidade.*

Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) fala sobre o negro brasileiro na universidade em que ele estudou em 1983:

*Não havia nenhum [negro]. Tinha um professor de história que era negro [mestiço brasileiro] e tinha eu de negro [guineense], na Faculdade de Medicina, por contingência de bolsa e tinha vários latinos que estavam em todos os cursos. Também na Medicina tinha o Maurício, eu não conheci nenhum negro [brasileiro] estudante na universidade. Tinha lá algumas mestiças e alguns mestiços na Faculdade de Medicina. Tinha eu e Maurício na mesma turma, o carioca mestiço, a gente se considerava negro, mas isso para mim significa que toda a força do racismo brasileiro é uma exclusão do negro na universidade e nas outras instituições, mas eu acho que há um passado muito grande em tudo isso, por isso é um assunto que não pode ser tratado assim.*

Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) afirma: “(...) na minha instituição nunca estudei com negro [brasileiro]. Bom, tinha um negro angolano chamado Lino, mas ele era dois anos mais novo que eu. Não tinha negro e nunca estudei com negro”. E para o depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não

retornado) entre “1990 a 1994, só tinha três angolanos que estavam na graduação, negro brasileiro não tinha nenhum”.

Nesta constatação, os depoimentos mostram que nas universidades em que os entrevistados estudavam não tinham quase negros (as) brasileiros (as) e, apenas um dos depoentes afirmou que na faculdade em que ele estudou tinha negro [mestiço] brasileiro. Os não retornados, estudaram na década de 1970 a 1980 e na época em que eles estudaram, a maioria era negro estrangeiro (africanos de diferentes países da África) e alguns mestiços brasileiros. Segundo Gomes J. D. (2008):

A história de negros nas instituições científicas brasileiras é lacunar. Há biografias calcadas nas trajetórias de alguns indivíduos, mas falta, por exemplo, uma obra de abrangência que mapeia a presença do negro na ciência no período anterior à universidade. Faltam também obras que mapeiem sua presença na primeira fase de implantação da universidade, até os dias de hoje. (...) ( p. 32)

Hoje, a situação tem melhorado um pouco e mesmo assim o número dos negros brasileiros nas universidades é ainda insignificante. Segundo Souza (2006):

Em 2004, ingressaram 2.971 alunos na Unicamp pelo processo seletivo da Comvest. O aluno que ingressou é predominantemente do sexo masculino (54,9%). Mais da metade (57,9%) têm entre 17 e 18 anos. Em sua maioria são solteiros (96,9%). Em termos raciais, o alunado dessa universidade é basicamente branco (81,2%). A soma de pretos e pardos é de 11,4% (p. 19).

A mesma preocupação também foi trazida pelo Subuhana (2005): ‘Os [estudantes] negros que eu vejo na faculdade são estrangeiros, Os únicos negros que eu encontro no corredor (...) estão fazendo faxina e todos eles sabem que sou estrangeiro’ (p.118). Ausência ou a dificuldade do negro se inserir nas universidades brasileiras foi justificada em torno de dois fatores, por parte de Souza (2006):

Primeiro pela condição socioeconômica desfavorável em que vive grande parte da população negra no Brasil. Por estar entre os mais pobres, o negro estuda nas piores escolas: aquelas com piores infra-estruturas e com os professores menos preparados, além de uma trajetória escolar acidentada, devido, muitas vezes, a evasão escolar causada pela entrada prematura no mercado de trabalho (p. 82).

O segundo fator que prejudica a formação escolar do aluno negro são as práticas pedagógicas comprometidas com as estruturas raciais existentes em nosso país [Brasil]. De acordo com estudos, o aluno negro é aquele que se senta sempre nas últimas fileiras da sala de aula. É o último a ser chamado para atividades de leitura ou outras atividades em sala de aula. Não é beijado e acariciado pelas monitoras

nas creches. E é, com frequência, associado ao aluno preguiçoso, bagunceiro e com dificuldade de aprendizado. (idem, ibidem).

O fato é um dos aspectos relativos ao racismo brasileiro que como disse um dos depoentes, “*e nós que viemos de fora, como negros, também acaba refletindo em nós*”. Alguns dos entrevistados manifestaram que já sofreram esse tipo de preconceito o preconceito de cor, outros relataram que nunca sofreram com isso, mas, em todo caso, admitem que existe racismo no Brasil mesmo que de uma forma disfarçada.

Segundo o depoente Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*Quanto ao racismo é aquele que a gente conhece aqui no Brasil, que nunca é um racismo aberto, mas sempre foi dentro do nível que deu para contornar sem problema nenhum. (...) o racismo brasileiro deixa o negro muito acomodado, muito passivo. Por quê? Porque é um racismo que não te agride fisicamente e verbalmente. Então, você não tem o que reclamar, entendeu? Então você não é submetido a uma situação onde você precisa reagir violentamente, ou insurgir contra essa situação. Muitas vezes se você perceber alguma coisa que vai contra tua imagem, eles tentam te fazer entender que você que está equivocado aquilo lá não é assim.*

Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical):

*(...) eu acho que é complicado porque pelo seguinte: o racismo existente aqui é um racismo disfarçado, que as pessoas falam nas tuas costas, só que não jogam diretamente na tua cara e... muita gente tem medo dos negros. Eu primeiro ficava muito revoltado comigo, como assim? Absurdo. Só que não adianta, a gente tem que ver toda questão histórica do Brasil, de como começou, o quê que isso gerou. Porque as pessoas têm medo de preto, vê o preto como um bandido, um criminoso. Mas porque ele é criminoso? Porque não tem estudo. Por que ele não tem estudo? Porque ninguém dá oportunidade a ele. Então, é complicado assim. Você vê as pessoas assim, os brancos em um lugar de terem medo de negros [brasileiros], chega a ser igual a eles, a ter medo. Só que eles cresceram aqui [Brasil] por isso, eles vivem assustados. Lembrando que algumas pessoas tiveram acesso aos estudos e eles cresceram com aquela idéia de que negros são assim, são bandidos. E os negros aqui cresceram com a idéia de que são favelados, são pobres, são não sei o quê, são excluídos, entende. São dois lados, os problemas são os dois lados para resolver isso, única forma e... os governantes aqui do Brasil, pararem de roubar, ou pelo menos abrandar um pouco o ritmo o qual eles estão metendo a mão na massa e investir essa massa normalmente nas escolas, nos hospitais e darem estudos às crianças. Porque é ali que começa a pessoa que não tem estudo, na infância, provavelmente vai indo para o crime, porque é a única opção que ele teve. Eu acho que é isso.*

Neste caso, os depoimentos mostram as preocupações de estudantes e de não retornados guineenses com relação ao preconceito e ao racismo na realidade brasileira. Porém, alguns dos depoentes chegaram à conclusão de que o racismo aqui no Brasil é aberto, já para, outros, não é aberto e sim, disfarçado, porque acaba deixando a vítima sem ação. O mesmo assunto com relação ao preconceito racial também foi discutido por angolanos Segundo Gomes J. M. (2002):

‘A primeira coisa que vem á mente é o olhar que te é dirigido, muitas das vezes em sala de aula. Não é nada palpável. É muito sutil. Não é aquilo de chegar e dizer que você não é da mesma cultura, você não é da mesma raça... aqui a discriminação é muito sutil. É do tipo que à frente te ofereço um sorriso e atrás te espeto um facão. É bem nesse estilo’ (p. 92).

Também, concordando com os relatos dos depoentes sobre a questão racial no Brasil, Valente (1994) afirma que o racismo aqui é “sutil e camuflado”. A autora explica que essas atitudes de preconceito, que acontece no Brasil não são iguais às dos outros lugares. Segundo Valente:

(...) “de fato, o racismo contra o negro no Brasil não tem as mesmas características do racismo nos Estados Unidos e na África do Sul. O racismo, aqui [no Brasil] é diferente. Ele é sutil, camuflado. Ora se esconde, se disfarça, ora se revela. As razões dessa diferença são históricas, a começar pela forma como se processaram as colonizações nos três países” (VALENTE, 1994, p. 42).

Alguns estudantes guineenses atuais e outros não retornados, afirmam que sofreram preconceito racial no Brasil.

Para o depoente Dionísio Soares Djalo (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Produção Musical):

*(...) lá no interior, lá no sul era direto. Tipo como que chama? Quando da abordagem de policiais assim, era direto, eles me viam na rua assim, eles me paravam, começavam me revistar tudo eles viam que não tinha nada assim, eles tentavam dar uma desculpa ainda falando ah... você não é daqui né? Eu falava não, sou estrangeiro. Ah [es] tá, [es] tá, fazendo o quê aqui? Estou estudando. Ah [es] tá. Viu não é o preconceito não. Ainda fazem questão de falar viu, não é preconceito para nós todo mundo vai para a parede, é o advogado, é não sei o quê. Ah sei, sei.*

Também a mesma cena de policial aconteceu com estudantes africanos de outras nacionalidades entre eles: caboverdianos e angolanos, conforme os relatos. Segundo Alves (2005):

‘Os policiais não podem ver você na rua que logo dão Blitz, eles [os policiais] até já me conhecem. Sempre quando chega, um diz! Não esse aí é o caboverdiano. Já levei Blitz até na porta da minha casa, ia entrar o policial me parou e me perguntou onde ia, o que estava fazendo com aquela chave? Falei que moro ali, pediu os documentos e disse você é Angolano, falei não sou caboverdiano, aí diz é a mesma coisa’ (...) (p. 53).

Já o pesquisador angolano Gomes J. M. (2002) traz outro relato sobre o mesmo assunto:

‘Eu saía de uma discoteca de Copacabana, com um colega meu que formou-se em Economia lá na Universidade Gama&Filho. Então o motorista que estava nos levando, sei lá, pode ser por questão de insegurança dele, ele ficou com algum receio – eles têm certas regras, acender as luzes de dentro, enfim, dar a entender aos policiais que estão com medo enfim...ele fez isso. Eu notei. Os policiais nos mandaram parar e fomos interpelados. Mas o que é que acontece? Os policiais queriam que a gente fosse até aos caixas eletrônicos, tirarmos dinheiro para lhes entregar porque nós éramos negros, dito assim, taxativo: éramos estrangeiros e tínhamos dinheiro, e se não o fizéssemos, poderíamos apodrecer nas prisões, porque eles apresentariam maconha dizendo que a gente estava mexendo com droga e era a palavra deles contra a nossa. E como é que nós haveríamos de provar o contrário! A nossa sorte é que o meu colega do Rio estava namorando uma menina e a menina estava lá presente, a menina é branca, estava no ultimo ano de direito e o pai é um advogado reconhecido no Rio. Essa foi a nossa chance’ (p. 101).

De acordo com os depoimentos desses estudantes africanos, entre eles, os dois guineenses, angolanos e caboverdianos, dá para perceber que desprezos e perseguições policiais não foram sentidos só por estudantes guineenses e sim por estudantes africanos de nacionalidades diferentes e que foram abordados também, pelos policiais brasileiros e também, até alguns jovens brasileiros negros passam por esse mesmo constrangimento. Segundo Alves (2005), “os rapazes são os que mais sofrem preconceito, principalmente quando saem à noite, pois foram muitas vezes, barrados pelos policiais. Porém, quando os policiais percebem que é estrangeiro liberam” (p. 53). Mas isso não quer dizer que as meninas foram poupadas desses preconceitos, pois elas também são vítimas em outros momentos, principalmente no espaço comercial. Conforme Alves (op. cit): “As meninas afirmaram que se sentiram mais discriminadas nos centros comerciais, [porque] muitas das vezes, as vendedoras não lhes deram atenção nas lojas de vestuários, até perceberem que vão comprar de fato ou que é estrangeira, aí o comportamento muda” (idem, *ibidem*).

O mesmo depoente Dionísio Soares Djaló fez um relato sobre uma cena que havia acontecido e ele foi o primeiro suspeito.

*Não, eu não vi. Não é que roubaram um caminhão por perto! 'Putá que pariu!' Primeiro suspeito sou eu, roubaram caminhão por perto. Ah... a situação é assim, mais de abordagem de policial. E de saber que você vai num Shopping assim, muito caro, aqui em São Paulo, eu não sei como que é na Zona Sul assim. Se você vai num Iguatemi e chega numa loja de grife, as pessoas começam a olhar estranho. O que é que esses negros estão querendo. Aí eu só dou um sinal para o meu amigo, porque eu sabia que ele estava com celular de último lançamento. Vou sair para fora, vou ligar para você, vou deixar celular tocando, vou atrás de shopping como se tivesse alguém te ligando de fora aí você atende. Tá beleza. Assim, saí e dei uma volta, liguei para ele, botei o telefone no bolso e voltei para loja e começou a tocar esse celular, ele fingiu que atendeu. Ah... alô, ok. Não sei o quê. As pessoas da loja ficaram olhando assim. Nossa! Não sei o quê, o cara terminou de falar. Fingiu que estava falando. Ah... sim o quê que o senhor vai querer? Senhor quer isso senhor quer aquilo. E também, tipo eu gastava muito dinheiro em CDs. Hoje eu não compro CDs, mas eu comprava tipo gastava em CDs que é de 30 reais. Comprava 10, 15 CDs de uma vez. Aí você chega à loja, você pega um CD tudo bem, pega segundo, tudo bem, pega terceiro, a segurança já começa ficar desconfiado. O quê que esse negão está fazendo, catando esses CDs todos? E não tem dinheiro para pagar tudo isso. Aí eu paguei 10 CDs, o cara chegou ficou perto de mim. Mas ficou olhando pro lado, aí ficou olhando para mim, eu reparei, só que eu comecei a olhar para ele, ele virou cabeça para outro lado com se tivesse... aí eu coloquei os CDs no caixa, a mulher começou a tossir como é que o senhor vai pagar? Tirei assim o cartão joguei ... praticamente na boca dela, joguei na mesa, crédito. Ah... sim, sim, sim... único jeito é você mostrar que pode. Se você deixar ser tratado como um qualquer, um deles vai te tratar como qualquer um. Mas isso é.. não é.. não é todo mundo que é assim. São casos isolados. Pode acontecer com um ou dois, mas não é todo mundo que é. Tem pessoas e tem lugares que tem essas mentalidades.*

Também o depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) relata sobre o preconceito racial que sofreu no Brasil, fora da universidade:

*(...). Tem certas coisas que eles não poderiam permitir e eles aceitam. E nós que viemos de fora como negro também, isso acaba refletindo em nós. Não sei se você percebeu? Quando eles percebem que você não é negro brasileiro, logo eles se preocupam. Ah! Você é diferente! Eu sou diferente como? Se você já me avaliou pela minha cor, antes de se comunicar comigo, antes de saber quem eu sou? E depois [de] descobrir: Ah você é diferente! Isso é o quê? Dou um toque mesmo, não deixo passar em branco. Inclusive um dos casos (...) aconteceu comigo quando eu estava no Centro Hidráulico (CTH) eu estava cuidando de um projeto da SIEMENS<sup>53</sup> quem tinha que assinar o relatório como engenheiro responsável era eu, aí veio um engenheiro da SIEMENS, coincidentemente era no horário de almoço, eu fiquei em frente, no portão, conversando. O cara simplesmente chegou, parou o carro dele buzinou, buzinou para eu ir abrir a porta para ele. Estava eu e mais dois engenheiros colegas, que trabalham no grupo, mas o responsável do grupo era eu. O cara veio, não se conformou porque eu não*

---

<sup>53</sup> Empresa Alemã.

*estava respondendo a ele. (...). Bom, veio até onde a gente estava conversando, simplesmente me puxou na camisa, estou pedindo para abrir a porta. Por que não vais abrir a porta? Falei, espera aí, mas quem disse para você que eu sou porteiro? Se não é você, quem é aqui? Eu falei ah! É então fica lá me esperando. E nesse momento o porteiro [que] tinha ido ao banheiro e estava voltando e a gente estava somente esperando por ele. Afinal com quem ele vinha falar era comigo, sobre o relatório só que o relatório ia permitir à SIEMENS vender uma bomba hidráulica de 44 milhões de dólares e tinha que ser naquele dia. Eu e a turma toda estávamos indo só para almoçar. Só que eu não tinha assinado, porque passei também para colegas lerem o relatório para ver o português, essas coisas. Aí ele chegou, foi lá no diretor de CTH falou para ele e o diretor disse para ele, o engenheiro Mário é aquele que estava lá conversando, aí. Então espera aí, ele está indo almoçar quando voltar do almoço, vocês conversam. Cheguei, ele estava na minha sala, perguntei: O quê que você está fazendo aqui? Não, desculpa eu não sabia quem era você, eu vim resolver aquele problema de relatório. Eu falei não. Eu não falo contigo e sai fora da minha sala já. Mandei chamar o diretor do CTH expliquei para ele e falei para ele que eu não iria atendê-lo de jeito nenhum. Quero que mande chamar o próprio presidente da SIEMENS para vir aqui ou não estão interessados porque não vou assinar o relatório, e a ética da engenharia [é que] ninguém pode, mesmo o diretor de CTH, não pode assinar. Ele não sabe o que foi feito lá de engenharia, apesar de ele ser engenheiro, não conduziu os trabalhos. O diretor de CTH virou para ele e falou assim: Se isso é verdade, me desculpe realmente, nós vamos fazer uma notificação oficial para sua empresa e o Mário, se não assinar eu estou 100% do lado dele. Se não assinar o seu relatório, se dane o diretor mesmo que falou para ele. Então, foi, preparou a carta rapidamente e enviou fax para presidente da empresa. O dia seguinte o presidente veio. Quando veio, ficou sabendo da situação, simplesmente colocou ele na rua, por justa causa sem direito trabalhista nenhum. Cara veio chorar, ele ganhava 8 mil dólares. Saiu sem direito nenhum. Aí me falaram você vai colocar ele na Justiça? Eu falei não precisa, não vou perder o meu tempo, um cara imbecil como esse não compensa. Um dia depois, [ele] veio chorando com a mulher e filhos para tentar me convencer. (...) não volto atrás, em relação a essas coisas. Se você está nesse nível e continua se comportando desse jeito é porque você não aprendeu nada na vida. Então volta [para] aprender, talvez um dia a gente conversa. Então existe preconceito? Existe, isso é exemplo pessoal do que eu vivi pessoalmente e num local desse.*

Com relação ao relato do Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) o que pesou mais foi a questão da cor da pele. Pelo fato dele ser negro, entre outros dois engenheiros brancos, que estavam no local, foi confundido com o porteiro. Mas, pelo contrário o responsável do grupo era ele como mostra um trecho de relato do Marcelo acima apresentado e que retomo para salientar o preconceito de cor: (...) “Estava eu e mais dois engenheiros colegas que trabalham no grupo, mas o responsável do grupo era eu ”(...). Apesar de Marcelo ser responsável pelos demais colegas, o fato de ser negro gerou um preconceito que se voltou só para ele, como mostra outro trecho: “Por que não vais abrir a porta? Falei espera aí, mas quem disse para você que eu sou porteiro? Se não é você quem é aqui?”. O mesmo preconceito com a

tonalidade da cor atingiu outros estudantes africanos, segundo relato trazido por Subuhana (2005), afirmando que uma das entrevistadas moçambicanas que estava numa festa na Barra da Tijuca afirmou que foi confundida como sendo a empregada doméstica, por ser a única com tonalidade da cor mais escura, entre os outros participantes da festa:

‘Num dia desses fomos numa festa na Barra da Tijuca [...] lá, por eu ser a pessoa mais escura na festa, houve alguém que me pediu [...] coisas. Achou que eu fosse empregada e estivesse ali para servir [...]. Daí falei para ele que eu era convidada [...]. Depois que descobriu que eu era estrangeira começou a me olhar de uma maneira diferente’ (SUBUHANA, 2005, p. 116).

Ao analisarmos os relatos dos entrevistados, tanto dos guineenses como dos outros africanos, dá para perceber que o preconceito racial no Brasil não está limitado à questão econômica, porque em alguns casos as pessoas sofrem preconceito pela tonalidade da cor de pele, mesmo sendo uma pessoa bem sucedida economicamente. Exemplo disso, é o engenheiro Marcelo Francisco Barbosa que foi vítima de um preconceito antes da pessoa saber quem ele era. De acordo com as constatações feitas por depoentes o fato mostra que o preconceito abrange a questão econômica e a tonalidade da cor da pele. Segundo Alves (2005), “(...) no Brasil, no Rio de Janeiro em particular muitas das vezes as pessoas são classificadas, segundo a tonalidade da cor de sua pele, ter pele escura (Preto) é sinônimo de pobreza, marginal, ser inferior, há uma imagem pejorativa do negro neste país [Brasil]” (p. 54).

Já Valente (1994), afirma o seguinte:

A questão do preconceito que envolve negros e brancos não é só um problema de ‘raça’ ou ‘cor’. É também um problema de classe. O negro vive então obrigado a ter uma consciência dupla: uma diante do branco e de si mesmo como membro de outra ‘raça’ ou grupo étnico, que implica uma diferenciação social específica; e outra como membro de uma classe social ante os membros de outras classes (p. 15).

Para o depoente Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil) Existe preconceito sim. Segundo ele:

*Eu diria que sim. Por mais que a pessoa tenta esconder, de vez em quando escapa e demonstra. Depende também de alguns lugares. Não vou dizer que eu sofri isso na universidade, porque nunca percebi isso. Mas em vários lugares já percebi isso. Até no Shopping, uma vez uma menina fugiu de mim. Então preconceito aqui no Brasil é claro, não tem como esconder isso. É claro, porque a pessoa faz isso e o demonstra claramente.*

Sergio Sabino Cabral conta que foi barrado pela polícia na rua:

*Já e foi a primeira vez na minha vida. Fui apontado [com] uma pistola na cabeça. Então eu não falei isso para minha família, porque se eu falar é nesse dia que eu vou voltar para o meu país, prefiro não falar. (...) Então, a polícia chegou e justamente eu estava com o meu irmão, pediu documentação. Apresentei o documento, a única coisa que ele queria ver é a documentação. Fez a revista deles lá, não achou nada e depois liberou, mas nem pediu desculpa.*

A análise desses exemplos revela que os preconceitos apontados por estudantes guineenses e não retornados têm acontecido fora dos campos universitários e ainda que outros estudantes afirmem nunca terem sofrido preconceitos, todos admitem que existe preconceito racial no Brasil. A questão é que não conviveram com esse preconceito desde pequenos, como os negros brasileiros que nascem e crescem e, por isso, só de conversar um pouco com uma pessoa, eles já sabem se a pessoa está lhes discriminando ou não. Segundo Gomes J. M, (2002) mesmo para os brasileiros que sofrem o preconceito, não é fácil e nem todos conseguem perceber. Segundo autor:

“(...). Mesmo para as vítimas de preconceito e/ou discriminação também não lhes é fácil perceber essas posturas, a não ser para aquelas pessoas que mantêm os seus olhares e ouvidos bem atentos para que consigam ler nas entrelinhas de tudo que acontece a sua volta (olhares, falas, gestos, piadas, anedotas de mau-gosto, silêncios, etc.)” (...) (GOMES J. M, 2002, p.93).

Então, nesse sentido, fica difícil para os negros estrangeiros, entre eles, os “negros guineenses”, perceberem se é preconceito ou se é uma simples pergunta que alguém lhes dirige. Por exemplo, muitas vezes alguém na faculdade, onde o negro e africano estuda, pergunta: Você trabalha aqui? A pergunta não pode ser ao contrário? Você estuda aqui? O negro estrangeiro só responde que não, mas esse tipo de pergunta para um negro brasileiro é chocante. Ela já discrimina a pessoa, mostra claramente que os negros que se encontram nas universidades, tais como na USP e UNICAMP, só podem ser funcionários e não estudantes universitários. Conforme Souza (2006):

Numa universidade, com um grande contingente de funcionários negros, os alunos negros são geralmente vistos como um deles. Em diversas situações, fui vista como uma funcionária da Unicamp. Mais de uma vez, na biblioteca do IFCH<sup>54</sup>, fui interpelada por colegas solicitando ajuda para buscar algum livro, como se eu trabalhasse ali. ‘Oh, moça, onde ficam tais livros?’ E eu respondia: ‘Não sei’ A pessoa indignada respondia: ‘Como não sabe, você não trabalha aqui?’ Com

---

<sup>54</sup> IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

minha resposta negativa a pessoa ficava totalmente constrangida, pedia desculpas e ia embora (p. 10).

“Nas minhas consultas ao CECOM (Centro de Saúde da Comunidade), eu geralmente passava por situações similares a essas da biblioteca, pois o médico sempre me perguntava em que lugar da Unicamp eu trabalhava, sendo que no meu prontuário, geralmente em sua mão, está escrito, além do meu nome e outras informações, que sou aluna. Além disso, eu sempre estava com livros da biblioteca nas mãos. Quando respondia: Não, eu sou aluna, muitos faziam um ar de surpresa e diziam: ‘Mesmo? De que curso?’ (SOUZA, 2006, p.11).

A condição de negros estrangeiros às vezes facilita a aproximação de pessoas, mesmo as preconceituosas, que acabam se aproximando do estrangeiro por curiosidade. Por outro lado, os negros africanos, às vezes, também não podem contar com a amizade de alguns negros brasileiros que se sentem “superiores” em relação aos negros africanos. Conforme Subuhana (2005), (...) “as representações construídas sobre os negros africanos são bem negativas. Quando vêem um negro africano ‘começam a imaginar que vivemos na selva, subimos em árvores e andamos no meio de elefantes’” (p. 122).

O depoente Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação) prefere ignorar a discriminação. Diz ele:

*Não, assim para perceber eu acho que não. Para pessoa me declarar cara a cara de que está me discriminando, eu acho que não. Também não tolero que alguém me discrimine, porque eu sei do que eu sou capaz, do quê que eu não sou capaz. Tenho os meus pontos fracos, como todo mundo e tenho os meus pontos fortes como todo mundo. Portanto não estou nem aí para a discriminação.*

Para Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) com relação ao racismo, preconceito e discriminação,

*Eu não tenho muito problema com essas coisas não, eu acho que discriminação e preconceito é uma coisa, racismo é outra. Discriminação e preconceito isso todo mundo vive, todo mundo passa por isso o feio, gordo, magro, careca, todo mundo pode ser discriminado em função de pequenos problemas de “fenótipo”, característica que cada um tem. O contrário é verdadeiro. Às vezes as pessoas te dão uma série de benefícios ou lindo, louro de olhos azuis sempre tem benefícios. Então eu sei que uma das coisas que havia de diferente quando nós chegamos, era de que além de guineense eu acho que havia uma certa diferença de comportamento em relação ao negro brasileiro. Eu lembro que a gente entrava em qualquer lugar sem nenhum preconceito de complexidade ou de complexo de inferioridade. Então isso não havia, isso era uma vantagem e a segunda, quando o pessoal ficava sabendo que a gente era africano, na maneira de falar, de a gente conversar, de rir de fazer aquelas coisas todas lá aquela palhaçada, todo o pessoal já tinha maior simpatia. Isso era uma coisa boa de convivência por causa*

*da curiosidade, da pergunta de como que é lá [na África] e tudo mais, até era uma coisa legal. Mas de discriminação, nessa época, nunca vi nada que envolvesse a polícia, porque o grupo que veio, era grupo de estudantes mesmo e na nossa época não havia muito envolvimento com a droga, nada disso.*

O depoimento de Antonio Mendes Pereira mostra que estudantes guineenses mais antigos não se preocupavam muito com a questão do preconceito ou racismo. Porque querendo ou não, esses estudantes vieram de um país (Guiné-Bissau) quase sem brancos e com pouco número de mestiços (mulatos). E quando o país ficou independente em 1973, o PAIGC, partido que conquistou a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde se preocupou logo em acabar com a discriminação que havia na época colonial entre branco e preto (negro) e entre os assimilados e indígenas. Então, isso foi bem trabalhado, tanto na cor da pele entre branco e preto, tanto na categoria de assimilado e indígena, como também, nas diferentes etnias que existem no país. Por esta razão, o povo da Guiné-Bissau pode circular em todos os lugares, pode trabalhar e pode estudar em qualquer escola, em sua própria terra, sem se preocupar com a questão de preconceito ou discriminação. O problema se coloca apenas quando busca por uma formação maior em outras terras, entre essas, o Brasil.

Otavio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) afirma que não tinha sofrido preconceito na turma, só os pequenos incidentes. Mas teve dificuldade em namorar as meninas negras brasileiras, como mostra no depoimento:

*Colegas de turma mesmo não, mas sempre tem pequenos incidentes, tinha um cara que tinha vocação de nazista, que eu cheguei a dar um soco. Dei um soco nele, aí ele parou também, mas ele não gostava também de mim e ele era de origem alemã, tinha vocação nazista. Fomos fazer um curso, “cristalografia” tirei [a] maior nota, ele começou a falar coisas, dei um soco nele. (...) Agora o racismo é assim: dificuldade que eu tinha é de namorar as meninas negras na universidade. No Rio de Janeiro, pelo menos, era difícil. Não sei aqui em São Paulo. No Rio de Janeiro não sei o quê que elas achavam, as meninas negras criaram um jogo, queriam namorar só com os meninos louros, olhos azuis. Negros não, no meu curso, de outros cursos. Eu morei 6 meses no alojamento dos estudantes da UFRJ e ali tinha algumas meninas negras, assim de curso de Sociologia, Enfermagem e durante esses 6 meses tentei namorar e não conseguia. (...). A primeira branca que eu paquerei namorou comigo. Fiquei 5 meses paquerando as negras, coisa assim nada. O que elas (negras) queriam é namorar brancos, isso é verdade, essa é uma experiência que eu tenho e todos que passaram na minha época tiveram, dentro da universidade. As meninas negras dentro das universidades nem te olhavam, queriam namorar brancos. É claro também, que eu acho que os meninos negros brasileiros se interessam mais pelas meninas brancas, não era o meu caso, eu gostava mais de negras, mas aí não dava certo.*

Neste depoimento Otavio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) afirma que quanto ao preconceito com colegas não havia. Às vezes tinha incidentes que dava para resolver na hora. Por outro lado, ele manifestou a dificuldade que tinha de namorar as meninas negras.

Frantz Fanon narra situações em que a mulher intelectual negra quer de qualquer jeito embranquecer-se através do casamento com um branco e outras em que a mestiça persiste nessa tentativa para não regredir no esforço de ascensão social e de salvação da raça (MUNANGA, 1986, p.29).

Também Valente (1994), manifesta que a vontade dos mulatos (as) brasileiros (as) é casar com um branco. Diz Valente: (...) “a tendência dos mulatos é optar por uma aliança com os brancos, mesmo sabendo que o preço pago é alto. Para ser aceito, o mulato deve negar a existência do racismo ou calar-se ante suas manifestações” (p. 44). Caso o mulato (a) resolva fazer denúncias contra o branco, ele pode escutar algo assim: “Que é isso! Você não é negro, não! Você é moreno, mulatinho, queimadinho... Além disso, aqui o negro é bem tratado. Você é que é racista!” (idem, ibidem). A autora ainda lembra que os preconceitos enfrentados por negros e mulatos são os mesmos só as “proporções é que são diferentes”. Por exemplo, segundo autora: “para os negros, os brancos usam de menos sutileza nas manifestações de preconceito, do que para com o mulato; para os mulatos, o tratamento desigual e diferenciado é dado com mais sutileza. A sutileza é a alma do negócio” (VALENTE, 1994, p. 44).

Com relação às amizades, os entrevistados manifestaram que possuem amigos de todo tipo como podemos perceber nos depoimentos. Por outro lado, alguns desses estudantes mostram que existe diferença entre amigos brasileiros e amigos africanos e para outros, não existe essa diferença. Acreditam que todos são amigos, sem diferença nenhuma.

Segundo o depoente Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação):

*Bom eu sou uma pessoa que não olha pela cor do amigo, procuro qualquer amigo desde que seja uma pessoa honesta. Por esta razão, tenho amigos negros brasileiros e tenho amigos brancos brasileiros. Até porque na nossa realidade na Guiné-Bissau, não existe isso das diferenças.*

O mesmo depoente explica a diferença que existe entre seus amigos brasileiros e seus amigos africanos:

*Eu acho que sim, porque existe a diferença cultural. Meus amigos africanos, trato-lhes que nem os meus amigos lá do meu país, Guiné-Bissau. Discutimos várias coisas. Já com os meus amigos brasileiros não existe essa diversidade, porque temos realidade cultural diferentes, acabamos por discutir assunto da escola que é assunto da área que pertencemos ou então discutimos alguma coisa de futebol, alguma coisa universal, não coisas particulares. (...). A cultura aqui no Brasil é diversificada, as pessoas são de origens diferentes e a maioria do meu meio é descendente de europeus. Então eu acho que o que eu reparo nos meus amigos africanos é aquilo de ser africano, é o que eu já estava habituado na Guiné-Bissau. E aqui com os brasileiros eu estou aprendendo uma parte e estou ensinando outra parte, então é difícil explicar a diferença.*

Também a depoente Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras) relata sobre seus amigos: *“Eu não tenho preferência da cor de pele, qualquer um está bom, seja branco ou negro, pode ser meu amigo (a). Eu convivo com todo tipo de pessoa”.*

E quanto à diferença entre amigos ou amigas ela explicou a diferença:

*(...): Sim existe, porque com os amigos brasileiros a gente troca idéia sobre costumes que a gente vive lá em Guiné e aqui também. Por exemplo: na Guiné numa festa a gente não tem esse costume de ficar com outra pessoa. A gente namora, mas aqui não, todo mundo fica. Você vai numa balada você vê quase todo mundo beijando. Quanto aos amigos guineenses, por exemplo: na Guiné todo mundo é amigo, se você não tem sal de cozinha em casa, você pode pedir na casa da sua vizinha, pede comida, pede mistura, pede tudo. Mas aqui não, todo mundo é fechado, se você não tiver nada em casa, você se vira. Lá é diferente, costumes são diferentes daqui.*

Já para o depoente Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de Engenharia Civil) é o seguinte: *“Tenho amigos de tudo. Negros, brancos etc. Tenho amigos de tudo”.* Ele afirma que não existe diferença, segundo ele, amigo é amigo e para ele, a diferença é apenas de hábitos e costumes: *“Não, amigo é amigo. Para mim, não há diferença. Quando é amigo é amigo, independentemente da nacionalidade”.*

Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) diz não existir diferença entre seus amigos:

*Não, eu vivi [os] melhores momentos da minha vida no Rio de Janeiro. Nós vivíamos numa colônia, éramos cerca de 8 pessoas ou mais, morávamos em dois apartamentos, assim do mesmo prédio e era uma harmonia. Portanto, isso foi muito bom e na faculdade tive grandes amigos, como irmãos mesmo e família de colegas. Eu até freqüentava a casa de algumas famílias de colegas. O Antônio era colega e o pai dele é um geólogo dentro da Petrobrás. Então, todo domingo eu ia*

*para casa dele e a mãe do Antônio que era uma mineira, gostava de fazer aquelas comidas mineiras e gostava muito que eu fosse lá, aos domingos, comer e conversar. Queria saber a história da Guiné. Eu fiz realmente grandes amizades com colegas assim e com famílias que gostam de mim. Eu acho que o Rio de Janeiro é um pouco diferente de São Paulo. Em São Paulo, eu trabalho há 10 anos na USP, ainda não fui à casa de nenhum colega assim, sabe. Só na casa da minha chefe que trabalha direto comigo. Então, no Rio de Janeiro, as pessoas são mais receptivas e eu não tive dificuldade.*

Nestes relatos, os depoentes deixam claro que amizade não tem cor, o que importa é um bom relacionamento e troca de experiência, como todos manifestaram. Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) afirma que no Rio de Janeiro as pessoas são mais receptivas, em relação à São Paulo.

A presença desses estudantes negros e africanos pode levantar curiosidade a muitos brasileiros, mas também cria ciúmes em outros. De acordo com Gusmão (2007),

Por parte dos brasileiros, a discriminação se coloca, não apenas com relação à origem e a cor, mas, em razão de serem os estudantes africanos, sujeitos de benefícios propostos pelos acordos bilaterais de seus países com Brasil, o que lhes facilita o acesso à educação, nomeadamente de nível superior. Para muitos brasileiros, tal fato soa como privilégio e ofensa, já que para os nacionais o ingresso a uma universidade exige superar barreiras nem sempre em condições de serem transpostas pelos nacionais (p.10).

Querendo ou não, a presença desses africanos nas universidades chama muita atenção e pode até incentivar alguns negros brasileiros a lutar para conquistarem seus direitos como cidadão brasileiro. Mas lembrando a todos que, qualquer país que está em vias de desenvolvimento precisa de apoio de outros países que estão mais avançados, como é o caso da Guiné-Bissau nesse momento com o Brasil e isso, talvez, tenha acontecido também com o Brasil, anos atrás. Este parece ser o caso de alguns quadros brasileiros, inclusive de professores universitários também que já se beneficiaram de formação superior, em diferentes países no exterior, por exemplo: França, Estados Unidos, Alemanha etc. Por outro lado, como diz um dos nossos entrevistados Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação) “*Acho que devo muito ao Brasil, como espero que um dia o meu país possa retribuir ao Brasil o convênio para que tenha alunos brasileiros indo para Guiné-Bissau estudar. Espero que aconteça e isso vai me deixar orgulhoso*”. Contudo, os guineenses deixam bem claro que são bem tratados no Brasil, e seus depoimentos confirmam o fato.

Segundo o depoente Thiago da Silva (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado):

*(...) um dos maiores problemas do negro brasileiro é como ele é discriminado e ele não tem uma referência boa para mostrar ao branco que o discrimina, então ele fica duplamente desarmado. Então, qual era o meu papel? Era realmente primeiro resgatar essa auto-estima que está faltando, que muita das vezes vem do desconhecimento. Por quê? Porque o quê que se conhecia da África? Só conhecia a África pobre, malária aqui matando, etc. Então, quem quer ser identificado por uma coisa que não presta? Que todo mundo fala que é pobre, é miserável? Então eles como não tinham conhecimento de ensino, na escola primária e secundária, porque o Brasil não ensinava nada sobre África então, a nossa vinda aqui acabou trazendo algumas informações a mais, e eu não diria que isso é suficiente, porque pegou só alguns grupos interessados. Mas, mesmo assim, a nossa presença já gerou questões pelos negros brasileiros: espera aí, se eu que estou num lugar que é aparentemente maravilhoso, aparentemente um lugar escolhido por Deus, aparentemente um lugar não sei o quê? Não consigo entrar na universidade e esse que veio de lá, onde não tem luz, só tem pobreza, malária, não sei o quê? Como que ele consegue estudar nessa universidade e se formar? Então isso, para algumas pessoas começou a chamar atenção, tem alguma coisa que não está certa aqui. Se ele que é lá de África, África mesmo, lá da pobreza mesmo, extrema e consegue, por quê eu que estou aqui não consigo entrar? Então isso fez com que alguns membros negros começassem a questionar, começassem a abrir o olho. (...). Então realmente esses negros brasileiros, com esses contatos começaram a conhecer a África, começaram a ver que o africano não sei o quê, que o preto pode ser isso, o preto pode ser aquilo etc. Isso começou a ajudar também a criar mudança na mentalidade. Porque um dos maiores problemas realmente é aquela referência histórica que falta para o negro.*

De fato, nos primeiros momentos quando chega um estudante africano (a), as pessoas que se aproximam ou que mostram interesse em conhecer alguma coisa sobre África são geralmente brancos. Alguns chegam até com perguntas interessantes como, por exemplo: sobre a cultura, língua, os pratos típicos, música, danças etc., mas além dessas perguntas, existem outras perguntas que são provocantes tais como: Você pescava no seu país? Você veio de barco? Ouvi dizer que lá na África as pessoas dormem nos galhos das árvores, etc. Então nessas horas você tem que saber quem está interessado mesmo em saber alguma coisa sobre a África e quem está gozando com a sua paciência. Essa questão foi levantada por Gusmão (2006), diz ela:

“O preconceito e o racismo aparecem também, na forma pela qual os brasileiros perguntam pelo mundo africano, muitas vezes visto com ignorância e desconhecimento. Estudantes da região de Campinas e das cidades de Belo Horizonte e de Fortaleza são pródigos em relatar o teor das questões que lhes são feitas, muitas das quais já não mais aceitam esclarecer. ‘Você vem da África? Mas lá falam português?’; ‘Lá vocês tem carros, luz elétrica?’; ‘Como você chegou aqui? De navio?’ ‘Porque muitos assim, muitos amigos meus pensam assim: Puxa

lá em Angola ‘[vo] cês vivem em tribos? Não sei o quê tal e tal. A gente fala: ‘Não, nós temos o nosso dia a dia. Vivenciamos como aqui’, (...)’ (GUSMÃO, 2006, p. 54).

Agora, quanto aos negros brasileiros são estes os que, às vezes, demoram a se aproximar dos africanos (as). Em Campinas se percebe que alguns negros (as) se aproximam, mas a maioria demora um pouco para se aproximar dos africanos. O fato, colocam os estudantes africanos, é a necessidade de entender ou conhecer o lugar, os costumes, para só então, relacionarem-se com os brasileiros.

## CAPÍTULO IV

### A FORMAÇÃO “FORA DO LUGAR” E O DESAFIO DO RETORNO

A pergunta que deu início a este trabalho de pesquisa foi: quais os motivos pelos quais jovens guineenses deixam seu país para estudar? As muitas respostas se delineiam ao longo dos dados aqui apresentados, mas é preciso retomá-los sob a ótica de que, muitos saem e nem sempre regressam à sua terra – a Guiné-Bissau – como se espera. O que está na base de tudo isso?

Na maioria das vezes, jovens africanos (Guiné-Bissau) se separam das suas realidades forçosamente em busca de formação superior, mesmo sabendo que, podem enfrentar muitas dificuldades longe dos pais. Além das dificuldades econômicas que esses jovens enfrentam devido à pobreza na situação de origem, há casos de estudantes que ficaram doentes devido à falta de recursos, sem apoio moral da família por perto. Outras histórias mais tristes relatam casos de estudantes que não só ficaram doentes como também perderam suas vidas ao longo desse percurso. De 2000 até 2008 houve quatro perdas de estudantes guineenses no Brasil, um estudante de USP, em São Paulo; dois (uma menina e um menino) no Rio de Janeiro e um estudante de UNICAP, no Nordeste (Recife).

Os casos de desaparecimentos físicos provocados por doença, dificuldades no tratamento ou mesmo acesso ao sistema de saúde, torna o grupo de estudantes estrangeiros, em geral, e aqui, guineenses, assustados, tristes e fragilizados. Em alguns momentos, a pressão com os estudos que todos enfrentam para obter seus diplomas, pelo que esperam os pais, amigos, parentes, governo etc. os leva a perguntar as razões pelas quais deixaram seus lugares, suas realidades, abandonaram seus lares e suas famílias. Uma das respostas, apresentada claramente pela antropóloga Neusa Gusmão (2007), em seus estudos, diz o seguinte:

“O que os move de um lado a outro do planeta resulta da busca por algo que ainda não é possível obter em seus lugares de origem em razão dos processos recentes de construção das novas nações africanas, até pouco tempo assoladas por guerras e lutas. O que buscam todos é o acesso à educação” (p.2).

Conforme indica a citação acima, a ausência de universidades em alguns países africanos, inclusive nas antigas colônias portuguesas, nas quais até 1959, não havia se estabelecido uma

única universidade, é uma das causas da intensa mobilidade em direção ao exterior. O mesmo acontece, desde os anos 1960, em qualquer das províncias ultramarinas no continente africano. As primeiras universidades só foram criadas na década de 1960, exemplo disso é: Angola e Moçambique onde as primeiras instituições superiores foram criadas em 1962 como Estudos Gerais Universitários. E esses institutos só se transformaram em Universidades a partir de 1968.

De acordo com as informações fornecidas<sup>55</sup>, (...) “a primeira Universidade de Angola, tendo sido criado em 1962 como Estudos Gerais Universitários de Angola, com sede em Luanda. Em 23 de dezembro de 1968 o decreto-lei 48790 transformou os Estudos Gerais Universitários de Angola em Universidade de Luanda (...)”. Neste mesmo ano, os colonizadores portugueses fundaram também a primeira Universidade chamada Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM). Pelo decreto-lei 43799 de dezembro de 1968 do conselho dos Ministros transformou-se na Universidade Lourenço Marques (ULM)<sup>56</sup>. Segundo Subuhana (2005), a universidade moçambicana destinava-se a instruir os filhos dos colonizadores portugueses, no período que antecedeu as independências. Confirma o autor:

“A universidade se destinava a dar instrução aos filhos e filhas dos colonialistas portugueses. Depois que o governo português prega o não-racismo e advoga a assimilação aos africanos, poucos desses assimilados conseguem ingressar ao ensino superior. Das décadas de 1960 a 1970 apenas cerca de 40 negros moçambicanos, menos de dois (02) por cento do total dos estudantes entrou na Universidade Lourenço Marques até 1975, ano da proclamação da independência.” (SUBUHANA, 2005, p.40-41).

Neste contexto, entende-se o porquê de tanto atraso do sistema educacional nas ex-colônias portuguesas na África. É importante ressaltar que, nesses dois países (Angola e Moçambique) os portugueses só criaram as universidades porque eram colônias de povoamento. De acordo com artigo portal do governo de Moçambique<sup>57</sup>, o Ensino superior em Moçambique

---

<sup>55</sup>Artigo Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível - [http://pt.wikipedia.org/wiki/universidade\\_Agostinho\\_Neto](http://pt.wikipedia.org/wiki/universidade_Agostinho_Neto). Acesso (24/02/2009). Ver anexo III

<sup>56</sup>Artigo Portal do Governo de Moçambique. Disponível - [https://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo\\_inst\\_ens\\_sup/](https://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/) . Acesso em 24 de fevereiro de 2009. Ver anexo IV.

<sup>57</sup>Artigo Portal do Governo de Moçambique. Disponível - [https://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo\\_inst\\_ens\\_sup/](https://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/) . Acesso em 24 de fevereiro de 2009.

foi criado, (...) “como resposta às críticas dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, acusando-os de, nada fazer pelo desenvolvimento dos povos das colônias”. Mesmo sendo colônias de povoamento, o ensino superior chegou nesses lugares muito tarde. A política do colonizador português, antes disso, em vez de criar as universidades, limitava-se a enviar alguns jovens para dar continuidade aos seus estudos em Portugal. No Brasil, foi a vinda da família real portuguesa em 1808 que permitiu que as instituições de ensino superior fossem criadas. Segundo Gomes J. D. (2008):

A história das instituições científicas no Brasil se inicia com a vinda da família real ao país em 1808, quando centros de pesquisa serão inaugurados no Rio de Janeiro e em outras cidades, visando o desenvolvimento científico e a formação de quadros qualificados para o trabalho nos órgãos recém-criados pela Corte, após sua transferência para a colônia.

Desses centros destaca-se a Real Academia Militar criada em 1810 na capital. Sua principal tarefa era a formação de quadros militares para a Engenharia e para a pesquisa científica. Nesse período são criadas ainda a faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Direito de Olinda e de São Paulo e institutos de pesquisas sem vínculo com as faculdades. Essas são as primeiras instituições de ensino do Brasil, (...) (p. 30-31).

Conforme mostra a citação acima, percebe-se que o fato se dá muito tarde em comparação às colônias espanholas (São Domingo, Peru, Argentina etc.). Das colônias portuguesas, o Brasil foi o primeiro a ter a universidade em 1934 (USP) Universidade de São Paulo. Já a Guiné ou Guiné Portuguesa que não era colônia de povoamento, a situação foi pior. O contexto da Guiné Portuguesa recebeu praticamente militares portugueses que exploravam os nativos, e uns poucos comerciantes. Segundo Lopes (1982):

“Lembramos que a exploração colonial na Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa) passava pelo comércio agrícola. Os Portugueses nunca ocuparam terras, a exploração dos camponeses fazia-se pelos preços praticados, inferiores ao valor real das mercadorias. Os camponeses continuavam a ter a posse das terras, que eles cultivavam segundo as suas tradições” (p. 24).

O mesmo também foi confirmado no depoimento do Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado): Diz ele,

*(...) “na verdade, os portugueses é que se beneficiavam dos produtos e os agricultores eram donos das terras, mas eles [colonizadores portugueses] tinham cadastros de todos [agricultores] então você era obrigado a pagar X para o governo português devido à extensão da sua área e aquele X*

*praticamente deixava o que dava para comer tudo, que sobrava eles levavam e até mais”.*

O objetivo dos portugueses na África não era formar os nativos e sim apenas instruí-los para pequenos serviços. Como afirma Cabral (1978),

“As profissões reservadas ao negro, aquele a que o colonialista dá o nome ‘assimilado’, são, entre outros: criado (a grande maioria), assalariado, porteiro, motorista particular, operário de segunda categoria, etc; além disso, o negro pode ser funcionário (sem poder entrar em concorrência com o branco, na maioria das colônias) e, mais raramente, empregado comercial” (p. 30).

Por essa razão, alguns guineenses ou “assimilados” só estudavam até a 4ª classe (série), já outros tinham mais sorte de poder continuar seus estudos em Cabo Verde como é o caso de Amílcar Cabral.

Em 1958<sup>58</sup> foi criado o primeiro liceu no território da Guiné Portuguesa chamado Honório Barreto em homenagem a um dos assimilados guineenses que participou ativamente na exploração dos nativos guineenses. Mesmo com a criação desse liceu em Bissau nem todos guineenses tinham acesso ou podiam dar continuidade aos seus estudos. Depois de concluir o primário, obrigatoriamente o aluno tinha que prestar exame de admissão que determinava quem podia dar continuidade aos estudos no ciclo preparatório (CIPES) e quem ia ser encaminhado para ensino profissionalizante como mostra o Cá (2007), a situação não era fácil porque esse exame era tipo peneira que separa o desejado e o não desejado. Por esse motivo, muitas crianças mesmo sendo assimiladas, não tinham o privilégio de continuar os estudos em níveis mais avançados. Conforme Cá, o destino destas crianças no processo da educação na época,

(...), “eram reservadas apenas as séries mais baixas para a minoria dos guineenses que teria acesso a ela, os ensinos primários e o ciclo preparatório. O curso geral e o curso complementar dos liceus eram destinados para os portugueses, visando a universidade na metrópole. Não é, pois, nada surpreendente que durante os cinco séculos, esse regime tenha dificultado a formação de uma verdadeira elite intelectual e técnica. (...)” (CÁ, 2007, p. 117).

Depois da Independência oficial<sup>59</sup> em 1974 e até década de 1980, a Guiné-Bissau tinha criado Destacamento Pedagógico, nos anos de 1979/1980, que depois ficou conhecida como atual Escola Normal Superior Tchico Té nos anos de 1985/1986; a Escola Técnica de Brá que

---

<sup>58</sup> Liceu Honório Barreto, aberto em Bissau em março de 1958 (MENDY, 1994, p. 319).

<sup>59</sup> 10 de setembro de 1974.

não existe mais; o Centro de Formação Administrativa (CENFA) criada na década de 1980 e a Escola de Formação de Professores 17 de Fevereiro também criada em 1979/1980. Depois foram criadas as duas faculdades isoladas no país. Uma de Medicina nos anos de 1987/1988 e outra de Direito nos anos de 1989/1990. Segundo Cá (1999), a faculdade de Medicina, (...) “depende de um organismo da Holanda que custeia os professores cubanos que nela lecionam, e outra, a faculdade de Direito, que é patrocinada pelo governo português e os professores são portugueses, com a participação de alguns guineenses” (p. 155). Além dessas faculdades (Medicina e Direito), que tinham: Outras áreas de formação e necessárias ao desenvolvimento do país eram, nesse período, inexistentes na Guiné-Bissau. O fato e o contexto educacional acionam mecanismos de busca por formação no exterior e, concorrem com a abertura da Guiné para relações internacionais de entre ajuda, por meio dos acordos bilaterais, tal como os assinados com o Brasil e, constitutivos do PEC-G e PEC-PG. Hoje, contudo, o cenário na Guiné-Bissau começa a mudar.

As duas primeiras universidades da Guiné-Bissau foram criadas nos anos de 2003/2004. Uma pública conhecida como Universidade Amílcar Cabral (UAC)<sup>60</sup> e outra particular chamada Universidade de Colinas de Boé (UCB). De acordo com artigo da página da educação<sup>61</sup>:

A Guiné-Bissau inaugurou em Novembro [de 2003] a sua primeira universidade pública, baptizada Amílcar Cabral. Ela foi construída graças a financiamentos nacionais e à cooperação portuguesa. A Universidade Amílcar Cabral (UAC<sup>62</sup>) que inicia a sua actividade neste mês de Janeiro [2004], é dotada de cerca de trinta salas para uma capacidade de 2.000 alunos, numa primeira fase. Terá seis faculdades e escolas (Ciências, Economia, Letras e Ciências da Comunicação, Tecnologias, Ciências Agrárias e Veterinárias bem como uma Escola Superior de Educação Física e Desenvolvimento), que darão uma formação ao nível da licenciatura.

Com essas duas universidades (UAC e UCB) nasce também, a esperança de que muitos jovens já não necessitem sair do país, abandonar os parentes. Por outro lado, a UAC e UCB acenam também, para um futuro mercado aos profissionais já formados e, com isso, espera fomentar o retorno do pessoal qualificado e evitar a “fuga de cérebros”.

---

<sup>60</sup> Atual Universidade Lusófona da Guiné (ULG).

<sup>61</sup> Artigo a pagina da educação. Disponível - <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2875>. Acesso (30/06/2009). Consultar anexo V

<sup>62</sup> O projeto desta universidade pública [UAC] já se vinha a desenvolver desde 1999. Como mostra: artigo da página da educação. Disponível - <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2875>. Acesso (30/06/2009).

O Ministério da Educação da Guiné-Bissau revelou, recentemente, que a percentagem total dos estudantes que não regressam ao país depois da formação no exterior, gira em torno de “80% dos bolsеiros”<sup>63</sup>. Neste caso, a pergunta que se impõe é a seguinte: o quê a UAC (Universidade Amílcar Cabral) e o governo da Guiné-Bissau pretendem fazer para resolver esse problema? Como os estudantes que estão no exterior e os não retornados, sujeitos aqui investigados compreendem esse novo momento? A criação da UAC como universidade pública do país altera ou não a perspectiva de retorno?

#### **4.1 – Universidade Amílcar Cabral – UAC e o futuro**

Quanto à criação desta Universidade, um depoente, Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) acha que este não seria o momento propício para criação de uma universidade alegando que, (...) “*as pessoas terminam o 2º grau não sabem falar Português, o mesmo acontece com outros conteúdos, como Matemática, Física não tem domínio de nada*”. O fato revela que a estrutura resultante da colonização ainda não foi superada em termos educacionais. Neste sentido, Otávio sugere o seguinte:

*A Guiné-Bissau deve-se preocupar com a formação de níveis de base, uma formação ótima e necessária, mas nesse estado não. O país ainda pode continuar formando os quadros superiores no exterior, por exemplo, nós tínhamos um excelente instituto de pesquisa que é INEP vocacionado para área social. Podia pintar outros institutos desse tipo de pesquisa voltado para outras áreas de agricultura, área de saúde, enfim e esses aí poderiam ser embriões de uma universidade, mas na verdade a universidade não nasce assim: vamos criar uma universidade. Vamos.*

Neste depoimento, o depoente aponta o fracasso que ensino básico está atravessando hoje na Guiné-Bissau. Sugere, entre outras coisas, que o governo deve investir mais no ensino de base, considerar a potencialidade do INEP e de outros institutos para formar e, mesmo se transformarem em uma universidade. Nada disso aconteceu.

Dos anos de 1995 para cá, a situação do ensino na Guiné-Bissau tem se agravado mais ainda com a greve de funcionários públicos devido à falta de pagamento dos profissionais.

---

<sup>63</sup> Artigo a pagina da educação. Disponível - <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2875>. Acesso (02/2009).

Muitas escolas ficaram paralisadas e alguns professores começaram a procurar serviços nas redes particulares de ensino para sobreviver. Como mostra <sup>64</sup>:

“A situação socioeconômica, embora melhorada de 1995 a 96, começou a deteriorar-se em 1997, com o início das greves do pessoal que da educação, da saúde e dos funcionários públicos que protestavam, designadamente, contra o desaparecimento dos fundos da ajuda internacional ao desenvolvimento internacional nas mãos do governo”.

Já para o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) é o seguinte:

*Eu acho que todo país tem que ter a Universidade, isso para mim é interessante. Não tem que discutir se tem que ter universidade ou não. O problema é se a universidade vai funcionar como tal. Eu acho que uma das maneiras, para mim é um dos maiores sonhos que eu tenho, que o país tenha a sua universidade, mas para mim a UNICAMP e a USP são universidades que eu conheci logo que cheguei aqui e conheci a UNICAMP pequena, vi a UNICAMP crescendo e ser esse monstro que ela é hoje (...).*

A questão da universidade é vista pelo depoente, como um dever de um país, mas o que importa é como vai funcionar. Antonio acha, ainda, que um país deve ter a sua universidade, mas sem esquecer-se da estrutura física e pedagógica que deve ser levada em consideração na criação de uma universidade. Segundo ele:

*(...) “ter uma universidade com duas ou três faculdades não é universidade. Universidade com faculdade de 30 a 40 alunos e os professores não moram por perto, não fazem ciência não vale a pena. Universidade tem que ter o tripé fundamental: ter ciência, pedagogia e pesquisa. Quer dizer fazer pesquisa, ensinar os alunos e tem que dar assistência á população. De alguma maneira a universidade que não consegue fazer isso não é universidade e, por isso, eu acho que a universidade tem que estar inserida dentro de um contexto de cidade universitária. A USP está dentro de uma cidade universitária, não sei se a universidade que vai para lá ou se a cidade universitária que cresce em torno da universidade. Então Guiné-Bissau se quiser fazer universidade, de preferência fora da capital, porque a capital é pequena. Mas põe numa cidade pequena pode ser Cumeré ou qualquer outra cidade, cria estrada e dá terreno, o Lourenço<sup>65</sup> vai lá e constrói ele é professor”.*

A outra preocupação do Otávio Correa Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) é com os profissionais que vão prestar serviços nessa nova universidade. Neste caso, ele faz algumas indagações a respeito do funcionamento da mesma. Conforme seu depoimento:

---

<sup>64</sup> Artigo Guia da Guiné-Bissau. Disponível - <http://www.guine-bissau.net/ue/pt/historia.htm>. Acesso (03/06/2008).

<sup>65</sup>Lourenço aqui citado pelo depoente é o mesmo Lourenço usado na referência bibliográfica.

*“quem são os profissionais aí? São pessoas que terminaram graduação vão lá e dão aulas. Sem experiência nenhuma. Onde estão os laboratórios? Onde estão as bibliotecas? Não têm, não tem energia? É absurdo, é uma vaidade, que não tem sentido na minha opinião”.*

Realmente o funcionamento de uma universidade exige muito recurso financeiro e nesse momento o nosso país não está à altura, como podemos perceber, para criar uma universidade. Mas, será esse o contexto de criação da primeira universidade guineense – a Universidade Amílcar Cabral – UAC.

Na Guiné-Bissau isso só foi possível com financiamentos nacionais e em razão da cooperação portuguesa. Mesmo com essa ajuda a universidade ainda precisa de recursos para se manter, pois no mínimo uma universidade precisa de um corpo docente de qualidade, laboratórios e bibliotecas bem equipados.

Em uma conversa informal com ex-aluno da Universidade da UAC, o mesmo informou que a universidade está com falta de material, principalmente de livros. A maioria das informações é transmitida na lousa para o aluno copiar. A precariedade de recursos afeta a possibilidade de ensino consistente e compromete a formação.

Contudo, dada a necessidade do país, supõe-se que a mesma seja ainda, como declarou “(...) o chefe de Estado, Henrique Rosa<sup>66</sup>, que presidiu à cerimônia de inauguração (...). Diz como mostra essa citação em baixo<sup>67</sup>:

‘Uma universidade que não é um objecto de luxo mas uma necessidade para um país como o nosso, apesar das dificuldades pedagógicas, técnicas, financeiras e materiais do nosso sistema de ensino, acrescentou M. Rosa.

A UAC permitirá "formar os quadros segundo as necessidades locais a fim de evitar a fuga de cérebros", declarou o reitor da universidade Tchernó Diallo.

Esta citação mostra claramente que o governo da Guiné-Bissau tem noção das dificuldades “pedagógicas, técnicas, financeiras” que a universidade vai enfrentar nos primeiros anos. Mas segundo o Reitor Tchernó Diallo, dada “as necessidades locais a fim de evitar a fuga

---

<sup>66</sup> Henrique Rosa [Henrique Pereira Rosa] foi presidente interino da Guiné-Bissau de 2003 a 2004 depois de golpe de Estado que derrubou o presidente Kumbá Iala do poder em 2003.

<sup>67</sup>Artigo a pagina da educação. Disponível - <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2875>. Acesso (27/02/2009). Consultar anexo V

de cérebros”, a Universidade Amílcar Cabral (UAC) formará seus quadros nessas condições. Será essa determinação suficiente, ainda que necessária?

Neste caso, os guineenses precisam, ainda, ter paciência e esperança, pois no começo as coisas sempre são difíceis e talvez com o tempo a Universidade Amílcar Cabral (UAC) possa sofrer reformas gigantescas para melhorar o seu funcionamento, tal como é esperado por todos, retornados e não retornados.

O que parece possível de dizer, é que o surgimento dessa universidade pode diminuir a ansiedade de alguns jovens guineenses que, de qualquer maneira, tentam sair do país para estudar no exterior e não conseguem. Ainda assim, apesar de a nova universidade ser pública também não é de graça. Os estudantes pagam por mês um valor de 15.000 mil Francos CFA, moeda da Guiné-Bissau, valor esse, confirmado por um ex-aluno de UAC que, não se continuou na UAC, buscou pela seleção do acordo do PEC-G e, selecionado, acaba de chegar à UNICAMP, para fazer o curso de Letras. Torna-se necessário, portanto, criar condições que garantam o ingresso e permanência para a maioria que optam por Brasil e não tem como financiar seus próprios estudos. Isso exige, para além das condições físicas e acadêmicas, programas sociais de financiamento, tal como hoje é garantido por instituições públicas e privadas no exterior. Contudo, a possibilidade de tais políticas ainda parece estar distante do debate político e mesmo da realidade guineense, abalada por demandas e urgências profundas. Nesse contexto, os que ainda estão em formação no exterior e os formados que constituem o grupo dos não retornados, apontam para a necessidade de o Estado-nação realizar programas de retorno e fomentar políticas de inclusão além da criação da UAC.

#### ***4.2 – Estar no Brasil e olhar para a África: o desafio do retorno***

Alguns estudantes guineenses de PEC-G e PEC-PG, depois de formados, acabam permanecendo no Brasil. Suas vozes revelam o desafio que o retorno representa. As informações colhidas mostram as principais razões que levam esses quadros guineenses a não retornarem ao país de origem (Guiné-Bissau), ainda que o país necessite da contribuição desses profissionais no processo de seu desenvolvimento e em diferentes áreas. O que dizem os depoentes:

Para o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado):

*Eu acho que se nós viemos aqui por um programa desses, que é um programa que custa muito caro, formar médico, formar lingüista, formar pedagogo etc. custa muito caro e esse custo, felizmente, não foi do país [Guiné-Bissau] e o país perde a oportunidade de ter essas pessoas formadas lá. Eu acho que isso é uma coisa inaceitável, principalmente porque não há nenhuma iniciativa de governo no sentido de fazer os estudantes voltarem, mesmo que fosse por obrigação. Mas não há nada, não há nenhum movimento nem por sim, nem por não. Bom, parece que a gente não existe. Todos os programas que estiveram aqui, pelo menos até a época que eu fiquei sabendo, havia movimento de programa. A gente sabia que quando estudante terminasse tinha que voltar ou não tinha que voltar. Estudantes de Cabo Verde quando tinham que voltar, eles tinham financiamento de Caixa Econômica de Cabo Verde. Teve um cara que fez Odontologia aqui, foi dentista, ele comprou todo equipamento dele voltou para Cabo Verde e lá teve financiamento da Caixa Econômica. O cara veio ao Brasil, comprou todos os maquinários dele de dentista e voltou para Cabo Verde para trabalhar. Isso é a maneira, é um projeto de retorno. Olha, põe um banco lá. Você chega à Guiné-Bissau o banco te empresta dinheiro, você constrói a sua casa, você tem dinheiro na mão, antes de começar a trabalhar. Isso é um programa de retorno, não precisa ser necessariamente a ONU ou não sei quem patrocinar. Isso de dar dinheiro de graça. Eu para construir a minha casa, para comprar carro, vou num banco aqui, pego dinheiro emprestado, isso não é novidade. Todo mundo faz isso aqui no Brasil. Então para trabalhar ninguém vai me dar as coisas de graça lá não, agora o problema é que o país não tem nenhuma estrutura desse tipo, não há alguma entidade, alguma coisa que viabilize isso.*

Neste depoimento, Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) manifesta que não havia um plano de retorno para estudantes guineenses após formados. O depoente faz a comparação entre guineenses e caboverdianos, e afirma que estes, depois de formados retornam para seu país devido a uma política de apoio, por parte do governo caboverdiano. Segundo Alves (2005):

*‘Desde a independência (1975), as despesas com formação de quadros foram suportadas pelos países que [a] colhem estudantes de Cabo Verde. Na seqüência das profundas mudanças, políticas e econômicas registradas a partir da queda do bloco socialista, em 1989, assistiu-se a uma redução drástica do número de bolsas ofertadas por países doadores (...) em 2000 estima-se que 3250 mil estudantes frequentam os diferentes níveis de ensino superior no país e no estrangeiro, dos quais 30% estudavam no país [Cabo Verde] e 70% no estrangeiro. Nesta perspectiva a maioria dos técnicos superiores de Cabo Verde, cerca de 2260 estuda fora de Cabo Verde, especialmente no Brasil e em Portugal, onde se encontram mais de 90% dos técnicos superiores em formação. Porém 80% dos estudantes no exterior são bolseiros ou recebem subsídios do Estado. A taxa de retorno ao país é em média, 86%’ (CENSO, 2001, p. 7 apud Alves, 2005, p. 33).*

Por outro lado, guineenses não retornados mostram nos seus depoimentos que depois que chegaram ao Brasil, nunca tiveram nenhum contato com o governo guineense ou uma iniciativa semelhante.

Segundo o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado):

*(...). Tem programas que foram bem sucedidos e dou exemplo: o programa de Cabo Verde foi bem sucedido, eu acho. Eu lembro que quando a gente se formou todo mundo de Cabo Verde estava ansioso para voltar. A gente também estava ansioso. Mas, não havia nenhum movimento. Os estudantes de Cabo Verde tinham passagem de férias e nós nunca tivemos passagem de férias, por quê, que o governo não tem nenhum interesse? Pode anotar aí. Guiné-Bissau nunca me mandou uma carta, estou há vinte anos no Brasil, nem sabem se eu já morri. Nós temos um Ministério que mandou a gente aqui, que firmou convênio com o governo do Brasil. Depois que eu me formei, isso vale também para o governo brasileiro, nunca mais Itamaraty me disse nada. Itamaraty me pois aqui, me pagou durante seis anos uma bolsa e depois... Isso não é nenhuma crítica é uma construção na verdade, mas eu acho que é um assunto. (...). O programa de Cabo Verde, eu acho que teve muito mais sucesso a maior parte quase 100% de estudantes de Cabo Verde voltaram, mas havia o programa de regresso para Cabo Verde. O estudante era muito bem absorvido em Cabo Verde, faziam contatos e tinham respostas. Estudantes que voltavam para Cabo Verde tinham empregos, tinham casas, tinham condições para voltar lá e trabalhar profissionalmente. Eu acho que, de repente, a falha do nosso país (Guiné-Bissau) mesmo que nunca se preocupou e de repente desleixou ou é uma política proposital para não retornar, sei lá? Eu duvido, sinto muito em ter que acreditar numa hipótese dessas, mas é uma hipótese que pode ser verdade. Quer dizer: será que o governo não quer que estudantes formados voltem ao país? Há algum motivo especial para que esses estudantes não voltem? Isso coloca em risco o poder e outras coisas mais na política? Não há, eu acho que qualquer estudante que está fora hoje formado, é um técnico que trabalharia em qualquer país inclusive no nosso país, isso não tem nada a ver com a questão política do país, com opções políticas ou com partidos políticos, muito menos com a candidatura de um com outro. Cargos especificamente são questões meramente técnicas, eu vou lá trabalhar como um técnico, sou médico, mas sou um técnico que vai trabalhar na área de saúde. O que precisa? É ter um salário digno que me faça trabalhar como um médico, igual eu faço aqui no Brasil (...).*

As declarações feitas pelo depoente Antonio Mendes Pereira mostram que, desde o começo do programa de bolsa de PEC-G, os estudantes caboverdianos tinham “condições melhores” em relação aos estudantes guineenses. Essa diferença continua existindo, porque os estudantes de Cabo Verde até hoje continuam vindo para o Brasil com uma bolsa de estudo financiada pelo governo de Cabo Verde. Confirma Alves (2005): “Os estudantes bolsistas do governo de Cabo Verde recebem \$500,00 [reais], (...). Porém, os que estudam por conta própria (financiada pela família ou empréstimo bancário) recebem entre setecentos a novecentos reais (R\$ 700 a 900)” (p. 39), já para estudantes guineenses é ao contrário. Os estudantes não retornados manifestaram que sempre estudaram com bolsa de estudos do Itamaraty, financiado

pelo governo do Brasil, num valor de 100 dólares ao mês. Por outro lado, o depoente António Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) aponta outra preocupação, explicando que o governo da Guiné-Bissau mandou estudantes para cá e nunca mais entrou em contato com esses estudantes para saber como estão indo nos estudos, se já se formaram ou não. Também o mesmo depoente fez a mesma constatação quanto ao governo do Brasil que ajudou a manter esses estudantes financeiramente nesses anos todos e depois da formação tanto o governo da Guiné-Bissau, como do Brasil, ninguém cuida do retorno desses formados, ainda que os compromissos do programa de PEC-G tenha sido assinado pelos dois países, neste caso, a Guiné-Bissau e o Brasil. O que parece não fazer sentido é o país investir na formação dos quadros técnicos e superiores de um país, e depois deixar em vão esse investimento devido à falta de plano de inserção desses profissionais no mercado de trabalho. A mesma preocupação, também foi levantada com os emigrantes uruguaios, por Angeli (1998): “Por quê o país investiria tanto em educar e cuidar da saúde de uma pessoa e deixa - lá ir?” (p. 180). Para autora: “(...) a pessoa que emigra, deixa de exigir mudanças dentro do país, e, por outro lado, não pode reclamar fora dele (...)” (p. 189).

Diante dessa preocupação, o que se conhece é que de 2001 em diante, essa situação dos estudantes guineenses no Brasil tem piorado ainda mais. Os candidatos selecionados começaram a vir para o Brasil por conta própria e a maioria das famílias não consegue manter os filhos aqui, devido ao alto custo de vida. Nesta condição, alguns estudantes acabam desistindo, ou melhor, abandonam os estudos e, alguns conseguem se formar, com ajuda de algumas universidades brasileiras, como por exemplo: UNICAMP, USP e outras que oferecem bolsa de moradia, alimentação e transporte para estudantes. Portanto, é lamentável saber que os guineenses não possam contar com ajuda do governo de seu próprio país, durante a formação, como também, para retornar ao país de origem.

Portanto, ao ver a situação, o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) sugere o seguinte:

*O quê que seria do meu ponto de vista um programa de retorno? Eu acho que qualquer médico, qualquer sociólogo, você é? Lingüista, você é? Pedagogo qualquer quadro no Brasil, neste nível, ganha bem. O dinheiro dá pelo menos para viver lindamente, sem precisar participar nada de corrupção, se a gente quer fazer o país avançar. Então o programa de retorno no mínimo tem que envolver uma questão financeira. Qualquer técnico de nível superior que vai para*

*África hoje ganha no mínimo 10 mil dólares por mês, entre isso, a 5 mil dólares por mês como técnico. Se existe estudantes aqui (Brasil) que hoje não são mais estudantes são profissionais, que estão trabalhando, como qualquer outro brasileiro no Brasil, qualquer programa de retorno tem que prestar atenção na questão financeira, do contrário ninguém vai voltar. Primeiro, porque o contexto geral do país não é bom ou pelo menos não é favorável para que você se desloque para lá com a família e tudo mais. Segundo, a condição financeira de salário que você vai ter, dentro da sua área, vai ser muito pouca, ou seja, pensando nisso, o país passa a não ser um atrativo. Não tem nenhum atrativo, você está num país fora e lutar para melhorar aqui e lá (Guiné-Bissau), lutar para não melhorar. Então, isso que eu chamo de programa de retorno, uma vez criado o programa, não sei quem faria isso, se a ONU no mínimo, tem que ter uma organização grande atrás disso. Isso permitiria que o governo criasse uma massa crítica no país, no meio do governo e na sociedade com idéias novas, não idéias políticas, mas como combustível para fazer o país sair dessa condição de malária, de falta de desenvolvimento, de crescimento etc. É claro que uma andorinha não faz verão, mas se tivesse um programa suficientemente grande, o quê que eu chamo de programa suficientemente grande? Nós temos muitos estudantes aqui no Brasil que nunca tiveram nenhum tipo de contato, por isso, antes de finalizar, quero-te parabenizar, porque você merece parabéns em ter essa preocupação de levar isso aos bancos acadêmicos e mostrar que esse problema é sério. Isso não é nada relacionado à fuga de cérebros, é um assunto que a gente já tratou muito, que a gente já conversou nas nossas discussões do dia a dia. Isso é apenas uma circunstância específica de um programa que técnica ou teoricamente fracassou no sentido de não ter completado o objetivo do programa. O governo da Guiné-Bissau conseguiu sim, mandar estudantes para fora, conseguiu formar estudantes e não conseguiu fazer com que esses estudantes voltassem (...).*

É lamentável ver um país pequeno e pobre como a Guiné-Bissau atravessando essa situação de desperdício muito grande dos quadros no exterior, enquanto o país tem necessidade dos profissionais para consolidar a nação. Nesta abordagem, o depoente manifesta a preocupação que o governo da Guiné deveria ter para com os seus quadros formados e formandos. Ao mesmo tempo, ele também lembra a esses governantes guineenses que qualquer programa de retorno “no mínimo tem que prestar atenção na questão financeira”, sem isso é impossível atrair os quadros para retornarem. Nesta frase, por exemplo, o depoente lembra que “qualquer técnico de nível superior que vai para África hoje, ganha no mínimo 10 mil dólares por mês, entre isso, a 5 mil dólares por mês, como técnico”. Agora pensando bem, se existe essa possibilidade para pagar um técnico de fora, por que os nossos governantes não investem esse dinheiro no programa de retorno para atrair os quadros ou os profissionais guineenses, tanto para os que estão dentro do país, como para aqueles que se encontram fora do país? É lógico que o governo da Guiné-Bissau está de parabéns por ter conseguido formar profissionais bem reconhecidos, mas a essa iniciativa é preciso outros aportes que permitam a esses quadros o retorno. Isso poderia ajudar o país a crescer, a ter inovação no

futuro. Por esta razão, o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) ainda nos lembra que qualquer programa de retorno precisa de investimentos, sem isso é impossível atrair os quadros para voltar a um país como a Guiné-Bissau. Na Guiné, os técnicos de nível superior ganham um salário muito baixo e por isso, o país passa a não ter atrativo. Um dos exemplos foi apresentado por Mourão (2006), através do um depoimento trazido por ela:

‘Cheguei em Bissau, uma semana depois, eu me arrependi. Se dessem a passagem de volta, eu acho que teria voltado. É aquele choque, a gente vai prô Brasil, como estudante, consegue manter um padrão de vida; chega na Guiné, você não consegue nem chegar a esse patamar. Eu conto uma historinha, que foi isso que me fez voltar: quando eu cheguei na Guiné, na altura, eu recebia 45 mil pesos, era um salário quase superior a quem trabalhava no Estado, e eu trabalhava na prefeitura. Tinha uma esposa brasileira que ia morar comigo na Guiné, pois eu me separei da esposa da Guiné, durante o tempo que eu fiquei em São Paulo. Muito bem, eu tinha que montar a minha casa, fui ver quanto custava uma cama: 2 milhões; um jogo de panela : 240 mil. Mas eu ganhava 45 mil e uma geladeira custava 4 milhões, eu falei, ‘pô, eu nunca vou conseguir montar a minha casa’. Isso me deu um pânico, eu falei ‘bom, eu tenho que ir embora, não vou ficar aqui’. Isso dava pânico pra qualquer guineense que chegasse naquele momento. Como estudante a gente fazia crediário, dava pra comprar televisão, som, montávamos a nossa casa de estudante, e chegava na Guiné, com o salário que a gente tinha, não conseguia fazer nada disso. Aí acabei morando na casa do meu pai, com a minha esposa brasileira’ (MOURÃO, 2006, p. 126).

As questões levantadas pelo entrevistado mostram que se houvesse na Guiné uma política de retorno, como em Cabo Verde, talvez os formados guineenses voltassem para seu país. Mas, a entrevista do cônsul honorário Tchernó Ndjai da Guiné-Bissau no Brasil no jornal Correio Popular, mesmo nessas condições, sem financiamento de bolsa pelo governo da Guiné, mostra que alguns estudantes guineenses têm retornado para Guiné-Bissau, inclusive nas áreas de Humanas, devido às dificuldades que enfrentam para conseguir se inserir no mercado brasileiro. Diz Tchernó no jornal Correio Popular Campinas, (20/07/2008),

O cônsul informa que em torno de 40 guineenses estudam nas universidades de Campinas [Região de Campinas]. Em todo no país, são cerca de 800 estudantes vindos de Guiné-Bissau. ‘Eles se encontram em vários estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, mas a maioria está no interior de São Paulo, nos campus da Unesp, em Araraquara, Bauru, São Carlos’, (...) ‘Muitos desses estudantes voltam para Guiné-Bissau ao se formar, pois aqui é muito difícil conseguir emprego, principalmente na área de Humanas. Alguns retardam a volta fazendo pós-graduação’.

Realmente nestes últimos anos tem crescido o número de retorno de quadros guineenses, principalmente das “áreas de Humanas” como afirma o cônsul. Recentes contatos por telefone,

internet com a família, vizinhos e amigos na Guiné-Bissau, o confirmam. Todos têm confirmado o retorno de amigos, vizinhos e de outros guineenses. Mas em todo caso, alguns recém-formados arriscam mais uma vez, fazer Pós-Graduação em Portugal e outros continuam no Brasil, para dar continuidade ao mesmo. De acordo com Gusmão (2006), (...) “nem todos retornam, demorando-se aqui e prolongando seus estudos, usufruindo brechas existentes nos mecanismos legais que os apóiam como estudantes” (p. 55).

#### ***4.3. Programa de retorno dos quadros guineenses pós- formação.***

Subuhana (2005), citando Schutz, diz da expectativa do retorno que pode trazer muitas surpresas inesperadas. Segundo autor:

Para quem regressa, o lar ao qual retorna não é do modo algum o lar que deixou ou o lar que recordava e de onde sentia saudade, durante sua ausência. E, pela mesma razão, quem volta ao lar não é o mesmo homem que o abandonou. Não é ele, nem para ele mesmo, nem para aqueles que esperam seu retorno. Este tipo de enunciado é válido para qualquer tipo de volta ao lar (p. 159).

Estudantes africanos que estudam no exterior sofrem com o retorno nos primeiros momentos, porque na condição de estudante em outros países, como diz o depoimento colhido por Mourão (2006) acabam tendo uma vida um pouco melhor e depois de alguns anos ficam acostumados com a realidade, seja onde for. Isso talvez possa contribuir para a resistência de alguns estudantes que não retornam ao país de origem. Em conversa com um amigo e vizinho em Bissau que acabou de voltar da Guiné-Bissau, onde foi de férias, ele afirmou que lá “*está tudo diferente, parece que teve outra guerra depois que a gente saiu de lá e destruiu só os bairros*”. Às vezes acabamos por nos acostumar com o lugar, objetos e as pessoas onde vivemos e quando retornamos à nossa realidade o olhar não aceita, ou melhor, resiste a tudo, desde a estrutura até os hábitos culturais que se deixa ao partir. Neste caso, a Guiné-Bissau, um país pequeno, pobre e sem perspectiva financeira para empregar os quadros, leva a maioria dos que saem para estudar a permanecer no exterior. A pergunta é: como enfrentar esse problema da não volta? Segundo Subuhana (2005),

“O e/imigrante que se aproxima do grupo deve antecipar, de maneira mais ou menos vazia, o que encontrará; já para quem volta para ‘casa’ bastará recorrer às suas recordações. Não obstante, o êxito ou o fracasso do retorno dependerá da probabilidade de transformar as relações sociais em relações recorrentes” (p. 159-160).

De acordo com os relatos apresentados pode-se analisar os depoimentos dos estudantes guineenses, entre formados e formandos, para saber se no começo do programa de PEC-G havia plano de retorno para esses estudantes guineenses, se havia uma previsão de retorno para o país de origem ou não.

Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) relata o seguinte:

*(...). Não havia obrigação. Esse é o meu principal problema. Então, eu depois que terminei o curso de Medicina não sentia nada que me fizesse voltar ao meu país, pelo contrário, eu me insisti e montei um programa. Tentei fazer tese de Mestrado, de Doutorado. Pela formação do país, fiz viagem para lá e só tive “desilusões”. Não sei se é o mérito dessa pesquisa, o mais importante que eu acho e que eu falei anteriormente, é que o país não se programou para a 2ª volta de estudantes que ele mandou formar no exterior e, em função disso, eu acho que muitos estudantes estão hoje como profissionais e profissionais competentes e o Brasil tem muitos profissionais guineenses formados que estão aqui [e] que deveriam dar grandes contribuições para o seu país [Guiné-Bissau]. Não estão fazendo, não por vontade própria, mas por falta de um programa de retorno, e isso foi ignorado até hoje, porque a gente não tem nenhuma iniciativa, de nenhum organismo internacional que tenha experiência nesse assunto, no sentido de fazer um programa de retorno. Programa de retorno no meu conceito, não seria simplesmente fazer um profissional voltar para o país e iniciar uma aventura no país. Porque nós estamos acostumados ao Brasil, à economia, à política e à vida profissional, então voltar para o país depois de 10, 15 e 20 anos e chegar lá e enfrentar uma realidade totalmente adversa, sem garantia de uma continuidade na sua vida profissional. Isso parece uma coisa quase irracional na cabeça de qualquer estudante que veio para o Brasil. Então, é nesse sentido que eu acho que o seu trabalho poderia enfocar algumas coisas, que nos desse uma luz, eu acho que seria uma grande contribuição. Detectar esse desejo e de programas que possam fazer renascer esse retorno. Não sei se isso é possível, por isso que eu acho que é apenas um sonho.*

Neste depoimento o Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado), deixa claro que depois que terminou curso de Medicina não sentia nada que lhe estimulasse a voltar ao país de origem, Guiné-Bissau. Mesmo assim, o depoente explica que para não perder tempo, deu continuidade aos seus estudos no Mestrado e Doutorado, aqui no Brasil. Depois fez a viagem para Guiné-Bissau e não resultou em nada “só tive desilusões”, diz ele. Ao analisar esse depoimento, percebe-se que o governo da Guiné-Bissau não tinha programa para a volta dos quadros do exterior. Talvez, a falta de comunicação do governo com os recém formados, leva muitos quadros a permanecerem como profissionais nos países onde eles se formaram (Brasil, Portugal, Itália, França, Rússia etc.). A permanência desses quadros nesses países que acabamos de mencionar, se dá em razão da ausência de um programa de retorno que

até hoje foi ignorado pelos governantes guineenses. O que nos leva às vezes a crer, que o grupo no poder teme os formados no exterior por terem desenvolvido alto espírito crítico que pode vir a funcionar como ameaça política no futuro. Como mostra Angeli (1998): “Isso leva a refletir que a classe dominante (...) tem agido inteligentemente em favor dos próprios interesses, (...)” (p. 188).

O depoente Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado) faz outras colocações, afirmando que havia sim, a obrigação para retornar.

*(...) se eu tinha obrigação de voltar? Tinha, não voltei porque apesar de eu não ter condições de voltar, o país não criou condições para que eu voltasse. E eu não tinha condição de voltar. Não me via vagando pelas ruas de Bissau três - quatro meses ou até um ano sem emprego. Lugar para morar até eu tinha, porque o meu pai deixou casa sim. Mas os seis anos que eu passei aqui, sobrinhos que eu deixei com 11, com 15 anos já estavam com filhos e casados. Então, a casa do meu pai, família africana, você sabe, não fica espaço vazio. Eu podia chegar lá não despejar, mas me juntar com alguém da família para morar e para viver? Eu não ia depender de pessoas, eu já era um profissional e não achei enquadramento. Em 92, já formado estava trabalhando numa empresa de perfuração de poços e gás, Poços Artesianos do Brasil, no Rio de Janeiro. Aí quando teve a ECO 92, aquele Congresso das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente lá no Rio de Janeiro, veio o ministro da Guiné-Bissau, da minha área. Eu fui pedir emprego falei: sou geólogo formado, tenho experiência na área de água subterrânea, quero voltar. O ministro me respondeu. Olha, eu não tenho nenhum projeto que eu posso te enquadrar, isso foi em 1992, com ministro da Guiné-Bissau no Rio de Janeiro. Eu continuei trabalhando, em 94 (1994) fui fazer uma especialização em petróleo, “em projeto de análises vazias” na UERJ, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Depois de seis meses me formei e no segundo semestre de 1994, eu vim para USP fazer Mestrado. Terminei em 97 e fui contratado pela USP como consultor. Em 97 e 98 pintou o concurso eu fiz concurso entrei no quadro de pesquisadores da USP, na área de Energia Renováveis.*

Existe uma contradição nessa questão: havia a obrigação de retorno para os estudantes guineenses depois da formação ou não? E em todo caso, conforme os depoimentos, percebe-se que os não retornados, depois de formados manifestam interesse de voltar para Guiné-Bissau, só que antes de voltar, fizeram sondagem no mercado guineense e perceberam que não havia uma política de retorno e muito menos um plano para eles de inserção no mercado de trabalho. Segundo os depoimentos obtidos é o próprio estudante formado que tinha que se esforçar para inserir-se no mercado guineense. Nessas condições, a maioria desistiu de retornar à Guiné-Bissau para não o correr risco de ficar três ou quatro meses desempregado e sem dinheiro para se manter. Mesmo tendo parentes, eles alegam que podem correr o risco de enfrentar muitas dificuldades o que leva a maioria a permanecer emigrado forçosamente nos lugares em que se

formaram. Segundo Angeli (1998) “A emigração, aparentemente, estaria favorecendo não apenas aos emigrados e às classes dominantes, mas também a população em geral, porque há menos concorrentes no mercado de trabalho” (p. 189). De acordo com um relato trazido por Mourão (2006), um guineense afirmou:

‘Morei cinco anos no Brasil, já tinha absorvido completamente a cultura brasileira, o modo de ser dos brasileiros, e foi uma coisa muito difícil pra mim, chegar aqui, num país completamente devastado pela guerra. Não havia perspectiva na época, em 99 [1999] havia tido eleições legislativas e presidenciais, mas o país estava um caos, a comunidade internacional não queria saber porque a corrupção tinha tomado conta do país, e as coisas estavam muito difíceis. Eu estava voltando, tinha feito comunicação social, e aqui [Guiné-Bissau] não existe mercado pra comunicação social. Foi muito difícil esse processo de reintegração, não vi nenhum dos meus amigos, a guerra [de 1998] levou todos os meus amigos para Portugal, França, Inglaterra, Estados Unidos, Brasil. E ainda fiquei de outubro de 2002 até junho de 2004, praticamente desempregado’ (MOURÃO, 2006, P. 124).

Esse depoimento de um estudante retornado mostra claramente o que um quadro retornado pode enfrentar como desempregado na Guiné-Bissau e que, mesmo tendo parente não é fácil, porque, ninguém “agüentará” uma pessoa desempregada por muito tempo como mostra o depoimento. Mas em todo caso, um depoente que teve a “sorte de ser empregado”, acabou por abrir mão dessa proposta de emprego, explicando o motivo:

*(...) antes de começar a trabalhar com essa empresa brasileira, eu estava naquele dilema. Fui enviado por meu país, para estudar aqui e eu me formei era para eu voltar no meu serviço, porque eu não era uma pessoa que ia ainda voltar e arrumar emprego. Realmente [eu] não tinha essa dificuldade, porque fui enviado para receber essa formação e voltar. No mínimo, eu ia voltar a ser o que eu era antes, se eu não conseguisse arrumar outra coisa melhor, mas depois que me formei fui para Guiné [Guiné-Bissau] visitar e ver o avanço. A proposta que havia na época era de que a Guiné-Bissau ia instalar a primeira transmissão de televisão na Guiné-Bissau em 89 [1989]. Então inclusive, quando eu cheguei à Guiné-Bissau [1989] logo pensaram na minha pessoa para ser o diretor geral da televisão da Guiné-Bissau,[do] primeiro serviço de TV. Mas só que em 1981 eu saí da Guiné-Bissau e só voltei lá em 1989, dois anos depois de formado então já dava para perceber grandes mudanças políticas que ocorreram durante a minha ausência de 1981 a 1989. Eu já pré-sentia algumas coisas que não condiziam com a nova formação que eu tinha acabado de adquirir. Porque aqui no Brasil a gente já conhecia democracia, sabia já dar opinião contra algumas coisas que você sentia que não estavam funcionando bem. Então talvez para evitar perseguição, eu já tinha garantido emprego com brasileiro aqui, voltei ao Brasil para seguir a minha atividade, no meu novo emprego. Porque eu já falava francês, inglês e alemão e isso na década de 80, aqui no Brasil, era grande novidade e era muito difícil achar uma pessoa que falava inglês, francês e alemão ao mesmo tempo,*

*isso era já uma grande vantagem. Por isso, mesmo sendo engenheiro eletrônico, eles nem fizeram questão e me empregaram na área comercial, sem nenhuma experiência e eu acabei adquirindo-a só ao longo do tempo e depois com outros cursos que eu acabei fazendo por causa da minha função.*

Neste caso, o depoente Thiago da Silva Baldé (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) dá sua versão para não retornar à Guiné-Bissau. Ele deixa bem claro que fez a sondagem de emprego na Guiné-Bissau e assim que chegou lá havia uma proposta, mas, segundo ele, durante o período que permaneceu no Brasil, de 1981 a 1989, havia grandes mudanças políticas na Guiné-Bissau. E assim, apesar de ter sido selecionado pelo ministério guineense para vir estudar no Brasil, preferiu evitar perseguições futuras e abriu a mão do emprego de funcionário desse ministério, já que tinha emprego garantido com brasileiros numa empresa e, com certeza, ganharia mais nessa empresa, sem os riscos da realidade guineense.

Segundo o manual do programa de estudantes de PEC-G e PEC-PG, o estudante do convênio não pode exercer nenhum tipo de trabalho remunerado, devido ao tipo de visto que recebe e até hoje continua o mesmo visto IV para estudantes de convênio. Mas neste caso, os nossos depoentes explicam como tiveram acesso ao visto que lhes garantiu o direito de exercer trabalhos remunerados no Brasil.

O depoente Thiago da Silva Balde (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) explica o seguinte:

*Primeira facilidade também que eu encontrei tem a ver com essa relação de amizade. Por quê? Porque legalmente eles não podiam me dar trabalho com visto de estudante que eu tinha. Então com visto de estudante você não podia trabalhar então, eu comecei a trabalhar, vamos dizer, sem ter carteira assinada, significa de uma maneira ilegal. Mas como eles precisavam de mim, muito mais para fazer viagens para fora, então praticamente eu passava tempo viajando, fazendo contatos. Então, eu não sentia assim como se fosse empregado aqui, porque eu passava muito tempo fora, como agente deles (representante por causa da língua). Mas o quê que aconteceu? Isso logo na época de “Sarney”, no último ano de mandato de presidente “Sarney”. Ele anistiou<sup>68</sup> todos os estrangeiros que entraram no Brasil até julho, não me lembro o ano e que estavam ainda numa situação irregular no Brasil. Podia ir logo com um documento pegar uma carteira provisória ou um visto provisório de dois anos, desde que essa pessoa tivesse também prova de que, tem um emprego garantido e como eu já estava ligado à empresa, fui imediatamente tirar esse visto e foi assim que eu consegui visto. Aí, depois de conseguir visto provisório, trabalhando e esse visto é renovável de dois em dois anos eu não tinha mais problema de renovação porque*

---

<sup>68</sup> Consultar Lei Nº 7.685, de 02 de dezembro de 1988.

*eu sempre fiquei no mesmo emprego, então todo ano eu já renovava. Então isso foi de 89 [1989], não me lembro bem se era de 90 a 92 [1990 a 1992], e quando fui renovar de 92 renovei até 94. Aí de 94 [1994], eu já não renovei na condição de empregado de uma empresa estrangeira. Porque de 94 [1994], já tinha filho brasileiro, então fui renovar pedindo permanência alegando que tinha filho brasileiro, mas também com o provisório que eu já tinha há quatro anos atrás, já me dava direito mesmo de permanência, independentemente de ter filho ou não, só que o filho reforçou mais. Então, foi assim que eu consegui a minha documentação de permanência aqui no Brasil (...).*

Para Otávio Correia Soares (Estado de São Paulo/ Geólogo não retornado):

*(...) em 1988 teve aqui no Brasil uma Lei de Anistia. Acho que era o governo Sarney, todos os estrangeiros que estavam em situação irregular podem regularizar e vão ter visto permanente com lei da anistia. Eu entrei nesse pedido e peguei anistia. Por quê? Porque o meu passaporte estava na Guiné [Guiné-Bissau] há três anos que eu mandei para renovar esse passaporte e não renovava e não voltava. Aí eu fui à Polícia Federal, eu disse, olha: estou irregular, mandei passaporte e não posso fazer nada, não posso viajar, não posso entrar no prédio da Petrobrás, lá no prédio da Petrobrás. Edifício de Centro de Petrobrás, lá no Rio, para pegar livros que era importante para mim. Porque as seguranças do prédio da Petrobrás eram muito rigorosas com quem tinha documentos estrangeiros e eu não tinha passaporte. Aí o cara da Polícia Federal falou: Mas você é estudante? Eu falei que sim e expliquei a ele que eu estava numa situação irregular e ele compreendeu, daí eu consegui visto de permanência, um ano antes de eu terminar graduação. Graças a esse visto de permanência eu fui trabalhar na empresa de perfuração de poços artesianos, com carteira assinada, já como geólogo. Já o estágio que eu fiz na Petrobrás, foi como estudante.*

Ainda com relação ao visto, o depoente Antonio Mendes Pereira (Estado de São Paulo/ Médico não retornado) informa o seguinte:

*(...) Eu estou aqui, fiz um curso de Medicina, eu nunca tive um contato nem formal, nem informal, então eu acho que esse ministério não estava muito preocupado com meu retorno. Aí você termina o curso, havia uma comunicação de suspensão de bolsa, apenas avisando: Olha acabou sua bolsa, agora se vira. Você tem passaporte precisa ir embora claro, acaba o programa e a obrigatoriedade de volta é dependência de ordem da Polícia Federal, porque aí a gente perdia o visto, todo ano a gente tinha que renovar o visto. Na minha época depois dessa coisa de visto, veio uma anistia no governo de Sarney. Teve uma grande discussão no congresso, havia muitos chineses, japoneses, latinos e africanos etc, aí deram anistia e anistia para estudantes não havia. Acontece que um desses anos aí, eu fiquei sem visto e isso deixou uma confusão, aí tinha eu, tinha um cara do Costa de Marfim, eu acho que éramos quatro ou cinco pessoas, a gente era obrigado a ir até Paraguai e no Paraguai a gente tinha que sair e pegar visto de volta, correr risco de ser preso (...). (...) Anistia significava em São Paulo, botar o dedo lá que eles diziam tocar piano, dar digital, correr risco de ser preso, porque você estava ilegal no país e todo mundo tinha medo, porque a gente não sabia se realmente a Polícia Federal ia dar anistia ou não ou, se era apenas uma coisa para pegar todo mundo. Aí cada um tem que tomar a sua decisão. Os*

*meninos disseram que iriam ao Paraguai eu falei, bom eu não vou, se quiser vão me prender, vão me mandar embora, eu não sou culpado de ter perdido esse visto, não tem embaixada (de Guiné-Bissau no Brasil). Aí você queria falar com o cônsul ninguém achava ele, mandei passaporte para o Rio de Janeiro não teve carimbo coisa nenhuma, aí tive que ir buscar o passaporte. Aí fui para São Paulo, no mesmo dia ganhei carteira de trabalho e ganhei visto de permanência. O pessoal ficou com medo e estava acabando já história do visto porque deram prazo curto, mas era uma fila de chineses, latinos aí eu falei bom não vamos ser presos aqui se Deus quiser, mas era super rápido, você entrava tirava foto e saía com a carteira de permanência e carteira de trabalho. Com isso comecei a trabalhar. Por causa disso também, eu não podia prestar concurso público. A carteira só te dava direito de trabalho no serviço privado, mas concurso público você não podia. Mais já estava bom, depois casei [com brasileira] daí eu já podia prestar concurso público e depois fiz a nacionalização.*

Entre várias dificuldades apontadas pelos depoentes, a que se relaciona com o visto de estudante é a mais recorrente, entre os guineenses. O estudante entra no Brasil com visto item IV, que é um visto temporário, mas renovável a cada ano na Polícia Federal. Quando não é feita a renovação dentro do prazo estipulado, o estudante além da multa perde o direito do visto. Para regularizar a situação, tem de pagar a multa e sair fora do país para adquirir o novo visto. Este, de acordo com as normas, é atribuído somente no local de origem do estudante. No entanto, para minimizar os transtornos desses estudantes, o governo brasileiro excepcionalmente permite que o visto seja adquirido nos consulados brasileiros mais próximos de fronteiras do Brasil, por isso muitos optam com frequência pelo Paraguai, para onde viajam e solicitam o visto de entrada no Brasil.

Muitas vezes, os estudantes guineenses enfrentavam esse problema de visto porque a Guiné-Bissau, até hoje, não dispõe de uma missão diplomática no Brasil para que possam sempre estar com os documentos em dia, na época da renovação. Entre a década de 1980 e 1990, mesmo com a instalação de um consulado honorário no Rio de Janeiro, por ordem do então presidente João Bernardo Nino Vieira, os problemas persistiam, pois a assistência prestada aos nacionais da Guiné era motivo de muita reclamação. Situação que pode ser percebida nos depoimentos já apresentados de alguns entrevistados. Para mostrar o trechos destes depoimentos que reforçam essa dificuldade reapresento-os a seguir: (...) *“o meu passaporte estava na Guiné há três anos que eu mandei para renovar esse passaporte não renovava e não voltava”*. Já o depoente Antonio Mendes Pereira diz o seguinte: (...) *”você queria falar com o cônsul, ninguém achava ele, mandei passaporte para o Rio de Janeiro não teve carimbo coisa nenhuma, aí tive que ir buscar o passaporte”*.

Em virtude da dificuldade que esses estudantes enfrentavam, no seu relacionamento com o cônsul, houve reclamação e exigência de nomeação de um novo representante consular, o que só foi possível, com a queda do presidente João Bernardo Vieira (Nino), depois da guerra civil de 1998. Fim da guerra civil, já em 1999, os militares nomearam novo governo interino, representado por Malam Bacai Sanha<sup>69</sup>, presidente e Francisco Fadul, como primeiro ministro. Esse novo elenco de governo interino ao visitar o Brasil, tomou ciência das dificuldades vividas pelos estudantes. Em resposta à insatisfação dos estudantes guineenses, o novo governo interino pediu que os alunos apresentassem nomes dos candidatos, de nacionalidade guineense ou estrangeira, mas com condições para representar o consulado honorário da Guiné no Brasil. Foi nesse período, que o atual cônsul Tchernó Ndjai apresentou sua candidatura a estudantes guineenses e teve apoio da maioria dos estudantes. O nome dele viria a ser confirmado, tempos depois em março de 2001, pelo recém eleito presidente da Guiné-Bissau, Kumbá Ialá.

Desde 2001, a sede de Repartição Consular passou a ser na cidade de Campinas e o cônsul honorário é o Eng. Tchernó Ndjai. Com um novo cônsul, ex-estudante do PEC-G, que conhece muito bem esse processo de renovação, a situação dos estudantes tem melhorado muito, porque além de estudantes ou outras categorias de nacionais da Guiné Bissau terem acesso aos serviços consulares, facilitado por via de Internet, muitas taxas consulares são lhes dispensadas por iniciativa do próprio cônsul.

O depoente Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) diz:

*(...) pela primeira vez que eu vim para o Brasil, eu vim através do PNUD<sup>70</sup> para fazer um curso de curta duração relacionado à hidrologia física e voltei. Conseqüentemente começaram alguns problemas políticos até relacionados à minha família [na Guiné-Bissau] eu e Paulo Correia, o Paulo Correia era casado com a minha irmã e quando deu esse problema, eu também fui incluído no grupo. (...). Um dos motivos de eu abandonar Guiné definitivamente.*

---

<sup>69</sup> Atual presidente da Guiné-Bissau que foi eleito no dia 26 de julho de 2009, no segundo turno como presidente da República da Guiné-Bissau. A cerimônia da tomada de posse só teve lugar no dia 08 de setembro de 2009, no Estádio 24 de Setembro, em Bissau.

<sup>70</sup> PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

*Eu tinha visto de estudante item II<sup>71</sup> para fazer Mestrado enquanto eu fazia Mestrado nasceu meu filho, e daí eu fiz o pedido para pegar visto de permanência e foi assim que eu consegui visto de permanência no Brasil.*

Os depoimentos dos não retornados mostram como conseguiram visto de permanência para poder trabalhar no Brasil. A história do depoente Marcelo Francisco Barbosa, é particularmente significativa. O depoente teve acesso ao visto de permanência, depois que nasceu o filho dele com uma brasileira. Por outro lado, Marcelo Francisco Barbosa foi enviado pelo PAIGC com quatro anos de idade para Alemanha e de lá foi para Rússia onde fez graduação e Mestrado na área de Engenharia Elétrica. Depois retornou para Guiné-Bissau e começou a trabalhar no Ministério de Minas e Energia. Desse Ministério de Minas e Energia, selecionado pelo próprio ministério, veio ao Brasil para fazer um curso de curta duração. Ao terminar o curso retornou para Guiné-Bissau no mesmo ministério e só saiu de lá definitivamente, por problemas políticos. Portanto, esse foi o motivo que o levou a voltar para o Brasil para fazer o Mestrado e Doutorado, ficando no país onde, atualmente, é pesquisador na USP de São Paulo. Para os outros entrevistados, os vistos de trabalho foram conseguidos no governo de Sarney enquanto ainda estudavam. Em todo caso, o visto e a carteira de trabalho só lhes dava direito de trabalho no serviço privado, mas de qualquer maneira ajudou muito a regularizar a situação dos estudantes que se encontravam em situação irregular e só que, com o tempo, alguns casaram com mulheres brasileiras e tiveram filhos. Daí, fizeram outro pedido para visto de permanência no Brasil, com base no direito de trabalhar na rede privada e em algumas instituições públicas.

Também os estudantes em formação, manifestam suas opiniões a respeito dessa questão: depois da formação há obrigação ou existe um plano de retorno para os quadros guineenses que se encontram nas universidades brasileiras? Segundos os depoentes:

Começando com Adriano Lopes Mendes Barbosa (Estado de São Paulo/ estudante de mestrado em Ciências de Computação):

*Bom quanto a esse assunto, eu tenho obrigação moral de voltar para o meu país, mas tirando isso não tenho obrigação nenhuma. Porque, o governo da Guiné-Bissau financia estudo dos guineenses que estão estudando em Portugal, na França não sei aonde. E quem estuda aqui no Brasil o governo não financia, então neste caso, eu acho que tenho dever e moral para com meu povo e não para com o governo.*

---

<sup>71</sup> Item II é visto para estudante PEC-PG (mestrado)

Para Sergio Sabino Cabral (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Engenharia Civil) é o seguinte: *Eu acho que sim. Por minha vontade própria eu gostaria de ir, mas também tem obrigação. Porque depois da formação, o formado tem que pegar o diploma na Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Para mim, isso é obrigação.*

Segundo a depoente Márcia de Paula Fortes Cardoso (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras):

*No meu caso não, porque a minha filha nasceu aqui. A minha filha nasceu aqui, mas o problema é que assim que eu terminar tenho que voltar para Guiné para poder receber o meu diploma. Agora para ficar tudo depende de mim. Posso ficar aqui, posso trabalhar só que ainda não consegui pegar a minha permanência, porque o pai da minha filha não está aqui, segundo a informação da Polícia Federal só com a presença do pai da minha filha é que eu posso pegar a permanência. Porque ele precisa comprovar que é o pai da menina.*

Já o depoente Dionísio Soares Djaló (Estado de São Paulo/estudante de graduação em Produção Musical) declara o seguinte:

*Bom, na época, na época que eu estava no PEC-G acho que era uma obrigação sim. Agora não sou mais. Sou casado (com uma brasileira). Então eu tenho vontade de ir para lá (Guiné-Bissau), ir passear. Voltar, voltar para ficar mesmo, eu acho que não.*

Ao analisarmos esses depoimentos, percebemos que esses quadros de formandos declaram que para eles (estudantes em processo de formação) existe a “obrigação” de retorno depois da formação. Segundo eles, todos os formados têm que retirar seus diplomas na Guiné-Bissau na Embaixada do Brasil. Agora só falta saber se essa iniciativa de enviar diplomas para Guiné-Bissau partiu só da embaixada do Brasil ou se teve a participação do governo da Guiné-Bissau. Porque essa política de retorno foi lançada em 2002, grupos anteriores não tinham nada determinando o retorno dos estudantes. Mas, mesmo com essa obrigatoriedade, um dos entrevistados manifestou que não vai voltar, porque além de casado com uma brasileira, não é mais aluno de PEC-G por ter trocado de curso e de universidade para uma particular, que ele mesmo paga. Já outros depoentes dizem que voltarão por vontade própria e não por obrigação, pois o governo da Guiné-Bissau financia estudo dos guineenses que estão estudando em Portugal, França, Itália etc. e quem estuda no Brasil não goza desse direito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, algumas questões apresentadas nesta pesquisa ainda ficam por serem resolvidas. Deve-se considerar a realidade histórica e contemporânea que tanto sofrimento tem imposto ao povo guineense (africanos), que desde 1446 foi explorado pelos europeus. Desde então, a resistência tem sido usada como forma de defesa e de proteção. Além do comércio forçado, que praticamente deixou o país (continente africano) despovoado e empobrecido, cabe lembrar que as pessoas eram retiradas de suas realidades e depois vendidas e escravizadas. Há também os que foram marginalizados barbaramente durante a pacificação dos territórios e que, aos olhos do colonizador, constituíam o segmento indígena ou nativo. A maioria dos guineenses ou dos africanos de modo geral, hoje, afirmam que: a situação atual em que se encontra a Guiné-Bissau e os demais países africanos é o reflexo do passado causado pelo colonizador. Cabe lembrar que as sociedades africanas eram formadas por diferentes grupos étnicos e cada área era controlada por certo grupo. O colonizador acaba por desestruturar essa sociedade para melhor dominar. Dominação que só teve fim com a independência dos países africanos que, no caso da Guiné-Bissau, ocorreu em 1974.

Apesar dos atos cruciais dos ocidentais, os nativos guineenses nunca ficaram de braços cruzados, uniram as forças para lutar contra o colonizador português. Durante o período da luta armada para independência da Guiné e Cabo Verde, o líder do PAIGC, Amílcar Cabral e alguns dirigentes do partido, além de desenvolverem a luta armada, também se preocuparam com a educação da população. No decorrer da luta, esse projeto foi ampliado, pelos processos de envio de guineenses para estudar e, assim, formar os quadros necessários à futura nação, no exterior.

O projeto de formação de quadros, no momento posterior à independência, não se limitou aos países socialistas, como aconteceu durante a luta de libertação. Países capitalistas, como o caso de Estados Unidos, Inglaterra, Brasil e inclusive Portugal, que no passado explorou Guiné-Bissau e Cabo Verde, se fizeram locais de acolhimento dos guineenses em busca de formação.

Durante o tempo em que Portugal esteve nas terras da Guiné, nunca se preocupou em investir na educação desses povos e limitou-se a criar divisões de grupos entre assimilados e indígenas, além de explorar os pobres agricultores que utilizavam as suas próprias forças na produção agrícola. A herança desse quadro, no período pós-independência, chega aos dias de hoje ainda revelando a precariedade interna do país em atender as possibilidades de formação de seus próprios quadros. Por sua vez, pelos dados aqui discutidos revela que nem sempre sair para se qualificar implica um compromisso e/ou uma efetiva volta para atuar na nação guineense por parte daqueles que estudam no exterior.

A pergunta que fica por ser respondida é: onde será que o projeto de formação dos quadros guineenses desenhado por dirigentes do PAIGC falhou? Será que esse projeto foi trocado por ambição dos novos dirigentes depois de alguns anos da independência? Será que os novos dirigentes esqueceram o que foi vivido na luta armada (dormindo embaixo das árvores, suportando calor, chuva e mosquito, etc.) para libertar o seu povo? Será que a política do PAIGC foi esquecida pelos novos governantes? Ou será que os objetivos principais do projeto de desenvolvimento da Guiné-Bissau foram ruídos pela corrupção, por investimentos desnecessários com os carros de alto luxo que circulam nas ruas de Bissau, sem asfalto de qualidade para manter esses carros em bom estado? Sem escolas para educar o povo guineense, sem hospitais de qualidade para atender a população quando precisam, sem água de qualidade para evitar doenças desnecessárias nos recém nascidos, sem luz elétrica para orientar a população no perigo da noite?

As mazelas que têm afetado a África colonial e em particular os PALOP após a constituição republicana são muitas e de várias ordens. A necessidade de uma reflexão profunda sobre esses países, em particular, a Guiné Bissau e sua realidade, é ainda um desafio. Como possibilitar que a histórica unidade que o povo guineense teve para derrotar o inimigo possa resgatar interesses próprios e coletivos, buscado por jovens guineenses que saem e não retornam ao país? Seria necessário retomar essa política de unidade para vencer os problemas vivenciados no dia a dia, resgatando valores e apoios significativos, capazes de gerar compromissos maiores. A Guiné-Bissau, um país de vários grupos étnicos, com culturas diversificadas, pode fazer desse universo a matéria prima a ser aproveitada na educação, na saúde, na arte, na culinária e em outras áreas, objetivando seu desenvolvimento e o de seu povo.

E tudo isso pode ser aplicado na prática, a partir de momento em que os governantes passem a investir em educação, na saúde, na segurança do povo guineense, na formação e acolhida dos quadros, principal questão levantada nesta pesquisa. Os dados presentes neste estudo mostram que um projeto de formação de quadros no exterior não pode se limitar a enviar os estudantes para outros países e não dispor de uma política de acompanhamento do dia a dia desses estudantes “fora de lugar”. Não pode se omitir de agir internamente no país para criar condições de retorno dos mesmos. Não em seus próprios nomes, mas em nome da nação.

Portanto, para resolver os problemas dos quadros no exterior, além de políticas específicas, seria preciso contar com estabilidade na política, fato que talvez, tenha causado grande pânico e fuga desses profissionais de 3º grau. Nenhum país se desenvolve por milagre, mas, com estabilidade no país, com investimentos, pode-se contribuir de modo significativo para diminuir ou superar a pobreza, o analfabetismo e tudo mais. Pode-se, ainda, melhorar as condições do país, atraindo grandes empresários estrangeiros para investir no país e, com isso também, gerar a própria economia como mais sólida e atrativa em termos do mercado de trabalho.

Portanto, o quadro aqui delineado evidencia a necessidade de se pensar uma política mais moderna, mais voltada para o desenvolvimento e não para a disputa de poder entre grupos. Pensar nos interesses mais coletivos, pensar na população pobre e construir políticas mais democráticas poderá conduzir que os quadros guineenses que se encontram espalhados em diferentes partes do mundo possam ter oportunidades e atrativos suficientes para, um dia, poderem voltar e contribuir para garantir o futuro de novas gerações com mais saúde, educação, paz, lazer e tudo mais. Para poder voltar e construir uma Guiné-Bissau atraente, tal como sonharam os líderes do passado, tal como sonham os que, retornados ou não, ainda a imaginam como uma nação livre ou a vêem como utopia.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Maria de Fátima Carvalho. **Estudantes caboverdianos na cidade do Rio de Janeiro: o processo de socialização e redes sociais.** Monografia apresentada ao Curso de pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação da UNI Rio. Rio de Janeiro, 2005. 101p.

ANDRE, Antonio Miguel. **A Formação de Homem novo: Análise da visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, SP: Faculdade de Educação, 2004.

ANGELI, Margarita Nilda Barreto. **A emigração como resultado de um processo socialmente aprendido: um estudo de caso com uruguaio residentes em Campinas.** Tese de (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: [s.n]. 1998.

BÉNARD, Ana da Costa. **Estudantes moçambicanos em Lisboa: dinâmicas identitárias e processos de mudanças social e cultural.** Centro de Estudos Africanos – ISCTE – Lisboa. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. – 2008.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado.** Cuiabá: EdUFMT/ CAPES, 2008.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A contribuição de Paulo Freire na organização do sistema educacional da Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Publit, 2007. 318p.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau.** Campinas, SP: tese (Doutorado) FE-UNICAMP, 2005. 265p.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Política educacional da Guiné-Bissau de 1975 a 1997.** Campinas, SP: Dissertação (Mestrado) FE-UNICAMP, 1999. 197p.

CABRAL, Amílcar, ANDRADE, Mário (Coord.). **A arma da teoria: unidade e luta I.** 2ª ed. [Lisboa]: Seara Nova, 1978.

CASTRO, Armando. **O Sistema Colonial Português em África** (meados do século xx). 2ª ed. Editorial Caminho, SARL. Lisboa, 1980.

DAVIDSON, Basil. **A Libertação da Guiné**. *Aspectos de Uma Revolução Africana*. Composto e impresso na Gráfica Brás Monteiro, Livraria Sá da Costa Lda. Lisboa/Junho 1975. 208p.

DOCUMENTO: **a Educação na Guiné-Bissau**. Estudos Afro-Ásiáticos, Rio de Janeiro, ano 1, nº1, jan./abril, 1978. p 49-61.

DOCUMENTO: **EDUCAÇÃO e Ensino. Dados Informativos**, Lisboa, nº 4, 1968. p 17-25.

DOCUMENTO: **Política Educativa da Guiné-Bissau**, Bissau: Guiné-Bissau, CEENC, 1977.p 1-5.

DOCUMENTO: **Reforma do Ensino na Guiné-Bissau**. Bissau: Guiné-Bissau, PNUD/UNESCO/1986/004. p 1-20.

DOWBOR, Ladislau. **Guiné-Bissau. A busca de Independência econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 122p.

FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 228p.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura a palavra leitura do mundo**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.167p.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 173p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

GOMES, Janaína Damasceno. **Elas são Pretas: cotidiano e sociabilidade de estudantes negras da UNICAMP**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.

GOMES, José Manuel Sita. **Estudante na terra dos outros: a experiência dos universitários angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil.** Dissertação – Mestrado em Educação, área: sociedade, cultura e educação. Belo Horizonte: UFMG/ FaE, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados.** Trabalho inédito apresentado no colóquio Internacional Saber e Poder, grupo de pesquisa sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares – FOCUS. FE/Unicamp, 20-22 de outubro de 2008.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Na Terra do Outro: Invisibilidade e presença de estudante africanos no Brasil, hoje.** Trabalho apresentado no I conferência Internacional do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra – CLADIM. FCL – UNESP – Ar – 15ª 17 de maio de 2007. (no Prelo).

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Trajeto identitários e negritude: jovens africanos no Brasil e em Portugal.** In **Impulso**, Relações Raciais e Étnicas Piracicaba, v. 17, n.43, p.1-149, maio/agosto. 2006.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Os filhos da África em Portugal – antropologia, multiculturalidade e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados/org.** São Paulo: Biruta, 2003.

GUTERRES, António... [et al]. **A educação na República democrática da Guiné-Bissau: análise setorial.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. 165 paginas.

IGNATIEV, Oleg. **Amílcar Cabral filho de África: narração biográfica.** Lisboa: Prelo Editora, SARL, 1975. 198 p.

Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE). Bissau: Guiné-Bissau, 1997.

Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC). Bissau: Guiné-Bissau, 1991.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau.** Composto e impresso na Guine – Artes Gráficas, Lda. Lisboa: Ed. 70, 1982. 142p.

MANUAL de Programa de Estudantes – **Convênio de Graduação**: PEC-G. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Superior, 2000.

MAZULA, Brazão. **Educação, cultura e identidade em Moçambique**: 1975-1985. Portugal: Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa. Edições Afrontamento, 1995 p.275.

MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África**: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959) Bissau: INEP, 1994.

MOURÃO, Daniele. Ellery. **África “na Pasajen”**: identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas. Fortaleza – Ceará, dissertação (Mestrado), 2006.

MOURÃO, Daniele. Ellery. **Identidades em Trânsito um estudo sobre o cotidiano de estudantes guineenses e cabo verdianos em Fortaleza**. – Ceará (Monografia), 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e Sentidos. São Paulo: Ática S.A, 1986, p.88.

OLIVEIRA, R. D de. **Guiné-Bissau: reinventar a educação**. Lisboa: Sá da Costa. 1977. 52p.

PARK, Margareth Bradini, FERNANDES, Renata Sieiro, CARNICEL, Amarildo. (org) **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2007, p.294.

PELISSIER R. **História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia**. Vol. II, Lisboa: Editora Estampa, 1997. 365p.

PELISSIER, R. **História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia**. Vol. I, Lisboa: Editora Estampa, 1997. 280p.

PEREIRA, Luísa Teotônio. **Guiné-Bissau: 3 anos de independência**. Lisboa: Cidac, 1976. (Coleção África em luta). 193p.

SILVA, Dilma de Melo. **Por entre as Dórcades Encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von, PARK, M. B, FERNANDES, R. S. (orgs.) **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001. 315p.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento*. In: Augusto Guzzo – Revista Acadêmica, nº. 06 - 2003.

SOUZA, Fabiana Mendes de. **Anônimos e invisíveis: os alunos negros da Unicamp**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: Imigração temporaria de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro**, tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2005.

VALENTE, Ana Lúcia. E.F. **Ser Negro no Brasil Hoje**. 11. ed., ver. e ampl. – São Paulo: Editora Moderna Ltda, 1994. – (coleção polêmica).

## OUTRAS FONTES:

Artigo Guia da Guiné-Bissau. Disponível – <http://www.guine-bissau.net/ue/pt/historia.htm>. Acesso (03/06/2008).

<sup>1</sup> Artigo Wikipédia a Inciclopédia livre. Disponível [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_Guin%C3%A9-Bissau](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Guin%C3%A9-Bissau). Acesso (27/02/2009).

Artigo Web Busca. Disponível - <http://www.webbusca.com.br/atlas/africa/> . Acesso (07/06/2009).

Artigo Index Mundi. Disponível - <http://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/populacao.html>. Acesso (10/06/2009).

A Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Disponível - <http://www.guine.org/consular.html>. Acesso (07/05/2007).

A Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Disponível - <http://www.guine.org/cultural.html>. Acesso (27/07/2007).

Artigo Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível - [http://pt.wikipedia.org/wiki/universidade\\_Agostinho\\_Neto](http://pt.wikipedia.org/wiki/universidade_Agostinho_Neto). Acesso (24/02/2009).

Artigo Portal do Governo de Moçambique. Disponível - [https://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo\\_inst\\_ens\\_sup/](https://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/) . Acesso em 24 de fevereiro de 2009.

## **ANEXOS:**

### **ANEXO I**

#### **QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA PARA (FORMADOS NÃO RETORNADOS E ESTUDANTES EM PROCESSO DE FORMAÇÃO).**

- Qual é seu nome e a sua idade?
  - Onde nasceu?
  - O que você lembra de sua infância/ adolescência?
  - Você morava com seus pais? Cidade e bairro?
  - Qual é etnia de seus pais? Você falava a língua deles, em casa, com os amigos, na escola?
  - Como você teve acesso à escola? Quem podia estudar na sua época na Guiné-Bissau?
  - Como era a sua relação com colegas de classe nesse período?
  - Na sua família, havia pessoas escolarizadas que lhe incentivou ir à escola? Qual era nível de escolaridade de cada?
  - Terminando os estudos secundários qual era critério de seleção para os candidatos a bolsa de estudo no exterior?
  - Esses critérios de seleção de bolsa eram feitos pelo Ministério da Educação? Se não onde foi?
  - Quais eram os países? Em que período (antes ou depois da independência)? Você tinha alguma formação e/ou trabalhou antes de se candidatar a essa bolsa?
  - Quem escolhia os cursos para os candidatos selecionados? Havia preferência de país?
- Se havia por que você escolheu o Brasil?
- Quando você chegou ao Brasil?
  - Como foi a sua recepção/adaptação no Brasil? Você teve dificuldades na universidade e na sociedade brasileira de modo geral?
  - Você é formado em quê? Chegou a mudar de curso alguma vez?

- Quem mantinha os seus estudos no Brasil? Depois da formação, havia obrigação para retornar para o país de origem?
- Enquanto estudante com quem você morava? Quem eram /nacionalidade? Tinha alguém da sua família?
- Havia diferenças entre amigos africanos e brasileiros?
- Seus amigos eram negros, brancos?
- Você fazia amizades fácil com brasileiros e vizinhos ou preferia ficar entre os africanos? Por quê?
- Sua relação com os colegas da universidade, professores (as) e com as pessoas em geral era boa?
- O que gostava de fazer quando não estava estudando ou trabalhando? Que lugares que você gostava de frequentar? E nos finais de semana?
- Como você soube do PEC-G/PEC-PG?
- Quais as vantagens e desvantagens de ter sido estudante no Brasil?
- Cite uma experiência positiva e outra negativa vivida na universidade?
- Na medida em que vocês eram/ ou são estudantes do mesmo país (Guiné-Bissau) e, por vezes, de etnias diferentes como resolvem as dificuldades, as diferenças, os conflitos?
- Vocês estudantes costumavam se reunir? Onde? Com que frequência? O que faziam nesses encontros?
- Como via a questão do negro no Brasil?
- Você é casado (a)? Qual é a nacionalidade do seu parceiro (a)? Vocês têm filhos/as? Quantos?
- O que levou você a permanecer no Brasil: asilo político; família; questões econômicas etc.
- Você tinha idéia de quantos africanos viviam e estudavam na USP/UNICAMP? E do seu país quantos eram?
- Você já viveu algum preconceito e/ou discriminação no Brasil?
- Qual era/ é sua perspectiva enquanto estudante?
- O que seria necessário para concretizá-la?
- O que o Brasil trouxe de bom para você? Valeu a pena ter vindo para cá?
- Como vê a situação atual de seu país e da África?
- Qual seria a sua contribuição caso decidisse voltar?

## ANEXO II

### QUESTIONÁRIO – ESTUDANTES GUINEENSES (SÃO PAULO/ CAMPINAS).

Nº: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Segundo Nome ou Apelido: \_\_\_\_\_ Sexo: M F

Idade: \_\_\_\_\_ País de Nascimento: \_\_\_\_\_ Quando chegou ao Brasil: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Tem filhos: \_\_\_\_\_

Local onde mora: Cidade: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Tempo de Moradia: \_\_\_\_\_

Local onde morou antes (se mais de um cite todos): \_\_\_\_\_

Línguas que fala: \_\_\_\_\_

Dialeto – qual: \_\_\_\_\_ Onde: em casa ( ) na escola ( ) na rua ( )

Com quem fala: Família: ( ) Amigos ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Estuda: USP ( ) UNICAMP ( ) OUTRA: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_ Ano de ingresso: \_\_\_\_\_ Ano cursando: \_\_\_\_\_

Aluno de PEC-G ( ) Aluno de PEC-PG ( )

Bolsista: Sim ( ) Instituição: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_  
Não ( )

Escola em que estudou – Citar cidade e ou países onde estudou: \_\_\_\_\_

Ensino Fundamental: \_\_\_\_\_

Ensino Médio: \_\_\_\_\_

Você parou de estudar alguma vez na sua vida? Sim ( ) Não ( )

Em que série? Ensino Fundamental: \_\_\_\_\_

Ensino Médio: \_\_\_\_\_

Ensino Superior: \_\_\_\_\_

Quais os motivos para ter parado seus estudos? \_\_\_\_\_

Quais os motivos para a volta à escola?

O que é ESTUDAR?

Trabalha: Sim: ( )      No quê:      Cidade:  
                 Não ( )

Gostaria de trabalhar? Sim ( )      Não ( ) Por quê:

Tem documentos brasileiros: Sim ( ) Não ( )

Se SIM quais: Certidão de Nascimento: ( )      Cédula de Identidade: ( )

Certidão de Matrimônio: ( )      Outro (s):

Se NÃO TEM – Por quê não tem?

FAMÍLIA:

Seu pai nasceu onde? Cidade      Estado:      País:

Sua mãe nasceu onde? Cidade:      Estado:      País:

Qual o grau de estudo de seu pai?

Qual o grau de estudo de sua mãe?

Qual a profissão de seu pai ou no quê que ele trabalha/ trabalhava?

Qual a profissão de sua mãe ou no quê que ela trabalha/ trabalhava?

Com quem você vive no Brasil? (cite o grau de parentesco):

Há quanto tempo mora em São Paulo:

Há quanto tempo mora em Campinas:

Em que cidade moras antes? No Brasil:

Em outro país (diga qual):

Você quer voltar para seu país? SIM ( )      NÃO ( )      Por quê:

O que você acha da vida no Brasil?

O que acha da vida em São Paulo/ em Campinas?

Como é ser estudante estrangeiro e negro no Brasil?

PROJETO DE VIDA: O que pensa sobre sua vida? O que espera para si e para seu futuro?

## ANEXO III

### Universidade Agostinho Neto

**Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.**

Ir para: [navegação](#), [pesquisa](#)

A **Universidade Agostinho Neto** (UAN) é a primeira [universidade](#) de [Angola](#), tendo sido criada em [1962](#) como *Estudos Gerais Universitários de Angola*, com sede em [Luanda](#). Engloba atualmente São ofertados na UAN 68 cursos de licenciatura 18 de bacharelato e 15 de mestrado em diversas áreas do saber científico. O actual Reitor é o professor Doutor Eng. João Sebastião Teta. É a única universidade pública do país.

#### **[\[editar\]](#) História**

O ensino universitário foi institucionalizado em Angola, no ano de [1962](#) (decreto-lei 44530, de 21 de Agosto), com a criação dos *Estudos Gerais Universitários de Angola*, integrados na *Universidade Portuguesa*.

Em [23 de dezembro](#) de [1968](#) o decreto-lei 48790 transforma os Estudos Gerais Universitários de Angola, em *Universidade de Luanda*, sendo em [28 de setembro 1976](#), após a [proclamação da independência de Angola](#), transformada em *Universidade de Angola* (portaria 77-A/76).

A Universidade de Angola passou a chamar-se Universidade [Agostinho Neto](#), em memória do primeiro presidente de Angola e primeiro reitor da universidade no dia [24 de janeiro](#) de [1985](#).

## ANEXO IV

### [Portal do Governo de Moçambique](#)

[Advanced Search...](#)



Você está aqui: [Página Inicial](#) → [INFORMAÇÃO](#) → [Educação](#) → Instituições de Ensino Superior em Moçambique

#### [Menu Principal](#)

- [Página Inicial](#)
- [O PRESIDENTE](#)
- [GOVERNO](#)
- [DOCUMENTOS](#)
- [LEGISLAÇÃO](#)
- [SERVIÇOS](#)
- [INFORMAÇÃO](#)
- [MOÇAMBIQUE](#)
- [GALERIA](#)
- [EVENTOS](#)
- [NOTÍCIAS](#)
- [LINKS](#)
- [COMUNICADOS](#)
- [NEWSLETTERS](#)
- [SONDAGENS](#)
- [BLOGUES](#)
- [AJUDA](#)
- [CONTACTOS](#)
- [CONTACTE O GOVERNO](#)

#### *Acções do Documento*

- 
- 

#### **Instituições de Ensino Superior em Moçambique**

Página 1 de 2

O Ensino Superior em Moçambique data desde o ano de 1962, quando pelo decreto 44.530 de 21 de Agosto foram criados os Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM), como resposta às críticas dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, acusando-a de nada fazer pelo desenvolvimento dos povos das colónias.

[prémio](#)



[Nova "cara" do Portal do Governo](#)

*O que acha da nova "cara" do Portal?*

- Boa
- Média
- Má

Votar

---

Votos: 537

[Mais sondagens](#)

Pelo decreto-lei 43799 de Dezembro de 1968 do Conselho de Ministros, foi criada a Universidade de Lourenço Marques (ULM).

Como resultado das profundas transformações político-sociais decorrentes da ascensão do País à Independência, a Universidade de Lourenço Marques (ULM) foi transformada na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), com uma população estudantil inicial de cerca de 2.400 estudantes nos diferentes cursos universitários então leccionados.

Na década de 80 funcionou na UEM a Faculdade para Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda (FACOTRAV).

Em 1985 foi criado por despacho Ministerial nº 73/85 do Ministério da Educação o Instituto Superior Pedagógico (ISP) pela necessidades de elevação do nível de entrada dos estudantes e do aumento de duração dos cursos, para além de que, dado o seu tamanho, ela se tornaria inoportável dentro da UEM. O ISP que em 1995 o ISP foi transformado em Universidade Pedagógica, estabelecendo-se assim a segunda Universidade Pública do país.

[Resultado](#)

A seguir à criação do ISP, foi criado pelo Decreto 1/86 de 5 de fevereiro o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) vocacionado para a formação de quadros para

as áreas de relações internacionais e diplomacia.

Com o crescimento da população estudantil do Ensino Superior é publicado em 1991 o diploma ministerial que institui os exames de admissão ao Ensino Superior e em 1993 é aprovada pela Assembleia Popular a Lei do Ensino Superior, criando assim o quadro legal para a aprovação dos Estatutos Orgânicos de cada instituição, e para a instituição do Conselho Nacional do Ensino Superior.

A introdução da economia de mercado em 1987 coloca novos actores no cenário sócio-económico e cultural, designadamente o sector privado e a sociedade civil. É neste quadro que se cria o espaço legal que permite a intervenção do sector privado no Ensino Superior, através da Lei nº 1/93, de 24 de Junho - Lei do Ensino Superior- que regula o Ensino Superior Público e Privado, iniciando-se desde modo o processo de criação das primeiras Instituições Privadas do Ensino Superior, designadamente, a Universidade Católica de Moçambique (UCM) pelo Decreto 43/95, o Instituto Superior Politécnico e Universitário em (ISPU) pelo Decreto 44/95, cujas actividades se iniciaram em Agosto de 1996. Em 1997 entra em funcionamento o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), criado pelo Decreto 46/96.

Hoje, em Moçambique o número de Instituições de Ensino Superior é de 23 de entre Públicas (11) e Privadas (12) de acordo com o quadro a seguir. O número de estudantes do Ensino Superior ascende hoje 28.000, com cerca de 1.389 docentes a tempo inteiro em todas Instituições de Ensino Superior.



---

[Acerca de Nós](#) | [Mapa do Site](#) | [Contacto](#) | [Ajuda](#) | [Termos e Condições](#) | [Aviso](#) | [Estatísticas](#) | © 2009 Portal do Governo de Moçambique

Hits: 000530

## ANEXO V

Edição Impressa

Último jornal



[Nº 184](#)  
[Dezembro 2008](#)

[Nº 184 em](#)  
[Formato PDF](#)

[PEDIDOS](#)  
[de assinatura do](#)  
[jornal \( Portugal e](#)  
[estrangeiro \)](#)

➤ [A Página da Educação](#) ➤ Arquivo - Artigo

### **GUINÉ-BISSAU - Inaugurada a primeira universidade pública**

A Guiné-Bissau inaugurou em Novembro a sua primeira universidade pública, baptizada Amilcar Cabral. Ela foi construída graças a financiamentos nacionais e à cooperação portuguesa.

A Universidade Amilcar Cabral (UAC) que inicia a sua actividade neste mês de Janeiro, é dotada de cerca de trinta salas para uma capacidade de 2.000 alunos, numa primeira fase. Terá seis faculdades e escolas (Ciências, Economia, Letras e Ciências da Comunicação, Tecnologias, Ciências Agrárias e Veterinárias bem como uma Escola Superior de Educação Física e Desportiva), que darão uma formação ao nível da licenciatura.

O projecto desta universidade já se vinha a desenvolver desde 1999.

"Este é um projecto de dimensão nacional", declarou o chefe de Estado, Henrique Rosa, que presidiu à cerimónia de inauguração na periferia norte da capital.

"Uma universidade não é um objecto de luxo mas uma necessidade para um país como o nosso, apesar das dificuldades pedagógicas, técnicas, financeiras e materiais do nosso sistema de ensino, acrescentou M. Rosa.

A UAC permitirá "formar os quadros segundo as necessidades locais a fim de evitar a fuga de cérebros", declarou o reitor da universidade Tchernon Diallo.

Segundo revelou o ministro da educação, 80% dos bolseiros não regressam ao país após fazerem a sua formação no estrangeiro.

Autor do Artigo

[AFP](#)

Agence France-Presse

Todos os direitos de reprodução e de representação reservados.

@ 1999 Agence France-Presse

[sobre @ da Agence France-Presse](#)

Inf. sobre o artigo

[Jornal "a Página"](#)  
[Nº 130](#)

Ano 13 | Janeiro 2004

Pag. 20

Imprimir este artigo

[Versão para impressão](#)

Abre uma nova janela com este artigo numa versão mais amigável da impressora.

